Maria Luiza Monteiro Sales Corôa

TEMPO E TEMPORALIDADE NA LÍNGUA

Tese apresentada ao Curso de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Rodolfo Ilari

UNICAMP

Instituto de Estudos da Linguagem

1998

C816t

34801/BC

UNIDADE IEL
N.º CHAMADA:
T/UNICAMP
C816t
V.
TOMBO 34801
PROC. 395/98
C
PREÇO R$ 11,00
DATA 12/08/98
N.º CPD

CM-00114301-6

C816 Corôa, Maria Luiza Monteiro Sales.
Tempo e temporalidade na língua / Maria Luiza Monteiro Sales Corôa. -- Campinas, SP, 1998.
270p. 29cm.

Orientador: Rodolfo Ilari
Tese (doutorado) -- Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, 1998.

1. Tempo. 2. Língua Portuguesa - tempo verbal. 3. Lingüística. 4. Gramática. 5. Texto. I. Ilari, Rodolfo. II. Universidade Estadual de Campinas. III. Título.

Banca Examinadora

A

João e Dina,
passado perfeito.

Letícia, Beatriz e Patrícia,
presente atemporal.

João Pedro,
futuro incondicional.

Meus momentos de referência.

Agradecimentos

Ao professor Dr. Rodolfo Ilari, pelo respeito e pela orientação amiga e sempre presente.

Às professoras Dra. Ingedore G.V.Koch e Dra. Beatriz N.O. Longo, pela leitura atenta e pela inestimável contribuição no exame de qualificação.

Aos professores Dr. Ataliba Castilho, Dra. Maria Helena Moura Neves, Dra. Marilda Cavalcanti e Dr. Kanavillil Rajagopalan, pelo apoio e estímulo constantes.

Às amigas Líliam Zamboni, Lucília Garcez e Astrid Sgarbieri, pela amizade e pelo incentivo.

Aos colegas e amigos da Fundação Educacional do Distrito Federal e da Universidade de Brasília, pela confiança.

Aos meus alunos e ex-alunos, por partilharem intuições.

À CAPES, pela bolsa de estudos.

Às minhas filhas, pela paciência.

O espaço você vê com os olhos do corpo; o tempo você vê com os olhos da memória.

Christopher Ray

SUMÁRIO

Introdução.....8
PARTE I : TEMPO.....14
Capítulo 1: Sobre a noção de tempo.....21
Capítulo 2: Sobre as definições temporais..... 43
Capítulo 3: Sobre a natureza da análise.....57
PARTE II : TEMPO NA GRAMÁTICA.....73
Capítulo 4: O presente.....83
Capítulo 5: O passado.....105
5.1 Imperfeito 106
5.2 Perfeito.....119
5.3 Mais-que-perfeito 125
Capítulo 6: O futuro.....129
PARTE III : TEMPO NO TEXTO.....158
Capítulo 7: Coerência temporal.....165
Capítulo 8: Coesão temporal.....184
Capítulo 9: Relações temporais em uma tipologia de texto.....218
CONCLUSÃO.....243
Bibliografia.....251
Anexos.....261

RESUMO

Admite-se que o tempo como categoria - a *temporalidade* - é sistematizado por diversos mecanismos lingüísticos em língua portuguesa. No entanto, privilegiam-se aqui os tempos verbais por se considerar que neles a *temporalidade* aparece mais nítida e claramente.

Apesar de o tempo se manifestar, por suas conseqüências, no mundo das experiências pessoais do ser humano, a *temporalidade* não é um objeto que se oferece à observação direta; sua análise vai, portanto, para além da limitação dos nossos sentidos, para o campo da dedução. É, por isso, segundo a Teoria da Relatividade Especial (TRE), definida, e não identificada.

Seguindo a tradição de REICHENBACH para a interpretação dos tempos em língua natural, recorre-se, para essa definição, a três construtos: momento da fala, momento do evento e momento da referência, que tratamos como intervalos.

Discutindo os pressupostos da TRE, que deram origem à proposta de REICHENBACH, chega-se a um paradigma de definições temporais que se baseia em relações não-lineares de tempo. Embora tal paradigma não tenha completa gramaticalização no português, as formas verbais que o realizam são semanticamente inequívocas. Além disso, revelam-se, tais definições, consistentes com a análise da temporalidade construída textualmente. Por isso, considerando que o ato comunicativo se dá por unidades maiores que a sentença, categorias textuais como a coesão e a coerência, também expressam um desenho temporal compatível com as definições semântico-gramaticais. Mostram, além disso, que as diferentes maneiras em que se articulam as relações temporais em um texto também podem servir de critério para uma tipologia textual.

INTRODUÇÃO

> Tempo não é coisa, por conseguinte, nada de entitivo; mas permanece constante em seu passar, sem mesmo ser nada de temporal, como o é o ente no tempo.
> [....]
> "Tempo", do mesmo modo que "ser", nos é conhecido através de representações correntes, mas também, do mesmo modo, desconhecido tão logo empreendemos a discussão do que é próprio ao tempo.
> [....]
> Tempo não se dá sem o homem.
>
> M. Heidegger[1]

A idéia de que a temporalidade é fundamental à existência humana tem sido alvo de reflexão de muitos pensadores, desde a antigüidade clássica. Neste estudo, colocamo-nos ao lado daqueles que assim pensam; e também ao lado daqueles que consideram que o acesso à temporalidade se dá pela linguagem.

Comecemos por lembrar que também não é nova nos estudos lingüísticos a idéia de que a noção de tempo perpassa toda a manifestação lingüística, de forma mais explícita ou menos. Como a circunscrição de tão amplo conjunto de dados para análise iria além dos limites de um trabalho desta natureza, renunciamos à pretensão de percorrer todos os passos do fenômeno temporal na língua e tomamos como objeto de consideração o

[1] TEMPO E SER, conferência proferida em 1962, em tradução de Ernildo Stein publicada na série Os pensadores, da editora Nova Cultural: HEIDEGGER (1991).

fenômeno que, segundo nossa intuição, se coloca na origem do problema de TEMPO em português: os tempos verbais.

Neste estudo, que desenvolve tema iniciado para a elaboração da dissertação de mestrado, pressupõe-se que a língua não se reduz a uma estrutura, mas é antes, e mais que tudo, um sistema significante. Por isso, defende-se, como tese, que uma interpretação semântico-gramatical dos tempos verbais do português deve ser compatível com uma interpretação discursiva desses tempos.

Sabe-se que em português essa inter-relação entre linguagem e tempo ocorre fundamentalmente nos verbos, mas expressões adverbiais e prepositivas também podem ser veículo da noção do tempo na língua, como bem demonstram ILARI (1997) e PONTES (1992), por exemplo. No entanto, como é o paradigma dos **tempos verbais** que mais óbvia e fortemente carrega marcas temporais, para ele voltamos nossas primeiras atenções. Em trabalho anterior (CORÔA,1985) formalizamos essa restrição adotando um postulado no qual reconhecemos um facilitador metodológico:

> A interpretação temporal de uma oração é também
> a interpretação temporal do verbo dessa oração.

Considerar que o grupo de expressões lingüísticas tradicionalmente associadas à expressão do tempo formam paradigmas significa considerar cada uma delas como indivíduo, no sentido de REICHENBACH (1948)[2], ou

[2] Encontra-se em ELEMENTS OF SYMBOLIC LOGIC (1948:266): We may define it (individual) as something occupying a continuous and limited part of space and time.

seja: defini-las como algo que ocupa uma parte contínua e limitada de tempo e espaço, e se opõe aos outros indivíduos do mesmo sistema. E é assim, como um paradigma, que consideramos as relações que se estabelecem a partir dos três construtos temporais propostos por REICHENBACH (1948) para a interpretação dos tempos verbais das línguas naturais: o tempo de ocorrência ou referência do evento [ME][3], o tempo de seu relato ou fala [MF] e o tempo tomado como perspectiva temporal em que se insere a interlocução [MR].

Além disso, ao considerar que esses construtos realizam o **tempo** como uma categoria dêitica, por que ligada à enunciação, estabelecemos uma oposição a **aspecto** como aquilo que há de não-dêitico com respeito à temporalidade, segundo proposta de GUILLAUME (1969). E, como expressões dêiticas estão, em geral, diretamente ligadas a fenômenos que impressionam os interlocutores no seu campo perceptual/sensorial - como a visão ou a audição, por exemplo -, também como dimensão dêitica o TEMPO se singulariza. Isso porque, segundo KOCH (1997:39),

> [...] se levarmos em consideração o "tempo" como uma dessas dimensões, mesmo no domínio da fala, essa dimensão se estenderá além dos limites da percepção sensorial direta, ou seja, o quadro de referência comum será, em si mesmo, uma estrutura mental comum a ambos [interlocutores].

Quando o lógico REICHENBACH (1948) propôs, com base nos fundamentos filosóficos da Teoria da Relatividade Especial, de EINSTEIN, uma interpretação para os tempos verbais de uma língua natural, provocou uma nova maneira de considerar não apenas o tempo, mas também a própria relação entre as dimensões espácio-temporais e a linguagem

[3] REICHENBACH identifica esses construtos como S, E e R, respectivamente. No entanto, como a literatura sobre o assunto em português já os vem utilizando como MF, ME e MR, assim os identificaremos neste estudo.

humana. Tanto EINSTEIN quanto REICHENBACH, no entender de seus contemporâneos, lançaram um desafio sobre a natureza das bases do conhecimento humano[4] e, conseqüentemente, inovaram nos métodos de análise das exteriorizações desse conhecimento. Isso porque conseguiram, em um mundo kantiano, mostrar o estatuto convencional dos conceitos de tempo e espaço, em especial, o caráter convencional da uniformidade e da simultaneidade temporal.

Por isso, uma interpretação semântica apoiada no modelo de REICHENBACH revela-se não apenas pertinente para uma abordagem discursiva, mas sobretudo produtiva, ao se considerar que o discurso coloca em funcionamento os recursos expressivos da língua com uma certa finalidade. A esse respeito, reconhece PONTES (1992) que as descobertas da Física moderna já estão de algum modo prefiguradas na nossa estrutura de língua, especialmente aquelas relacionadas a espaço e tempo.

Mesmo considerando que os usos efetivos da língua envolvem realidades de extensão maior do que as palavras e as sentenças, não há dúvida que palavras e sentenças são entidades com as quais a língua opera. Por isso, se a significação do discurso não resulta exclusivamente do sentido proposicional do enunciado não pode deixar de ser compatível com ele. Segundo COMRIE (1984:26), os significados dos tempos verbais são independentes dos contextos particulares em que ocorrem; é possível que um dado tempo tenha mais de um significado; também é possível que um tempo verbal receba interpretações particulares em contextos particulares,

[4] Opiniões desse teor encontramos, por exemplo, no prefácio à edição inglesa de AXIOMATIZATION OF THE THEORY OF RELATIVITY, escrito por Wesley Salmon; ou na introdução, também da tradução inglesa, de THE THEORY OF RELATIVITY AND A PRIORI KNOWLEDGE.

mas estas são sempre explicáveis em termos da interação entre o contexto e seu significado independente do contexto.

Além de colocar sua primeira ênfase no paradigma verbal, este estudo faz, ainda, outra restrição: consideram-se apenas os tempos do modo indicativo, por reconhecer que é nesse modo - encarregado de indicar asserções, segundo ARISTÓTELES (apud LACEY,1972) - que a categoria temporal aparece mais nítida e livre de influências modais. Ambas restrições se reconhecem, no entanto, como um mero artifício metodológico, já que a experiência humana do tempo impregna completamente a atividade da linguagem.

Ressalte-se, também, que considerar os verbos como as formas lingüísticas que melhor veiculam a expressão do tempo não significa subtrair-lhes outras significações, também claramente associadas a eles. A primeira delas talvez seja o que a GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL (1992:85) considera essencial, o de

> significar a afirmação, isto é, indicar que o discurso, em que essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e as afirma.

Por isso, para ADMONI (1970), a importância do verbo na frase reside justamente no fato de a ligar, pela categoria de tempo, ao ato da fala e ao processo comunicativo como um todo.

Reconhecemos, assim, que os verbos *também* expressam temporalidade. E mais: que a temporalidade *também* é expressa por outras formas lingüísticas. Apenas "jogamos o foco de luz" sobre o objeto que buscamos explicitar: aquilo que há de temporal - e dêitico - nas formas verbais.

Com o intuito de facilitar a leitura, optou-se por dividir este trabalho em três partes, constando cada uma de três capítulos. Assim, a primeira parte discute conceitos teóricos fundamentais sobre os quais se apoiam as interpretações semânticas dos tempos básicos do paradigma verbal, que compõem a segunda parte. A terceira parte apresenta um esboço de como abordagens discursivas - ou textuais - podem se valer das interpretações propostas na segunda parte.

PARTE I

TEMPO

Datas. Mas o que são datas?
Datas são pontas de *icebergs*.
[....]
Datas são pontos de luz sem os quais a densidade acumulada dos eventos pelos séculos dos séculos causaria um tal negrume que seria impossível sequer vislumbrar no opaco dos tempos os vultos dos personagens e as órbitas desenhadas pelas suas ações.
[....]
Agora, debaixo da ponta do *iceberg*, as massas submersas apresentam outra e estranha consistência.

[....] o que seriam hoje as datas, aquelas pontas de iceberg, se fossem cortadas e destacadas das suas massas submersas?
[....]
As datas, como os símbolos, dão o que pensar.

Alfredo Bosi[1]

Discutir a noção de tempo em uma língua natural provoca, de início, uma reflexão aparentemente banal: que áreas de nossa experiência mobilizamos no emprego de uma linguagem que se marca temporalmente? Do ponto de vista de um analista da linguagem, essa reflexão se transforma em inquirir, mais especificamente, sobre o que deve fazer ao buscar uma interpretação semântica para as expressões de tempo que usamos cotidianamente. E que relações se estabelecem entre interpretações

[1] "O tempo e os tempos", em TEMPO E HISTÓRIA, Companhia das Letras, organização de Adauto. NOVAES(1992).

advindas de várias áreas afins: como se relacionam, por exemplo interpretações de tempo e de aspecto verbais?

A categoria de tempo é, sem dúvida, profundamente pertinente às línguas indo-européias. KLEIN (1974) chega a afirmar que se trata de uma categoria universal, que valeria tanto para a cultura européia média quanto para a cultura hopi, dos índios norte-americanos. Isso porque o fato de a noite seguir ao dia, e do sol se "mover" do leste para o oeste no horizonte provoca, desde a aurora da civilização, uma indelével experiência humana de seqüencialização de eventos. Mais ligados ainda à experiência pessoal são motivos alegados por BENVENISTE (1989: 71):

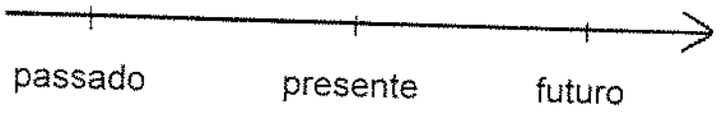
> Nosso tempo vivido corre sem fim e sem retorno, é esta a experiência comum. Não reencontramos jamais nossa infância, nem o ontem, nem o instante que acaba de passar.

Mas isso não significa que as marcas utilizadas pelas diferentes línguas para expressar a categoria sejam uniformes, ou regulares *a priori*: cada sistema lingüístico desenvolve historicamente seus mecanismos próprios. Em português, por exemplo, herdamos de nossas origens românicas um sistema verbal fortemente impregnado das noções temporais e aspectuais.

Na nossa civilização ocidental, os estudos sobre a expressão lingüística do tempo[2] baseiam-se, geralmente, em uma conceituação de

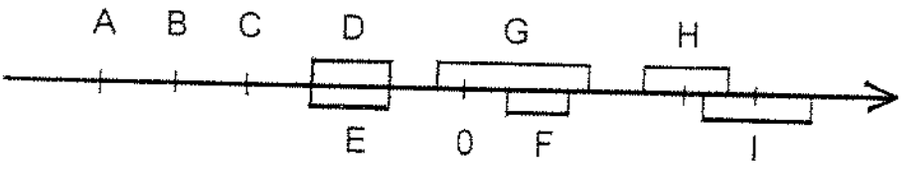
[2] *Cf.* . BULL (1971), COMRIE (1985), REICHENBACH (1948), HORNSTEIN (1977), ILARI (1981) e (1997), ARRAIS (1980), entre outros.

tempo associada a um vetor[3] , em que se representa o passado à esquerda e o futuro à direita de um ponto convencionado como presente:



No entanto, apesar de adotar tal esquema, COMRIE (1985:3) reconhece que uma teoria de tempo apropriada para todas as línguas não deve ser baseada em conceitos temporais culturalmente específicos, pois culturas orientais e ameríndias, por exemplo, têm conceitos de tempo diferentes da nossa, e tal diferença se marca também lingüisticamente. Sem pretender buscar a universalidade pretendida por COMRIE, partimos dessa afirmação para questionar se essa concepção de **tempo** será, de fato, a mais adequada como instrumento de análise dos empregos temporais de línguas como o português.

Em inúmeras descrições das formas lingüísticas ligadas a tempo, especialmente naquelas a que as gramáticas denominam *relativas*, o vetor acima exigiu "alargamentos" que lhe comprometem a característica da linearidade. Por exemplo, encontramos no próprio COMRIE (1985: 6) uma variação, um esquema híbrido, que tem o propósito de dar conta de "sobreposições" temporais entre eventos (para ele, situações) com respeito ao ponto presente (0):



[3] Define-se vetor, ou vector, como um segmento de reta orientado; ou como um conjunto de *n* quantidades que dependem de um sistema de coordenadas, que se transformam quando se muda o sistema.

Porque nem todas as línguas - nem mesmo as consideradas da mesma "familia" ou as "mais próximas" - expressam as noções temporais da mesma maneira, ou pelas mesmas classes gramaticais, não é raro encontrarmos nos estudos sobre o assunto uma distinção tripartite entre **tempo físico**, **tempo cronológico**, ou CRÔNICO, e **tempo lingüístico**, com variantes do primeiro para **psicológico** e **psíquico**. Tomemos de BENVENISTE (1989:71-75) a conceituação desses tempos:

> O *tempo físico* do mundo é um contínuo uniforme, infinito, linear, segmentável à vontade. Ele tem por correlato no homem uma duração infinitamente variável que cada undivíduo mede pelo grau de suas emoções e pelo ritmo de sua vida interior. [...]
>
> Do tempo físico e de seu correlato psíquico, a duração interior, devemos distinguir com muito cuidado o *tempo crônico*, que é o tempo dos acontecimentos, que engloba também a nossa própria vida enquanto seqüência de acontecimentos. [...] No tempo crônico, o que denominamos "tempo" é a continuidade em que se dispõem em série estes blocos distintos que são os acontecimentos. Porque os acontecimentos não são o tempo, eles estão *no* tempo. [...]
>
> Uma coisa é situar um acontecimento no tempo crônico, outra coisa é inseri-lo no tempo da língua. [...] O que o *tempo lingüístico* tem de singular é o fato de estar organicamente ligado ao exercício da fala, o fato de se definir e de se organizar como função do discurso.

Nas línguas que dispõem de termos diferentes para caracterizar os três **tempos**[4] acima pode-se, com facilidade, definir um pelo outro, como é o caso do inglês, por exempo, em que se define *tense*, **tempo lingüístico**, em função de *time*, ambivalente para os tempos **crônico** e **físico**. Mas tal artifício, mesmo que metodologicamente conveniente, não resolve um outro problema de análise: de que conceito estamos falando?

---

[4] Buscando essa facilidade, utilizamos em trabalho anterior (O **tempo** NOS VERBOS DO PORTUGUÊS, Thesaurus, 1985) o termo *tempus* para designar, em português, o correspondente a *tense*.

As teorias, científicas ou filosóficas, que tratam de **tempo** podem ser classificadas, grosso modo, em três grupos[5]:

1) As teorias de tempo absoluto - baseadas em NEWTON e GALILEU - postulam que o tempo tem existência fora dos eventos. O tempo absoluto flui sem relação com qualquer coisa externa a ele. Momentos seriam posições temporais que não dependeriam dos eventos para existir. Os eventos seriam ontologicamente separados dos momentos, mas se dariam, necessariamente, neles. Assim, as relações temporais entre eventos seriam derivadas dos momentos em que ocorrem: as relações primárias se dariam entre momentos.

2) As teorias de tempo relacional derivam de ARISTÓTELES (apud LACEY, 1972: 84): tempo seria o número de movimento com respeito a antes e depois. Distinguem-se das teorias de tempo absoluto por negarem a existência de uma "entidade" chamada tempo, pois este seria consituído a partir de relações entre eventos.

3) As teorias de tempo relativo tiveram maior divulgação na Teoria da Relatividade Especial, de A. EINSTEIN, apoiam-se na relatividade da simultaneidade. Propõem ser impossível determinar a simultaneidade, ou não, de dois ou mais eventos sem que se tome como referencial um sistema fixo de inércia no qual ocorrem tais eventos. Os valores temporais são, assim, estebelecidos a partir de um "observador" posicionado na interseção de coordenadas temporais. As teorias de tempo relativo não se afastam da mecânica clássica (de NEWTON) pelo postulado da relatividade, mas pelo postulado da constância da velocidade da luz no vácuo, pois a fixidez do "observador" - ou do sistema de inércia - decorre do fato de estar em movimento uniforme.

[5] Resumimos aqui o que dissemos a respeito em O **tempo** NOS VERBOS DO PORTUGUÊS, pp.27-31.

A partir de um **tempo** identificado com uma "estrutura" absoluta, independente, infinita, unidimensional, fixa e uniforme, segundo a visão newtoniana, passando pelas propostas reducionaistas de LEIBNITZ (apud RAY, 1993) - em que as relações temporais são reduzidas às relações entre corpos materiais - ou de DESCARTES (apud RAY,1993) - em que são reduzidas a relações espaciais -, entramos no século XX considerando o tempo como resultado de movimento dos corpos em relação a um sistema de inércia, como propõe a Teoria da Relatividade Especial, TRE. Ou seja, segundo RAY (1993), ao observarmos acontecimentos e coisas no tempo, observamos variações, e falamos da tais variações usando a linguagem das mudanças e ... do tempo.

Mesmo que, do ponto de vista da aplicação de seus fundamentos teóricos a problemas práticos, ainda haja áreas na TRE que possam sofrer algumas críticas ou restrições, ou mereçam revisão, não há dúvida de que essa teoria representou a derrota final do absolutismo na conceituação de **tempo**, e seus princípios continuam a sustentar grande parte da ciência moderna[6].

Como a TRE despe o tempo de seu caráter irreversível e unidirecional, e mostra que há eventos cuja sucessão pode ser tomada na direção oposta, a distribuição entre **tempo físico**, **cronológico** e **lingüístico** deixa de ter uma razão lógica de ser: na TRE, coisas e eventos *são reais para A em um tempo t.*

Dessa forma, uma análise das expressões ou formas de uma língua responsáveis pela "tradução" da noção de tempo a partir de uma teoria relativa de tempo, que leva em conta um sistema fixo de inércia

[6] Mais reflexões sobre essa tema, encontramos, por exemplo, em RAY (1993) ou LACEY (1972 e 1996).

temporal, pode revelar-se intuitiva, consistente, produtiva e apropriada para o português.

Nesta primeira parte, analisamos como a noção de **tempo**, definida pelos parâmetros da TRE, se manifesta gramaticalmente em língua portuguesa.

CAPÍTULO 1

SOBRE A NOÇÃO DE TEMPO

Por herança helenística, a descrição gramatical tem vocação para o que há de sistemático e constante, tradicionalmente assentado. Por herança filosófica, propõe uma classificação exaustiva e abrangente dos fatos da língua. Juntando esses dois aspectos, a gramática busca a analogia das formas, estabelecendo paradigmas (cf.NEVES, 1987).

Já do ponto de vista do lingüista, preocupado com uma análise e uma interpretação semântica consistentes, há uma questão que insiste em se infiltrar em suas reflexões: é a questão dos limites entre a Semântica e outras áreas em que tradicionalmente se dividem os estudos lingüísticos, especialmente a Pragmática e a Análise do Discurso. Além disso, até que ponto pode-se pretender uma descrição da significação dos tempos verbais não trazendo também a campo as condições de uso das formas que os caracterizam?

O advento de novas formas de encarar o estudo da língua teve o mérito de focalizar a análise do código lingüístico para além de sua estrutura: reconhece-se que os fatores que influenciam as "escolhas" lingüísticas dos falantes extrapolam a linearidade de uma cadeia sonora, seja essa cadeia composta de simples morfemas ou de complexas estruturas sintáticas. A partir desse enfoque, verifica-se que as organizações gramaticais não são tão independentes ou autônomas quanto as descrições meramente gramaticais fazem crer. No paradigma verbal do português, por exemplo, as oposições temporais têm, necessariamente, marcas morfológicas que se estabelecem na sentença mas vão, freqüentemente,

além dela. Mesmo no nível da sentença, não são apenas os morfemas os únicos elementos lingüísticos a estabelecer relações temporais: advérbios temporais, preposições, conjunções também freqüentemente o fazem, tanto isoladamente como em conjunto (cf. ILARI,1997, e SILVA, 1997, entre outros).

Por outro lado, uma simples leitura de qualquer porção lingüística maior que a sentença pode nos revelar organizações temporais que não só extrapolam o nível da sentença como chegam a formar toda uma "arquitetura temporal". O fragmento de um conto de Carlos Drummond de Andrade, *A Salvação da Alma* (CONTOS DE APRENDIZ, pp.13-21), mostra bem como as marcas temporais passam pelo nível morfológico, sintático e alcançam o nível textual, criando um universo temporal delimitado, aqui, pelo fragmento textual:

> Eu *tinha* nove anos e *estava* farto de apanhar. Nenhuma perspectiva de mudança, entretanto. Tito me *defendia* contra os assaltos dos meninos no grupo escolar, mas às vezes, depois desses choques, ao chegar em casa *voltava*-se contra mim, acusando-me de haver provocado barulho sem ter força para sustentá-lo. O orgulho dos Novais *repontava* nessa recriminação, porque um Novais não *podia* apanhar, e se não fosse ele, Tito, eu, Augusto Novais Júnior, *apanharia* em público, para gozo dos Teixeira, dos Andrada, dos Guimarães e de outros clãs rivais. Insubmisso, clara relação de antecedência. Pelo emprego do pretérito nos dois verbos mas desesperançado, ia-me deixando crescer. Quando tivesse vinte anos, nossos tóraces seriam iguais, e eu derrubaria Tito, mas *era* longe, vinte anos. Criança *tem* pressa de viver, e não lhe *prometam* uma compensação no futuro, a necessidade *é* urgente, o bálsamo que venha já, amanhã *será* tarde demais...

O texto estabelece com o momento de sua realização[1] uma da sentença inicial, sabe-se, ao lê-lo, que o estado de coisas nele contemplado é anterior ao tempo do aqui-agora de sua produção. Mais que isso: os interlocutores envolvidos na produção/compreensão desse texto são "convidados" a observar os eventos de uma perspectiva também de passado pela grande ocorrência de pretérito imperfeito. Mas esta caracterização de tempo passado será vista mais adiante. É também com a perspectiva temporal de um "olhar" do passado para eventos futuros que se constrói uma temporalidade futura pelas formas de futuro do pretérito: *apanharia, seriam* e *derrubaria*. Os eventos associados a esses verbos se inscreverão em um quadro temporal futuro a partir de uma perspectiva anterior ao tempo em que o texto se produz ou veicula. Percebe-se, ainda, aí um matiz de modalização, inevitavelmente associado à futuridade, como veremos no capítulo dedicado ao futuro.

O emprego das formas verbais de presente no último período sintático recoloca o texto - e a interlocução - em um tempo simultâneo com o tempo de sua realização, com o valor de enfatizar "verdades eternas", como os comentários sobre *criança...* Estas últimas orações se destacam do teor narrativo-descritivo do fragmento por funcionarem quese atemporalmente, como comentário, sobre a estrutura temporal organizada pelas formas verbais de pretérito imperfeito.

Assim, com a criação de um "universo temporal" próprio, que se opõe, de forma sistemática, ao "universo temporal" em que ocorre a interlocução, um texto remete-nos à sua própria enunciação.

[1] Entende-se, aqui, como realização tanto a elaboração como a leitura do texto.

Ao fornecer uma interpretação para os tempos do sistema verbal do francês, BENVENISTE (1988) reconheceu que não só os tempos verbais como o próprio paradigma temporal remetem a diferentes planos de enunciação: o da história e o do discurso. Ao primeiro vinculou as formas do aoristo (presente indefinido), do imperfeito, do-mais-que-perfeito e, acessoriamente, do prospectivo; ao segundo, vinculou o presente, o futuro e o perfeito, mas acrescentou a observação de que aí, "de fato todos os tempos são possíveis, salvo um, o aoristo" (p.268). Comum aos dois planos é o imperfeito. Na enunciação histórica os "acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos. O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora do da pessoa do narrador" (p. 267). Já a enunciação discursiva supõe um locutor e um ouvinte e, por isso, se liga mais às pessoas dos verbos do que a seus tempos propriamente ditos. Por isso, tratar de qualquer fato ligado à noção temporal na língua não exclui considerar também os homens, os usuários, os interlocutores, os sujeitos[2] que a utilizam - e também coletivamente a constróem.

Assim, a opção por privilegiar marcas morfológicas e sintáticas na superfície lingüística resulta de considerar possível, e produtivo, definir os tempos verbais do português opondo-os mutuamente. Em outras palavras: uma proposta para caracterizar os tempos verbais por suas oposições mútuas não significa uma proposta para alijar o homem/usuário da língua de uma interpretação temporal. Trata-se de, como tantas vezes se faz, em nome do "rigor", impor uma redução aos dados para integrá-los em uma estruturação "científica"... E como qualquer redução, esta também não se faz impunemente. Nestes termos, considera-se que uma descrição

[2] Tomam-se aqui esses termos, livremente, como sinônimos, sem preocupação com os diferentes quadroa teóricos em que os termos se inscrevem.

semântica adequada pode ser integrante de uma interpretação que tenha como alvo unidades lingüísticas maiores, ou mesmo perspectivas diferentes de análise; deve, por isso, com ela ser consistente. Ou seja, parte-se da hipótese de que uma interpretação completa e total dos tempos verbais do Português transcende o nível das oposições morfológicas e sintáticas, mas não as despreza; e que, além disso, tanto uma pragmática dos tempos verbais como uma abordagem discursiva ou textual só têm a ganhar se puderem contar com uma clara descrição semântica desses itens. Encontramos reforço a esta posição em COMRIE (1984:12), que logo na introdução de seu artigo esclarece:

> I wish to suggest that this relation is in fact much more complex: tenses have relatively abstract meanings, which provide a very underdetermined notion of chronological structure of a text; in order to come up with a full interpretation of the chronological structure, the listener must refer to a range of other clues, such as other grammatical categories (in particular verb aspect), the lexical meanings of verbs, the meanings of the structures into which the verbs fit, and even extra-linguistic knowledge.

E logo adiante p.13):

> (...) the chronological interpretation is in fact much richer than (though compatible with) the context-independent meaning of the verb form in question .

Partimos, pois, da hipótese de que o significado de uma forma verbal independente do contexto deve manter uma consistência sistemática com sua interpretação *em contexto*[3] , ou em uso.

Do ponto de vista da Semântica, importa, pois, não apenas estabelecer formalmente as oposições de um paradigma temporal no

[3] Novamente, toma-se aqui, livremente, o termo *contexto* sem maiores compromissos com alguma teoria que tome esse conceito como objeto de análise.

português mas também tentar sistematizar as diferentes situações de uso dos itens desse paradigma. Mas, para isso, cabe identificar o conceito sobre o qual o paradigma se constitui.

Como a progressão do tempo implica a transição de um estado para outro, o movimento temporal é, freqüentemente, intuído - e representado - na língua como movimento no espaço.

A esse respeito cabem, no entanto, algumas observações. Não há dúvida que a metáfora que associa o tempo a imagens espaciais mensuráveis é indicativa do paradigma temporal vigente nas ciências hoje[4]. Por muito tempo, desde os gregos, falou-se cosmologicamente do TEMPO como memória, como mito, como decodificação do fado do homem, como antecipação de um futuro ditado pelo sobrenatural. Depois, veio a visão de TEMPO como idéia de ordem, de um progresso ininterrupto e cíclico. No início do século XIX, essa idéia deu lugar à de um *tempo natural*, trazida pela hegemonia das ciências físicas e biológicas, as chamadas ciências "objetivas". A partir de então, passou-se a medir o dinamismo natural pelas medidas dos movimentos dos corpos celestes por instrumentação cada vez mais precisa e sofisticada.

No início do século XX, o crescimento das Ciências Sociais pressupôs o esquecimento da temporalidade nas áreas do conhecimento que como tal se identificavam: como o enfoque estruturalista se apoia na natureza estritamente sincrônica dos objetos que analisa, o tempo não pode ser encarado como uma força constitutiva das capacidades humanas. Enquanto isso, extraordinário avanço nas ciências ditas físicas fez-se notar

[4] Estudo detalhado a esse respeito encontramos em THE METAPHORS WE LIVE BY, de George Lakoff e& Mark Johnson, The University of Chicago Press, 1980

especialmente na aplicação da eletricidade e do magnetismo a usos mais concretos do conhecimento humano. Daí para a Física se tornar o paradigma das ciências foi um curto passo. Nessa época, a Física, que não perdera seu caráter experimental, viveu uma verdadeira revolução em termos epistemológicos: a Teoria da Relatividade Especial (TRE), de Albert EINSTEIN desafiou nossas noções intuitivas de espaço e tempo e estimulou o pensamento filosófico e a invenção literária. Estudiosos da área, como PROKHOVNIK (1967: xi), reconhecem a importância de Einstein nessa revolução:

> Einstein made important contributions to many fields of physical science; but for most people his name is associated only with the most puzzling and least understood of his theories, that is, his theory of Relativity.

A noção de relatividade não foi descoberta de EINSTEIN: a ciência já a conhecia desde NEWTON e, mais modernamente, pelos estudos de H. POINCARÉ e H. A. LORENTZ. Mas a EINSTEIN cabe o mérito de torná-la um princípio operatório, fundamental ao moderno pensamento científico.

A TRE questiona as noções de tempo e espaço trazidas pela tradição newtoniana para as ciências experimentais: além de não ser excluído do aparato teórico, o tempo é redimensionado em relação ao espaço. Isso porque, justifica MINKOWSKI (1923), os objetos de nossa percepção incluem, invariavelmente, lugares e tempos em combinação; apenas do ponto de vista teórico a TRE ainda respeita o dogma de que tempo e espaço têm significações independentes. Mais significativo ainda é que, ao banir o conceito de movimento uniforme e absoluto da propagação da luz no espaço, a TRE não só fez o aparato científico se aproximar da

intuição do homem comum, como também comprovou o que a ciência já havia verificado com respeito ao movimento dos planetas no universo. EINSTEIN não criou apenas uma nova teoria para explicar cientificamente certos fenômenos da natureza que vinham há milênios desafiando o conhecimento humano. Com essa nova teoria, EINSTEIN instaurou uma nova maneira de "ver" o mundo e as "coisas" que fazem dele... mundo (cf. REICHENBACH,1980 e PROKHOVNIK, 1967).

Teorias dessa envergadura precisam ter um grande suporte filosófico, por isso acabam por criar um enorme espaço de conhecimento que pertence tanto ao campo da ciência como ao da filosofia. Assim, ao redimensionar a tradição newtoniana, EINSTEIN não só propôs uma nova teoria para explicar fenômenos físicos, como também provocou significativa mudança no modelo filosófico de pensar sobre o conhecimento humano, e mais especificamente sobre as relações entre espaço e tempo. Essa mudança recaiu exatamente sobre aquelas afirmações que a Filosofia vinha considerando inadmissíveis, e as tornou norteadoras das assunções em Física. REICHENBACH (1969:2) cita, como exemplo, que a TRE

> deprived time of its character of irreversible process and asserted that events exist whose temporal sucession may be assumed in the opposite direction.

Mas como pode o tempo, cujas características se manifestam no mundo das experiências pessoais do ser humano e estão intimamente relacionadas com a experiência do ego - porque "eu sou" é sempre equivalente a "eu sou agora" - ser alvo de uma teoria como a TRE, construída sobre uma confiança extraordinária na exatidão da arte da

observação e da experimentação? Essa aparente contradição não se coloca para REICHENBACH (1948:109-110):

> One was aware only of those problems which do not exist for time, rather than of its special features. These features manifest themselves in the fact that time order is possible in a realm which has no spatial order, namely the world of the psychic experiences of an individual humam being. This is the reason why the experience of time is alloted a primary position among concious experiences, and is felt as more immediate than the experience of space.

Para REICHENBACH é preciso, então, considerar o problema do tempo como um problema das ciências naturais, similar ao do espaço, porque uma análise das ciências naturais é o único caminho para os problemas centrais da epistemologia. Diz ele (1948:113):

> We shall find that it is just the relativistic concept of time which presents the experience of time in a new light. This analysis will clarify the meaning and the content of everyday experience.

Entretanto, não foi apenas esse "caminho" que atraiu REICHENBACH para os pressupostos da TRE em sua interpretação lógica dos tempos verbais: foi, sobretudo, o seu caráter intuitivo. Não é estranho à intuição humana o fato de a luz ser usada para determinar o tempo, pois o dia e a noite, um após o outro, marcam, desde o início das civilizações, o que intuímos como **tempo**; assim também na base da teoria da relatividade está a luz como ponto de referência das "medidas" temporais. E é a partir desse papel da luz que REICHENBACH (1980:67) considera a TRE intuitiva:

> Whereas in Einstein's original theory of relativity light served merely to determine simultaneity, it became clear in the later revision of the theory that light may be used for all measurements of time, for the

designation of the measure of time, and even for the measurement of space.(...) Thus light comes to serve as the ordering net of physics, which gathers within the meshes of its rays all the events of the world and puts them in a numerical order.

Tanto para EINSTEIN quanto para REICHENBACH, nenhuma teoria deve descartar o que os sentidos nos mostram. Mas, a par do respeito incondicional à evidência dos sentidos, a TRE reconhece que a observação humana é limitada, por isso, tudo o que ocorre além dela deve ser deduzido pela reflexão, pelo raciocínio. O exemplo que ilustra esse pensamento é o das estrelas, citado por REICHENBACH (1980):o que impressiona nossos sentidos quando dizemos "ver uma estrela" é na verdade sua luz; a própria estrela pode há muito ter deixado de exitir. Devemos, então, considerar verdadeiro tudo que observamos imediatamente, mas como nossa percepção é limitada, a força do nosso conhecimento vai, por dedução, para além de nossos sentidos.

Assim, a Teoria da Relatividade Especial, TRE, lança novas luzes sobre as reflexões filosóficas acerca da noção de tempo[5]. O que a Lingüística - na sua identificação com a sincronicidade das Ciências Sociais - relegou ao campo do resíduo, pôde, a partir daí, na trilha das ciências ditas "objetivas", ser resgatado como objeto de análises semânticas. Não só a estudiosos de formação logicista, como REICHENBACH, passaram a interessar as questões da expressão do tempo na língua; também aos lingüistas.

Como, na realidade, não se mede o tempo "puro", mas cada lapso de tempo está conectado a algum processo, para ser percebido (cf.

[5] Cf. a esse respeito, por exemplo, Schwartz, H.(1968) INTRODUCTION TO SPECIAL RELATIVITY.

REICHENBACH,1948), o tempo ainda é reconhecido intuitivamente por sua associação com espaço e, às portas do século XXI, continua-se falando metaforicamente do tempo. Não que essa seja uma linguagem estranha à ciência. RAY (1993:298) reconhece que as metáforas são úteis em teorias por muitos motivos:

> Em primeiro lugar, fornecem vínculos entre a apreciação macroscópica do mundo e a perspectiva miscroscópica, permitindo o entendimento e a elucidação da última por referência à primeira. [....] Em segundo lugar, podem ajudar a estimular a pesquisa criativa dentro de um contexto teórico - por exemplo, quando similaridades são localizadas em meio a situações em contextos teóricos distintos. [....] Em terceiro lugar, um contexto pode ser utilmente dominado por uma metáfora.

Acrescenta, ainda, RAY (1993:299) que, sem modelos e metáforas "as teorias e o teorizar ficariam gravemente empobrecidos", apesar de introduzirem no pensamento científico "um elemento subjetivo distintamente imaginativo, intuitivo e portanto, para alguns olhos, indesejável dentro dos contextos teóricos."

No entanto, tendo a consciência dos perigos da linguagem metafórica, o absolutismo de tais descrições vai sendo colocado em dúvida e damo-nos conta de que a escolha das metáforas com que falamos sobre tempo - tanto quanto sobre inúmeras outras coisas - se prende ao paradigma vigente. Ou seja, cada época faz de suas metáforas uma das formas de caracterização do seu saber, privilegiando ora uma ora outra relação simbólica. WITTGENSTEIN (1996) dizia não ser nova essa idéia de símbolo como símile - a ilusão de que a metáfora *é* a realidade; novos são os caminhos para se fugir dela, e aponta como única saída, para os

labirintos em que nos colocamos ao inquirir sobre a natureza última do tempo, libertarmo-nos da idéia de que não existem labirintos... Para ele, a Filosofia seria essa luta permanente contra o "enfeitiçamento da linguagem", o reconhecimento de que estamos enredados nos labirintos mas não os tomamos como absolutos. Já que parece, pois, inevitável o uso de metáforas na linguagem da ciência, principalmente por se mostrar a metáfora uma forma de linguagem bem adequada para se expressarem verbalmente conceitos novos, o importante é desse uso ter consciência e não o tomar como absoluto: não sucumbir ao seu "feitiço".

Recoloca-se, pois, a questão do **tempo** em línguas naturais sob outra perspectiva: como uma **temporalidade** vista no uso lingüístico, que, entre outras características, também se caracteriza por ser temporal. Reconhecido o **tempo** como um princípio organizador da própria língua não cabe, no entanto, perguntar "o que é tempo" para a linguagem, mas "como é que se fala de tempo" ou "de que modo a língua fala de tempo" (cf.PARRET,1988). Firma-se, cada vez mais, em Lingüística e Filosofia a idéia de um **tempo** *definido*, com respeito a um observador, por oposição a um **tempo** *identificado* ou *determinado*. Assim, como o tempo é uma experiência pessoal e intransferível, medi-lo é uma questão de definição, não de observação (para determiná-lo ou identificá-lo), entendendo-se aqui por *definição* a introdução de novos termos como uma função de termos conhecidos (cf. REICHENBACH, 1948). Ou seja: já que a percepção não nos dá o objeto, apenas o material de que é constituído, o objeto fica naquela área do conhecimento para além dos nossos sentidos. É, então, uma construção da nossa reflexão, do nosso raciocínio. Daí, ser o **tempo**

definido, e não *identificado*. Citamos, a esse respeito, novamente REICHENBACH (1965:48-49):

> The judgement is the synthesis constructing the object from the manifold of perception . (...) depending on the choice of the schema, either an object or a certain type of relation will result. Intuition is the form in which perceptions present the material.(...) the object of science is therefore not a "thing-in-itself", but a reference structure based on intuition and constituted by categories.

Desse modo, para transformar a experiência subjetiva do **tempo** em objeto lingüístico, cabe-nos investigar o modo como ele é percebido no uso da linguagem e *defini-lo*. Temos em mente, ainda, o alerta de WITTGENSTEIN (1996, &108) para o fato de que são diferentes os jogos de linguagem da verdade e da **temporalidade**:

> Falamos dos fenômenos espaciais e temporais na linguagem, não de um fantasma fora do espaço e do tempo, indicando suas regras, e não descrevendo suas propriedades.

E regras são, segundo WITTGENSTEIN, indicadores de direção com duas características básicas: 1ª) toda regra envolve um paradoxo, pois deve determinar o modo de agir ao mesmo tempo que o modo de agir deve estar em conformidade com a regra - ou contradizê-la; 2ª) como seguir a regra é uma práxis, não há jogo de linguagem privado. Além disso, regras se aplicam a um universo claramente delimitado porque pressupõem uma rede específica de relações. Por isso, não haverá jogo se houver vagueza nas regras, e não pode haver linguagem sem regularidades (cf. PHILOSOPHICAL INVESTIGATIONS, &107).

Busquemos, então, as regras de temporalidade que na linguagem devem ser detectadas e seguidas - ou contraditas. Como, no jogo da linguagem, a temporalidade repousa na contratualidade dos usuários, há uma rede definida de relações sobre as quais essas regras se aplicam.

Não cabe, pois, no exercício da linguagem, investigar sobre as possíveis propriedades físicas de algo denominado **tempo**, mas determinar quais e como são as regras que regem as marcas lingüísticas que podem receber uma interpretação temporal. Em outras palavras, não se busca identificar ou determinar esse objeto de análise - **tempo**, busca-se defini-lo, descrevendo as regras que regem a convencionalidade de seus usos, pelos efeitos que produz na língua. Por oposição a um conceito de **tempo** a ser objetivamente identificado ou determinado, denominemos essa objeto a ser definido de **temporalidade**, tomando o termo emprestado a PARRET (1988).

Como já vimos, uma teoria relativa de tempo - como demonstram os pressupostos filosóficos da Teoria da Relatividade Especial, de EINSTEIN - nos fornece uma definição de **tempo** que não só resolve os conflitos entre o conceito intuitivo e o conceito científico de **tempo**, como tem a vantagem adicional de já ter provado a verdade de seus teoremas em outra área do conhecimento, a Física. É interessante observar que a teoria toma seu nome da própria definição que dá ao tempo, ao afirmar que as relações de **temporalidade** só podem ser medidas com respeito a um sistema fixo de inércia.

E um sistema fixo de inércia pode assim ser definido, como o fez PROKHOVNIK (1967:1):

An inertial reference frame, also known as an inertial system, is one in which Newton's law of inertia holds, that is in which a body is stationary or moves uniformly unless acted on by a force. The surface of the earth, ignoring gravitational and rotational effects, is taken as such a system, and hence any system in uniform motion relative to the surface of the earth is also considered an inertial system; so that the reference frame associated with a moving train (or ship or satellite) will also constitute an inertial system providing its motion is uniform, that is, providing it is not accelerating relative to the earth's surface.

Como no ato comunicativo, ou na enunciação[6], os interlocutores ocupam aproximadamente os mesmos sistemas de referência, suas determinações temporais, em uma situação normal de comunicação, costumam concordar[7]. Ou seja, temos aí um sistema fixo de inércia temporal se todos os (corpos) envolvidos apresentarem o mesmo movimento uniforme. Constrói-se, assim, no uso efetivo da linguagem, o terceiro "ponto" necessário para uma definição de temporalidade dentro de uma teoria de TEMPO relativo: o sistema de inércia no qual são consideradas todas as outras relações (ou "movimentos") temporais..

Se para EINSTEIN (1980) não se podia falar em simultaneidade de eventos em lugares diferentes a não ser que se definisse em que medida tais eventos se relacionavem dentro de um sistema fixo de inércia, no uso lingüístico só é possível estabelecer tal simultaneidade dentro de um quadro temporal teórico que se constrói na interlocução. Isso porque, segundo BENVENISTE (1989:77), o tempo lingüístico, centrado no hoje, emerge no seio da instância do discurso, que o contém em potência e o atualiza.

---

[6] Também aqui estes termos são tomados, livremente, como sinônimos, sem considerar os diferenntes quadros teóricos em que se inserem.

[7] A flexibilidade dos sistemas de referência é maior ou menor segundo a necessidade da interlocução: em uma conversa informa cara-a-cara, por exemplo, o sistema de referência temporal é nitidamente mais reduzido do que em uma interlocução que se estabeleça na leitura de um texto antigo.

Define-se, então, **temporalidade** como os efeitos lingüísticos de uma relação de simultaneidade ou de sucessividade entre dois objetos[8] - neste caso, eventos - com respeito a um sistema fixo de referência. É, portanto, constitutivo da **temporalidade** o estabelecimento de um quadro temporal dentro do qual se deve entender a interlocução. E este quadro é culturalmente construído quando, contemporâneos em um mesmo mundo (maior ou menor), partilhamos pontos de referência temporal mais ou menos semelhantes. Quando não se toma esse conhecimento partilhado como certo, ou se pretende subvertê-lo, as convenções do uso lingüístico requerem o fornecimento de "pistas" para que se coloquem os parceiros da interlocução nos mesmos parâmetros temporais. Um claro exemplo destas "pistas" são as datações na posição quase semelhante à de operadores lógicos, funcionando na organização dos parâmetros temporais para o emprego do presente histórico ou narrativo. Comparem-se, a esse respeito , (a) e (b):

(a) ? A corte portuguesa foge para o Brasil.

(b) Em 1808, a corte portuguesa foge para o Brasil.

O exemplo (a) iniciando um texto, ou proferido fora de um contexto apropriado[9], "quebra" a naturalidade do referencial temporal onde se dá sua enunciação e cria, no mínimo, um enunciado "estranho": os

[8] Estudo mais detalhado a respeito desta definição encontra-se em COROA, M. L. (1985) O TEMPO NOS VERBOS DO PORTUGUÊS. Brasília: Thesaurus.

[9] Entende-se, aqui, como contexto apropriado uma situação em que o tema da interlocução seja quase que imediatamente reconhecido como histórico; ou que a perspectiva temporal da enunciação já esteja suficientemente "dilatada" para um tempo passado.

interlocutores não se sentem, de imediato, no mesmo sistema de referência temporal; desrespeita-se a contratualidade do jogo da temporalidade.

Na esteira da Teoria de Relatividade Especial, o filósofo REICHENBACH (1948) forneceu uma interpretação para os tempos verbais das línguas naturais baseadas na Lógica e aplicou-a ao inglês. A partir de então, vários estudiosos da linguagem têm proposto que o paradigma temporal nas línguas que marcam, flexionalmente ou morfologicamente, o tempo se vale de três construtos teóricos para estabelecer a regularidade de tais relações: o ponto da fala (S), o ponto do evento (E) e o ponto da referência (R). Nos estudos sobre o assunto em língua portuguesa, tais construtos têm sido identificados como **momento da fala** (MF), **momento do evento** (ME) e **momento da referência** (MR). Como construtos, esses "momentos" não são períodos concretos de tempo, mas uma classe temporal, um grupo de objetos cujo traço em comum é a temporalidade (cf.LACEY,1996). Mantém-se, no entanto, a nomenclatura que a tradição lingüística consagrou não só por comodidade metodológica como também, e principalmente, para manter o mesmo vocabulário adotado nesta linha de análise. Fundamental é lembrar que sob estes rótulos há uma cadeia de relações, não entidades "palpáveis", independentes do uso lingüístico, ou mesmo com existência própria. O **momento da fala** (MF) pode, assim, ser definido como o tempo do ato da comunicação, ou enunciação: nele se constitui o sujeito da linguagem. O momento do evento (ME) é o tempo da realização do predicado, segundo ILARI (1981). **o momento da referência** (MR) é a perspectiva temporal que se constrói no ato da comunicação, ou na enunciação, para que se estabeleçam, entre os interlocutores, os

parâmetros temporais segundo os quais uma proposição pode - ou não - ser verdadeira. Neste último se reconhece o sistema fixo de inércia definido pela TRE.

Definida a **temporalidade** a partir desses três construtos, a primeira observação a fazer é que a ocorrência da totalidade de combinações matematicamente possíveis entre eles nunca foi constatada em uma língua natural. Talvez porque nenhum sistema lingüístico dela necessite... De todas as possibilidades, uma língua natural "escolhe" aquele conjunto de relações que considera pertinentes. A este conjunto de relações, marcadas lingüisticamente, chamemos, com PARRET (1988), **temporalização**. Podemos dizer, então, que as marcas de tempo em uma língua particular revelam uma **temporalidade**, que se realiza na temporalização sem nela se esgotar, quando as combinações reais dessa língua se desenvolvem historicamente. Em português, esse processo de **temporalizaçao**, se gramaticaliza fundamentalmente nos verbos, mas expressões adverbiais, preposicionais, e mesmo substantivos também podem servir de veículo da **temporalização**.

Quando as pesquisas em ciências sociais trouxeram novamente à tona a preocupação com a **temporalidade** de seu objeto, PARRET (1988) propôs um modelo de **temporalização** voltada para a pessoa do discurso, o agente ou ator. Diz ele (1988:191):

> Seja qual for o modelo sugerido para a análise da temporalidade em Filosofia, Lingüística ou Lógica, o papel do tempo é determinado pelo papel do espaço de uma pessoa (agente, ator, falante, sujeito) espaço-temporalmente situada: EGO (e suas relações com TU, ELE, NÓS), NUNC e HIC (e suas relações com as outras posições espaço-temporais).

Esta "ancoragem" da língua ao próprio ato comunicativo tem grande respaldo na Lingüística moderna. Para BENVENISTE (1989), é pela língua que se manifesta a experiência humana de tempo; é o ato individual de apropriação da língua que introduz aquele que fala em sua fala e esta presença faz com que cada instância do discurso[10] se constitua em um centro de referência interno, incluindo aí a referência temporal. As coordenadas espaciais e temporais não são, desse modo, pontos fixos e eternos, mas relações resultantes do posicionamento espacial e temporal do EU. Diz BENVENISTE (1989:70):

> Das formas lingüísticas reveladoras da experiência subjetiva, nenhuma é tão rica quanto aquelas que exprimem o tempo, nenhuma tão difícil de explorar, a tal ponto estão arraigadas as idéias preestabelecidas, as ilusões do "bom senso", as armadilhas do psicologismo.

Acrescenta, ainda, que a forte propensão para ver na língua um decalque da realidade é responsável por uma outra confusão: pensar que o sistema temporal de uma língua reproduz a natureza do tempo "objetivo". Admite, entretanto, haver pontos de referência temporais fixos e imutáveis, sem os quais "nenhum discurso sensato poderia ser mantido sobre nada e a História inteira falaria a linguagem da loucura" (idem:73): seria o tempo do calendário, fixado pelas convenções humanas. Mas ao esquecermos que tais pontos "fixos e imutáveis" são meras convenções humanas, deixamo-nos enredar pelo "enfeitiçamento da linguagem", de que falava WITTGENSTEIN (1996), e mensurações de tempo passam a ser

[10] Neste momento, BENVENISTE vê discurso como a conversão individual da língua no ato da enunciação; como a efetivação de uma possibilidade (que é a língua).

tomadas pelo **tempo** mesmo, como se este se constituísse em um objeto passível de identificação ou determinação... e não de definição.

Nesta tradição lingüística, o tempo se ordena, na língua, a partir de coordenadas criadas na instância do discurso. Por isso, de acordo com BENVENISTE (1989), é difícil conceber uma língua em que o ponto de partida da organização temporal não coincida com o presente lingüístico ou na qual o eixo temporal seja, ele mesmo, variável da temporalidade. Isso porque, justifica ele, o eixo da referência não pode ser mudado depois de marcado por algo que realmente aconteceu no mundo, que não é fruto de uma convenção, como é o caso da interlocução. Para ele, "tudo está no tempo, exceto o próprio tempo." (id.,ib.:71)

Considerar, desse modo, uma definição temporal segundo um sistema de coordenadas não se restringe ao campo da Lingüística, já EINSTEIN (1980:38-39) o fez na TRE:

> If we wish to describe the motion of a material point, we give the value of its co-ordinates as functions of the time.

E mais ainda: enfatizou o papel da simultaneidade na definição do que se entenda sobre **tempo** (id.,ib.:39):

> We have to take into account that all our judgments in which time plays a part are always judgments of *simultaneous events*. If, for instance, I say, "The train arrives here at 7 clock," I mean something like this: "The pointing of the small hand of my watch to 7 and the arrival of the train are simultaneous events.

Neste sentido, torna-se importante também considerar que o próprio sujeito da linguagem é um ponto de tensão temporal: ao mesmo tempo em que no uso da língua a temporalidade se ordena a partir de coordenadas criadas nessa instância de uso, o falante que o faz se constitui em sujeito de sua fala também na dimensão temporal. E, assim, se torna parâmetro das condições necessárias - inclusive temporais - para a própria enunciação, ou ato comunicativo. Como esse sujeito é historicamente constituído, "impregnado", pois, de temporalidade histórica, cada manifestação lingüística acaba se constituindo em uma tensão, que tanto revela o lugar de cada um no tabuleiro político, histórico e cultural (cf. ROBIN, 1977), quanto faz emergir marcas referenciais pelas quais o sujeito intervém nesse processo. É ao conjunto dessas marcas lingüísticas, que explicitamente marcam a temporalidade do discurso, que chamamos **temporalização**.

Mas o sujeito como parâmetro das condições necessárias - inclusive temporais - para a produção da enunciação parece se contrapor à idéia de um sujeito historicamente constituído, que sofre as determinações das relações sociais. Neste ponto de aparente contradição entre um discurso impregnado de **temporalidade** de um sujeito que faz sua própria história, mas em circunstâncias dadas e herdadas do passado, e uma **temporalização** da linguagem orientada para um sujeito que tenta impor suas coordenadas espaço-temporais ao seu discurso; exatamente neste ponto se cria o lugar de tensão que caracteriza temporalmente o sujeito da linguagem. Em outras palavras, o sujeito, na sua dimensão temporal, caracteriza-se por constituir e ser constituído na **temporalidade** que se tece na linguagem e se "mostra" na **temporalização**.

Nesta dupla face do **tempo**, na interseção de uma **temporalidade** e uma **temporalização** construídas no exercício da linguagem, e das práticas sociais, descarta-se também o caráter linear do tempo. De uma linearidade forjada na aparente linearidade lingüística, amplia-se a concepção para a definição de um tempo considerado a partir de seu duplo efeito na expressão lingüística: de **temporalidade** e **temporalização**. E dessa não-linearidade tratamos a seguir.

CAPÍTULO 2

SOBRE AS DEFINIÇÕES TEMPORAIS

A partir da interação entre uma **temporalidade** [historicamente constituída] do sujeito/usuário da língua com uma **temporalização** [lingüística] desse mesmo sujeito, no momento da enunciação, abre-se a perspectiva para uma interpretação **temporal** das formas lingüísticas que extrapola a mera seqüenciação de eventos e suas expressões: as relações **temporais** de simultaneidade e sucessividade que se constituem na aparente linearidade lingüística se revelam mais complexas e ganham, de certa maneira, uma interpretação "em profundidade", ao ser a elas incorporada a referência a um sistema de inércia **temporal**.

O **tempo** considerado linearmente - unidimensional e unidirecional - revela-se, assim, uma metáfora simplificadora que se apoia nas características de assimetria, irreflexividade e transitividade das relações que a nossa noção de **tempo** e nos induz a considerar. Mas tomar essa metáfora como símile, como ícone de um **tempo** que "corre" na nossa experiência pessoal faz-nos considerar uma seqüência de acontecimentos como se o próprio **tempo** fosse...

Não poucos lingüistas ou filósofos - como, por exemplo, REICHENBACH (1948), LACEY (1972) e HORNSTEIN (1977) - já demonstraram que a explicação da linguagem flexionada **temporalmente**, que leva em conta o sistema inerte ou fixo de referência proposto pela TRE, além de cientificamente coerente e consistente, tem como vantagem oferecer uma explicação mais abrangente e econômica do objeto descrito. Isto porque, nesse mundo de **tempo** relativo, cada coisa tem seu presente

próprio: só é possível efetuar as ligações entre os presentes - ou a simultaneidade - dos vários objetos recorrendo a convenções - ou a um sistema fixo de referência **temporal**. Descarta-se, assim, um conceito de **tempo** absoluto descartando-se o absoluto da relação de presente. Ou, nas palavras de EINSTEIN (1923a:42):

> So we see that we cannot attach any absolute signification to the concept of simultaneity, but that two events which, viewed from a system of co-ordinates, are simultaneous, can no longer be looked upon as simutaneous events when envisaged from a system which is in motion relatively to that system.

Isso significa que a mudança nas coisas, nos fatos, nos eventos se marca em termos do que agora-constitui-o-seu-passado ou do que agora-constitui-o-seu-futuro. Estendendo à linguagem, podemos considerar que, como interlocutores, somos observadores "em repouso" um em relação ao outro e podemos verificar que nossos presentes, a qualquer instante, são idênticos. Por isso, uma descrição no presente para o evento A pode não o ser para A', mas as suas relações de simultaneidade ou sucessividade se mantém com respeito a um sistema fixo de referência **temporal**. Chamamos a esse sistema MOMENTO DE REFERÊNCIA (MR). A natureza estritamente teórica, ou convencional, do MR[1] faz com que pareça mais afastado do ato da comunicação e que seus contornos **temporais** sejam menos perceptíveis. As gramáticas costumam reconhecer este caráter "maleável" do **tempo** como "**tempo psicológico**", aquele **tempo** que pode retroceder, parar, acelerar-se e "violar" a ordem

[1] Esta "natureza" teórica ou convencional do MR talvez tenha sido o motivo que levou Ademar da SILVA(1997) a chamá-lo Ponto de Referência (PR), e não momento. Essa nos parece uma decisão feliz, pois induz o leitor a reconhecer aí uma dessemelhança do MR em relação a ME e MF.

cronológica das coisas e dos fatos. No entanto, não se trata de "um **tempo** diferente", mas de uma das facetas **temporais** com que se constróem todos os discursos, não apenas os psicológicos... É pela natureza convencional do construto MR, presente em todas as definições **temporais**, que se estabelece a cronologia dos fatos. Assim postulado, o MR orienta a dêixis[2] **temporal** para os interlocutores porque pressupõe um contrato entre eles sobre como e em que extensão a noção de **tempo** será relevante na interlocução. Despe-se, todavia, de qualquer roupagem psicologista por se constituir pela interlocução e não pressupor um "quadro" ou contexto **temporal** *a priori*. Mas contratualidade, ou convencionalidade, é algo próprio da linguagem humana, não exterior a ela (cf. WITTGENSTEIN. 1996).

Estabelecendo o paradigma das flexões **temporais** do português sobre as relações entre esses construtos, MF, ME e MR, e fugindo da linearidade com que o conceito **temporal** tem sido tradicionalmente identificado - "um ponto em contínuo deslocamento para a direita" - pode-se, agora, mais adequadamente comparar o sistema **temporal** do português a um conjunto de planos formados por pontos não seqüencialmente alinhados. A metáfora não seria mais uma "linha", mas um "plano" formado por três pontos. Assim, ao despir o **tempo** de seu caráter irreversível e unidirecional, acrescentamo-lhe a possibilidade de ser percebido a partir de múltiplos e diferentes sistemas referenciais. Além disso, uma definição rigorosa de **tempo** deve prever que as interpretações desses vários sistemas sejam compatíveis entre si e com uma semântica da linguagem **temporalmente** flexionada.

[2] Adotamos aqui a conceituação de Comrie (1985:14) para dêixis, como o fenômeno que relaciona entidades lingüísticas a referências que se criam no uso do discurso, ou na enunciação.

Ao retomar propostas que desenvolvem a interpretação de REICHENBACH (1948), e se baseiam em três construtos **temporais**, MF, ME e MR, para definir os **tempos** verbais, incorporamos também que, de fato, esses três "momentos" não estão linearmente distribuídos, mas que mantêm relações "em planos". Além disso, os definimos não como "momentos" realmente, como pontos fixos e absolutos, mas como o resultado de uma tensão **temporal** que, mais do que permite, provoca constantes deslocamentos nessas relações. Essa tensão, entre uma "localização" **temporal** a partir da qual o sujeito estabelece as coordenadas de sua fala ou enunciação (**temporalidade**) e as marcas lingüísticas dessas coordenadas (**temporalização**), por sua vez, é reveladora de um **tempo** que, por construído sobre relações, admite uma definição, não mais uma identificação.[3]

Deslocando-se conceitualmente a questão do **tempo** para a da **temporalidade**, supera-se a tradicional distinção entre **tempo físico**, **tempo cronológico** e **tempo psicológico**: as mudanças nas coisas e nos eventos são, então, consideradas a partir de parâmetros de referência **temporal** diferentes. A distinção passa a ter origem não na definição de "**tempos**" diferentes para os mesmos tipos de relações **temporais**, mas na consideração de diferentes parâmetros de referência **temporal** para a mesma relação.

A linguagem flexionada em português, tanto na flexão morfológica quanto, mais amplamente, nas formações perifrásticas, revela bem uma noção de **tempo** assim definido. O emprego das formas verbais

[3] Detalhamento sobre s distinção entre identificação e definição pode ser encontrada no capítulo 1.

do português mantém sempre a ordem dos eventos com respeito ao **tempo** em que são "relatados" e também com respeito aos referenciais cronológicos que se constituem como sistema fixo de inércia **temporal**, qualquer que seja a ordem de sua expressão. Daí serem tão facilmente intuídas como as melhores representantes da **temporalidade** na maioria das línguas ocidentais[4] .

Como já vimos ser, na nossa intuição lingüística, difícil pensar no **tempo** sem recorrer a imagens espaciais, a metáforas, podemos, como exercício para fugir desse "labirinto" em que nos coloca a linguagem (cf. WITTGENSTEIN, 1996), pensar nesses indicadores **temporais** também como intervalos, mais do que como momentos, conforme propuseram BAUMGÄRTNER & WUNDERLICH (1969). O MF seria, então, identificado ao **tempo** da fala (Sprechzeit) e definido como o intervalo de **tempo** do ato verbal ou enunciação; o MF seria definido como o intervalo de **tempo** que se atribui a um evento tomado como referente (Aktzeit); e o MR seria o **tempo** tomado como relevante para a consideração do ato verbal, a perspectiva **temporal** que "transita" entre falante e ouvinte no ato da comunicação (Betrachzeit).

Com estes três indicadores, lembrados como intervalos[5], chamados de momentos, mas definidos como relações não fixas na tensão entre a **temporalidade** dos falantes/usuários da língua e a **temporalização**, construídas lingüisticamente, torna-se possível construir um sistema de oposições mútuas que permita a interpretação de todos os

[4] Línguas há, no entanto, que dissociam do verbo o conceito de tempo: KLEIN (1974) cita, por exemplo, o vietnamita e o birmanês, que não têm formas verbais marcadas por morfemas temporais embora sejam capazes de expressar um sistema temporal completo.

[5] Também EINSTEIN (1923b:112) incorpora o conceito de intervalo à noçao de tempo: To two selected positions of the hands of a clock at rest relatively to the privileged system of reference there always corresponds an interval of time of a definite length, which is independent of place and time.

morfemas **temporais** do Português com o mesmo vocabulário e os mesmos intervalos de **tempo**.

Intuída com facilidade a relação entre o **tempo** de realização do evento (ME) e de seu relato (MF), resta agora estabelecê-la com respeito a um sistema fixo de referência **temporal**, (MR). O conjunto total de possibilidades combinatórias entre esses três construtos que respeite a intuição de que nos **tempos** do passado o evento antecede o seu relato, nos de futuro o sucede e nos de presente evento e relato são simultâneos, formaria o quadro de **temporalidade** do qual uma língua natural, no caso, o português, retiraria o conjunto de combinações que **temporaliza**, ou marca na expressão lingüística. Reconheçamos, então, com COMRIE (1985), que as caracterizações básicas da definição **temporal** nas línguas ocidentais são:

presente: evento simultâneo à fala
pretérito: evento anterior à fala
futuro; evento posterior à fala

Adotando, como REICHENBACH (1948), traços para simbolizar precedência ou anterioridade e vírgulas para simbolizar simultaneidade, o quadro de possibilidades combinatórias se amplia e constitui um paradigma de definições **temporais** - que se realiza completa ou parcialmente nas línguas naturais:

QUADRO I

passado:	presente	futuro
base:ME - MF	base:ME,MF	base:MF - ME
possibilidades	possibilidades	possibilidades
ME - MR - MF	ME,MF,MR	MF - MR - ME
MR - ME - MF	MR - ME,MF	MR - MF - ME
ME,MR - MF	ME,MF - MR	MF,MR - ME
ME - MR,MF		MF - MR,ME
ME - MF - MR		MF - ME - MR

Dessas treze possibilidades, o paradigma de **tempos** verbais do português gramaticaliza apenas seis como formas simples. Em outras palavras, a **temporalização** se dá flexionalmente em português em seis dessas relações[6]:

pretérito perfeito: ME - MR,MF
pretérito imperfeito: ME,MR - MF
pretérito mais-que-perfeito: ME - MR - MF
presente: ME,MR,MF
futuro do presente: MR,MF - ME
futuro do pretérito: MR - MF - ME

Em detalhado estudo sobre a auxiliaridade verbal, LONGO (1990:163) amplia as possibilidades de gramaticalização dessas combinações pelos mecanismos lingüísticos da locução e da perífrase: e demonstra, por exemplo, que para o futuro do presente composto com **ter** a

[6] Motivação mais detalhada para estas definições pode ser encontrada em CORÔA (1985).

definição é MF- ME - MR[7]. Conclui, a partir do desenvolvimento desse raciocínio, que em nossa língua os "auxiliares exercem papel semelhante ao dos morfemas gramaticais que expressam a categoria **tempo**" (p.183). O que serve para comprovar que o paradigma proposto no QUADRO I se atualiza de mais de uma maneira. Mas fiquemos, por ora, apenas com as formas simples do paradigma verbal reconhecido pelas gramáticas do português.

Assim reduzido, o quadro dos **tempos** verbais não apenas não esgota as possibilidades de oposições **temporais** em português como também ainda uma outra complexidade: além de se realizar por recursos lingüísticos outros que não apenas o flexional, a noção **temporal** em nossa língua se revela lingüisticamente de, ao menos duas maneiras diferentes: 1ª) a relação de simultaneidade ou de sucessividade entre a ocorrência do evento e sua enunciação ou relato, dentro de um sistema lingüístico, se junta a 2ª) um **tempo** inerente ao próprio desenvolvimento do evento relatado, enunciado ou descrito. Como a interpretação **temporal** está ligada ao ato da enunciação pelo MF, facilmente se reconhece a relação do primeiro caso com um **tempo** dêitico; no segundo caso, o **tempo** é não dêitico, por lhe faltar essa "ancoragem" na comunicação. Identifiquemos, então, como **tempos** verbais as relações dêiticas e como **aspecto**S verbais as relações não-dêiticas.

Em argumentação sobre a natureza dêitica do pronome EU, PARRET(1988) esclarece que os dêiticos são referentes formais, e não mera identificação ou decalque da realidade. A significação do dêitico não se dá por extensão - emborca tenha daí recebido o nome - mas por inserção

[7] O exemplo citado é: O João terá concluído os exames antes de começarem as férias de verão.

em um sistema abstrato. A postulação de construtos para a definição do **tempo** não fere, assim, sua natureza dêitica: as regras de significação se aplicam a cada contexto formal de uso. Como uma regra proporciona um estado de coisas (cf. PARRET,1988 e WITTGENSTEIN,1996, i.a.) - um objeto -, um elemento dêitico se caracterizar por poder ter um "conteúdo" diferente em cada uma de suas ocorrências.

Na distinção entre **tempo** e **aspecto**[8] verbal, mais uma vez, uma metáfora pode se colocar a serviço da compreensão: a identificação de **aspecto** como "a representação espacial do processo" (CASTILHO,1968) nos leva a "ver" o processo em seu desenvolvimento, como uma extensão e não como um ponto. Conseqüentemente, indica-nos o primeiro passo para a interpretação aspectual perfeitamente integrada a uma interpretação **temporal** propriamente dita. Ou seja, o evento considerado no seu todo como um momento, que guarda com outros momentos relações **temporais** sistemáticas é alvo de uma descrição semântica que dá conta dos **tempos** verbais do Português. Mas sobre um desses "pontos", o momento da ocorrência do evento (ME), quando visto em seu desenvolvimento, em sua "extensão" **temporal**, incide uma interpretação de **aspecto**.

Esta posição provoca algumas conseqüências teóricas: a primeira é a de que há uma dupla oposição de natureza **temporal** entre as formas verbais do Português, a oposição **temporal** propriamente dita (dêitica) e a aspectual (não-dêitica). Outra conseqüência é a de que, assim considerado, o aspecto se constitui, não apenas em uma categoria semântica, nos termos de JAKOBSON (1969), mas também em uma categoria gramatical, uma passagem obrigatória no uso dos verbos, como

[8] Embora a definição de ASPECTO que adotamos neste e em outros trabalhos anteriores, como CORÔA (1985 e 1985b), seja diferente daquela adotada por CASTILHO (1968), a metáfora ainda é válida.

acontece com o **tempo**. Coloca-se, assim, o **aspecto** no mesmo nível das categorias de gênero e número, por exemplo. Como no caso dos substantivos de gênero sobrecomum (ex.o cônjuge, a testemunha) ou de número invariável (ex. lápis, ônibus), também a oposição aspectual pode estar "em suspensão", ou sofrer uma" neutralização", para usar um termo emprestado da Fonologia. É o que parece, de fato, acontecer nas formas do futuro e do presente em Português, guardadas as respectivas especificidades. No Português, apenas algumas das formas do sistema verbal são marcadamente afetadas pela oposição aspectual: o pretérito e as formas nominais de gerúndio e particípio (cf. TRAVAGLIA,1981). Assim, segundo esta perspectiva de **aspecto**, o uso das formas de perfeito e imperfeito em Português resulta de dois tipos de decisão dos falantes (Cf. JAKOBSON,1969): 1º) em que **tempo** se situa o evento enunciado com respeito à sua enunciação; e 2º) em que situação se encontra o desenrolar desse evento com respeito à sua constituição **temporal** "interna", se acabado ou não.

Além de tomar **tempo** como uma dimensão definível - e não identificável - a distinção aqui proposta para as categorias de **tempo** e **aspecto** na língua vale-se, então, da dupla característica de que eventos se desenvolvem de um estado inicial para um terminal e a de que se "situam" cronologicamente com respeito ao eixo **temporal** que se estabelece no momento de sua enunciação.

Outro ponto em que o quadro das relações **temporais** do paradigma verbal do português parece ficar a dever é quanto à noção de **duração**. Segundo uma argumentação que segue a de

WOISETSCHLAEGER (1976) para o inglês, não se considera que em português as formas tradicionalmente descritas como durativas (4) atualizem exatamente a noção de duração da **temporalidade**. Assim, (1) e (2) não caracterizariam a oposição durativo/não-durativo, mas são formas que se opõem pela maneira de ver o mundo.

(1) [Pronto! Agora] não está mais saindo fumaça do motor.
(2) [Pronto! Agora] não sai mais fumaça do motor.

A descrição da estrutura de um fato (o motor não tem mais a propriedade de soltar fumaça), em (2), opõe-se à descrição de um comportamento constatado à vista da situação, em (1). Segundo WOISETSCHLAEGER (1976), a sentença (2) se espera proferida por um mecânico depois de consertar nosso carro, por exemplo, enquanto que a sentença (1) pode ser dita por qualquer pessoa que não tenha o compromisso de fazer acabar a fumaça, apenas constata o fato. Mas também, nessa situação, o mecânico...

A oposição entre os verbos SER e ESTAR, em português, parece indicar com precisão essa oposição:

(3) Francisco é doente.
(4) Francisco está doente.

Em (3) e (4), não é a duração[9] da doença o fato lingüístico relevante para o emprego de SER ou ESTAR: a oposição relevante é a que considera ser "estrutural" da parte de Francisco ser doente, como em (1), ou se apenas se descreve um comportamento à vista de uma situação, que, por sua vez , pode ser **temporária** ou não, como em (2). MIRA MATEUS (1983:136-142) identifica esta oposição com respeito ao modo de predicação: há predicadores que exprimem propriedades individuais, como (5), e predicadores que exprimem propriedades de manifestações **temporalmente** (sic) limitadas de individuais, como (6).

(5) O João é português.
(5') *O João está português.

(6) *Essa flor é murcha.
(6") Essa flor está murcha.

Ainda de acordo com MIRA MATEUS (1983), no primeiro caso, os predicadores exprimem propriedades permanentes; no segundo, propriedades transitórias. Embora haja na língua entidades que recebam os dois tipos de predicação, algumas, por suas propriedades definitórias, admitem apenas uma delas. É o caso dos pares (5) e (6). No entanto, para MIRA MATEUS, a interseção entre estrutural e duradouro, por um lado, e não-estrutural e transitório, por outro, ainda se prende muito a uma aparência de duração **temporal**. Fosse a **duração** o critério de oposição relevante para (5) e (6), o muito ou o pouco **tempo** em que uma flor tem a

[9] A duração freqüentemente acompanha os usos das formas ditas "durativas", mas não a consideramos o traço relevante para sua posição no paradigma temporal do português. Mais detalhes sobre isso podem ser encontrados em CORÔA (1985).

propriedade de estar murcha - ou de João ser português - faria decidir pela seleção de um ou outro verbo.

Assim, as formas rotuladas de durativas em português não exprimem objetivamente a **duração** mas se apoiam em outro tipo de distinção: estrutural ou não-estrutural. Por sua vez, a **duração** da **temporalidade** em português deve ser expressa por meio de outros recursos lingüísticos que não as flexões do paradigma verbal. Tal como no paradigma verbal coexistem vários paradigmas - alguns deles tendo a ver com a **temporalidade** - se constituindo sob enfoques diferentes, também a **temporalização** pode ocorrer em outros paradigmas que não o verbal. Mas, por mais interessante que isso nos pareça, reconduzimos nossas atenções, no momento, para o paradigma que podemos considerar **temporal** no sentido estrito.

Retomando a preocupação inicial, pode-se dizer, resumidamente, que as relações **temporais** que emergem lingüisticamente em um texto - oral ou escrito - têm entre si, e com o texto que ajudam a tecer, conexões mais amplas do que pode dar conta uma conceituação linear de **tempo**, mesmo que essa conceituação tome três e não dois pontos como termos da relação. Relações assim múltiplas e complexas exigem, então, para sua interpretação, uma concepção ampliada de **temporalidade**, definindo-se esta como o que é perceptível na dimensão **temporal** sob a forma de **temporalização**. Deste modo, uma interpretação semântica dos **tempos** verbais, mesmo que acoplada a uma interpretação aspectual, que ressalte tanto o caráter **temporal** do aspecto, quanto as marcas de oposição entre o que é estrutural o e o que não o é, constitui ainda apenas uma parte da interpretação dos indicadores **temporais** que marcam no texto a

complexidade das relações **temporais** que se estabelecem na língua pela interlocução. Mas é parte fundamental para uma interpretação da linguagem **temporalmente** flexionada.

CAPÍTULO 3

SOBRE A NATUREZA DA ANÁLISE

Qualquer abordagem dos fatos lingüísticos que supere a dicotomia **langue/parole**, pressupõe que a língua não se reduz a uma estrutura, mas é antes, e mais que tudo, produtora de mensagens; é um sistema significante, nos termos de BENVENISTE (1989). Com isso queremos dizer como DUCROT(1977:291):

> A descrição semântica de uma língua, considerada como conjunto de frases ou de enunciados, não só não pode ser acabada como não pode ser empreendida de forma sistemática, se não mencionar, desde o início, certos aspectos da atividade lingüística realizada graças a essa língua.

No entanto, admitir a significação como um nível necessário de análise lingüística está longe de simplificar os procedimentos metodológicos da análise. Com a Semântica não se traz para a Lingüística apenas mais uma relação a analisar - a que se dá entre a língua e as coisas que ela refere -, mas uma grande diversidade de enfoques sob os quais se concebe essa relação. Considerando somente três "picos" significativos na coleção de problemas relacionados com o sentido, pode-se caracterizar uma interpretação semântica apoiada (a) no conjunto de condições de verdade de um enunciado (lembrando FREGE,1978); (b) nas intenções do falante (lembrando GRICE,1982); e (c) no uso da linguagem (lembrando WITTGENSTEIN,1996, ou BENVENISTE, 1989). No primeiro caso, põe-se em relevo a relação entre o fragmento lingüístico e o estado de coisas no mundo; no segundo, a relação entre o usuário e o fragmento lingüístico; no terceiro - que de certa forma engloba os anteriores -, as regras que orientam

a realização da atividade lingüística, incluindo aí o estado de coisas no mundo (contexto) e as relações entre o usuário da língua e o fragmento lingüístico.

Cada uma dessas tendências - que admitem ainda diferenciações nos caminhos teóricos - transforma a escolha de uma teoria semântica em um ponto crucial para a análise dos dados lingüísticos. A opção por uma delas (no caso, a 3ª) representa muito mais um movimento de inclusão do que de exclusão das demais: significa admitir que nem tudo que é semântico é de cunho veritativo (como na 1ª), mas que todos os modos de significação, inclusive os de cunho veritativo, merecem uma interpretação semântica. Concebe-se, então, como DUCROT (1977:116), que uma descrição semântica seja

> [...] um conjunto de conhecimentos que permitem prever o sentido que recebe efetivamente cada enunciado da língua em cada uma das situações em que é empregado.

Considera-se, como BENVENISTE (1989), que o funcionamento semântico é um "pôr em funcionamento" a língua, e que há marcas necessárias na língua para que ela signifique o que significa. E entre essas marcas estão, sem dúvida, as da **temporalidade**.

Embora aparentemente reducionista, essa concepção de que a **temporalidade** se marca no enunciado conduz a um primeiro questionamento sobre a pertinência do objeto a ser analisado. Se as marcas da noção temporal na língua se engendram nas coordenadas temporais do ato da comunicação, ou da enunciação, quais seriam os parâmetros teóricos

mais apropriados para tratar o fenômeno da **temporalidade**? Ou mais especificamente, do **tempo verbal**, reconhecido como o representante privilegiado dessa **temporalidade**? Mais especificamente: a **temporalização** marcada pela flexão verbal se impõe aos usuários da língua como uma opção - imposta pelo sistema - entre estruturas opositivas, ou surge como escolha pessoal entre um leque de variações discursivas?

Assim, nos extremos da tradição dos estudos lingüísticos despontam, de imediato, dois aparatos teóricos bem diferentes: o primeiro, o gramatical, representando a constrição; e o discursivo, representando a escolha[1]. São essas duas perspectivas que situam os analistas em dois pontos de observação distintos: embora possam olhar para um mesmo conjunto de fenômenos, a percepção que terão do seu objeto de análise será, fatalmente, reflexo do "olhar", do "lugar", do instrumental, da experiência de cada um. Como a tarefa de identificar e delimitar o objeto já é parte do aparato de qualquer teoria - como diria SAUSSURE -, o conjunto de fenômenos a que damos o nome de **tempo verbal** pode estar no horizonte dessas duas formas diferentes de "olhar", constituindo dois objetos diferentes de análise. Sendo objetos diferentes, serão, então, diferentemente circunscritos e alvo de diferentes categorias de análise. Importante é estarmos atentos às ciladas terminológicas e conceituais para percebermos que, mesmo que seja sob o mesmo rótulo, aparatos interpretativos diferentes falam necessariamente de coisas diferentes.

É verdade que a nenhuma teoria compete solucionar os problemas que não se impôs. Mas como é freqüente que algumas soluções

[1] No artigo "Gramática e Análise do Discurso", publicado em CADERNOS DE ESTUDOS LINGÜÍSTICOS, n. 22, Sírio Possenti expõe profunda e claramente estas duas posições. Na mesma publicação encontra-se o texto que, de certa forma, deu origem a esta discussão: "Linguagem - Atividade Constitutiva" , de Carlos FRANCHI.

sejam apenas parciais, a tendência do analista é procurar outro lugar para colocar tais problemas, esquecendo, muitas vezes, que a própria formulação do problema já é parte da teoria... Conseqüentemente, se, por exemplo, a gramática tem apenas explicação parcial para o que se colocou, ou esse modelo de gramática é deficiente em seu poder explicativo, ou o problema está mal colocado; por outro lado, essa explicação deve esgotar o objeto ao chegar até os limites da gramática. Ou seja, em abordagens gramaticais - ou discursivas - que se supõem eficientes, a colocação do problema **tempo verbal** terá, fatalmente, feições diferentes em cada uma. Mais do que a colocação do problema, a solução também será diferente, mas não menos completa em cada um dos enfoques.

Por outro lado, considerar **tempo verbal** um fenômeno tanto gramatical quanto discursivo não significa juntar impunemente dois aparatos teóricos diferentes, pois não se pode deixar de trazer a consideração que tais interpretações se dão por meio de categorias diferentes. Conversamente, nada impede, no entanto, que a inquirição sobre o mesmo fenômeno, tomado como dois objetos de análise que gravitam em universos teóricos diferentes, possa ganhar em capacidade elucidativa com a comparação de interpretações obtidas em universos de análise diferentes. Compatível com esta dupla perspectiva de análise, lembremos que BENVENISTE (1989:64-66) distingue, para a língua, dois níveis ou modos de significância: o semiótico, ligado ao signo lingüístico, ao enunciado - que deve ser *reconhecido*; e o semântico, ligado à enunciação - que deve ser *compreendido* pelos membros da comunidade lingüística, da esfera do discurso, portanto. Teoricamente não muito longe desta posição está a opinião de COMRIE (1984), para quem interpretações calcadas no

enunciado ou na enunciação não apenas podem fornecer indicações mútuas no objetivo de esclarecer melhor o fenômeno, como devem também manter uma relação de consistência sistemática.

Para a gramática, o problema dos tempos verbais deve ser explicitado segundo um princípio de constância em relação ao qual será possível avaliar as mudanças provocadas pela oposição entre as formas verbais integrantes do paradigma. Por isso, os conceitos gramaticais são de caráter compulsivo, obstrutor, e impõem decisões do tipo sim/não ao falante: categorias gramaticais são, portanto, de passagem obrigatória no uso da língua (Cf. JAKOBSON, 1969). Decisões do tipo sim/não pressupõem um conjunto fechado de opções entre elementos com propriedades disjuntivas. Assim, a gramática se constrói sobre estruturas determinadas, fechadas e finitas: pelo descontínuo e binário se opõem os indivíduos de um paradigma gramatical. Pode-se dizer, então, que uma interpretação gramatical procura identificar as forças constritoras que levam o falante a usar as formas lingüísticas que usa. E o objetivo da semântica seria aqui fornecer uma interpretação formal que correspondesse a essa regularidade, como diz LEECH (1987:11):

> The aim of conceptual semantics is to provide, for any given interpretation of a sentence, a configuration of abstract symbos which is its 'semantic representation', and which shows exactly what we need to know if we are to distinguish the meaning from all other possible meanings in the language [....].

É verdade que uma abordagem semântica que inclua a significação conotativa - uma semântica não conceitual - se aproxima muito de uma abordagem discursiva de língua. As conotações seriam aí

consideradas, por exemplo, como significações "relativamente instáveis" (LEECH, 1987:13):

> [....] connotative meaning is indetermined and open-ended in a sense in which conceptual meaning is not.

Mas, como nessas abordagens semânticas a significação conotativa é geralmente tomada como não específica da língua (cf. LEECH, 1987, por exemplo), como "acidental", não levamos uma discussão à frente dentro dos limites do nível semântico, mas propomos como mais produtiva uma abordagem em que o próprio aparato teórico apoie a significação também na indeterminação, na semi-estrutura.

A uma concepção de línguas como estruturas fechadas e completamente determinadas, uma abordagem discursiva opõe a concepção de línguas como semi-estruturas, semanticamente indeterminadas, que ganham determinação ao serem utilizadas em contextos específicos. Fatores outros que não os especificamente lingüísticos contribuem também para a significação. Esses fatores são os indicadores de certas direções interpretativas que extrapolam a simples combinatória dos signos lingüísticos. Nesse sentido, as condições de emprego não são estranhas a uma interpretação lingüística, mas parte dela. Isto caracteriza a abordagem discursiva de um fenômeno lingüístico (Cf. POSSENTI, 1988 e ORLANDI, 1986). Assim visto, discurso é a colocação em funcionamento de recursos expressivos de uma língua com uma certa finalidade; atividade que sempre se dá em uma instância concreta entre locutor e alocutário (POSSENTI, 1988). Como as marcas dessa interação se fazem presentes nessa manifestação lingüística, há atividade *com* a língua e

sobre a língua, simultaneamente. A constituição do lugar de uma Análise do Discurso exige, então, que a língua não seja apenas um código: é necessária essa indeterminação que vem do não-cauculável, do dependente do contexto. Indeterminação que se refere à capacidade que têm as línguas naturais de estabelecer mais de uma relação de significação entre estrutura sintática e interpretação semântica (Cf.FRANCHI, 1992). Mas não se confunde indeterminação com imprecisão ou irregularidade: a tarefa contínua e sempre inacabada de trabalhar a relação entre a língua e os diversos sistemas de referência é constitutiva da língua mesma (Cf. POSSENTI, 1988 e FRANCHI, 1992). E estes sistemas de referência não são artificiais ou abstratos, mas culturais e históricos. É nestes sistemas de referência que o falante constitui o discurso porque escolhe os recursos - entre eles, os gramaticais - que lhe parecem mais adequados para os efeitos que quer produzir[2]. Diz-se, então, que a articulação do sentido não se dá *unicamente pela* expressão lingüística *mas também* por ela.

Como não é nosso objetivo aqui discutir os diferentes estatutos de sujeito[3] com que a Lingüística - e especialmente, a Análise do Discurso - tem se ocupado, tomamos como se pacífico fosse que as marcas do sujeito são parte integrante de seu discurso. Sob uma ótica menos discursiva e mais gramatical, de fato, já não causa muita polêmica[4] incorporar os elementos dêiticos à análise de expressões lingüísticas. Nitidamente orientado para as pessoas do discurso, o paradigma da flexão verbal tem como forte característica ser dêitico. Mas situar o referente dessas

---

[2] Não se pretende aqui discutir o grau de consciência presente nessa escolha. A esse respeito, cf. nota 3.

[3] Incorre-se aqui, conscientemente, no risco de dar uma aperência simplificadora a um assunto central da Lingüística, especialmente da Análise do Discurso. Remete-se, então, a BENVENISTE (1989), POSSENTI (1988), ORLANDI (1987) e GUIMARÃES (1995), entre outros.

[4] Embora o fenômeno da dêixis ainda não tenha encontrado uma explicação consensual, as controvérsias a respeito da necessidade de sua incorporação às descrições gramaticais ou lingüísticas parecem, há tempo, ter sido superadas.

"pessoas" em uma perspectiva histórica amplia-lhes também a dimensão temporal. Assim, as coordenadas temporais relevantes na manifestação lingüística são parte integrante da **temporalidade** desse discurso tanto quanto o são os morfemas gramaticais que organizam temporalmente a relação entre o lingüístico e aquilo de que o lingüístico trata. Os morfemas temporais, constituidores dos paradigmas verbais, representam apenas a parte emergente de uma temporalidade que se marca na formatação superficial de um discurso, ou de um texto, mas revelam as raízes temporais do trabalho do sujeito *com* e *na* língua: são resultado de processos cognitivos que hierarquizam a organização da expressão lingüística, quer seja esta tomada como sentença, quer o seja como discurso, ou texto; quer seja objeto de uma interpretação gramatical, quer o seja de uma análise discursiva.

No entanto, as análises que consideram a língua como trabalho - que abrem espaço para os interlocutores e as condições de produção - instauram um ponto de vista diferente do estritamente gramatical na análise lingüística mas não o excluem, pois a descrição das formas como condições gramaticais de ocorrência de determinados elementos da língua pode ser considerada a base inicial de uma análise do discurso. Neste sentido, POSSENTI (1988) adverte que não se deve opor discurso a nenhuma categoria bem assentada mas propor que todas as categorias bem assentadas não devam excluir o discurso. Os usos efetivos da língua envolvem realidades de extensão maior do que as palavras e as sentenças, mas não há dúvida de que palavras e sentenças são entidades com as quais a língua opera. Além disso, palavras e sentenças são qualitativamente diferentes de discurso: qualquer entidade maior que aquelas já é discurso porque a articulação de frases depende da "escolha" do sujeito. A

significação do discurso não resulta, portanto, exclusivamente do sentido proposicional do enunciado, mas não deixa de ser compatível com ele. Para FRANCHI (1992),

> O problema central é o da 'significação', concebida não como uma propriedade das expressões, apreensível pela enumeração de características sintáticas e morfológicas, mas como um 'ato',um ato intencional e motivado que põe em relação, de um lado, os interlocutores, de outro os elementos convencionais de que se servem na interlocução. (p.12)

Se a língua fosse um sistema sem indeterminações, os resultados de uma certa articulação de frases seriam sempre os mesmos a cada instância em que ocorressem. Mas sabemos, empiricamente, que não é isso o que acontece: em diferentes circunstâncias, ou contextos, enunciados diferentes podem realizar a mesma significação; enunciados semelhantes podem criar contextos diferentes. Isto porque entre os interlocutores está a língua, sobre a qual é possível um trabalho diferente de cada parte, já que o conhecimento e a experiência de cada um são diferentes (Cf. POSSENTI, 1988 e GRANGER, 1960). As formas lingüísticas do tempo verbal, como todos os outros elementos considerados dêiticos, são expressões lingüísticas que constróem sua significação a cada instância do discurso. Sua característica básica é estarem sempre ancorados às coordenadas temporais que engendram um texto oral ou escrito. Nesta ótica, só caberia excluir uma abordagem discursiva dos tempos verbais se essas formas lingüísticas não fossem, em caso nenhum, alguns do mecanismos de que se vale um falante para se constituir em sujeito ao constituir o seu discurso. Para FRANCHI (1992:12),

A atividade lingüística, além de envolver a realização de funções sociais exteriores, em que a linguagem aparece como possibilitando tarefas de ocasião, realiza-se em uma multiplicidade de operações (em sentido intuitivo) subjacentes, interiores ao sujeito, de que a configuração superficial das expressões é traço revelador.[...] Não podemos, por isso, nem mesmo reduzir a atividade lingüística a um 'pensar'e 'significar' lógicos.

Nesta perspectiva, uma abordagem discursiva pode ajudar a identificar os elementos relevantes para uma interpretação, digamos, mais formal. Por seu lado, como nem tudo é indeterminado no discurso, uma descrição exaustiva, digamos gramatical, dos elementos lingüísticos sobre os quais se constitui o discurso pode ser a base inicial para uma abordagem discursiva, pois, ao fim e ao cabo, trata esta de uma atividade de natureza lingüística. Assim, o problema do **tempo verbal** que a gramática se coloca deve e pode ser, no seu território, exaustiva e completamente solucionado. Admitir uma abordagem discursiva é, além de integrar o locutor no seu texto, admiti-lo atuando na e pela língua , admitir que nem tudo que é lingüístico é formal e redutível a paradigmas de base lógica. Mas considerarmos a língua como resultado do trabalho dos falantes é também considerar que aquilo que é formal e lógico na língua também pode ser discursivo.

Simplificadamente, pretende-se defender que uma abordagem gramatical procura significação no que é dito; uma abordagem discursiva procura-a *também* na maneira de dizer.

Entretanto, cabe ainda dizer aqui que o contexto, ou situação, da enunciação como parte do objeto a ser analisado não é preocupação teórica apenas da Análise do Discurso. Quando se atribui ao usuário da língua algum poder de escolha envolve-se ainda um outro aparato teórico: o

da Pragmática. Embora o rótulo possa abranger perspectivas e tendências diversas, entre os argumentos para a instauração dessa ciência como parte integrante de uma teoria da linguagem consta o reconhecimento de que não apenas as expressões nitidamente indiciais - ou os dêiticos - dependem do contexto para que uma interpretação semântica ou gramatical seja acurada. A dêixis seria apenas a testemunha mais explícita da presença do sujeito em um discurso: o objeto construído em Pragmática é o fragmento lingüístico em seu contexto accional (cf.PARRET,1988).

Retoma-se, assim, a questão inicial com respeito à pertinência do objeto da **temporalidade**: colocam-se agora em causa os limites entre uma interpretação gramatical e mais outra interpretação - além da discursiva -, a pragmática para o fenômeno **tempo verbal**[5].

No início de sua história coube à Pragmática analisar e sistematizar "o-que-sobra" da estrutura lingüística quando efetivamente usada. Mas houve uma reversão nesse ponto de vista e, segundo DASCAL (1982:8),

> A concepção moderna de uma disciplina com o nome de "pragmática" está intimamente ligada à idéia de outra disciplina, com o nome de "semiótica" ou "semiologia, que surgiu por volta do início deste século.[...]

Caracterizada, de modo geral, como uma teoria geral dos signos, à qual a Lingüística seria subordinada, a semiótica se oporia à semântica, na concepção de BENVENISTE (1989:64):

> O semiótico designa o modo de significação que é próprio do signo lingüístico e que o constitui como unidade.[...]

[5] Para não desviar do foco principal deste estudo, que é o emprego sistemático de marcas de temporalidade na língua, a questão dos limites entre estas áreas da Lingüística será apenas superficialmente tratada.

Com o semântico entramos no modo específico de significância que é engendrado pelo DISCURSO. Os problemas que aqui se colocam são função da língua como produtora e mensagens.

Isso porque, para BENVENISTE (id.ib.), a "situação privilegiada da língua na ordem pragmática é uma consequência, não uma causa, de sua preeminência como sistema significante".

Dizendo de forma simplificadora, a Pragmática trata de tudo o que foge ao regular, ao gramatical não como mero resíduo, mas como o próprio uso efetivo da linguagem. Uma interpretação pragmática poderia, então, complementar uma interpretação gramatical com aquilo que fosse considerado "relevante" no contexto da significação (cf. BAR-HILLEL, 1982). Seja assim que se entenda Pragmática, ou mais estritamente, como a área dos estudos lingüísticos que se ocupa dos determinantes contextuais do valor de verdade (cf.DASCAL,1982), é mais ou menos pacífico que a ela cabe analisar também a interferência dos interlocutores na significação das expressões lingüísticas. Por isso, muito do que neste capítulo foi identificado como do âmbito da Análise do Discurso poderá, sob a ótica correspondente, valer para o âmbito da Pragmática. Sem dúvida, descobrir o que há de sistemático e regular por trás da inegável multiplicidade de usos da linguagem pode vir a ser, também com respeito ao emprego da linguagem temporalmente flexionada, parte de uma abordagem pragmática. Porque, como diz DASCAL (1982:20):

É à semântica que cabe a descrição dos "significados", enquanto que à pragmática cabe o estudo de como esses significados podem vir a ser explorados para veicular, em contextos particulares, diversas mensagens.

Segundo PARRET(1988:9), qualquer que seja sua orientação ou tendência, a Pragmática apresenta três características essenciais: (1ª) dependência do contexto; (2ª) importância da perspectiva da compreensão; e (3ª) pertinência da racionalidade do discurso. Pode-se ver, nesta última característica, uma via de acesso para que uma interpretação gramatical se ligue a uma interpretação pragmática. Na segunda característica, uma concepção enunciativa da Pragmática apoia sua tese central: "a ação lingüística é intencional; o falante tem intenções[6] específicas e pretende que sejam reconhecidas" (PARRET,1988). Nessa perspectiva, a significação de uma seqüência lingüística não é só uma característica inerente à língua, mas também o reconhecimento das intenções do falante. O acesso à significação se dá pela atividade inferencial que atribui força explicativa à contextualização accional (cf. PARRET, 1988). Por isso, a construção de contextos é uma dinâmica que pressupõe a competência de compreender, por meio de estratégias[7], a racionalidade ligada ao discurso. Por aí se distancia a Pragmática da Análise do Discurso: a noção de estratégia domina a metodologia da Pragmática, e a produção de discursos é procedimento de compreensão (cf.PARRET,1988). E o que é fluido e vago no objeto da Pragmática se firma sobre o que é regular e discreto na gramática.

Retornando à questão inicial, sobre os parâmetros teóricos mais adequados para uma interpretação do fenômeno **tempo verbal**, a reflexão que vimos fazendo nos leva a responder que esse fenômeno não

---

[6] Lembremos aqui que tanto "intenção" como "coisas no mundo" que a língua refere, ou atualiza, são objetos formais, não-naturais, construções da linguagem.

[7] Estratégia recebe aqui uma definição específica, que PARRET (1988:51) toma a WITTGENSTEIN (1996): uma estrutura modal que prescreve o desenvolvimento de um programa e desdobra relações interactanciais por manipulação; opõe-se à tática por ser esta a condução de operações efetivas, e contingenciais, que realizam a estratégia.

só pode como deve ser, ao mesmo tempo, um problema da gramática, um problema da Análise do Discurso, ou um problema da Pragmática. Importante, entretanto, é reconhecer que colocá-lo no horizonte de duas "formas de olhar" diferentes, implica reconhecê-lo como objetos diferentes, que requerem, conseqüentemente, soluções diferentes. Assim, a passagem de uma análise gramatical para uma discursiva não é uma questão de acréscimo, nem ao menos uma complementação no sentido estrito, mas uma mudança qualitativa; não é uma extensão de fronteiras, mas um modo distinto de organizar os dados. São dois sistemas teóricos - como tais completos em si mesmos - acionados a partir de lugares diferentes de observação, que constituem objetos de análise diferentes, apesar de organizados sobre o mesmo conjunto de fenômenos lingüísticos.

De forma paralela, a passagem para uma análise pragmática - seja qual for a concepção de Pragmática que se adote - não é uma mera adjunção do contexto ou dos interlocutores a uma interpretação gramatical, mas uma mudança de posicionamento de análise dos dados que compõem o mesmo fenômeno lingüístico mas constituem objetos diferentes.

Importa ressaltar que admitir uma abordagem múltipla para um mesmo fenômeno - ou conjunto de fenômenos - representa mais uma proposta de diluição da rigidez das fronteiras entre os dois aparatos de pesquisa do que uma possível insuficiência do instrumental de análise. Com DUCROT (1977:294), propomos que

> a Semiótica (entendida no sentido de BENVENISTE, como um estudo dos sistemas de signos) não pode constituir-se sem incluir uma semântica (estudo do emprego dos signos). Ou ainda recorrendo à distinção neopositivista entre pragmática e semântica, diríamos que certos aspectos

da pragmática devem ser incluídos na semântica, e que não pode haver entre as duas pesquisas uma ordem de sucessão.

O próprio objeto de análise, a língua, como sistema de valores que é, pressupõe categorias convencionais, que não são representação pura do mundo, mas uma intervenção estabelecida na realidade. Isto significa que tanto a língua remete a uma realidade extra-lingüística (ao mundo, às coisas) não por uma designação, mas por uma reconstrução (ou re-construção) dessa realidade, como as categorias por ela criadas representam também uma construção. E nisto é inegável o valor do papel desempenhado pelos interlocutores, porque, mesmo que a explicitação da relação entre os sinais lingüísticos e seus *designata* - como é tradicionalmente reconhecida a tarefa da semântica[8] - dê conta da interpretação de uma estrutura lingüística, ela não se esgota aí. Segundo ILARI (1986:220),

> o interlocutor, mas precisamente o interlocutor tal como o locutor o concebe, é fundamental: trata-se de utilizar conhecimentos prévios a respeito de suas crenças para facilitar a identificaçào de objetos; de antecipar suas reações no diálogo, ou de apostar em sua capacidade de não satisfazer-se com sentidos literais de frases, a ponto de elaborar por si sentidos contextualmente relevantes.

Uma discussão sobre os diferentes caminhos teóricos percorridos por uma disciplina que recebe o nome de Pragmática não é aqui relevante; para nós, relevante é considerar que a temporalidade se constrói no uso da linguagem por mecanismos tanto gramaticais ou semânticos - caculáveis, previsíveis - quanto discursivos ou textuais - não-calculáveis, não-previsíveis. E numa interpretação abrangente desses mecanismos não

[8] Stalnaker (1982) fala, por exemplo, sobre as tarefas da Semântica e da Pragmática.

cabe incompatibilidade; cabe reconhecer que sinais lingüísticos convencionais são dinâmicos no uso.

A interpretação das categorias dêiticas, por exemplo, como depende do evento da enunciação, ressalta essa caráter convencional e, ao mesmo tempo, dinâmico também das constantes gramaticais. Temos aí, então, uma feliz ilustração de como uma caracterização semântica do enunciado pode ajudar a explicar os atos de enunciação que o constituem, e vice-versa. E a língua é pródiga em palavras e expressões cujo valor não pode ser separado de suas condições de uso... Nem tão fluida a Pragmática, nem tão indeterminada a Análise do Discurso, nem tão rígida a Gramática...

Repetindo COMRIE (1984:21): como o significado dos tempos é independente de sua função discursiva em qualquer contexto particular, enquanto a função discursíva depende do significado, elejamos, como abordagem primeira, a gramatical. A seguir utilizando essa interpretação, proporemos, na terceira parte, uma abordagem discursiva para alguns dos fenômenos analisados com o intuito de verificar a adequação da inter-relação entre ambas interpretações.

PARTE II

TEMPO NA GRAMÁTICA

> A Gramática é a arte de falar.
>
> Falar é explicar seus pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para esse fim.
>
> [....]
>
> Assim se pode definir as palavras: sons distintos e articulados, que os homens transformam em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, se antes não se tiver compreendido o que se passa em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecer.
>
> GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL[1]

A idéia de compreender o invisível por meio do visível é um traço da antigüidade grega[2] que reconhecemos não apenas nesse pensamento da GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL como também nas mais modernas teorias de base racionalista. E muito mais do que isso nos veio da

---

[1] Ou GRAMÁTICA GERAL E RAZOADA, de Arnauld & Lancelot. Estes fragmentos foram retirados da tradução de B.F. BASSETTO e H.G.MURACHCO para a editora Martins Fontes, São Paulo, 1992, pp. 3 e 27, respectivamente. O original francês, do século XVII, recebeu o título de GRAMMAIRE GENERALE ET RAISONÉE

[2] Mais detalhes a respeito de "visões de mundo" que nos vêm dos gregos podem ser encontrados, por exemplo, em Hamilton, E.(1995) MITOLOGIA. São Paulo:Martins Fontes. Tradução de J.L.Camargo para o original MYTHOLOGY, de 1942; ou no DICIONÁRIO DA MITOLOGIA GREGA, de R. Guimarães, São Paulo: Cultrix, 1995 [1991].

cultura grega: do período de soberania e difusão cultural grega nos veio também, por exemplo, nossa concepção de Gramática, área de estudo que surgiu como disciplina independente no período do helenismo. Embora os objetivos iniciais fossem os de preservação da "pureza" da língua grega, especialmente do grego escrito em textos literários, a arte da gramática acabou se firmando como uma descrição sistemática e metódica dos fatos da língua. Segundo NEVES (1987:201),

> A disciplina gramatical surge, basicamente, como uma classificação que se pretende exaustiva e abrangente dos fatos da língua. Toda classificação é, por sua vez, o efeito de aplicação de critérios.

Construída sobre bases filosóficas, ao assim delimitar seu objeto - como os fatos da língua -, a Gramática se tornou uma ciência de observação, de observação da analogia entre as formas. E a busca da analogia entre as formas foi o que levou os estóicos a descobrirem regularidades nos fatos da linguagem. E isso se tornou a base da descrição gramatical (cf. NEVES, 1987; LACEY, 1972). Pode-se dizer que, desse modo, passou-se da análise da linguagem à análise da língua. Mas nesta ou naquela, ainda são as partes do discurso a contraparte "visível" do raciocínio e do pensamento. E por herança de ARISTÓTELES, que, por sua vez, se baseia em Platão, a oposição entre nome e verbo entra na Gramática como representante dos dois pilares principais da construção do pensamento. Encontramos em NEVES (1987:133) a definição de ARISTÓTELES para verbo, como

> o que acrescenta à sua própria significação a do tempo; [...] e que indica sempre alguma coisa afirmada de alguma outra coisa.

Não se pode desconhecer que a noção de tempo tem uma longa história de associação à definição de verbo, associação que antecede mesmo o surgimento da própria Gramática. Aparece, por exemplo, já no *Sofista*, de PLATÃO. Segundo NEVES,1987:186, PLATÃO

> se refere à indicação do tempo no discurso, dizendo que, no momento em que se forma o discurso mais simples, é dada uma indicação relativa a coisas que *são*, ou *se tornaram*, ou *foram* ou *serão* (grifo nosso).

Segundo a mesma autora (id.:187), em *Da Interpretação*, ARISTÓTELES considera passado e futuro apenas como "tempos de fora", por oposição ao presente. Mas na *Poética*,

> ARISTÓTELES reconhece o tempo presente e o passado. Assim, de algum modo, ele busca critérios lingüísticos, mas na base deles mantém o significado, não as características formais.

Mas, algum tempo depois, Dionísio de Trácia (apud NEVES, 1987: 150), modelo das gramáticas ocidentais, define verbo como a palavra declinável que indica predicado capaz de exprimir tempos, pessoas e número; não lhe atribui tempo como critério semântico.

O tempo persiste como característica apenas acidental dos verbos por um longo período na nossa história. A GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL (1992:85), expoente das reflexões sobre a linguagem no século XVII, reconhece apenas a *afirmação* como aquilo que é próprio e essencial do verbo:

E exatamente isso é o verbo, uma palavra *cujo principal emprego é significar a afirmação*, isto é, indicar que o discurso, em que essa palavra é empregada é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e as afirma.

No entanto, mesmo ressaltada a *afirmação*, a temporalidade não deixa de ser reconhecida nos verbos. Surge, no entanto, de forma indireta, porque, pelo uso do verbo se afirma algo sobre alguém em um determinado tempo (id.ib.:87).

Daí decorreu a diversidade dos tempos, que ainda é comum a todos os verbos de modo geral.

Essa inclinação para negar tudo o que tivesse a ver com tempo caracterizou o pensamento lógico e filosófico da Renascença, e pós-Renascença: negou-se, por exemplo, que as distinções temporais devessem ser objeto da Lógica, como se acreditava na época antiga e medieval. PRIOR (1968:104) considera isso mais uma negligência do que uma rejeição propriamente:

I have the impression that logicians first dropped the study of tense-distinctions as they dropped the study of modality and of the theory of consequentiae, because they had ceased to be interested in them, and later found arguments to justify this neglect.

Assim, em uma época caracterizada pela negação - ou negligência - da temporalidade na língua, quer nas reflexões lógicas, quer nas filosóficas ou gramaticais, o que se negou no racionalismo de PORT-

ROYAL foi a caracterização do tempo como essencial na definição de verbo, não sua associação a este.

Lembrando que apesar de em ARISTÓTELES já se encontrar a idéia de *afirmação* na definição de verbo, a ênfase na importância do verbo como formador da proposição fez com que os estudos lógicos e gramaticais se distanciassem cada vez mais da temporalidade até os anos iniciais do século XX. Sobre esse período, resume PRIOR (1968:105):

> And so it was to be for some time to come, and especially in the nineteenth century, when it was a very popular view among logicians that in putting a statement into strict 'logical form' any time-indication which its verb may contain should go not into the copula but into the terms.

No entanto, considerar, mesmo como os lógicos do século XIX, que a função principal do verbo é a de "declarar a coexistência de dois conceitos no ato representativo do pensamento" (MANSEL, apud PRIOR, 1968:105) - ou seja, a de construir a proposição - não implica desconsiderar que a ele se liga a temporalidade.

Mas a temporalidade se liga ao verbo de mais de uma maneira.

Embora os estóicos, que trataram as partes do discurso como entidades lógicas, não incluíssem na sua definição de verbo referência ao tempo, nem tivessem dado um tratamento gramatical ao sistema de tempos, sua preocupação com a idéia de tempo se revela em referências a passado, presente e futuro como três fases do tempo (cf. NEVES,1987; LACEY, 1972, entre outros). Maior sistematicidade mostraram, no entanto, a respeito de aspecto ao considerar tempos como determinados e não-determinados.

Mesmo pretendendo despir os tempos verbais da noção de tempo, também essas características de determinação ou indeterminação em um tempo verbal foram reconhecidas na GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL(1992:97):

> Como, porém, no passado se pode indicar que a coisa acabou de ser feita, ou indefinidamente que ela foi feita, sucedeu que na maioria das línguas usuais existem dois tipos de pretérito: um que indica a coisa precisamente realizada, sendo por isso chamado definido [....]; e outro, que a indica como feita de modo indeterminado, sendo por isso chamado indefinido ou aoristo [....].

Essa oposição, que nas línguas românicas se sustentou mais claramente como duração, ou imperfectividade, *versus* perfectividade, é considerada a base da categoria aspectual pela maioria dos autores que tratam do assunto.

GUILLAUME (1969), opõe o tempo implicado, a fase do desenvolvimento do processo, ao tempo explicado, o momento em que se encontra esse processo por ocasião da enunciação. Ao tempo implicado chama aspecto, ao explicado, tempo. Este se define por referência ao momento da enunciação, enquanto àquele é irrelevante a referência ao tempo em que é enunciado. Claramente dêitico o tempo explicado, não-dêitico o implicado, portanto.

De modo semelhante, IMBS (1960) identifica aspecto à qualidade interna ao processo. SABRSULA (1972), estudiosos das línguas eslavas, apresenta aspecto como uma oposição binária: perfectivo/imperfectivo. Fora disso, diz ele, não há aspecto, há *Aktionsart*, traduzido em português ora como *modo de ser da ação* ora como *modo da ação*. Com ele concorda KLEIN (1974), para quem aspecto é uma categoria

gramatical e, portanto, de passagem obrigatória na classe dos verbos, enquanto modo de ser da ação (Aktionsart) é uma categoria léxico-semântica, de escolha do falante.

Assim, por ser categoria léxico-semântica, o modo de ser da ação engloba noções como iteratividade, inceptividade, duração e semelhantes. No entanto, tal classificação não é de todo pacífica: muitas vezes conceituação e denominação se invertem. Alguns autores, como KLUM (1961), por exemplo, caracterizam o modo de ação pela distinção entre perfectivo e imperfectivo; o aspecto representa, para ele, distinções como durativo/pontual ou inceptivo/terminativo. Apesar de trocados os rótulos, os fenômenos analisados se limitam pelas mesmas distinções. Parece ser esta tradição de nomenclatura a se fixar nos estudos de língua portuguesa que tomam o aspecto como objeto, como mostram os trabalhos de CASTILHO (1968), TRAVAGLIA (1981), SOARES (1987) e GODOI (1992), entre outros. Neste estudo, no entanto, optamos por manter a nomenclatura já adotada em trabalhos anteriores: respeitando o argumento de alguns especialistas, como SABRSULA (1965), por exemplo, de que o conceito de perfectividade é superior ao de modo de ação porque as expressões que esta manifestam podem ser suscetíveis àquela - podem ter marcas de perfectividade -, chamamos de aspecto à categoria gramatical que se baseia na distinção perfectivo/imperfectivo.

A ser a categoria de aspecto assim considerada, a tradicional classificação quadripartite de VENDLER (1967) se aproximaria mais da de modo de ser ação, porque se apoia em critérios semânticos para distinguir as significações do "termo" verbo como *activities*, *accomplishments*, *achievements* e *states*. VERKUYL (1993:3) considera que uma teoria aspectual é explanatoriamente adequada se tratar da oposição entre

terminativo e durativo, mas explica aspecto composicionalmente, focalizando a interação entre informação temporal e atemporal, com base na informação semântica expressa por elementos sintáticos, em particular o verbo e seus argumentos. JAKOBSON (1971) considera que o aspecto caracteriza o evento narrado em si mesmo, sem envolver os participantes, nem o momento da fala. O que faz com que a noção de aspecto se oponha - como em GUILLAUME - à de tempo verbal por ser este dêitico e aquele não-dêitico.

Resumindo essas posições - e tomando, por ora, como irrelevante a distinção entre aspecto e modo de ser da ação -, adotemos as definições de COMRIE (1993:3), que ressaltam as inter-relações entre aspecto e tempo [tense], sendo este nosso interesse principal aqui:

As a general definition of aspect, we may take the formulation that aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation.

Como, para ele, essa constituição temporal se apoia nas noções de perfectivo e imperfectivo, reconhece que a noção de aspecto não está desligado da noção de tempo (id.ib.:5):

However, although both aspect and tense are concerned with time, they are concerned with time in different ways. As noted above, tense is a deictic category, i.e. locates situations in time, usually with reference to the present moment, though also with reference to other situations. Aspect is not concerned with relating the time of the situation to any other time-point, but ratther with the internal temporal constituency of the one situation; one could state the difference as one between situation-internal time (aspect) and situation-external time (tense).

Correndo o risco de romper, e confundir, algumas barreiras teóricas, poderíamos, simplificadamente, dizer que exitem dois "veios" nas análises que levam em conta o aspecto nas línguas. Um segue uma definição de aspecto de oposição binária, perfectivo versus imperfectivo, ou concluso versus inconcluso; outra define aspecto como um elenco de possibilidades, como durativo, habitual, iterativo, cursivo, inceptivo, semelfactivo, etc. A estes dois veios manté-se comum a noção de um tempo não-dêitico, por oposição a um tempo dêitico que fundamenta as distinções dos tempos verbais.

Interessante é a opinião de LYONS (1977), que considera um "acidente histórico" o fato de a categoria de aspecto não ser tão proeminente quanto o tempo nas descrições da gramática tradicional, pois, segundo ele, as marcas gramaticais de aspecto seriam muito mais difundidas nas línguas humanas do que as marcas de tempo [tense].

Em um estudo sobre temporalidade, torna-se, por isso, impossível não reconhecer que a categoria de aspecto muito em comum tem com a de tempo verbal [tense]. No entanto, como não é nosso objetivo aqui discutir as fronteiras que separam - e aproximam - as duas categorias, focalizamos as atenções na face dêitica do tempo: na construção da temporalidade *pela* e *na* interlocução e remetemos aos autores supra mencionados, como fonte de reflexões mais aprofundadas a respeito de aspecto.

Reconhecemos que o recorte que ora impomos aos fatos lingüísticos, como objeto de análise, representa uma redução do campo de análise para que esta possa se mostrar completa e exaustiva dentro de um certo parâmetro teórico. Quando os fenômenos lingüísticos se tornam objeto de mais de uma área do conhecimento, como é o caso da associação entre

verbo e tempo, sua descrição não pode evitar a complexidade, e a restrição à consideração de apenas uma de suas facetas ressalta como uma redução intuitivamente muito artificial, mas metodologicamente necessária.

Desde ARISTÓTELES, nome e verbo se definem como os dois termos formadores da proposição, mas uma descrição gramatical preocupada com a descrição das partes do discurso - como se firmou nossa tradição de descrição gramatical - permite-se "olhar" para cada uma dessas partes em separado.

Quando a interpretação lingüística se assenta na descrição das estruturas gramaticais, falar das expressões de tempo parece uma questão gramatical ou morfológica sem maiores controvérsias pois, entre a aparente variedade de usos, alguns balizamentos mantêm-se fixos e precisos.

Para a gramática, as expressões de tempo verbal se estabelecem segundo um princípio de constância em relação ao qual é possível avaliar as mudanças de significação provocadas pela oposição entre as diferentes formas integrantes do mesmo paradigma. Cabe, então, inquirir até que ponto o paradigma verbal do português retrata essa regularidade caracterizadora da gramática, ou respeita o mencionado princípio de constância, sobre o qual se estabelece.

CAPÍTULO 4

O PRESENTE

Nas reflexões filosóficas o tempo presente sempre ocupou lugar de destaque (cf. LACEY,1972 e 1996; e JESPERSEN, 1958, por exemplo): o presente como simples acontecer, como a única dimensão verdadeiramente temporal, o limite entre passado e futuro, o presente seguido ao passado e anterior ao futuro... PRIOR (1967), vai além: diz que há uma "qualidade de presente" até no passado e no futuro. Encontramos, por exemplo, em HEIDEGGER (1991: 210), que

> se necessitamos caracterizar o tempo a partir do presente compreendemos o presente como o agora à diferença do não-mais-agora do passado e do ainda-não-agora do futuro. [....] Representamos, muito antes, o tempo - a unidade de presente, passado e futuro - a partir do agora. Já Aristóteles diz que o tempo é, isto é, se pre-s-enta, é cada agora.

E acrescenta, logo a seguir, que "presentar" (ser presente) significa demorar, demorar-se ao nosso encontro.

Também essa idéia de o presente ser um tempo primeiro, o tempo por excelência, emerge das abordagens lingüísticas do presente do indicativo. Embora geralmente identificado como a forma verbal que denota o processo ocorrendo no momento em que se fala, é comum encontrar-se, no entanto, em descrições gramaticais, que os usos da flexão de presente não coincidem exatamente com o **tempo** presente: daí poder essa forma ser associada tantas vezes ao passado, e tantas vezes ao futuro. Por isso,

embora a maior parte das gramáticas[1] definam o tempo presente como a localização temporal de um fato que ocorre no momento da fala, também é comum encontrar-se as marcas de tempo presente em referência a fatos que se passam ou se estendem ao momento da fala.

Quando a Lingüística, mais especificamente a Semântica, se propõe definir os tempos verbais como oposições mútuas, como indivíduo de um mesmo paradigma, pode parecer que muitas ambigüidades surgirão quando empregos da forma de presente admitem substituição aparentemente livre por formas de pretérito ou de futuro. Mas uma interpretação, como a aqui adotada, apoiada nas relações entre os três momentos definidores dos tempos verbais, é capaz de mostrar não só a sistematicidade entre a flexão de presente e as demais flexões do paradigma verbal, caracterizando-as como indivíduos, como também abre campo para o reconhecimento de uma sistematicidade dos diferentes usos do presente.

Formalmente definido como a relação de simultaneidade entre os três construtos temporais da tradição reichenbachiana [MR,ME,MF], o presente é identificado nas gramáticas como a forma verbal que se refere a "fatos que se passam ou se estendem ao momento em que falamos" (BECHARA,1987:103), ou serve para "enunciar um fato atual, isto é, que ocorre no momento em que se fala" (CUNHA & CINTRA, 1985:436). Embora não esgotem todos os empregos possíveis da forma verbal de presente, são geralmente citados como exemplos usos como:

[1] Cf., entre outras, NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO, de Cunha & Cintra; MODERNA GRAMÁTICA PORTOGUESA, de E. Bechara; GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de C.H da Rocha Lima; GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de Mira Mateus et alii.

(1) Neste momento, eu escrevo.

(2) Nem tudo que reluz é ouro.

(3) A Terra gira em torno do Sol.

(4) Ela come pouco e dorme pouquíssimo...

(5) Em 1808, a corte portuguesa foge para o Brasil.

(6) Viajo amanhã para São Paulo.

Embora as gramáticas costumem considerar o presente indivisível[2], por oposição à divisibilidade do pretérito - em três formas - e do futuro - em duas formas -, a versatilidade do emprego do presente, como mostram os exemplos acima, exige, nessas gramáticas, uma longa listagem de usos do presente como nuances acrescidas à significação básica do presente, para que a referência a "fatos ocorridos no momento em que se fala" se mantenha. Podem, então, ser encontrados vários qualificativos de presente: momentâneo, durativo, habitual, freqüentativo, histórico, narrativo, etc. Mas uma definição formal de presente, que o oponha como indivíduo de um paradigma às formas de pretérito e de futuro, teria que incorporar, como usos sistemáticos, essas variações.

Para a utilização dos três construtos temporais na definição de **presente** no paradigma verbal do português devemos considerar que: 1°) esses três momentos definidores dos tempos verbais não estão linearmente distribuídos; e 2°) não são "momentos" realmente, como pontos fixos e

[2] Trata-se de uma divisibilidade referente à maneira de inserção no paradigma: há apenas uma forma de presente *versus* três formas de pretérito (perfeito, imperfeito e mais-que-perfeito) ou de futuro (do presente e do pretérito). Cf. NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO, de Cunha & Cintra, 1985, p.369: o presente é indivisível, mas o pretérito e o FUTURO subdividem-se no MODO INDICATIVO e no MODO SUBJUNTIVO [....].

absolutos, mas uma classe temporal, resultado de uma tensão que - por ser tensão - provoca constantes deslocamentos na relação que produz.

Quanto à primeira consideração: não encontramos no nosso embasamento teórico da TRE nada que nos obrigue a considerar os três construtos temporais como alinhados linearmente. Ao contrário, em todas as famosas metáforas com que se costuma explicar os conceitos fundamentais da TRE, o ponto de inércia temporal, ou sistema fixo de referência temporal, está colocado na origem das coordenadas temporais em que se "situam" os outros dois construtos[3]. Está, portanto, em posição não-linear.

Quanto à segunda consideração, observamos que a noção de intervalo de tempo não é estranha às interpretações gramaticais[4]. Em HEIDEGGER (1991:210), por exemplo, encontramos uma idéia, ou representação, não-pontual do tempo, como um *lapso* de tempo de um agora para um *lapso* seguinte. Façamos, assim, uma substituição na metáfora espacial linear segundo a qual usualmente se pensa no **tempo**. Pensemos, então, como BAUMGÄRTNER & WUNDERLICH (1969), nesses indicadores temporais como *intervalos* de tempo mais do que como pontos ou momentos. Consideremos o tempo da fala, como o "intervalo" de tempo do ato verbal ou enunciação; o tempo do evento, como o "intervalo" de ocorrência do evento tomado como referente; o tempo da referência, como o "intervalo" de tempo relevante para a consideração do ato verbal, a perspectiva que transita entre os interlocutores no ato da comunicação. Para manter o mesmo vocabulário, continuamos a chamar estas classes

[3] Indicação forte também se encontra na terminologia de EINSTEIN, que começa por chamar esse sistema fixo de *observador* e o coloca, metaforicamente, *olhando* para uma relação de velocidade entre dois corpos não inertes. Para que isso aconteça, mostra nossa experiência de mundo ser necessário não estarem os três pontos situados linearmente. Cf. Einstein (1923a) e Calder (1994), entre outros.

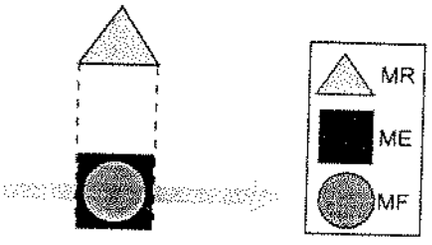
[4] Encontramos, por exemplo, em MIRA MATEUS (1983) que a categoria lingüística de TEMPO exprime "a ordenação do intervalo de tempo que contém o estado de coisas descrito por uma predicação relativamente ao intervalo em que ocorre a enunciação da mesma"(p.104).

intervalares, respectivamente, de **momento da fala**, (MF), **momento do evento**, (ME), e **momento da referência**, (MR).

Assim, com estes três construtos, chamados de momentos, por exercício lembrados como intervalos mas definidos como relações não-fixas - como tensão entre **temporalidade** e **temporalização** -, torna-se possível construir um sistema de oposições mútuas que permite a interpretação de todos os morfemas temporais do Português com o mesmo vocabulário e os mesmos conceitos de tempo. Mais ainda: uma interpretação assim construída pode dar conta, do ponto de vista formal, da "plasticidade" das formas do presente e se permitir compatível com uma sistematização dos usos dessas formas na linguagem cotidiana.

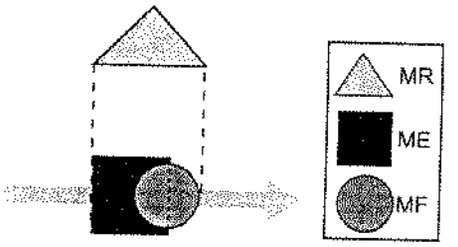
Como exercício, pode-se propor uma exploração visual da metáfora espacial de *intervalos* para a definição das formas de presente:

(a)



Ou para reforçar visualmente a idéia de que o MR não se conforma à linearidade de ME e MF, mas com eles estabelece planos, o esquema permitiria outra versão, com a mesma legenda:

(b)



O exemplo (1) se conforma com facilidade a essa interpretação "visual". Mas o que dizer dos demais empregos da flexão de presente listados nas gramáticas, como, por exemplo, para indicar ações ou estados permanentes, exemplos (2) e (3), ou ações habituais, exemplo (4); ou para "dar vivacidade" a fatos ocorridos no passado (presente histórico), exemplo (5), ou marcar um fato em futuro próximo, exemplo (6)? Enfim, seria possível fornecer uma interpretação coerente e sistemática desses usos geralmente considerados "valores afetivos" das formas do presente, que, por não se enquadrarem completamente no paradigma de oposições gramaticais, são freqüentemente, arrolados como exceções ou "casos especiais"?

Propõe-se que uma interpretação formal desses construtos temporais, que os não disponha linearmente, mas em planos, pode estabelecer oposições mútuas e constantes entre todas as formas do paradigma. Além disso, uma visualização da metáfora adotada permite também perceber que essa relação se mantém constante em todos os empregos do presente, sem que haja necessidade de considerá-los "especiais" ou excepcionais.

Visualizando o momento de referência como intervalo, podemos conceber seus "contornos" mais amplos ou mais estreitos, ao mesmo tempo que se mantém sua coincidência com os outros dois construtos. Este exercício encontra respaldo na nossa intuição de que os acontecimentos podem ser temporalmente mais longos do que o momento da fala, ou mais

curtos que este, sem que a caracterização do presente seja afetada. Encontra respaldo, também, na concepção de sistema fixo de referência temporal - ou observador - da TRE. Segundo CALDER (1994:104),

não surgem contradições quando a relatividade permite que alguns acontecimentos se desenrolem mais devagar aos olhos de um observador do que aos de outro, inclusive, viver, envelhecer e a morte de alguém,

Nos exemplos com que discute a caracterização desse sistema fixo[5] de referência temporal, EINSTEIN deixa clara essa não-rigidez do tempo do observador. Diz, por exemplo (1923a:40):

The "time" of an event is that which is given simultaneously with the event by a stationary clock located at the place of the event, this clock being synchronous, and indeed synchronous for all time determinations, with a specified atationary clock.

Como a sincronicidade exigida nem sempre ocorre em todas as determinações de tempo - ou o próprio sistema de inércia passa a ter algum movimento -, o "registro do tempo" pelo observador pode se dar com maior ou menor velocidade. Justifica-se, assim, conferir uma certa "elasticidade" ao sistema fixo de referência representado, na língua, pelo MR.

Pode-se dizer, então, que o presente gramatical não se reduz ao momento da fala mas a um lapso, uma fração, um intervalo de tempo que

[5] É importante explicitar que, em momento algum, Einstein considera esta uma fixidez absoluta; o próprio sistema estacionário pode, em outra situação, passar a ser uma das coordenadas dependentes. Essa fixidez se dá em relação ao conjunto de coordenadas em questão e as palavras "estacioário" ou "fixo" representam uma

inclui o momento da fala. No caso do presente gnômico ou omnitemporal (típicos de provérbios ou "verdades eternas") - como os exemplos (2) e (3) - fica bem claro que os limites do ME se estendem para além do MF. E, como o momento de ocorrência do evento referido se dilata, também se dilata a perspectiva temporal relevante para que aconteça a interlocução. O MR inclui, pois, tanto o ME quanto o MF:

(2) Nem tudo que reluz é ouro.

(3) A Terra gira em torno do sol.

Também no emprego do presente chamado habitual ou freqüentativo, ou, ainda, que se refere a "uma faculdade do sujeito" (Cf.CUNHA & CINTRA, 1985:437), exemplo (4), os limites dos intervalos de tempo para MR e ME são claramente mais amplos do que para o MF: as características pessoais do sujeito da oração, para que o caracterizem, valem durante um intervalo da tempo maior do que o intervalo de tempo em que são relatadas.

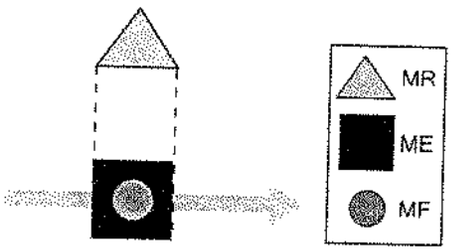
(4) Ela come pouco e dorme pouquíssimo...

A visualização da interpretação formal para estes casos, em que o MF é menos extenso do que ME e MR, seria, então:

---

solução lingüística (1923a:38): In order to render our presentation more precise and to distinguish this system of co-ordinates verbally from others which will be introduced hereafter, we call it the "stationary system".

(c)



Por, geralmente, exigir mais justificativas - e apelar a recursos extra-lingüísticos - a fim de que possa ser incluído nas gramáticas como forma de presente, o exemplo (5) merece análise mais detalhada.

(5) Em 1808, a corte portuguesa foge para o Brasil.

Freqüentemente rotulado de "exceção", emprego "especial" ou uso "afetivo", o presente histórico, narrativo ou dramático - exemplo (5) - caracteriza-se por referir, na flexão verbal de presente, acontecimentos já ocorridos no passado, anteriores ao MF, portanto. É comum, neste caso, o apelo ao psicologismo: para "dar vivacidade ou dramaticidade ao acontecimento". Mesmo nos casos em que a gramática trata o presente histórico apenas como não-passado, o seu uso surge como "especial" por manter uma relação "desviada" com o **momento da fala**. Mas esta aparente contradição com a definição de um tempo presente revela-se superada se tomada a relação de simultaneidade entre os três momentos como não-estrita. Ou seja, mantém-se a definição como a coincidência entre MR, ME e MF e considera-se que o MR se dilata mais para um tempo transcorrido, de modo a abranger, dentro do mesmo intervalo de tempo, o ME e o MF, mesmo que os limites destes não coincidam. A perspectiva temporal que se

constrói, assim, na interlocução - a visão estacionária do observador (TRE) - estaria, então, afetada por um "demorar" mais abrangente dos eventos.

No seu emprego da linguagem cotidiana, o presente histórico não corresponde simplesmente ao "que-já-ocorreu", mas a um evento ou ação que ocorre como parte de um universo que é tomado na interlocução[6] como "ainda-presente"; ou, como se encontra em CUNHA & CINTRA (1985:438), "imaginamo-nos no passado, visualizando os fatos que descrevemos ou narramos". Esse "imaginar" só será possível se o sistema referencial de tempo, tomado como relevante na interlocução, for assim "elasticamente" construído. Podemos dizer, então, que o MR se "dilata" mais para um tempo "que-já-ocorreu", de modo a abrangê-lo como um intervalo temporal mais amplo que o intervalo da fala, o MF. Embora com "contornos" não coincidentes, a integração dos três construtos temporais em um mesmo "quadro de referência temporal"- identificadora da flexão de presente - fica mantida. Neste caso, preenche-se a exigência definidora de que tanto o momento da fala como o momento do evento coincidam com o momento da referência, sem que haja, no entanto, a coincidência de limites temporais entre eles. Para usar outra metáfora: o conjunto dos momentos do evento e o conjunto dos momentos da fala podem não ter momentos em comum, mas ambos os têm com o conjunto dos momentos da referência. A simultaneidade não se dá, diretamente, entre ME e MF, mas é construída pela relação entre ambos no seio do MR. Convenciona-se, então, um "conjunto de momentos" de referência muito mais extenso do que aquele necessário para a interpretação dos chamados "usos comuns" de presente, e preserva-se a noção (e a intuição) de que a forma de presente tem mais

[6] Como nos capítulos anteriores, usamos aqui o termo sem compromisso com alguma teoria lingüística, apenas como um "rótulo" para uma situação de comunicação, de uso de língua.

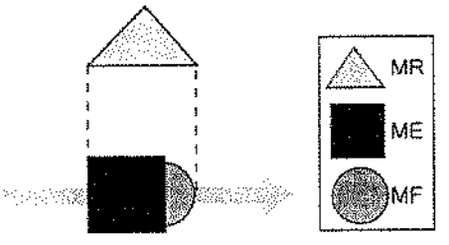
estreita ligação com o momento da fala do que as demais formas do paradigma.

Neste caso, o adjunto adverbial, como já vimos no primeiro capítulo, não é um mero colaborador na construção temporal, pois desempenha papel crucial como indicador do "limite" inicial com que se deve compreender as relações temporais na oração, onde se inicia o MR...

Assim, apenas na exigência de um MR mais extenso se apoia a "excepcionalidade" do presente histórico, e mantém-se a oposição sistemática entre a flexão de presente e as outras flexões do mesmo paradigma verbal.

Interpretado dessa maneira, o presente histórico, no exemplo (5), teria uma interpretação visual como (d):

(d)



Definido como flexão de presente, sem a necessidade do apelo a empregos especiais ou recursos extra-lingüísticos, merece esta forma verbal ainda algumas considerações.

Às vezes também chamada de presente dramático - pelo efeito que causa - é apenas como de presente do indicativo (sem adjetivações ou subtítulos) que esta forma entra no paradigma verbal do português.

Mas não é por acaso que este emprego específico da forma de presente recebe o nome de "presente histórico". Assim usado para construir expressões que remetem a fatos obviamente passados, o presente do indicativo é de tal modo associado a um determinado tipo de discurso que dele toma até o nome. Também não é por acaso que, no sentido inverso, esse uso caracteriza um tipo de discurso, o histórico. Também quando denominado "narrativo" tem ressaltado um de seus empregos mais freqüentes: nas narrativas, o MR pode estabelecer um vínculo de sempre-presente entre os interlocutores, e "dar vivacidade" aos fatos ocorridos. Do ponto de vista discursivo, considera-se que assim fica ressaltada a pretensão a uma verdade atemporal, quase independente das coordenadas temporais que se instauram na enunciação (cf. BENVENISTE, 1989 e ROBIN, 1977, i. a.). Uma das maneiras de se produzir esse efeito de sentido é o recurso à forma verbal que se caracteriza por não limitar nem o tempo da fala nem o tempo da referência: a flexão de presente (cf.LYONS, 1977 e ILARI, 1981, i.a.). No discurso histórico, as datações são marca relevante na identificação temporal do fato histórico, como, na linguagem do dia-a-dia, indicam a pretensão a uma conceituação "objetiva" de tempo. Por isso, alguns estudiosos do assunto (cf.PARRET,1988) vêem nessa redução uma espacialização da dimensão temporal. Mas, justamente a partir dessa relativa neutralidade (também) temporal do sujeito, é que se pode conceber o sujeito histórico como diferente do enunciador do discurso ou do texto. E aí se chega ao ponto fundamentalmente caracterizador desse tipo de discurso: a solidariedade entre uma forma gramatical, que mantém sua definição na flexibilidade com que os construtos temporais se relacionam, e uma opção discursiva para ressaltar o evento, o fato narrado, trazendo-o

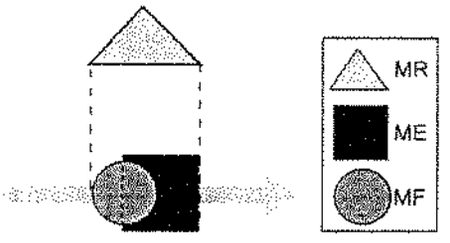
para mais próximo do momento da enunciação do que o nosso conhecimento do calendário objetivamente permitiria[7]....

Paralelamente ao emprego de presente na indicação de fatos passados, é também comum o emprego da flexão de presente com valor de futuro, como em (6). Neste caso, as justificativas gramaticais apoiam-se na intenção de "emprestar a certeza da atualidade a um fato por ocorrer" (CUNHA & CINTRA, 1985:438) ou para indicar fatos futuros não muito distantes ou mesmo incertos. A interpretação semântica para este uso de presente se dá de maneira semelhante à do presente histórico: o intervalo de tempo do MR se dilata, agora, mais em direção a um tempo futuro, de modo a abranger o ME:

(6) Viajo amanhã para São Paulo.

Visualmente, o esquema seria:

(e)



Tanto quanto no uso do presente histórico, este uso de presente com valor de futuro cria, na interlocução, um sistema de referência temporal muito além do momento da fala. Ao se tornar relevante, na

[7] Retornaremos mais adiante, no capítulo 7, a este assunto quando tratarmos da coerência temporal de um texto.

interlocução, um sistema de referência temporal assim dilatado, o fato-por-ocorrer passa a ser visto como certo dentro de um determinado universo: a "vivacidade" que o presente histórico empresta aos fatos já transcorridos encontra correspondência, assim, na "vivacidade" que confere a fatos ainda por ocorrer uma forma de existência.

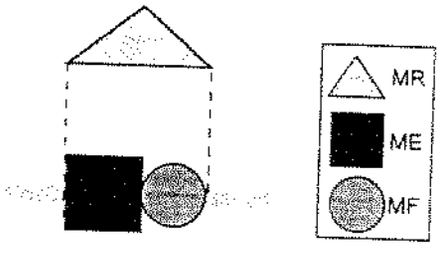
Pelo exercício de representação visual que aqui fazemos é possível, também, captar a proximidade semântica entre presente histórico e pretérito perfeito, por um lado, e o presente com valor de futuro e o futuro do presente, por outro.

Em (f) e (f') comparam-se o presente histórico e o pretérito perfeito, respectivamente, de (7) e (7'); em (g) o presente com valor de futuro e o futuro do presente de (8) e (8'):

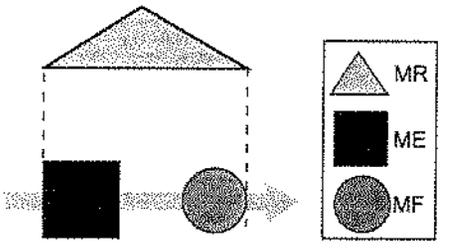
(7) Em 1808, a corte portuguesa foge para o Brasil.

(7') Em 1808, a corte portuguesa fugiu para o Brasil.

(f)



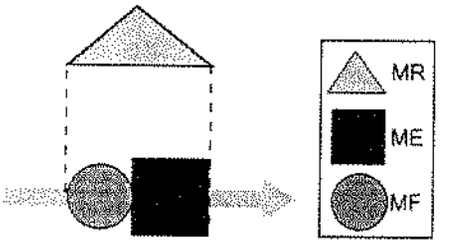
(f')



(8) Viajo amanhã para São Paulo.

(8')Viajarei amanhã para São Paulo.

(g)



À vista dessa diversidade de empregos da flexão de presente, é comum incorrer-se na tentação de procurar em outra expressão que não a flexão de presente simples do indicativo o representante lingüístico que (1º) admita a definição de presente e (2º) permita uma interpretação temporal que se oponha ao tempo verbal de pretérito e ao tempo verbal de futuro no paradigma do português. Neste sentido não seria a locução verbal[8], ou a perífrase, composta por **estar**+gerúndio mais capaz de precisar a

[8] Seguimos nesta nomenclatura CUNHA & CINTRA (1985:383), "os conjuntos formados de um verbo auxiliar com um verbo principal chamam-se LOCUÇÕES VERBAIS". Não se pretende, com isso, desconhecer, que esse termo seja discutível em língua portuguesa , principalmente por envolver o conceito de auxiliaridade. Mais adiante utilzamos os termos *perífrase* e *perifrástico*, com o mesmo sentido.

simultaneidade do fato ocorrido e do momento da fala com maior acuidade? Seria, assim, o exemplo (7) a forma típica de realização do tempo presente no português, e não (1)? Comparemos:

(1) Eu escrevo.

(7) Eu estou escrevendo.

Para ser eleita esta forma verbal como o indivíduo que se opõe aos demais indivíduos do mesmo paradigma temporal, essa forma perifrástica terá que ser estendida a todos os demais usos do presente. Teremos, então, a correspondência semântica entre os seguintes pares:

(2)Nem tudo que reluz é ouro.

(8)Nem tudo que está reluzindo é ouro.

(3) A Terra gira em torno do Sol.

(9) A Terra está girando em torno do Sol.

(4) Ela come pouco e dorme pouquíssimo...

(10)Ela está comendo pouco e dormindo pouquíssimo...

(5) Em 1808, a corte portuguesa foge para o Brasil.

(11)Em 1808, a corte portuguesa está fugindo para o Brasil.

(6) Viajo amanhã para São Paulo.

(12) Estou viajando amanhã para São Paulo.

Como tanto a forma simples como a perifrástica aceitam uma definição temporal de simultaneidade entre os três construtos temporais, poderiam, à primeira vista, ser consideradas como "variantes livres" da mesma relação de **temporalidade**. Em outras palavras: a **temporalização** do presente em português se daria tanto por uma como por outra forma lingüística. Entretanto, se nos pares (1)-(7) e (6)-(12) as condições de temporalidade para que as duas sentenças sejam verdadeiras parecem semelhantes, o mesmo não ocorre com os demais pares. Perde-se, em (8), o valor de "verdade universal e atemporal", caracterizador de (2); (9) não mais denota um "estado permanente", como (3); (10) não serve para caracterizar o sujeito como (4): caracteriza, em vez disso, um certo comportamento. O par (5) e (11) apresenta diferenças ainda mais profundas, já que o "efeito dramático" que justifica o emprego do presente para referir um evento nitidamente de passado fica muito enfraquecido em (11), que parece exigir um "alargamento" de contexto lingüístico para admitir uma interpretação de simultaneidade entre o evento e o seu relato; isto é, sua definição como presente intuitivamente parece depender do fato de estar inserido em um contexto maior.

Retomando-se, então, a oposição entre duas formas diferentes de ver o mundo, como já discutida a respeito da *duração*, no capítulo 2, oposição entre o compromisso com uma verdade estrutural - forma simples - e a constatação de um comportamento à vista de uma situação - forma perifrástica -, verifica-se que a possibilidade de dupla opção entre as formas de cada par, de (1) a (12), depende da admissibilidade ou não dessa

oposição entre os pares, não de sua definição temporal. Ou seja: (1) e (7) se opõem porque o primeiro exemplo declara algo estrutural a respeito do sujeito da oração, enquanto o segundo apenas lhe descreve um comportamento (cf. WOISETSCHLAEGER, 1976). O compromisso com uma verdade atemporal (estrutural) a respeito do sujeito da oração de (3) bloqueia a mesma interpretação para sua correspondente na forma perifrástica (de comportamento) em (9), mas não o torna agramatical. Ao contrário, em pares como este é que ressalta com maior nitidez a oposição entre a forma caracterizadora de uma estrutura e a forma que descreve um comportamento, oposição esta que motiva a opção pela forma simples ou perifrástica.

Para o usuário da língua, essas opções não são livres, mas envolvem decisões do tipo sim/não, caracterizadoras de um paradigma gramatical, segundo JAKOBSON (1969). Optar por uma ou por outra implica situar os interlocutores em maneiras diferentes de "ver" o evento. Já que distintos gramaticalmente, não podem presente simples e perifrástico ter o mesmo valor na rede de oposições temporais. Ou seja: não se constituem em indivíduos de um mesmo paradigma. De fato, embora aceite a mesma definição temporal do presente simples (MR,ME,MF), a forma perifrástica integra outro paradigma: aquele formado pelas formas de pretérito e de futuro também perifrásticas, como exemplificados em (13), (13') e (13''):

(13) Estou escrevendo.

(13') Estava escrevendo./ Estive escrevendo./ Estivera escrevendo.

(13'') Estarei escrevendo.

O comportamento dos membros desse simplificado paradigma nos indica que a definição de presente está ligada ao verbo auxiliar, como comprova LONGO (1990) em detalhado estudo sobre a auxiliaridade verbal e a expressão do tempo em português.. Esta é uma forte razão contra a interpretação da totalidade da perífrase como representante da simultaneidade entre MR,ME e MF. Assim constituído, o paradigma perifrástico se opõe ao paradigma das formas simples por outro critério, então, que não o da temporalidade. Portanto nem durativa, nem representativa do presente: a forma composta por **estar**+gerúndio, compõe o paradigma verbal pelo critério da descrição de um comportamento, que se opõe à descrição de uma estrutura pelo paradigma das formas simples. Dentro de cada um dos paradigmas, seus indivíduos admitem definições temporais que os opõem mutuamente; em um deles esta definição se liga a uma forma verbal única, no outro à forma verbal auxiliar. Nota-se, também, que os indivíduos de um paradigma encontram correspondência nos indivíduos do outro paradigma - que admitem a mesma definição temporal - mas a eles se opõem pela forma de ver o evento. Isto significa que nos casos em que esta oposição é pertinente, como em (1)-(7) e (6)-(12), há, respectivamente, duas possibilidades, gramaticais à disposição dos falantes, com efeitos diferentes na significação[9].

Resta ainda considerar com que mecanismos a língua marca uma restrição temporal ao momento da fala ao empregar as formas de presente. O exemplo (1) é o protótipo desse recurso, não fosse o adjunto temporal - ou qualquer outra marca lingüística que desempenhasse a mesma função - restringir o MR ao instante da enunciação, a sentença valeria por uma verdade atemporal ou uma caracterização do sujeito:

[9] Esta é a posição, de WOISETSCHLAEGER (1974), que seguimos em trabalho anterior, CORÔA, 1985.

(1) Neste momento, eu escrevo.

(14) Eu escrevo.

A sentença (14) responde a várias perguntas, como, por exemplo: "o que você faz quando está triste", "o que você faz para viver", "o que você faz agora que já leu sobre esse assunto", "o que você faz neste inverno"? Em contraste com a diversidade desses empregos - habitual, caracterizador, momentâneo - do presente, o exemplo (1) responde apenas a "o que você faz neste momento em que falamos?". A circunscrição do intervalo de tempo relevante para a interlocução, o MR, se identifica, assim, com o adjunto temporal, "neste momento em que falamos". Tomando emprestada à Fonologia a noção de neutralização, pode-se dizer que no primeiro caso os diversos empregos do presente estão neutralizados, basta apenas que ME e MF tenham algum momento em comum com MR; no segundo, ocorre apenas o uso momentâneo do presente, aquele que pressupõe a estrita simultaneidade entre MF,ME e MR. Em distinções como esta, ressalta que a exata coincidência entre os "contornos" do MF e do ME, na definição de presente, se marca na língua por mecanismos que vão além do verbo ou da locução verbal. Ou seja: na definição do presente, a simultaneidade estrita entre ME,MF e MR não é temporalizada como flexão, locução ou perífrase. As expressões "quando está triste", "agora que já leu sobre o assunto" e "neste inverno" são os recursos - como "neste momento" no exemplo (1) e "em 1808", no exemplo (5) - de que a língua lança mão para delimitar o intervalo de tempo relevante na interlocução, o MR. Encontra-se, assim, na expressão lingüística um índice do construto que estabelece a relação formal entre o ME e o MF, mas não os exige igualmente delimitados. Pelo emprego de outros adjuntos temporais - com

diferentes "extensões" temporais - pode-se verificar que é ao MR que tais adjuntos muito freqüentemente se ligam·se ligam:

(1') Este mês, eu escrevo.

(1") Desde criança, eu escrevo.

Nos exemplos (1') e (1"), a perspectiva temporal para que seja considerado o intervalo de tempo relevante para a fixação da dêixis é marcada por **este mês** e **desde criança**, objetivamente diferentes de **neste momento** quanto ao "tamanho" do intervalo temporal; mas a qualquer desses intervalos se intui circunscrito o MR. Quando o MR é simultâneo ao MF - na definição de presente - os adjuntos temporais além de se intuírem simultâneos ao MF, "colam-se" é ao MR, que abarca os outros construtos. Portanto, não é inerente à flexão de presente do paradigma verbal do português marcar a estrita simultaneidade entre MR,ME e MF. Cabe aos adjuntos temporais essa função. E a definição formal aqui proposta para o presente se mantém para toda sua diversidade de usos.

No entanto, uma interpretação para o presente que se restringisse ao ponto de vista estritamente gramatical - calculável - teria que admitir que as formas de presente se trocam livremente ora pela forma de pretérito, ora pela de futuro. Entretanto, considerando suas condições de uso com diferentes efeitos de sentido - na ordem do discurso, portanto - essas diferentes opções são bem pouco neutras. Isto é, não se escolhe impunemente uma ou outra: a escolha gramatical tem conseqüências discursivas. Coerentemente, à interpretação gramatical pode se acoplar uma interpretação discursiva. Estamos, então, dizendo que no emprego das

formas de presente: 1°) as regras gramaticais não são violadas, nem exigem explicação *ad-hoc*, já que mantêm o paradigma verbal que esgota as oposições formais entre as flexões de tempo verbal; 2°) uma interpretação de nível semântico, apoiada na relação não-linear entre os três construtos temporais, fundamenta a interpretação gramatical; e 3°) uma interpretação discursiva, dando conta da motivação para os diferentes usos, longe de ser um mero "acréscimo" intuitivo, mantém com as interpretações anteriores uma relação sistemática porque gramaticalmente motivada.

Especificamente, no caso do presente do indicativo, uma **temporalidade** definida como a relação não-linear entre três construtos temporais não apenas respeita os princípios da gramática - que trata o problema do tempo verbal buscando a analogia entre as formas de uso semelhante, estabelecendo paradigmas - mas vai além: possibilita que uma forma verbal que receba uma determinada interpretação independente de contexto possa receber, também, uma interpretação que incorpore o contexto; e, mais importante, que seja com ela compatível, consistente e sistemática. O acionamento de diferentes "sistemas de referência temporal" encontra, assim, apoio gramatical no MR, que se revela o ponto de conexão entre a interpretação gramatical e a discursiva.

CAPÍTULO 5
O PASSADO

Enquanto uma só forma flexionada de presente admite a grande variedade de empregos que vimos no capítulo anterior, as flexões de passado, de acordo com as gramáticas e manuais de ensino, fixam em três grupos de empregos os **acontecimentos que ocorrem antes do momento de sua enunciação.** Ou, utilizando os construtos temporais com os quais definimos os tempos verbais, chegamos à base dos tempos do pretérito em português: ME - MF. Estamos, assim, de acordo com a primeira parte da seguinte definição de COMRIE (1993:41) para os tempos de pretérito:

> The meaning of the past tense is thus location in time prior to the present moment, and any further deductions about temporal location that are made on the basis of individual sentences in the past tense are result of factors other than simply the choice of tense.

A segunda parte (a partir da vírgula), no entanto, corresponde a concepções teóricas diferentes daquelas que adotamos neste estudo, e expostas na primeira parte: além de partir de uma concepção linear de tempo, COMRIE (1993:36) admite a existência de tempos verbais [tenses] que não incluam como parte de seu significado o tempo presente como centro dêiico, a que chama *relative tenses.*

Neste estudo tomamos o paradigma temporal dos verbos do português como um sistema de relações temporais dêiticas, por oposição a um conceito temporal não-dêitico, que foi denominado aspecto. Além disso, uma definição temporal que considere o tempo não linearmente, como aqui fazemos, permiti-nos estender a significação temporal de pretérito para, ao menos, cinco possibilidades combinatórias, como apresenta o esquema do

capítulo 2, apoiado em REICHENBACH (1948). No entanto, a afirmação de LYONS sobre a existência de outros fatores que não os estritamente temporais, em atuação nas formas de pretérito também é válida para o português, pois admitimos, coexistindo nos verbos, a modalidade e a aspectualidade, como veremos adiante.

Já que estamos colocando no foco de nossa principal atenção o sistema flexional do português, consideraremos aqui que **pretérito imperfeito, perfeito** e **mais-que-perfeito** gramaticalizam flexionalmente a significação de passado acima mencionada. Do ponto de vista das possibilidades matemáticas, isto quer dizer que duas das relações possíveis não ocorrem flexionalmente. Verifiquemos, então, quais são as três que a história "escolheu" para marcar como flexão...

5.1 IMPERFEITO

Pela grande abrangência na variedade de usos, o imperfeito pode ser considerado o que mais se assemelha ao presente. Tornemos este o ponto de início da nossa interpretação dos tempos verbais que tem na anterioridade do ME ao MF sua base. Sempre que a noção de freqüência, de habitualidade ou de caracterização do sujeito se liga a uma ocorrência verbal anterior ao ato de fala[1], emprega-se o pretérito imperfeito do indicativo. Gramáticas e manuais apontam, com freqüência, o caráter contínuo e durativo do imperfeito para opô-lo aos demais tempos do pretérito. Como também falam no caráter contínuo e durativo do presente.

[1] Cf. NOVA GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO, de Cunha & Cintra; MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA, de E.Bechara; GRAMÁTICA NORMATIVA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de Rocha Lima; GRAMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de Mira Mateus.

Exemplos representativos do imperfeito, correspondentes aos empregos listados nas gramáticas, seriam, então:

(1) Na infância, ela **pensava** em ser cantora.
(2) Teresa **fazia** tudo depressa (para sair cedo).
(3) Se a mãe soubesse, **ficava** aborrecida
(4) Sei que lhe devo a vida; **vinha** lhe agradecer.
(5) A casa **ficava** na colina, de onde se **via** o rio.
(6) Ela **abria** a porta, quando ouviu o grito.

Em todos esses exemplos, intui-se um "deslocamento" da perspectiva temporal, dentro da qual se considera o evento transcorrendo, para antes do tempo de sua enunciação. Ou, conforme encontramos em CUNHA & CINTRA (1985:439): "pelo pensamento, nos transportamos a uma época passada e descrevemos o que então era presente". Mais uma vez o caráter psicológico da noção temporal se reconhece no momento da referência, o MR. Assim, não só o ME é anterior ao MF, também o MR o é. Essa intuição tem sua correspondência formal na relação de simultaneidade que se estabelece entre o MR e o ME, e da anterioridade de ambos para com o MF. Entre as possibilidades combinatórias para as definições dos tempos do pretérito em português, apontadas no capítulo 2, identificamos aquela que corresponde ao pretérito imperfeito do indicativo, como já o fizemos em trabalhos anteriores[2]: ME,MR - MF.

É verdade que um primeiro critério para buscar, no grupo das relações temporais possíveis, uma definição para o imperfeito pode vir da semelhança de empregos entre o presente e o imperfeito, mas, de maneira

[2] Mais detalhadamente em Coroa (1985).

nenhuma, se esgota nela. O imperfeito apresenta, de fato, plasticidade semelhante à do presente ao tratar de evento anterior à enunciação, especialmente em exemplos como (1), (2) e (3). De maneira intuitiva e informal seria como dizer que a forma de passado ideal para a maior parte dos usos do presente seria o imperfeito. PRIOR (1967:14) reconhece aí uma "qualidade de presente" no passado, que ele chama de *past presentness*.

Dessa característica decorre também a adequação do emprego do imperfeito para um tipo muito conhecido de narração: as narrativas infantis, que o utilizam como a "clave" segundo a qual os eventos devem receber seus valores temporais. A metáfora, retirada da clave musical, vem do fato de ser tradição usar essa marca logo no início da primeira sentença do texto, como em (7):

(7) **Era** uma vez uma mocinha muito bonita, mas muito triste também. Como **andava** sempre maltrapilha e suja de cinzas, todos a **chamavam** de Cinderela.

(D'Aguiar, C.D. CINDERELA. Editora Tecnoprint, 1975)

Textos, assim, em que o imperfeito "cria um cenário" temporal distanciado do momento da enunciação, da "realidade", pretende a entrada dos envolvidos na interlocução no mundo que se cria, são, de pronto, associados a histórias infantis.

Ao estudar esse emprego do imperfeito em exemplos reais de ocorrência, como nos registros do projeto NURC, transcrições de novelas de televisão e gravações de brincadeiras infantis, entre outros, TRAVAGLIA (1987:85) o aproxima de um "tempo de fantasia, de desejo" e lhe atribui o valor de

permitir ao falante afastar um processo verbal da realidade (seja este afastamento real ou apenas da perspectiva do falante) e não se comprometer perante o ouvinte em virtude do que diz, afastando de si qualquer responsabilidade pelo enunciado na situação de enunciação.

BENVENISTE (1988) identificou, no francês, o imperfeito com as narrativas históricas; no entanto, não parece ser esse o uso privilegiado do imperfeito em português. Um segundo critério utilizado por BENVENISTE nessa caracterização - o pronome de terceira pessoa como a não-pessoa - é que parece ser mais relevante para caracterizar narrativas históricas em português, como bem demonstram as traduções dos textos utilizados por BENVENISTE (1988:263-268) para comprovar sua teoria no francês. Em português, cabe ao imperfeito apenas caracterizar um dos tipos narrativo, as narrativas infantis. Mas não só isso. Também um outro linguajar infantil, o das brincadeiras de faz-de-conta, privilegia o uso do imperfeito, como o exemplo (8):

(8) Vamos brincar? Eu **era** o mocinho, você **era** o bandido e **assaltava** a diligência...

Tomando emprestada uma afirmação de WEINRICH (1968:67), podemos dizer que a principal função do imperfeito nestes casos é apenas a de "informar ao interlocutor que se trata de um relato", entendendo-se, aqui, relato como um evento lingüístico relaxado, de pouco comprometimento entre os interlocutores. WEINRICH (1968)[3] estende essa atitude de

[3] Já é clássica em lingüística a oposição que Weinrich faz entre mundo narrado e mundo comentado: ao relato do primeiro opões o comentário do segundo. Neste, quem fala está comprometido com o que diz a tal ponto que seu discurso é dramático porque trata de coisas que o afetam diretamente.(p.67) Weinrich também associa

relaxamento também ao físico, porque, diz ele, no relato, não interessa diretamente aos interlocutores o sucesso ou insucesso do que é relatado. E acrescentamos: como relato, o evento se distancia do MF e procura situar a interlocução, ou enunciação, em um tempo concomitante com aquilo que relata. Dizemos, então, que o tempo da enunciação - o MF - deixa de ter validade enquanto durar o relato, ou o ME. (cf. KOCH, 1987). Associa-se, pois, ao ME a perspectiva temporal com que se contempla o evento, o MR. Além disso, quando temos um conjunto todo de verbos empregados, dessa maneira, no imperfeito, compondo um universo de fantasia, de faz-de-conta, temos um diferente modo de algo existir, ou se apresentar; temos, portanto, uma temporalidade tingida de modalização.

Exemplos como (7) e (8) podem mostrar que uma abordagem que considere as estruturas lingüísticas como indeterminadas, ou semi-estruturas que ganham determinação ao serem utilizadas em contextos específicos (cf. POSSENTI 1988), terá em uma interpretação mais formal do imperfeito também a base para uma interpretação discursiva.

Analisemos, pois, a definição que aqui se propõe para o pretérito imperfeito do indicativo: ME,MR - MF.

Fugindo da metáfora linear do tempo, propõe-se, como exercício visual, o que foi feito com a relação de presente e considerar que esses três construtos se distribuem em planos:

---

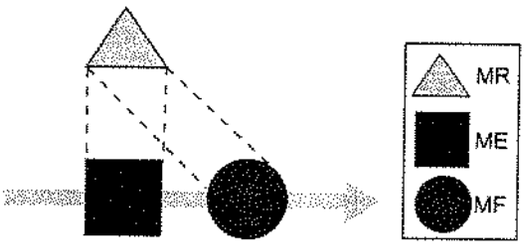
certos tempos verbais a cada uma dessas situações comunicativas. Um pouco mais sobre esta distinção, veremos adiante. Cf. Também Koch (1987).

(a) MR

ME MF

Ou, para captar a intuição de que tais construtos podem funcionar como intervalos, como fizemos com a interpretação de presente, transformamo-los em (a'):

(a')



Este exercício visual traduz as relações entre os três construtos temporais sempre que o evento enunciado é visto a partir de "uma ótica de passado"; ou seja, serve de interpretação para todos os exemplos acima, de (1) a (8).

Em (1), percebe-se ressaltada a proximidade de significação entre o imperfeito e o presente, especialmente se comparado a (1'):

(1) Na infância, pensava em ser cantora.

(1') Hoje, pensa em ser aviadora.

Tanto em (1) quanto em (1'), a simultaneidade entre o momento em que ocorre o evento [pensar] e a perspectiva temporal em que se deve tomar tal evento capta formalmente essa proximidade intuitiva: tanto no

presente quanto no imperfeito ME e MR são simultâneos. Mais outra semelhança: nos dois exemplos, a perspectiva temporal relevante para a consideração do evento, o MR, recebe uma "ancoragem" no tempo do calendário por meio do adjunto temporal da sentença. Mas essa relação não pode ser vista apenas como uma relação absoluta entre MR e adjunto temporal: se fosse empregado o adjunto **na infância** no exemplo (1'), com o verbo no presente, o adjunto, além de associado ao MR, estaria também, associado ao MF, já que, por definição, os dois são simultâneos. Trata-se mais de uma relação de mútua influência, ou de composição, do que uma conseqüência do emprego do adjunto adverbial.

Explicitemos uma restrição: embora reconhecendo que os adjuntos temporais têm valor relevante na construção da temporalidade de uma sentença, ou de um texto, direcionamos nossas atenções para as formas verbais que compõem o paradigma e, apenas superficialmente, tomamos em consideração sua composição significativa com as palavras, ou expressões, de valor temporal que as circundam. Esta decisão, no entanto, tem a ver com uma delimitação do objeto da análise - artificial, portanto - e não com uma negação de que os valores temporais podem ser composicionalmente conseguidos. Essa "cooperação" poderá vir a ser tema de outro estudo...

Nas gramáticas e manuais escolares, o construto temporal MR, mesmo que assim não seja denominado, é geralmente associado a um tempo psicológico: diz-se que, no imperfeito, "pelo pensamento nos transportamos a uma época passada e descrevemos o que então era presente" (CUNHA & CINTRA, 1985:439). No entanto, raramente se associa que esse transportar é delimitado por um adjunto adverbial... Pelo exemplo (1) não apenas se intui claramente que "época passada" é relevante para

"o que então era presente", como se chega à sua delimitação - digamos, objetiva - com o emprego do adverbial **na infância**.

Também o chamado presente habitual encontra seu correspondente no imperfeito. É o caso de (2), em que a habitualidade se transfere para um tempo anterior ao momento da fala; é também uma "presentidade passada", nos termos de PRIOR(1967). E isso se faz pelo deslocamento do MR para antes do MF. Compare-se com (2'):

(2) Teresa fazia tudo depressa (para sair cedo).
(2') Teresa faz tudo depressa (para sair cedo).

Tanto (2') serve para caracterizar Teresa hoje, como (2) para caracterizá-la no passado, em um tempo anterior ao atual. Os intervalos de tempo para os quais vale dizer isso de Teresa, sejam quais forem seus limites no calendário, se identificam tanto com o ME como com o MR correspondente.

No exemplo (4), novamente, a temporalidade do MR se tinge de nuances modais para imprimir polidez ao emprego do imperfeito. Também há uma mescla de modalidade na noção temporal do MR em (3): a perspectiva hipotética que marca a partir de onde se deve considerar a temporalidade de *ficar aborrecida* é associada à temporalidade do MR: no tempo em que *a mãe souber a verdade* - se esse tempo porventura existir - será o tempo *de ficar aborrecida*. Como nos exemplos (7) e (8), os empregos do imperfeito em (3) e (4) revelam um distanciamento, um descompromisso do enunciador para com a enunciação: neste para causar

um efeito de polidez; naquele para evitar uma situação indesejável... Ambos envolvidos, pois, com modalidade e atitude comunicativa.

Característico de um registro informal da língua, ou da modalidade oral, o imperfeito em (4) tem no futuro do pretérito seu correspondente mais formal. Mesmo sem aprofundar aqui essa análise, é interessante observar que na definição que proporemos para o futuro do pretérito, no próximo capítulo, o MR também é anterior ao MF. Essa semelhança apenas reforça o caráter modal com que tanto uma quanto outra forma verbal pode ser empregada. Compare-se (3) com um caráter mais temporal de (3'):

(3') Quando a mãe souber a verdade, ficará aborrecida.

Mas as interligações de temporalidade com modalidade são mais pertinentes ao capítulo seguinte, que trata do futuro.

A flexibilidade dos "limites" do intervalo[4] definido como MR fica ressaltada em exemplos como (5). Fatos permanentes ou contínuos, em que se considera o intervalo temporal sob uma perspectiva quase sem limites, quase eterna, como em (5), de modo semelhante ao emprego omnitemporal do presente - próprio dos provérbios ou verdades ditas eternas -, encontram no pretérito imperfeito seu correspondente de passado. Na perspectiva temporal relevante para se considerar **onde ficava a casa**, e **o que se via**, não é pertinente que se inclua nem quando isso começou nem quando acabou: os contornos do MR são, aí, flexíveis, como o são nas afirmações científicas, ou nos provérbios, que empregam o presente. Para que as

sentenças em (5) sejam verdadeiras, elas não dependem de quais limites temporais atribuamos ao MR, mas apenas que este seja anterior ao MF.

E que os contornos temporais do MR são flexíveis ao extremo, a comparação entre o tempo necessário para a ocorrência de um evento durante outro bem o demonstra. Em (6), o intervalo relevante para que se possa ouvir um grito se circunscreve ao evento de abrir a porta. O MR, nitidamente, associado ao ME e anterior ao MF, se estende aqui a uma fração de tempo intuitivamente mais curta do que em (5). Mas essa medida de tempo, mais longa ou mais curta, para o MR é marcada pela contribuição semântica do verbo principal, não pela relação entre os três construtos temporais. Tanto em (5) quanto em (6), o MR desempenha a mesma função: estabelecer a relação entre o ME e o MF, embora os limites objetivos [do relógio ou do calendário] dos intervalos sejam nitidamente diferentes.

Uma comparação entre os exemplos (5) e (6) e as sentenças correspondentes no pretérito perfeito, (5') e (6'), pode, de início, nos levar a pensar ser a duração o traço que distingue perfeito de imperfeito. É isso que geralmente fazem as gramáticas ao explicar a oposição entre perfeito e imperfeito no paradigma. Citamos, como exemplo a gramática de CUNHA & CINTRA (1985:444):

o pretérito imperfeito exprime a ação durativa, e não a limita no tempo; o pretérito perfeito, ao contrário, indica ação momentânea definida no tempo.

[4] Lembremos que o tratamento metafórico dos tempos verbais como intervalos nos permite estender a metáfora e trabalhar com "limites" tanto quanto com "dimensões", "abrangência", etc, todas expressões também, naturalmente, metafóricas....

No entanto, mesmo que objetivamente a duração entre um evento no perfeito e outro no imperfeito possa ser diferente, dar conta disso sistematicamente é revelar que aquilo que os distingue formalmente é mais complexo.

Exemplos como (5) e (6) nos fazem, inevitavelmente, lembrar que o verbo denota um *demorar-se no tempo*. Ou seja: além do tempo dêitico, relacionado ao momento da enunciação, o evento tem um tempo próprio para acontecer, por mais infinitesimal que seja. Esses exemplos nos fazem lembrar o *tempo implicado* de GUILLAUME (1969), ou o *tempo inerente ao processo*, de IMBS (1960). Estas noções também temporais são, no entanto, não dêiticas, pois não se definem em função do momento da fala; constituem, segundo a definição que adotamos aqui, a categoria de aspecto. Tratemos, mesmo que sumariamente, da inter-relação entre estas duas categorias.

Como, em uma visão espacial do processo, os eventos se caracterizam por progredir de um estado inicial para um final, GOLDSMITH & WOISETESCHAEGER (1982) usam uma interessante metáfora para explicar aspecto. Primeiro, consideram que, por pressuporem mudança, os processos não são infinitos e se constituem em fases; a eles se opõem os estados por se manterem idênticos em todas as fases. Depois, postulam um construto teórico, o *sub-evento*, para denominar qualquer uma das fases intermediárias de um evento, inclusive a inicial e a final. Aspecto é, então, para eles, a quantificação dos sub-eventos de um evento. Isso mantém, nitidamente, ligados o tempo [tense] e o aspecto, e ambos à temporalidade. GOLDSMITH & WOISETSCHLAEGER consideram ainda que a ocorrência de um sub-evento posterior implica a ocorrência de todos os sub-eventos

anteriores na seqüência. Aplicando os exemplos desses autores ao português teríamos (9) e (10):

(9) José arquivava as cartas.
(10) José arquivou as cartas.

O emprego do perfeito em (10) implica que todos os sub-eventos do evento em questão, **arquivar as cartas**, inclusive o primeiro e o último, já ocorreram. O exemplo (9) mostra o evento em seu pleno desenvolvimento e implica que ao menos um dos sub-eventos ainda não se deu. De acordo com a metáfora de GOLDSMITH & WOISETSCHLAEGER (1982), a sentença com o verbo no perfeito, (10), mostra a completude do evento; a sentença com o verbo no imperfeito, (9), mostra sua incompletude; ou, melhor ainda, nada diz a respeito de sua completude, apenas que o processo, ou evento, está em andamento.

Seguindo a proposta de GOLDSMITH & WOISETSCHLAEGER, consideramos, assim, que o perfectivo é o aspecto em que todos os sub-eventos estão incluídos no evento; e como este ocorre no momento do evento, todos os sub-eventos são concluídos no tempo do ME. O imperfectivo é o aspecto em que nem todos os sub-eventos - não importa quantos - estão incluídos no ME. De acordo com a terminologia que vimos adotando para a temporalidade, podemos dizer que o intervalo associado ao ME tem limites precisos em um aspecto perfectivo, mas não os tem em um aspecto imperfectivo. A essa "qualidade" do intervalo temporal se acopla outra, a da relação do referido intervalo com os outros construtos que definem a forma verbal. Digamos, então, que há uma dupla temporalidade em formas como o perfeito e o imperfeito.

Comparando outros dois exemplos, de perfeito (11) e imperfeito (12) em português, podemos observar como o artifício do sub-evento pode ser produtivo:

(11) Ele se afogou e eu não pude socorrê-lo.
(12) Ele se afogava e eu não podia socorrê-lo.

Enquanto (11) mostra dois fatos consumados, (12) representa o mero relato de uma situação, sem comprometimento com o seu resultado. Para que se satisfaçam as condições de verdade, em (11) todos os sub-eventos, tanto de afogar quanto de socorrer, devem ocorrer; em (12), alguns sub-eventos devem já ter ocorrido, mas outros não. Por isso, apenas em (11) temos a certeza da morte por implicação lógica, implicação não-cancelável sem que o falante se contradiga. Comparemos a agramaticalidade de (11') por oposição à gramaticalidade de (12'):

(11') *Ele se afogou e eu não pude socorrê-lo, mas ele não morreu.
(12') Ele se afogava e eu não podia socorrê-lo, mas ele não morreu.

É inevitável, aqui, lembrar o que já citamos de WEINRICH sobre o relaxamento, o descomprometimento característico do discurso do relato, ou o emprego do imperfeito em histórias infantis: tanto (12) quanto (12') podem ser exemplos saídos de um desses relatos ou de uma dessas histórias...

Voltando aos exemplos (5) e (6), podemos, então considerar irrelevante a duração do intervalo que se associa ao ME; relevante é o fato

de esse intervalo não ter limites temporais posteriores marcados, isto é, não ter todos os seus sub-eventos concluídos. A forma verbal em (5), nada diz a respeito de a **casa continuar ou não lá**; em (6) não é relevante se o movimento de **abrir a porta** se completou ou não.

O exemplo (6) é um caso de esquema de incidência, na terminologia de SABRSULA (1972), passível da seguinte interpretação, na proposta de GOLDSMITH & WOISETSCHLAEGER: **ouvir o grito** é um evento simultâneo a algum dos sub-eventos do evento **abrir a porta.** Essa interpretação, apoiada na categoria aspectual, não contradiz, assim, a nossa interpretação temporal, pois mantém-se para o imperfeito a simultaneidade entre ME e MR, e a anterioridade destes para com o MF. E mais relevante ainda: o fato de perfeito e imperfeito realizarem uma oposição de cunho aspectual não quer dizer que também não se oponham temporalmente. Consideramos aqui, como em trabalhos anteriores[5], que perfeito e imperfeito se opõem duplamente.

5.2 PERFEITO

Uma primeira característica que serve de critério para a distinção temporal entre perfeito e imperfeito já se imiscuiu na discussão de como, nessas formas, está imbricada a categoria de aspecto. Ao comparar os exemplos (11) e (12), constatamos que o resultado dos processos de **afogar** e **salvar** só é marcado no emprego do perfeito. Pelo teste da

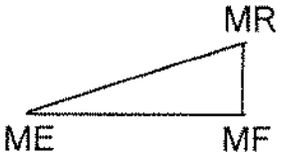
[5] Esta oposição foi exposta primeiramente em Corôa (1985): O TEMPO NOS VERBOS DO PORTUGUÊS e depois no artigo "Uma definição temporal para as formas do pretérito", que trata especificamente deste assunto e é citado na bibliografia como Corôa (1985a).

implicação lógica comprovamos que apenas (11) revela a certeza do resultado dos processos envolvidos. Propomos, por isso, que no pretérito perfeito o MR está associado ao MF, e ambos são posteriores ao ME. A relação temporal que define o perfeito seria - para continuar explorando a capacidade metafórica da língua - um "olhar" para o evento, que ficou para trás na "linha" do tempo, a partir de uma presentidade associada ao momento da enunciação. Esta perspectiva temporal, que tem como referência o momento atual, não é estranha às gramáticas. CUNHA & CINTRA (1985:443), por exemplo, citam PAIVA BOLËO para dizer que o pretérito perfeito é a forma "que se emprega para 'descrever o passado tal como aparece a um observador situado no presente e que o considera do presente'." Para JESPERSEN (1958), o perfeito tem a noção de resultado e historicamente denota um estado. Lembrando GOLDSMITH & WOISETSCHLAEGER (1982), para quem estado seria um evento em que todas as fases fossem idênticas, consideramos que atribuir a noção de estado ao uso do perfeito para descrever um evento significa tratá-lo globalmente, na sua totalidade, como se seus sub-eventos não existissem. E o resultado de um evento assim tratado só seria observável, portanto, a partir de um "agora" posterior ao ME.

Essas características do perfeito nos levam, portanto, a propor que sua interpretação temporal é: ME - MF,MR.

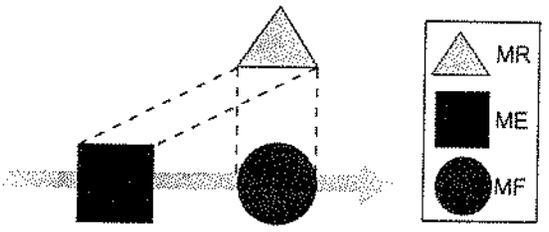
Correspondentemente, um esquema visual que não seja linear apresenta-se como em (b):

(b)



E (b') será a metáfora visual que transforma os pontos em intervalos:

(b')



Algumas gramáticas costumam arrolar a forma simples de pretérito perfeito e a forma composta (**ter**+particípio) como integrantes do mesmo paradigma de flexões temporais do português - não sugerindo aí uma equivalência semântica, como ocorre em muitas línguas românicas, mas uma oposição temporal. (cf. CUNHA & CINTRA,1985:443).

Uma análise funcional dessas formas mostra, no entanto que, como o pretérito perfeito simples se emprega em condições diferentes do composto, admite uma interpretação diferente deste não apenas no âmbito do tempo.

Essas diferenças constam das gramáticas no reconhecimento da distinção de empregos: CUNHA & CINTRA(1985:443) dizem que

> O pretérito perfeito simples, denotador de uma ação completamente concluída, afasta-se do presente; o pretérito perfeito composto, expressão de um fato repetido ou contínuo, aproxima-se do presente.

Mas essa idéia de continuidade eles também utilizam para opor o imperfeito ao perfeito...

Comparemos exemplos dessas três formas em (13), (14) e (15):

(13) O poeta escreveu lindos poemas.

(14) O poeta tem escrito lindos poemas.

(15) O poeta escrevia lindos poemas.

A idéia que atribui a (13) a qualidade de "se afastar do presente" pode representar o reconhecimento da característica de perfeito de "mostrar" o evento como completado; ou seja, porque aí todos os sub-eventos do evento descrito pelo verbo já ocorreram, resulta que este seja "visto"em sua globalidade, a partir de uma perspectiva temporal que se liga à atualidade da enunciação. Isto é, à sentença (13) se aplica a interpretação de que o MR é simultâneo ao MF, e ambos posteriores a ME. Os eventos dos exemplos (14) e (15), ao contrário, não são vistos a partir de uma perspectiva temporal concomitante com a enunciação, e aí reside a idéia de continuidade: o imperfeito nada informa a respeito do fim do evento, como também não o faz o perfeito composto[6].

No trabalho intitulado "Notas para uma Semântica do Passado Composto em Português", ILARI (1997a) descreve e explica várias características dessa forma verbal. Entre elas, diz que

> o passado composto é inadequado não só para descrever fatos que ocorreram uma única vez, mas ainda para descrever a repetição, se se quer ao mesmo tempo explicar quantas vezes o fato se repetiu: * Eles têm vindo três vezes. [....]

e

> a interpretação e a gramaticalidade de orações no passado composto são afetadas pela quantificação dos sintagmas nominais presentes na sentença, e pela ocorrência de adjuntos.

[6] Concentramo-nos aqui apenas em exemplos do português, pois outras línguas, como o francês, o inglês e o alemão, apresentam formas verbais com comportamento diferente; organizam, pois, o paradigma verbal de forma diferente do português.

Aplicando a primeira afirmação à comparação entre (13), (14) e (15), teremos (13a), (14a) e (15a):

(13a) O poeta escreveu um lindo poema / três lindos poemas.
(14a) *O poeta tem escrito um lindo poema / três lindos poemas.
(15a) *O poeta escrevia um lindo poema / três lindos poemas.

Para descrever "fatos que ocorrem uma única vez", ou para "explicitar quantas vezes o fato se repetiu"; o perfeito simples é adequado; perfeito composto e imperfeito, não. Nisto, estas duas formas se opõem à primeira. O que elas têm em comum, que a primeira não tem, é a idéia de continuidade, segundo as gramáticas. Mas intui-se a continuidade de maneira diferente em cada uma. A sentença (15a) pode tornar-se gramatical se fizer parte de um esquema de incidência, por exemplo, mas (14a) continua, nessa caso, agramatical:

(14a) *O poeta tem escrito um lindo poema quando se feriu.
(15a') O poeta escrevia um lindo poema quando se feriu.

Aplicando a segunda afirmação de ILARI (1997a), teremos (13b), (14b) e (15b):

(13b) O poeta escreveu poemas / "Navio Negreiro".
(14b) O poeta tem escrito poemas / * "Navio Negreiro".
(15b) O poeta escrevia poemas / * "Navio Negreiro".

Se o sintagma é uma expressão nominal definida, a sentença com o verbo no imperfeito passa, novamente, a ser gramatical quando faz parte de um esquema de incidência, como em (15b'), o que não ocorre com a de perfeito composto, (14b'):

(14b') *O poeta tem escrito "Navio Negreiro" quando se feriu.
(15b') O poeta escrevia "Navio Negreiro" quando se feriu.

Se a quantificação do sintagma nominal é apenas de plural, (14c) e (15c), ou explicita quantas vezes o fato se repetiu, (14c') e (15c'), imperfeito e perfeito composto têm comportamento semelhante;

(14c) O poeta tem escrito poemas todas as semanas.
(14c') O poeta tem escrito três poemas por semana.
(15c) O poeta escrevia poemas todas as semanas.
(15c') O poeta escrevia três poemas por semana.

A habitualidade parece ser o traço em comum entre (14c) e (15c), enquanto (14c') e (15c') indicam distributividade. O relevante, no entanto, é verificar que, em nenhum caso, o perfeito composto se opõe, seja ao perfeito simples, seja ao imperfeito, por uma alteração fundamentalmente temporal.

Muito mais ainda poderia ser dito a respeito da oposição perfeito simples e composto, como, por exemplo, a composição que se dá entre o tipo do evento descrito pelo verbo (state, activity, achievement ou accomplishment) e o emprego do perfeito composto; e disso com adjuntos temporais. Para isso remetemos a ILARI (1997a), pois nossa principal intenção aqui é verificar se, das cinco possibilidades de combinação entre

os construros temporais, alguma delas seria realizada pelo perfeito composto. Mas nem a análise de ILARI, nem as comparações aqui mostradas apontam para um perfeito composto como forma de oposição temporal no paradigma do pretérito em português.

Se, como mostram os exemplos, a maneira de quantificação dos sintagmas nominais afeta a gramaticalidade do perfeito composto ou do imperfeito, mas não do perfeito; se a adequação de uma forma para descrever um certo tipo de fatos difere da adequação de outra, estamos diante de uma oposição que não é de base temporal. Falha a gramática ao colocá-los no mesmo paradigma, porque as características que distinguem o perfeito composto do perfeito simples e do imperfeito apoiam-se em características outras que não aquelas que se estabelecem na relação entre ME, MF e MR[7]. Ou, olhando para o fenômeno no sentido contrário: as duas formas de perfeito temporalizam de maneira diferente a temporalidade em língua portuguesa. Por isso, propomos que o perfeito composto integra um outro paradigma, talvez aquele que o oponha a **tinha escrito/tivera escrito/teria *escrito*,** etc., de forma paralela ao que propusemos para as perífrase com **estar**.

5.3 PRETÉRITO MAIS QUE PERFEITO

Mas a proposta para que as perífrases com **ter** componham um paradigma verbal diferente do paradigma das formas simples em português, mesmo que com este se inter-relacione, tem um forte contra-argumento: o

[7] Outro fator a considerar na forma de perfeito composto é que o auxiliar toma a forma de presente: é a perífrase como um todo que tem significação de pretérito. Cf. a esse respeito, LONGO (1990).

mais-que-perfeito simples, de emprego já raro na língua, está cada vez mais sendo menos usado. Sentenças como (16) já dificilmente ocorrem na modalidade escrita e quase desapareceram da modalidade oral, sendo substituídas por (17):

(16) O poeta escrevera lindos poemas / um poema / "Navio Negreiro".
(17) O poeta tinha escrito lindos poemas / um poema / "Navio Negreiro".

Substituições no sintagma nominal que complementa o verbo produzem os mesmos resultados em qualquer uma das sentenças, como, por exemplo,

Falantes que dominam as duas formas não têm dificuldade em atribuir a uma diferença de registro lingüístico a opção por uma ou outra. Também é intuitiva a interpretação de que o mais-que-perfeito "indica uma ação que ocorreu antes de outra ação já passada" (CUNHA & CINTRA, 1985: 443). COMRIE (1993:65) chama a formas como o mais-que-perfeito tempos [tenses] *relativo-absolutos,* porque têm duas referências: o momento da enunciação - e por isso são absolutos - e um outro evento, anterior à enunciação - e por isso são relativos. Além disso, diz que sua significação é a de um passado no passado [past in the past].

A idéia de algo que representa um passado do passado, e, portanto, duas vezes anterior ao MF, está bem de acordo com o uso que fazemos do mais-que-perfeito, tanto simples (quando o usamos) como composto. No entanto, para uma sistematização do mais-que-perfeito em português devemos considerar que um verbo empregado nessa forma é anterior, sim, a uma outra referência temporal anterior ao momento da enunciação, mas esta referência não precisa ser uma outra ação, ou outro evento, como se pode depreender de (18) e (19):

(18) a. O poeta escrevera lindos poemas antes de morrer.

b. O poeta tinha escrito lindos poemas antes de morrer.

(19) a. Até ontem, o poeta escrevera lindos poemas.

b. Até ontem, o poeta tinha escrito lindos poemas.

O emprego de uma forma verbal sem marcações temporais, para a referência temporal associada ao MR em (18) pode nos dar a idéia de não ser essa uma referência anterior ao MF. A comparação com a agramaticalidade de (18') e (19') mostra que isso não é verdade:

(18') a. *O poeta escrevera lindos poemas depois de morrer.

b. *O poeta tinha escrito lindos poemas depois de morrer.

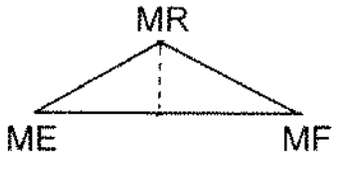
(19') a. *Até amanhã, o poeta escrevera lindos poemas.

b. *Até amanhã o poeta tinha escrito lindos poemas.

Como o evento descrito pelo verbo no mais-que-perfeito em português é anterior a um outro momento que se toma como referência, e ambos anteriores ao momento da enunciação, sua definição é: ME - MR - MF.

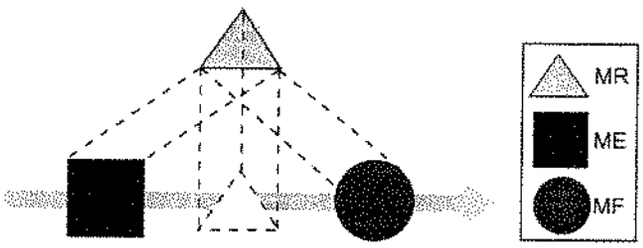
Uma representação não linear é (c):

(c)



Em (c') temos um esquema que capta a idéia de intervalo associada a esses pontos:

(c')



Como tanto ao mais-que-perfeito simples como ao composto se aplica a definição acima, contentemo-nos, ao menos por ora, com a justificativa corrente, quase uníssona, de que se trata de duas formas alternantes, condicionadas pelo registro lingüístico.

As opções discursivas do pretérito serão abordadas na terceira parte; antes, porém, trataremos das duas outras formas simples que compõem o paradigma temporal da flexão verbal do português, as do futuro.

CAPÍTULO 6
O FUTURO

Tanto lógicos como semanticistas concordam que a grande dificuldade para interpretar as formas do futuro reside na própria natureza ainda-não-realizada da futuridade. JESPERSEN (1958) já dizia que há várias formas de expressar um tempo futuro na língua; todas elas matizadas pela modalidade. Como o futuro não se pode negar - ou confirmar - tão categoricamente como o passado e o presente, as expressões de um tempo vindouro são menos definidas, menos explícitas. Para GUILLAUME (1969), a primeira coisa a considerar é que o tempo futuro não existe realmente: é sempre suposto ou imaginado. Daí suas estreitas ligações com a modalidade.

Segundo COMRIE (1993:43), comparado com o passado,

> The future, however, is necessarily more speculative, in that any prediction we make about the future might be changed by intervening events, including our own conscious intervention. Thus, in a very real sense the past is more definite than the future. Following from this, one might argue that the difference between past and present is indeed one of tense, that between future on the one hand and past and present on the other should be treated as a difference of mood rather than one of tense.

Também BARTSCH (1969) ressalta as características modais das formas do futuro: não é o tempo futuro como tal que se expressa nessas formas, mas uma "predisposição específica". E argumenta com as formas verbais do alemão, em que, no auxiliar *werden*, tempo e modo se fundem.

LEECH (1994:57) diz que a não-certeza dos acontecimentos futuros provoca no emprego das formas verbais de futuro uma interferência da atitude do falante:

We cannot be as certain of future happenings as we are of events past and present, and for this reason, even the most confident prognostication must indicate something of the speaker's attitude and so be tinged with modality.

E acrescenta que, por isso, a palavra que melhor caracteriza a significação de futuro é *predição,* algo que "tem a ver com o julgamento do falante". (id.ib.) Mais uma vez o matiz da modalidade...

Também para LYONS (1971:306), a futuridade é mais uma questão de modo do que de tempo:

Although it is undeniable that will and shall occur in many sentences that refer to the future, they also occur in sentences that do not. And they do not necessarily occur in sentences with a future time reference. They are most appropriately described as modal (like can, may, must,etc.); and we shall see that 'futurity' is as much a matter of mood as it is of tense.

Mas essa mescla entre modalidade e temporalidade não se restringe às línguas em que a expressão lingüística de futuridade recorre, necessariamente, a verbos auxiliares modais, como em inglês. Também a encontramos em português. MIRA MATEUS et alii. (1983:119), por exemplo, reconhecem que "o futuro lingüístico exprime sempre, associadamente a um valor temporal, um valor modal de não factualidade". Isso porque, ao contrário das proposições contidas em enunciados declarativos de presente e passado - passíveis de atribuição de valor de verdade no momento da enunciação -, às proposições dos enunciados de futuro só pode ser

atribuído um valor de verdade no intervalo previsto para ocorrência do evento. Sendo assim, no momento da enunciação, o valor de verdade das formas do futuro é indeterminado. E por aí sobressai, na noção temporal das formas de futuro, o caráter modal dessas expressões de tempo. Para mostrar como é ressaltado o valor modal na flexão de futuro, MIRA MATEUS et alii. citam exemplos correspondentes aos seguintes (p.119):

(1a) ?Ë um fato que choverá amanhã em Brasília.[1]
(1b) É um fato que choveu ontem em Brasília.
(1c) É um fato que está chovendo em Brasília.

Em enunciados na modalidade factual, como os acima, surge a indeterminação do emprego do futuro. Ao se considerar que sentenças que incluem a expressão *É fato que* ... serão falsas ou verdadeiras se, e somente se, houver a pressuposição da existência do estado de coisas por elas descrito[2], apenas um sujeito com total domínio do futuro poderá proferi-las sem que sejam semanticamente indeterminadas. Como essa exigência exclui todo ser humano - ao menos como hoje o conhecemos[3] -, depende da avaliação do falante a necessidade, probabilidade, possibilidade ou impossibilidade desse estado de coisas ocorrerem. Enquanto (1b) e (1c) podem ter seu valor de verdade imediatamente estabelecido a partir do momento em que são proferidas, (1a) tem, nessa concepção de semântica de tempo, valor indeterminado.

---

[1] Utilizamos o ponto de interrogação antecedendo uma sentença como indicador de indeterminação na atribuição de valor de verdade.
[2] Tomamos aqui, livremente, a definição de modalidade factual, como o fazem Mira Mateus et alii., à página 444.
[3] Prior (1967:113) também exclui Deus dessa possibilidade: "God's foreknowlwdge is just as inconsistent with a real contingency in future events as his directly foreordaining them would be."

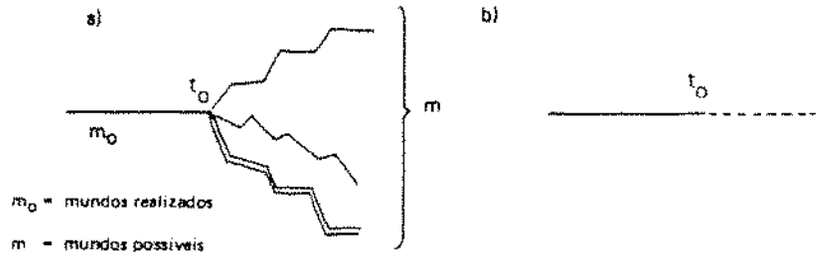
MARTIN & NEF (1981:12), ao estudarem os tempos verbais do francês, reconhecem que, por natureza, o vir-a-ser escapa à certeza e, por isso, está mais associado a asserções modalizantes e ao mundo do possível:

Mais par l'irreversibilité du temps, le passé n'est jamais lié au possible que par un lien épistémique, plus précisément par l'insuffisance du savoir. L'avenir, au contraire, comme lieu de l'action - à moins que l'on ait du temps une conception strictement déterministe - s'apparente ontologiquement au possible, c'est-a-dire, par son être même.

Mas avaliar, dessa maneira, como uma certa desvantagem, a impossibilidade de atribuir valor de verdade a eventos futuros implica admitir a existência independente de um objeto chamado "tempo". Em uma concepção de tempo relativo, o fato de o futuro se referir a uma realidade incerta, ser indeterminado ou não-factual não se constitui em anomalia, pois considera-se essa característica uma peculiaridade do futuro: a de representar uma constante antecipação. Também nas reflexões filosóficas essa idéia de futuro encontra respaldo, desde os mitos gregos de futuro como desejo, antecipação do fado dos deuses até, por exemplo, no *presentar* de HEIDDEGER (1991:213):

[...] é no iluminador alcançar-se-recíproco de futuro, passado e presente que repousa o elemento próprio do espaço-de-tempo do tempo autêntico. [...] Tanto no advento do ainda-não-presente como no que foi do não-mais-presente, e, mesmo no próprio presente, sempre estão em jogo uma espécie de abordagem e um trazer para, isto é presentar.

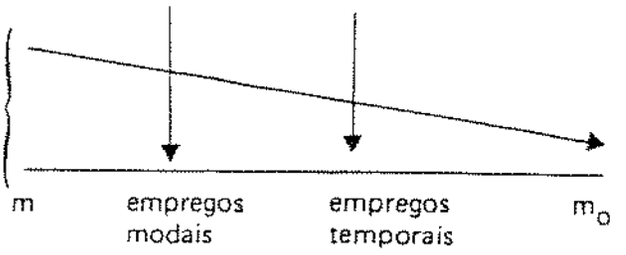
Por causa dessa característica de antecipação, de indeterminação - ou de não-factuidade do futuro, MARTIN & NEF (1981:12) optam por uma concepção lógica ramificada de futuro: uma representação linear de passado e presente tem continuação como um feixe de "mundos possíveis" na representação do futuro. No momento da enunciação abrem-se infinitos prolongamentos possíveis para o vir-a-ser (a), mas quando o futuro se tornar passado - e o momento da enunciação se deslocar para a direita - só um desses prolongamentos se realizou (b):



Também podemos encontrar em MIRA MATEUS (1983:119), que a não-factualidade do tempo futuro permite que uma declaração sobre o futuro revele a relação que o falante tem com o estado de coisas que elas descrevem.

Assim, a avaliação da possibilidade da ocorrência desse estado de coisas é reforçada por formas em que a "impressão" de ser possível atribuir uma valor de verdade ao que se expressa no futuro fique ressaltada, por empregos mais "temporais". Quando essa possibilidade se apoia mais na crença do falante, os empregos mais "modais" sobressaem.

Em trabalho anterior[4] resumimos as posições de MARTIN & NEF: os usos modais [das formas do futuro] jogam com a virtualidade inerente ao vir-a-ser, com a idéia de possível natural ao próprio futuro; os usos temporais se ligam à oposição que o futuro faz ao passado e ao presente, quando se acomoda aos mesmos indicadores modais do tempo transcorrido. Isso se dá apenas quando consideramos que a possibilidade se avizinha da certeza. Pode-se, então, formular a hipótese de que o futuro, qualquer que seja sua ligação por natureza com o possível, o virtual ou o incerto, expressa sempre um pensamento que parte do possível para a certeza: interpretações antecipadas sobre esse movimento fornecem os empregos modais; conseqüentemente, interpretações posteriores fornecem os empregos temporais. Como o movimento do futuro vai de um conjunto de mundos possíveis (m) para um mundo que é (m_o), mesmo interpretações modais se orientam para a certeza e esta certeza cresce à medida que se aproxima dos empregos puramente temporais. Um esquema simplificado desta conceituação nos fornecem MARTIN & NEF (1981b: 84):



[4] Corôa, M.L. (1985). O TEMPO NOS VERBOS DO PORTUGUÊS - UMA INTRODUÇÃO À SUA INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA, p.56-58.

Mesmo considerando impossível despir as formas que expressam o futuro de qualquer caráter modal, focalizaremos a atenção nos empregos do futuro mais próximos da temporalidade. Isto porque a caracterização do futuro como um tempo de indeterminação ou a intensa convivência entre temporalidade e modalidade nas formas de futuro não são inconsistentes com o fato de que o futuro também tem significação temporal. Direcionar o holofote para um dos personagens em cena não significa que outros personagens não estejam no palco, apenas que, por ora, ficam nas sombras....

Olhemos, então, mais atentamente para aqueles empregos de futuro em que, segundo as gramáticas, a certeza, ou necessidade ou alta probabilidade de uma ocorrência vindoura transparecem na manifestação do falante,[5] fazendo-os parecer empregos mais temporais, como (2) e (3):

(2) Viajarei amanhã.
(3) Choverá: ouça os trovões.

É comum tanto nas gramáticas, como em qualquer outra forma de análise do emprego das formas verbais de futuro, encontrarmos que as formas flexionadas do futuro do presente, como nos exemplos acima, se restringem ao uso formal, ou escrito, ou culto da língua. Em uma interlocução cotidiana os falantes intuem que enunciados como (2')e (3') "dizem" mais da certeza do falante sobre um evento futuro do que, correspondentemente, (2) e (3):

[5] Como esta "certeza" vem do falante, vê-se já por aqui a impossibilidade de uma dissociação total entre temporalidade futura e modalidade...

(2') Vou viajar amanhã (já até comprei a passagem).

(3') Vai chover: ouça os trovões.

Uma interpretação de futuro que reconhece a não-factualidade dessa forma, mas que a insere em um sistema de tempo relativo, nos indica não se tratar aqui apenas de uma diferença no grau de formalidade, mas de um certo reforço no matiz da modalidade: como o "movimento" do futuro vai de um conjunto de mundos possíveis para um mundo que é - nas palavras de MARTIN & NEF -, os empregos mais nitidamente temporais indicam o crescimento dessa certeza. E os empregos perifrásticos são "sentidos" na linguagem do dia-a-dia como marcando mais fortemente essa certeza.

Uma comprovação desse "sentir" pode nos vir da história da formação do futuro nas língua românicas. De acordo com SILVA (1997:73):

> A evolução do t. vb [tempo verbal] futuro do latim ao românico revela um processo cíclico-padrão que se alterna em formas analíticas e sintéticas, ou seja, a forma perifrástica inicial que se sintetiza é, por sua vez, substituída por uma nova estrutura perifrástica, repetindo essa seqüência de eventos.[....] Entretanto, não se deve considerar que o aparecimento da forma sintética implicava a eliminação da forma perifrástica antecedente e tampouco que a língua, como um todo, estivesse engajada numa fase exclusivamente analítica ou sintética.

Exatamente esse parece ser o quadro atual de empregos do futuro no português, como o autor mostra, detalhadamente, páginas adiante.

Apoiado na análise dos fatores condicionantes da evolução do tempo verbal de futuro em várias línguas românicas e na formação do tempo verbal de futuro em crioulos de base portuguesa, conclui SILVA (1997:77) que

Parece haver correlação entre as dimensões semânticas e morfossintáticas na evolução do futuro: as formas que, em primeiro lugar expressam temporalidade são sintéticas e as que expressam modalidade são analíticas.

Daí preferirem os falantes - mesmo que disso não tenham consciência - utilizar uma forma verbal que indique mais sua atitude, sua crença com respeito ao que dizem, do que uma forma tão fugidia, ligada a um conceito tão pouco "concreto" como é o tempo... No entanto, qualquer que seja a preferência, pelo emprego flexionado ou pelo perifrástico[6], os exemplos (2) e (3) ou (2') e (3') apresentam formas verbais construídas na relação entre MF, ME e MR.; são, portanto, realizadores de temporalidade.

Deixando, por ora, de explorar mais profundamente essa possibilidade de variação - e mesmo a natureza dessa variação - entre os empregos a que estamos chamando perifrásticos e empregos flexionados de futuro para a expressão da futuridade, analisemos a que representação correspondem, em português, essas formas de futuro no quadro das possibilidades de relações temporais que apresentamos no capítulo 2.

Nesse paradigma, que coloca formas indicadoras de futuro como indivíduos, por oposição às de presente e passado, não há dúvida que eventos considerados futuros são posteriores ao momento de sua enunciação. Foram, no capítulo 2, chamados de tempos de base MF - ME. E a perspectiva temporal a eles ligada, como é expressa?

É justamente na "mescla" de temporalidade com modalidade que encontramos um primeiro argumento para associar o MR ao MF no futuro do

[6] Silva (1997) arrola ainda outros usos lingüísticos indicadores de futuridade, como formas compostas por **tem de** , por exemplo.

presente: a perspectiva temporal relevante para se "olhar" para um evento futuro está tão associada ao momento da enunciação que o falante chega "mostrá-la" como sua avaliação sobre aquilo que diz, chega a realizá-la como modalidade. Diz LEECH (1994) que, por representar a *predição* de um acontecimento - ou evento - praticamente certo, o emprego da forma de futuro do presente traz a futuridade para próximo do presente. E como uma das nuances dessa predição corresponde à intenção, ou certeza, do falante a respeito do evento futuro no momento de sua enunciação, a perspectiva que se imprime ao evento-vindouro é a do momento da enunciação. Ou seja: pela íntima relação com a modalidade, a perspectiva temporal na qual se insere a interlocução - um "olhar", avaliativo, do aqui-e-agora da enunciação sobre algo a acontecer no futuro - associa-se, neste caso, o MR ao MF.

A ocorrência de enunciados como os exemplos (2) em um discurso indireto confirma a associação do MR com o MF:

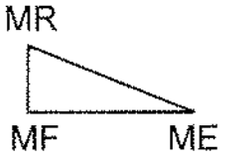
(4a) João diz: Viajarei amanhã.
(4b). João diz: vou viajar amanhã.
(4a'). João diz que viajará amanhã.
(4b'). João diz que vai viajar amanhã.

Encontramos algumas vezes, como justificativa para uma distinção entre (a) e (b) a maior ou menor proximidade temporal do momento da enunciação com o momento de ocorrência do estado de coisas futuro. Mas, como dizem MIRA MATEUS et alii.(1983:120), o que, de fato, fica ressaltado em (4b) e (4b') é o modo de encarar tal estado de coisas como

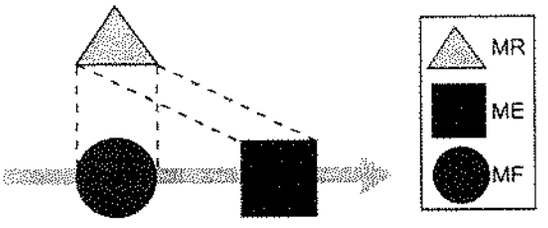
obrigatório, ou deonticamente necessário, tanto que, para o mesmo intervalo de tempo as duas formas são possíveis, visto que o ME está associado ao **amanhã** nos dois exemplos. Tal como ocorre no pretérito, o "tamanho" do intervalo temporal é irrelevante para a significação de futuro; relevantes são as relações que se estabelecem entre os três construtos temporais.

Em resumo, a seleção do futuro do presente do indicativo para enunciados cujo conteúdo proposicional se aplica a um estado de coisas futuro é a expressão da avaliação que o falante faz em um tempo presente a respeito da ocorrência de tal estado de coisas em um tempo posterior à enunciação. Ou seja, como definição de futuro do presente temos (a) com a correspondente metáfora para os intervalos em (a').

(a)



(a')



Com esse definição, fica claro porque é tão comum o emprego de formas verbais do presente pelo futuro, como em (5) e (6): mantém-se a simultaneidade entre MF e MR, tanto no presente como no futuro.

(5) Viajo no próximo ano para o Canadá.

(6) Chove amanhã em toda região sul.

Em geral, as gramáticas consideram que o emprego do presente pelo futuro "empresta ao fato uma idéia de certeza", como dizem CUNHA & CINTRA (1985:448). E, como vemos, essa "certeza" advém de o sistema de referência temporal estar ligado ao momento da enunciação...

Como já vimos na análise do presente, o MR se caracteriza - de acordo com a TRE - por não ter limites rígidos, o que lhe permite ser estendido tanto para um tempo anterior ao MF, como posterior a ele. Neste caso, de emprego de presente com valor de futuro, o sistema associado ao MF se dilata em direção ao evento futuro, abarcando-o. Assim, tanto o presente como o futuro mantêm sua definição formal compatível com seus usos lingüísticos.

Exemplos como (5) e (6) mostram que, muitas vezes, o papel do adjunto temporal não é o de um mero coadjuvante na marcação da temporalidade de uma forma verbal. Tanto **no próximo ano** quanto **amanhã,** nessas sentenças, têm a responsabilidade de marcar o ME dos eventos **viajar** e **chover** como posteriores ao MF - além de fornecerem a informação própria de sua significação. Cabe aqui, ainda, observar que o emprego do presente pelo futuro nada tem a ver com a proximidade do evento, pois os adjuntos temporais de (5) e (6) marcam os eventos segundo "distâncias" diferentes; é inadequado considerar, então, que se trata de um "futuro próximo", como justificam algumas gramáticas.

Os exemplos (3), (3'), (5) e, principalmente, (6) também veiculam uma certa informação que tem a ver com a noção de "causalidade".

Segundo ARISTÓTELES (apud LACEY, 1972), seria necessário considerar tal noção não apenas para justificar a não-reversibilidade do tempo, mas, principalmente, para interpretar o futuro, pois o valor de verdade não se aplicaria a eventos potenciais. LEECH (1994:60) mostra que o futuro também ocorre como conseqüência de causas presentes: uma cadeia de eventos que já começam a ocorrer no presente direcionam o futuro. Chama a esse emprego "futuro de causa presente".

Pela "causalidade", estariam no presente as raízes das condições para que o futuro se torne verdadeiro. Nos exemplos (2), (2') e (5), pelo tempo verbal, pode-se tomar a indicação de que o planejamento, as providências necessárias para a **viagem** já são parte da "presentidade" do MF; portanto, o evento futuro, a se realizar no ME, já pode ser considerado um fato, Em (3), (3') e (6), as "causas" da chuva já estão presentes no momento da enunciação, o que autoriza o falante - e seu ouvinte - a considerar praticamente verdadeiro o estado de coisas descrito, mesmo que sua ocorrência esteja prevista para depois do momento da enunciação. Especialmente (6), quando proferida por um meteorologista, por exemplo, representa uma conseqüência dos dados analisados no presente: o evento futuro é praticamente inevitável dentro dessa perspectiva, MR.

Não podemos deixar de perceber nesse tipo de exemplos que, em muitos empregos do futuro do presente, há um certo toque de profecia, algo como:"pelos dados do presente posso antever como será o futuro", como pode ser a interpretação, principalmente, de (3), (3') e (6). Essa característica também ressalta a estreita ligação entre MR e MF, em sentenças típicas de predição, como (7):

(7) Você fará a viagem dos seus sonhos [no próximo ano].

Uma profecia também pode ser encarada como a expressão de votos ou desejos: uma aproximação com a intenção do falante coloca, mais uma vez, a origem do estado de coisas futuro no presente; algo como "está presente no meu desejo hoje que tal e tal aconteça no futuro". A mudança no adjunto temporal facilita a compreensão dessa significação em (8):

(8) [Um dia] você fará a viagem dos seus sonhos.

A negação de uma profecia não nega apenas sua realização no futuro, nega também um desejo presente, como podemos verificar ao comparar com (8'):

(8') ?[Um dia] você não fará a viagem de seus sonhos.

A ser considerada como a expressão de votos, desejo, em (8') não se nega apenas a realização futura de um evento, negam-se também os votos do falante. A enunciação de (8') não será estranha se interpretada como uma espécie de maldição, correspondendo a "agora desejo que você seja punido com a não-satisfação de seu desejo". Despida da modalização que lhe imprime o caráter de votos, ou maldição, essa sentença admite uma simples negação de sua realização futura, como a negação de (7'):

(7') Você não fará a viagem de seus sonhos [no próximo ano]..

Em (7') tanto pode estar sendo negada a realização da viagem como o tempo de sua realização (pode ser **agora**, e não **no próximo ano**). Neste caso, a negação incide sobre a temporalidade da sentença, não sobre a

modalidade. Mantém-se, de qualquer maneira, a perspectiva temporal segundo a qual se considera o eventos futuro.

Por razões semelhantes, também a expressão de desejo ou de incerteza pela interrogação confere ao evento futuro uma perspectiva de presente, como em (9):

(9) [Temos pouco tempo.] Conseguiremos alcançá-lo?

Sobre exemplos desse tipo, as gramáticas costumam dizer que, por exprimirem incerteza[7], são mais impregnados de modalidade do que de temporalidade: mais do que situar o evento em um tempo futuro indicam que deve ser interpretado como uma possibilidade de contingência. MIRA MATEUS et ali.(1983:122) ressaltam que a forma interrogativa de sim/não em que se empregam tais enunciados não tem valor pragmático de pergunta mas de uma instrução para que o ouvinte reconheça que o falante avalia como contingente a ocorrência do estado de coisas descrito pelo seu conteúdo proposicional - ou seja, que o falante duvida do que diz.

Se tal enunciado apresentasse uma estrutura assertiva afirmativa, estaria enfraquecida a modalização e ficaria ressaltado o valor temporal. Dessa maneira, o enunciado fica contraditório se não houver uma marca (geralmente conjunção) que explicite a atitude do falante quanto ao que diz:

(10) ?Temos pouco tempo. Conseguiremos alcançá-lo.
(10'a) Temos pouco tempo, mas conseguiremos alcançá-lo.
(10'b) Apesar de termos pouco tempo, conseguiremos alcançá-lo.

[7] Em CUNHA & CINTRA, p.447, encontramos tal emprego , "para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos atuais" sempre exemplificado com o futuro do verbo **ser**. Acaso ou não, parece ser com esse verbo que o futuro do presente melhor realiza essa noção de dúvida ou incerteza.

Em (10'), a indicação de contingência atribuída ao falante em (9), cede lugar a uma interpretação que também situa o estado de coisas almejado/descrito pela proposição no futuro do presente em um tempo posterior ao tempo da enunciação. Além disso, mantém estabelecida uma cadeia com o estado de coisas do presente da enunciação - mesmo que tal cadeia não se baseie em uma relação de causa e conseqüência, mas de oposição ou concessão. Um estado de coisas presente como parâmetro de avaliação para um estado de coisas futuro corresponde, assim, a uma perspectiva de presente para que se relacione o evento futuro ao momento da enunciação: MF,MR - ME.

Mas o exemplo (2) admite ainda, no uso cotidiano da linguagem, uma outra forma alternativa, além de (2'); admite o exemplo em (11):

(11) Estou viajando amanhã.

Praticamente tudo o que foi dito a respeito do emprego de (2') se repete sobre o emprego de (11), de forma ainda mais acentuada: atribuir valor de futuro a formas de presente faz com que se considere o estado de coisas futuro como praticamente certo. Mas este exemplo tem a vantagem adicional de pôr em relevo uma outra forma de futuro, a do exemplo (12):

(12) Estarei viajando amanhã.

REICHENBACH (1948:295), ao propor as definições para os tempos do inglês, considerou, de início, duas interpretações diferentes para o *simple future*, baseando-se em exemplos correspondentes a (13) e (14):

(13) Agora eu irei. [Now I shall go.]

(14) Eu irei amanhã. [I shall go tomorrow.]

Mas REICHENBACH (1948) privilegiou, de maneira *ad hoc*, o advérbio para associar, em (13), o MR ao MF, e, em (14), ao ME. Logo adiante (p.297), ele admite para o *simple future* apenas a definição que associa o MR ao ME.

Comparando-se os exemplos acima com (13') e com (14'), verifica-se que não é a "extensão" dos adjuntos temporais a responsável pela mudança na perspectiva temporal que serve de referência à relação entre ME e MF:

(13') No próximo ano eu irei.

(14') Eu irei neste segundo.

Sem discutir as razões que levaram REICHENBACH (1948) a essa flutuação de opinião, consideramos aqui que, ao menos para o português, os exemplos (1) a (11) correspondem à definição, esquematizada em (d), que associa MR ao MF. Mas a (in)definição de REICHENBACH nos aponta para outra possibilidade de realização do tempo futuro em português.

O exemplo (12), comparado a (2), nos reporta à distinção que fizemos, no capítulo dedicado ao presente, entre descrição de comportamento e descrição de estrutura, segundo a proposta de WOISETSCHLAEGER (1976). Como temos para os empregos de presente e passado compostos por **estar**+gerúndio, temos também para o futuro uma expressão que descreva algo estrutural em oposição a outra que apenas relate um comportamento.

Admitimos, no caso do presente e do passado, a coexistência de dois paradigmas temporais opondo-se por essa distinção. No caso do futuro, esta oposição se torna, aparentemente, menos nítida, pela indeterminação do tempo futuro. Um emprego verbal que represente a mera descrição de um comportamento, pode servir para o falante se esquivar de um compromisso com respeito à verdade da estrutura daquilo que diz[8]. Ou seja: a natureza não-factual do futuro pode ser uma condição facilitadora para a preferência por uma forma verbal de mera descrição de um comportamento. No emprego de futuro, em (11), essa descrição de comportamento que, de tão certo na intenção do falante, pode ser "visualizado" como ocorrendo simultaneamente ao MF, se opõe a uma descrição do evento futuro como que contemplado no seu desenvolvimento, em (12). Se entre (2) e (11) a distinção significativa não é de intervalo temporal mas de visão de mundo, entre (11) e (12) - que preservam essa distinção - existe, nitidamente, uma oposição temporal. A se considerar, como se fez nos capítulos anteriores, que as formas com **estar**+gerúndio constituem um paradigma temporal, as formas de presente, em (11), e futuro, em (12), são indivíduos desse paradigma, com a mesma flexibilidade de empregos que apresentam as formas simples[9] ou flexionadas.

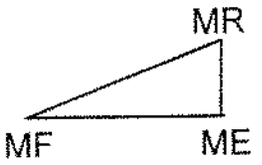
Assim, comparando (11) a (12), verificamos que neste último, além de o evento se situar depois do MF, ele é "contemplado" a partir de uma perspectiva que a ele se associa. Podemos dizer, então, que, enquanto o evento futuro é considerado a partir da "presentidade" da enunciação em (11), no exemplo (12) ele é visto como se estivesse transcorrendo, em uma perspectiva simultânea à sua ocorrência. Em (12), o MR é, por isso,

[8] Esta distinção já foi discutida, mesmo que sumariamente, no capítulo 4, dedicado ao presente.
[9] Referimo-nos aqui ao emprego de futuro pelo presente e vice-versa.

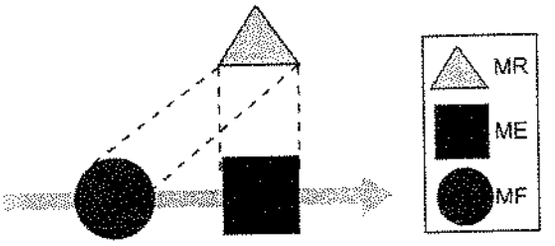
simultâneo ao ME. É o futuro considerado a partir de uma visão de futuro: MF - ME,MR.

Um esquema não-linear dessa definição está em (e); a correspondente visualização dos intervalos, em (e'):

(b)



(b')



O fato de não haver simetria entre o paradigma tradicional das formas simples em português e o paradigma das relações que se estabelecem entre os três construtos temporais, apresentado no quadro das relações temporais no capítulo 2, não representa prejuízo nem para a comunicação lingüística nem para a gramática. As línguas têm lá seus caprichos históricos...

Mas a indeterminação do tempo futuro e a mescla entre temporalidade e modalidade são ainda mais ressaltadas em formas verbais como do futuro do pretérito, em (15).

(15) Eu viajaria amanhã.

Embora se encontre nas gramáticas que sentenças como (15) podem corresponder à mesma significação[10] de sentenças como (2), seu emprego denota, na verdade, significados de futuro que se apoiam em perspectivas diferentes.

Uma comparação entre o futuro do presente e o futuro do pretérito, tendo como teste as implicações lógicas de cada um, nos mostra sua principal diferença:

(16) Eu viajarei amanhã; vou de trem.

(17) *Eu viajaria amanhã; vou de trem.

ou

(16') *Eu viajarei amanhã, caso você mandasse.

(17') Eu viajaria amanhã, caso você mandasse.

Enquanto a verdade da segunda sentença, no presente, faz com que a forma com o futuro do presente implique a realização futura do evento, a forma com o futuro do pretérito implica sua não-realização. Afirmar o contrário produz uma sentença agramatical. Inversamente, a inserção de uma sentença no futuro do presente em uma situação condicional exige, para que seja gramatical, que a condição seja colocada no momento da enunciação, e não precedente a ela, como ocorreu em (16').

Pares de sentenças como (16) e (17) nos indicam haver uma associação entre futuro do presente e presente, por um lado e futuro do pretérito e passado, por outro. Os nomes dados a essas formas em

[10] Cunha & Cintra, (1985), por exemplo, fazem corresponder os empregos dessas duas formas, não só os mais temporais como também alguns mais nitidamente modais.

português representam mais do que uma escolha casual, rotulam adequadamente sua significação.

Se considerarmos o emprego dos verbos *dicendi* em uma estrutura de discurso indireto como uma "pista" para a perspectiva temporal pela qual devemos considerar a realização do evento - como já vimos acontecer no emprego das formas de presente e de passado - a futuridade presente do evento é contemplada a partir do presente do momento de **dizer.** De maneira paralela, o futuro do pretérito, nesse caso, se liga ao pretérito de **dizer**. como a comparação de (18) ou (4a) podem mostrar:

(4a) João diz: viajarei amanhã.
(4a') João diz que viajará amanhã.
(18) João disse: Viajarei amanhã.
(18') João disse que viajaria amanhã/no dia seguinte[11].

O evento **João viajar**, anunciado ligado ao presente em (4a), foi previsto em (18) em um tempo anterior a MF, que, por sua vez, ocorre antes do tempo de sua realização. Estamos, com isto, colocando em um intervalo de tempo anterior a MF o tempo da perspectiva temporal relevante para que MF e ME sejam considerados.

Mesmo uma sentença como (19) não descaracteriza essa definição de futuro do pretérito:

(19) João disse que viajará amanhã.

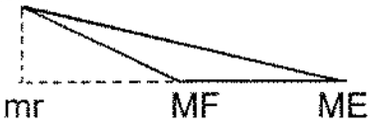
[11] O uso adequado do adjunto adverbial dependerá do MF: se este ainda estiver contido no intervalo de tempo que permite identificar o dia da viagem com "amanhã", o adjunto se mantém; se o MF já tiver saído do âmbito do adjunto adverbial, o emprego de "no dia seguinte" torna-se obrigatório para que se mantenham as mesmas relações temporais.

O emprego do futuro do presente, nesse caso, apenas deslocou para uma perspectiva simultânea ao MF a consideração sobre a futuridade do evento **viajar.** O verbo *dicendi* continua anterior ao MF - como foi definido o pretérito perfeito - mas a futuridade do evento passa a ser considerada a partir do MF, não mais de um tempo anterior a ele.

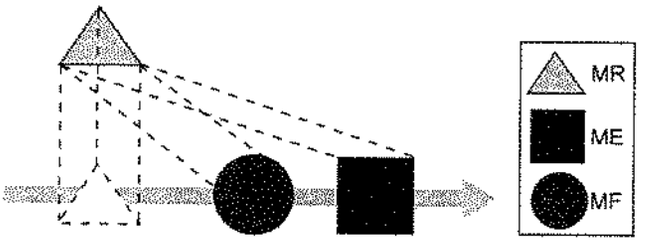
Não se nega, assim, com (19), a precedência do MR ao MF na definição do futuro do pretérito, mas afirma-se a possibilidade de uma certa proposição ser expressa em qualquer dessas duas formas de futuro; naturalmente com as respectivas conseqüências de significação...

Define-se, portanto, o futuro do pretérito pela relação MR - MF - ME, representada não linearmente em (f) e (f'):

(c) MR



(c')



Afastar a perspectiva temporal do momento da enunciação, especialmente para antes dela, parece ser um comportamento constante nas formas verbais do português quando se quer a elas imprimir uma certa

polidez: isso aproxima, na significação, usos do futuro do pretérito e do pretérito imperfeito, como foi visto com a sentença em (20):

(20) Vinha lhe agradecer.
(21) Gostaria de lhe pedir um favor.

Mesmo quando o emprego polido de futuro do pretérito tem a função de expressar desejo[12], como encontramos em muitas gramáticas, isso se prende ao "afastamento" do MR, como anterior ao MF, pois residem em um tempo passado as possibilidades de realização de um mundo futuro, como mostrou o esquema de MARTIN & NEF que reproduzimos à página 121.

Mesmo nos empregos do futuros do pretérito de matiz mais modalizante, a interpretação temporal para o futuro do pretérito mantém a relação entre os três construtos temporais.

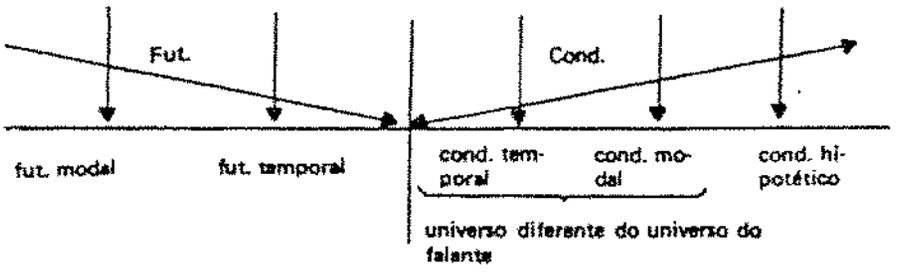
Situar o MR como anterior não só ao ME mas também ao MF acentua ainda mais as características de não-factualidade das formas de futuro. Por isso se prestam essas formas a maior diversidade de significações - com preferência pelas significações de modalização. Essa "flutuação" de interpretações também aparece bem nas gramáticas, onde os empregos de futuro de presente e futuro de pretérito praticamente se sobrepõem, com exceção das afirmações condicionadas, em que o futuro do presente se refere a "fatos de realização provável" (CUNHA & CINTRA,1985:448) enquanto o futuro do pretérito se refere "a fatos que não se realizaram e que, provavelmente, não se realizarão"(id.ib.:451). Isso

[12] Assim distinguem Cunha & Cintra (1985:451) as duas formas de polidez para o presente: quando se usa o futuro do pretérito, acrescenta-se uma idéia "em geral denotadora de desejo".

porque o emprego do futuro do pretérito se inscreve em um dizer ainda mais carregado de incertezas do que o futuro do presente. Por isso, não são poucas as línguas em que a futuridade vista a partir de um referencial temporal de anterioridade, como o futuro do pretérito em português, é rotulado de condicional - como também o era entre nós até 1959.[13] Também é ligado ao condicional que MIRA MATEUS et al.(1983:196) consideram a ocorrência de estruturas frasais no futuro do pretérito. Em enunciados compostos por seqüências de orações se estabelecem relações entre mundos alternativos e mundos reais: as formas de futuro do pretérito são empregadas no mundo alternativo selecionado por sua oração antecedente, como no exemplo baseado em MIRA MATEUS:

(22) Se eu tivesse o livro, emprestaria a Pedro.

A esse respeito, é interessante o esquema que MARTIN & NEF propõem para representar a relação entre as duas formas de futuro e destas com o movimento de modalidade-temporalidade(1981:91):



[13] A PORTARIA N. 36, de 28 de janeiro de 1959, assinada pelo Ministro da Educação e Cultura, Clóvis Salgado, renomeou o antigo **condicional** como **futuro do pretérito**.

Esse esquema, em "espelho", indica que, ao mesmo tempo em que o futuro do presente parte de um conjunto de probabilidades [empregos modais] em direção a um mundo que é ou será [empregos temporais], o futuro do pretérito parte de uma base mais temporal para um mundo fortemente hipotético, passando pelo modal. As formas verbais que se distinguem nas gramáticas do português como futuro do presente e futuro do pretérito revelam bem essa ênfase ora no extremo da modalidade, ora no extremo da temporalidade. Ênfase, no entanto, que não tira da forma verbal de futuro do pretérito sua caracterização temporal: ao ser definido pela relação MR - MF - ME, distingue-se como indivíduo de um paradigma que se opõe aos demais indivíduos do mesmo paradigma temporal.

Mas temos ainda outras possibilidades de expressão da futuridade a analisar.

Para formas verbais como as de (23) a (25), que as gramáticas chamam de futuro do presente composto, o falante intui um outro valor de futuro que não os representados em (2) ou (15):

(23) Telefone-me na próxima semana: [já] terei recebido a resposta.
(24) Se não conseguirmos alcançá-lo, terá sido inútil o nosso esforço
(25) O que tocou? Terá sido o telefone?

Os três empregos da forma de futuro acima têm em comum estabelecer a relação entre MF e ME a partir de um referencial temporal posterior tanto ao tempo da enunciação (MF) como ao tempo de ocorrência do evento (ME). Em (23) o referencial temporal (MR) sob o qual se deve interpretar as relações temporais aí expressas é explicitado no adjunto

adverbial **na próxima semana**. Isso quer dizer que, neste caso, é a partir de uma perspectiva associada a um tempo posterior à relação entre ME e MF que o evento deve ser considerado. Como a possível ocorrência do estado de coisas referido pelo ME já se dá por consumado em MR[14], ou **na próxima semana**, reveste-se o emprego do futuro do presente composto de um matiz de mais certeza do que o futuro do pretérito. Retomando a idéia exposta no esquema de MARTIN & NEF, de um tempo futuro ramificado, a delimitação do MR pelo adjunto adverbial define a opção por um dos caminhos da ramificação, aquele do "mundo possível" atualizado em que o evento já teria ocorrido. Possíveis respostas ao telefonema previsto em (23) seriam as de (23'), já considerado realizado esse "mundo possível" por um pretérito perfeito:

(23')a. Sim; recebi a resposta.
b. Não; não recebi a resposta.

A modalidade de certeza imbricada na temporalidade de (24) também advém dessa possibilidade de considerar o ME - ainda não ocorrido no momento da enunciação - como um "passado" do MR e, portanto, passível de atribuição de valor de verdade. A se concretizar o estado de coisas previsto, **Se não conseguirmos alcançá-lo**, à proposição expressa pelo futuro do presente composto poderá ser atribuído um valor de verdade como normalmente se faz a uma expressão no pretérito perfeito; por exemplo, em (24'):

[14] Reporta esta relação às formas do pretérito perfeito, em que a associação do MR com o MF permite a interpretação do aspecto perfectivo, pela possibilidade de atribuir a consumação, ou não, ao evento.

(24') O nosso esforço foi inútil.

As interpretações de (23') e (24') corroboram a localização temporal do MR como posterior ao ME, porque somente a partir de um quadro de referência temporal posterior ao evento podemos considerá-lo como falso ou verdadeiro.

Essa perspectiva "posterior" sob a qual o estado de coisas do evento deve ser considerado não é apenas intuitiva: está base nas interpretações fornecidas pelas gramáticas, pois costuma ser identificada como o traço caracterizador do futuro do presente composto. Para citar um exemplo, recorremos, mais uma vez a CUNHA & CINTRA (1985:449/450):

O futuro de presente composto emprega-se:

1o.) para indicar que uma ação futura estará consumada antes de outra;

2o.) para exprimir a certeza de uma ação futura;

3o.) para exprimir a incerteza (probabilidade, dúvida, suposição) sobre fatos passados.

Esta terceira interpretação cabe a (25). A incerteza, dúvida ou suposição sobre o estado de coisas descrito é "transportada" para um tempo passado porque vislumbra o evento a partir de um referencial temporal posterior à sua [possível] ocorrência. A estrutura interrogativa é necessária para a modalização dessa forma de futuro, como mostra a estranheza de (26), na forma afirmativa:

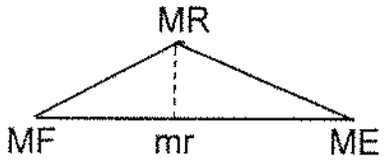
(26) ?Terá passado o furacão.

Para não ser estranha, (26) deve cair na interpretação de "certeza de uma ação futura" ou de "ação futura consumada antes de outra", o que a tornaria equivalente a (27).

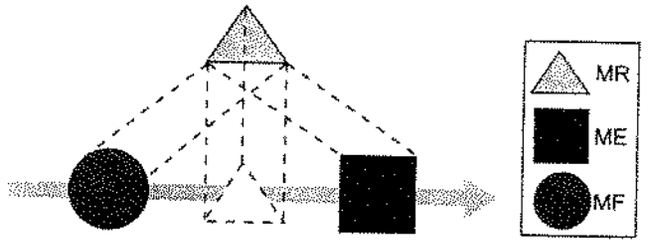
(27) Amanhã terá passado o furacão [e todos ficaremos bem].

Exemplos como (26) e (27), mais uma vez, justificam a proposta de definição MF - MR - ME para o futuro do presente composto, representado nos esquemas (d) e (d'):

(d)



(d')



Ao dizermos que os tempos [tenses] de base MF - ME incluem também outras significações - além da temporalidade - não estamos violando nenhum princípio da língua portuguesa, pois esse "amalgamar" de significações é próprio da estrutura lingüística. A existência de um só emprego temporal, de uma determinada forma, que permita opô-la à demais

formas temporais já justifica defini-la como temporal. Nos usos das várias formas de futuro em português temos mais de uma razão para isso...

As interpretações semânticas aqui atribuídas às formas de futuro, assim como aquelas atribuídas às formas de passado ou de presente, são muitas vezes vulneráveis a constrições expressas por outros termos da oração, ou mesmo por outras orações ao seu redor. Longe de enfraquecer tais interpretações, consideramos ser isto um indicador de quanto uma interpretação semântica interage com interpretações de outra natureza. Dedicaremos os próximos capítulos a verificar a compatibilidade entre estas interpretações e as de cunho discursivo, ressaltando - como já fizemos no capítulo 3 - não se tratar de um mero acréscimo ou complementação, mas de uma tomada de vista a partir de outra posição.

PARTE III

TEMPO NO TEXTO

> Pronunciar uma palavra é como tocar uma tecla no piano da representação.
>
> L. Wittgenstein[1]

Assim como para tocar uma sinfonia não basta uma tecla do piano apenas - mas dela não se pode prescindir -, para construir um texto não basta uma palavra apenas - mas dela não se pode prescindir.

E no uso efetivo da língua, muitas são as teclas tocadas na construção de nossa sinfonia - o texto. Sem dúvida, uma dessas teclas é a da temporalidade...

O reconhecimento de que fazemos mais do que juntar palavras quando fazemos uso de uma língua para representarmos o mundo, ou para agir sobre ele, direcionou o olhar dos estudiosos da língua para um objeto de análise estruturalmente maior, mais extenso do que a palavra ou a sentença, o texto. Mas, se mudou o objeto estudado, pouco mudou a maneira de o focalizar. De início, o texto foi considerado apenas uma estrutura mais complexa do que a sentença, mas com a mesma caracterização de "produto acabado" (cf. KOCH, 1987 e 1997; HALLIDAY &

[1] INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS, parágrafo 6; transcrito da tradução portuguesa para a série Os Pensadores, da Editora Nova Cultural, 1996, p.29.

HASAN, 1976; VAN DIJK, 1977, 1981 e 1993; entre outros). No entanto, foi o próprio objeto de análise a revelar que interpretações[2] apenas gramaticais não conseguem apreender justamente o que nele há de peculiar. E o estudo do discurso tornou-se relevante. Para VAN DIJK (1992:11),

> No presente momento, é difícil estabelecer distinções disciplinares precisas no campo de estudos do discurso, que parece cada vez mais se caracterizar como um campo interdisciplinar independente, no qual métodos e teorias puramente lingüísticos ou gramaticais se mesclam àqueles da etnografia, miscrossociologia e [....] psicologia.

Conseqüentemente, parece haver praticamente tantas conceituações de *texto* quantos são os aparatos teóricos que o delimitam como objeto de análise. Mas, acima dessa diversidade, uma idéia se mantém em comum: texto é mais do que um mero conjunto de sentenças. *Texto* pode ser definido, assim, como o registro verbal de um evento comunicativo (BROWN & YULE, 1983); ou como uma unidade de sentido, um contínuo comunicativo (FÁVERO & KOCH, 1983); ou, ainda, como uma ocorrência comunicativa que preenche certos padrões de textualidade (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981). Mas texto é sempre caracterizado por sua tessitura. E esta é vista como uma rede de relações, ou laços semânticos, que se dão não apenas na superfície, mas se formam também em níveis mais profundos da construção textual. Por isso, da ênfase no produto dessa tessitura - no princípio dos estudos que singularizaram o texto como objeto - à ênfase no processamento de sua produção, o texto tem comportado variadas abordagens e conceituações.

---

[2] Assumimos aqui que "interpretações são processos ou operações de atribuição: a objetos do tipo X elas atribuem objetos do tipo Y. Os objetos do tipo X, aos quais atribuímos alguma coisa, são usualmente chamados de expressões." Objetos do tipo Y são objetos semânticos de vários tipos. (Van Dijk, 1992:37). Portanto, a interpretação de um texto é a atribuição de significados às expressões do texto.

Para nossos objetivos aqui, adotemos a que encontramos mais recentemente em KOCH (1997:22):

> o texto pode ser concebido como um resultado parcial de nossa atividade comunicativa, que compreende processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que são postos em ação em situações concretas de interação social.

Ressaltemos daí, primeiramente, a noção de *estratégia*: colocá-la no nível do discurso, ou do texto, implica ultrapassar os limites de uma análise meramente gramatical para uma análise dos sentidos do texto, por que, de acordo com VAN DIJK (1992:23),

> processos estratégicos contrastam com processos baseados em regras ou algoritmos.[...] As estratégias aplicadas são como hipóteses operacionais eficazes sobre a estrutura e significados corretos de um fragmento de texto e podem ser desconfirmadas em processos subseqüentes.

Se, do ponto de vista gramatical, uma interpretação lida com o que é previsível, calculável, do ponto de vista discursivo estamos mais próximos de um jogo da linguagem, nos moldes do que WITTGENSTEIN (1996) já antecipava.

Como o texto é, assim, uma atividade que se dá *em situações concretas de interação social* (cf. KOCH, 1997, acima), para interpretá-lo, para lhe atribuir significado, devemos levar em consideração também o conhecimento que temos do mundo, porque "supomos que os objetos de referência para sentenças significativas são fatos", e que estes constituem algum mundo possível (cf. VAN DIJK , 1992:39). Mas esse "mundo" não se limita apenas a objetos lingüísticos; temos também outros códigos de comportamento que ajudam a compor a significação discursiva. Por isso, é

necessária uma certa abstração dos elementos constitutivos da significação, uma certa "simplificação" da complexidade das informações a que ouvinte e falante têm acesso na produção/compreensão do processo textual. Torna-se necessário aqui ressaltar que por compreensão não se entende "uma simples construção passiva de uma representação do objeto verbal, mas parte de um processo interacional no qual o ouvinte ativamente interpreta as ações do locutor" (VAN DIJK, 1992:19). Uma análise dos elementos lingüísticos que constróem um texto, será, assim, uma análise sempre redutora. Nem, por isso, menos útil.

Além disso, considerar que um texto se constrói por elementos lingüísticos implica, também, atribuir a estes dimensões não apenas lineares, pois um texto, como ato de interação comunicativa - e social - aciona um complexo universo de significações.

E se consideramos, com KOCH (1997:22), que o "texto é uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal", entre esses elementos lingüísticos que vão permitir a interação, existem indicadores da temporalidade. Esses indicadores marcam tanto a organização das relações temporais dos eventos no texto, como a relação destes com a enunciação que constrói o texto. Citado por KOCH (1997:38), diz EHLICH que

> as expressões dêiticas permitem ao falante obter uma organização da atenção comum dos interlocutores com referência ao conteúdo da mensagem. Para consegui-lo, o produtor do texto tem necessidade de focalizar a atenção do parceiro sobre objetos, entidades e dimensões de que se serve em sua atividade lingüística.[....] EHLICH assinala que, se levarmos em consideração o tempo como uma dessas dimensões, mesmo no domínio da fala, essa dimensão se estenderá além dos limites da percepção sensorial direta, ou seja, o quadro de referência comum será em si mesmo uma estrutura mental comum a ambos.

Assim, por ser um dos vetores que perpassam as coordenadas da atualização do sistema lingüístico, não é estranha aos estudos lingüísticos a idéia de que a temporalização[3] é um dos caminhos que ligam o sistema - ou a gramática - ao discurso. Lembremos, a esse respeito BENVENISTE (1985), segundo quem, é pela língua que se manifesta a experiência humana do tempo, pois pelo ato individual de apropriação da língua, aquele que fala se introduz em sua fala, e esta presença faz com que cada instância do discurso se constitua em um centro de referência interno. Para ficar apenas em uma perspectiva da anunciação, citemos um outro autor também já mencionado, PARRET (1989:183):

> O tempo não é nem um objeto preexistente em relação à língua, nem uma categoria ontológica; é um *princípio organizacional* da própria língua. São as próprias línguas em sua grande diversidade que possibilitam e utilizam um conceito de tempo que especifica fragmentos temporais. Sistemas temporais lingüísticos são constitutivos não só da experiência temporal, mas também do modo como refletimos de maneira relevante a temporalidade.

Ou retornemos a BENVENISTE (1989:74):

> Cada vez que um locutor emprega a forma gramatical do presente (ou uma forma equivalente), ele situa o acontecimento como contemporâneo da instância do discurso que o menciona. É evidente que este presente, na medida em que é função do discurso, não pode ser localizado em uma divisão particular do tempo crônico, porque ele admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular. O locutor situa como "presente" tudo que aí está implicado em virtude da forma lingüística que ele emprega.

[3] Definimos, no capítulo 1, *temporalização* como as marcas explícitas de temporalidade no discurso.

Em publicação mais recente, na forma de uma conseqüência para as teses que fundamentam qualquer teoria do discurso, FIORIN (1996:15) deu voz a idéias que permeiam inúmeros estudos da linguagem:

[....] compreender os mecanismos de temporalização, de espacialização e de actorização é fundamental para entender o processo de discursivização.

Isso porque, para ele (id.ib.:14),

No âmbito da linguagem, o que pertence à ordem da História é o discurso e não o sistema. Ora, como se passa deste àquele? Com a enunciação, ou seja, temporalizando, espacializando e actorizando a linguagem.

Sem grande esforço podemos perceber aí compatibilidade com a tese de COMRIE (1984), de que uma análise da função discursiva dos tempos verbais só tem a ganhar ao se apoiar em sua interpretação semântica.

Na mesma direção, mas em sentido oposto, também se encontra aí implícita a idéia de que há uma face da temporalidade que adquire contornos sistemáticos e se "mostra" no enunciado. Isso já foi abordado no primeiro capítulo deste estudo, onde se definiu temporalidade como os efeitos lingüísticos de uma relação de simultaneidade ou de sucessividade entre dois eventos com respeito a um sistema de referência. Considerou-se, assim, constitutivo da temporalidade o estabelecimento de um quadro temporal dentro do qual se deve entender a interlocução. Além disso, de acordo com a tese proposta no capítulo 3, de que considerar a língua como resultado do trabalho dos falantes é considerar que aquilo que é formal e lógico também pode ser discursivo, propusemos, na segunda parte deste estudo, definições semânticas para formas lingüísticas que expressam a

temporalidade no português. Cabe agora analisar o emprego de tais formas - assim definidas - do ponto de vista discursivo, na constituição de um texto.

Do ponto de vista textual, as expressões lingüísticas sinalizam a significação de duas maneiras básicas, como coesão e como coerência. Os fatores de coesão interligam as proposições na seqüencialização superficial do textos - podem assim ser tratados como elementos lineares. Os fatores de coerência, ao contrário, são reticulares, ou tentaculares, (cf.KOCH 1992:41) porque dizem respeito

> ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual vêm a constituir, na mente dos interlocutores, uma configuração veiculadora de sentidos.

Tratemos, primeiramente, dessa face da temporalidade que permite um mergulho na profundidade do texto, nas relações de temporalidade que se estabelecem hierarquicamente na significação textual; olhemos para a parte submersa do *iceberg*: a coerência temporal.

CAPÍTULO 7
COERÊNCIA TEMPORAL

Talvez a primeira observação a se fazer a respeito de *coerência* seja a de que esta não é uma propriedade do texto, mas se constrói no uso que se faz dele. De acordo com KOCH (1997:41),

> Se, porém, é verdade que a coerência não está **no** texto, é verdade também que ela deve ser construída **a partir** dele.

Isso porque (id.ib.) a coerência

> diz respeito ao modo como os elementos subjacentes à superfície textual, vêm a constituir na mente dos interlocutores uma configuração veiculadora de sentidos.

E a idéia de configuração implica uma organização global e hierarquizadora, não linearmente distribuída pela superfície textual, mas subjacente a ela (Cf. KOCH & TRAVAGLIA, 1989, entre outros).

A coerência, é concebida, assim, como o resultado de uma construção que tem lugar na interlocução, a partir de "pistas" fornecidas pela seleção das expressões que compõem linearmente o texto. Ou seja, mesmo se constituindo em um fenômeno distinto da coesão, desta não se desvincula completamente: é também a partir da sinalização emitida pelos mecanismos coesivos que a coerência se estabelece.

Segundo KOCH & TRAVAGLIA (1989:12),

> Os processos cognitivos caracterizam a coerência à medida que possibilitam criar um mundo textual em face do conhecimento do mundo registrado na memória, o que levaria à compreensão do texto.

A coerência tem, então, a ver com uma continuidade de sentidos que se atualizam pelas expressões lingüísticas. Além disso, esse "mundo textual" que se cria pela interpretabilidade do texto jamais será um retrato fiel do "mundo real", e a reconstrução a partir da coerência pode não corresponder a nenhum mundo "real" ou conhecido; pode criá-lo. A ficção literária bem sabe explorar esta característica textual...

Daí se atribuir ao processo, em que se colocam o texto e os usuários, a propriedade de "ser coerente"; e não no texto como produto acabado.

KOCH & TRAVAGLIA (1989:34) citam, a esse respeito, um exemplo de VAN DIJK, que, a princípio seria uma seqüência de frases sem coerência textual:

TEXTO 1.

Temos convidados para o almoço. Calderón foi um grande escritor espanhol.

Aparentemente pertencendo a dois "mundos" díspares, essas frases em seqüência, no entanto, podem vir a ser coerentes, e portanto, compor um texto: basta imaginar uma situação em que proferi-las não pareça absurdo - em que proferi-las *faça sentido*. Isso fizeram O. DAHL e J. DAHL, citados por KOCH & TRAVAGLIA (id.ib.) para um exemplo de VAN DIJK, imaginando uma família que tivesse o hábito de homenagear Calderón celebrando, com um almoço, a data de sua morte. Está aí criada uma situação em que é, facilmente, possível atribuir uma continuidade de sentidos às frases acima; em que se cria um mundo textual coerente em si.

Por esse exemplo, depreende-se, também, que embora indicações de uma interpretação coerente possam ser encontradas na superfície textual, muitos outros fatores - inclusive não-lingüísticos - estão envolvidos na

construção da coerência[1]. E são os interlocutores os mediadores desse fatores, porque a eles cabe interpretar o "mundo" em que o texto se realiza.

A idéia de que a coerência se estabelece entre os usuários da língua na situação de comunicação e transcende o caráter linear da superfície lingüística é recorrente entre os estudiosos da Lingüística Textual.

CHAROLLES (1985:3) diz que um texto incoerente não infringe a ordem lingüística e não se explica a incoerência apenas por deficiências na composição verbal, mas pela falta de relação com uma situação que possa ser descrita. Assim,

> dado um conjunto de sentenças consecutivas aparentemente desvinculadas é sempre possível construir uma situação *ad hoc* em que sua enunciação se torna coerente - isto é, sempre possível calcular um estado de coisas específico em que sua enunciação se torne relevante (corresponda a uma intenção de significação plausível) porque todas as intenções de significação são teoricamente possíveis.

Segundo BEAUGRANDE & DRESSLER (1981:84),

> um texto faz sentido porque há uma continuidade de sentidos no conhecimento ativado pelas expressões do texto.

E a coerência se define como essa

> continuidade de sentidos, relevantes e mutuamente acessíveis numa configuração de conceitos e relações (id.ib.)

E especificam mais:

> a coerência é vista como o resultado da combinação de conceitos e relações numa rede composta de espaços de conhecimento centrados ao redor de tópicos principais. (id.ib.)

[1] Por isso a coerência se presta a abordagens multidisciplinares, segundo Koch & Travaglia (1989).

GIORA (1985:721) também discute a coerência de um texto em termos de "centração" (aboutness): a coerência deve ser caracterizada através da noção de tópico do discurso. Para ela,

> enunciados que, em um texto apropriado, podem ser interpretados como predicando um tópico (discursivo) podem ser concebidos como coerentes.

Por tópico, aqui em um sentido geral, entende-se, "aquilo acerca do que se fala". (Cf. BROWN & YULE,1983:73; KOCH, 1992:72, entre outros.)

Mesmo que digam respeito a tópicos discursivos diferentes, vários segmentos de um texto podem ser interpretados como coerentes se estiverem ligados a um hipertópico subjacente que atenda ao requisito da relevância. Teoricamente, a noção de tópico é mais complexa e abstrata, mas as definições de coerência que levam em consideração a noção de tópico se referem ao fato de que os parceiros envolvidos na interlocução reconhecem sua atenção centrada em um ou muitos assuntos. O alvo dessa atenção pode ser identificado como *tópico*. KOCH (1992:72) observa que "cada uma dessas unidades, em seu nível próprio, é um tópico".

Para VAN DIJK (1981:2), a interpretação da coerência textual se dá por um processo subjetivo e, portanto, variável, já que se fundamenta tanto em modelos cognitivos, fabricados a partir de experiências pessoais, como na representação textual de que o ouvinte/leitor se serve para construir esses modelos:

> Quando as pessoas se lembram de um texto, reproduzem em grande parte o conteúdo do modelo criado durante a compreensão desse texto.

Portanto, a "unidade" de um texto se baseia nas condições de referência hierarquicamente configuradas que constituem os modelos

cognitivos. Assim se explica porque "entender um discurso" está tão intimamente ligado a "entender o mundo": entende-se não pela mera representação semântica das sentenças do texto, mas pela construção de novos modelos, ou pela atualização de modelos cognitivos já conhecidos.

Para KOCH & TRAVAGLIA (1989), elementos lingüísticos, conhecimento do mundo e fatores pragmáticos e interacionais vão fazer da coerência o princípio de interpretabilidade do texto; por meio desses fatores, permite-se o (re-)estabelecimento de relações não explícitas e o preenchimento de lacunas e discontinuidades.

De acordo com a concepção de que o "falante dá ao ouvinte instruções no ato comunicativo através de elementos lingüísticos" (MEYER-HERMANN, 1986:270), encontramos, entre estas instruções, as que marcam a temporalidade.

Nesse sentido, as expressões lingüísticas de superfície que marcam a temporalidade são tomadas como "instruções" para a ativação de conceitos e relações temporais, que, por sua vez, constituem os "passos" de construção do "quadro de referência temporal" de um texto.

Já que a língua, compreendida como ação, é um fenômeno cooperativo (GRICE, 1982), mesmo em situações de comunicação unilateral, está pressuposta a existência de um "outro" - por exemplo, um ouvinte para VAN DIJK, ou um alocutário, para BENVENISTE. Assim, o falante, ou locutor, anuncia sua posição por meio de índices específicos que o marcam como sujeito de sua fala, mesmo que disso não tenha consciência. Desse modo, a temporalidade, proposta pelo sujeito, aceita pelo outro e adotada como sua, se constrói no discurso pela intersubjetividade e se revela na temporalização. E esta se apoia em mecanismos lingüísticos historicamente sistematizados. Os participante de

tal situação de comunicação - ou de atuação lingüística - não só têm consciência da presença um do outro como também experimentam uma modificação mental mútua. E a interlocução, que nasce em um contexto social específico, por sua vez, também produz uma modificação nesse contexto social. Assim, os participantes desse processo não só contam como indivíduos: contam também como categorias inseridas numa determinada ordem social (Cf. BENVENISTE, 1989 e VAN DIJK, 1983, i.a.).

Fugindo aqui às controvérsias sobre o assunto, consideramos, sem maiores questionamentos, discurso como a atividade comunicativa de um falante, numa situação de comunicação dada, englobando o conjunto de enunciados produzidos pelo locutor (ou por este e seu interlocutor, no caso do diálogo) e o evento de sua enunciação. E para não alongar a discussão nesse sentido, consideramos, como FÁVERO & KOCH (1983:25), que o discurso é manifestado lingüisticamente por meio de textos.

Caracterizamos texto, por sua vez, como uma unidade semântica realizada por sentenças (HALLIDAY & HASAN: 1995); ou como uma ocorrência comunicativa que preenche certos padrões de textualidade (BEAUGRANDE & DRESSLER: 1981); ou como uma unidade de sentido, um contínuo comunicativo (FÁVERO & KOCH: 1983); ou ainda como o registro verbal de um evento comunicativo (BROWN & YULE: 1983). Em suma, texto é sempre caracterizado pela sua tessitura. E esta é vista como o resultado da ocorrência de um conjunto de relações, ou laços semânticos.

Às relações que se dão na superfície textual, em que palavras se conectam mutuamente em seqüências, apoiando-se em interdependências gramaticais, chamamos *coesão*; às relações subjacentes a essa superfície, que formam uma configuração de conceitos mutuamente acessíveis e

relevantes para a consistência textual (segundo BEAUGRANDE & DRESSLER: 1981), chamamos *coerência*. E nos dois conjuntos, encontramos relações de natureza temporal.

Como conseqüência das propostas dos capítulos anteriores para a definição e caracterização da temporalidade lingüisticamente manifestada, propomos, neste estudo, que a coerência temporal de um texto se apoia em uma concepção de temporalidade ampliada. Segundo essa concepção, a temporalidade textual é sócio-culturalmente construída, em vários planos: em um extremo encontra-se uma temporalidade "trazida" para a língua por um sujeito historicamente determinado; em outro, uma temporalização do seu discurso , como resultante da resistência do EU, que não abre mão de impor sua perspectiva espácio-temporal àquilo que diz - mesmo porque, em português, tal perspectiva está gramaticalmente sistematizada. Desse modo, associa-se temporalização às interdependências semântico-gramaticais na superfície lingüística e temporalidade às configurações de conceitos resultantes de processos cognitivos. Reconhecemos, assim, uma temporalidade [histórica] do sujeito interagindo com uma temporalização [lingüística] desse mesmo sujeito.

BEAUGRANDE & DRESSLER (1981), por exemplo, explicitam a intermediação da subjetividade dos interlocutores ao dizerem que o tempo e o aspecto verbais sustentam a coesão porque impõem a perspectiva do falante na organização dos eventos. SCHIFFRIN (1987) distingue três planos de relações temporais aparecendo na superfície lingüística, mas formados mais profundamente no texto: (i) tempo de referência - a indexação temporal de uma proposição a um enunciado; (ii) tempo do evento - a relação de simultaneidade ou sucessividade entre duas ou mais

proposições; e (iii) tempo do discurso - as relações temporais entre enunciados de um texto.

Falar de temporalidade na linguagem como parte de uma configuração de conceitos implica não só definir tempo em função do discurso, já que tomado pelos seus efeitos perceptíveis na materialidade lingüística, como também considerá-lo a partir de um ponto central de coordenadas estabelecidas pela enunciação; implica falar, pois, também de temporalização.

A esse respeito, retomemos também BENVENISTE (1988), para quem o tempo lingüístico admite todas as divisões e não se refere a nenhuma em particular, pois passado e futuro lingüísticos não se relacionam diretamente ao tempo - seja ele o que for - mas a "visões" sobre o tempo: o agora realiza-se no mundo do discurso e a enunciação constitui o eixo [presente] sobre o qual aparece a memória [passado] ou a prospecção [futuro]. Assim, a linguagem, para ele, tem apenas uma dimensão temporal: o presente, que é "reinventado" a cada fala. Também VAN DIJK (1981) menciona evidências sociológicas, psicológicas e lingüísticas de que a categoria de tempo se inclui entre aquelas envolvidas na construção de modelos cognitivos.

Na esteira dessa argumentação, um texto coerente pressupõe a construção de um quadro temporal em que o mundo textual depende dos modelos de temporalidade ativados pelos interlocutores numa situação de comunicação dada.

Nesse sentido, a perspectiva que o falante/produtor do texto tem de sua "localização" temporal como sujeito histórico e a avaliação de que coordenadas temporais considera relevantes na sua produção lingüística

são parte integrante do seu discurso, à qual ele pede a adesão do ouvinte/leitor. Mecanismos de coesão temporal, como, por exemplo, os analisados no capítulo a seguir, representam apenas a parte emergente de uma temporalidade que se marca na superfície textual, mas essa linearidade encobre complexos laços temporais subjacentes. Considerar os mecanismos de temporalidade num texto apenas como interdependências semânticas explicitadas linguisticamente - apenas como recursos de coesão - seria negar-lhe a complexidade de uma construção mais profunda, em vários planos hierarquizados; seria fechar os olhos para a parte submersa do *iceberg*... Mais que isso: seria negar o compromisso que o discurso e o texto têm com seu tempo e admitir uma linguagem neutra e atemporal, "pairando" acima dos homens.

Com as definições de tempo propostas nos capítulos anteriores, acrescidas desta abordagem de uma temporalidade ampliada como construção textual, também a tradicional distribuição entre "tempo físico", "tempo cronológico" e "tempo psicológico" dos estudos lingüísticos deixa de ter motivação, ou necessidade. Parte-se, agora, de uma perspectiva em que tempo pode ser definido com respeito a um *observador*, nos termos de EINSTEIN, ou com respeito a um *ponto de referência temporal*, segundo REICHENBACH. E do ponto de vista de uma abordagem discursiva ou textual, a simultaneidade ou a sucessividade dos eventos expressos lingüisticamente, a "irreversibilidade" e a "unidirecionalidade" do tempo depende do quadro de referência temporal que se constrói na interlocução.

Se considerarmos que os textos constróem uma representação lingüística de uma determinado "mundo" - "real" ou não - o primeiro princípio que, intuitivamente, seguimos para sua interpretação temporal é o

de que a seqüência das sentenças no texto segue a mesma seqüência do estado de coisas, dos eventos descritos. Para VAN DIJK (1992:185),

> As condições primárias de coerência textual são referenciais ou extensionais. Isto é, os discursos são coerentes, antes de mais nada, se suas respectivas sentenças se referem a "fatos" (estados de coisas, eventos, etc.), que estão relacionados em alguma situação (de mundo possível, modelo, etc.), por exemplo, por uma relação de tempo, condicionalidade ou causalidade [...].

Por isso, não havendo marcas explícitas de organização temporal, tende-se a tomar o enunciado, ou o texto, como simultâneo ao ato da enunciação, e como reproduzindo, iconicamente[2], a seqüência temporal do estado de coisas que "descreve". O conto **Circuito Fechado**[3], de Ricardo Ramos, explora bem isso a que estamos chamando iconicidade:

---

[2] Tomamos aqui emprestada da semiótica a noção de ícone, como o símbolo que se apoia na semelhança entre a representação e a coisa representada. Cf. Lacey (1996:322): Symbols relying on resemblance are called *icons*.

[3] Em: OS MELHORES CONTOS BRASILEIROS DE 1973, Porto Alegre: Ed. Globo, 1974. Transcrito de Koch & Travaglia (1990:61-62)

TEXTO 2

1

Chinelos, vaso, descarga. Pia, sabonete. Água. Escova, creme dental, água, espuma, creme de barbear, pincel, espuma, gilete, água, cortina, sabonete, água fria, água quente, toalha. Creme para cabelo, pente. Cueca, camisa, abotoaduras, calça, meias, sapatos, gravata, paletó. Carteira níqueis, documentos, canetas, chaves, lenço, relógio, maço de cigarros, caixa de fósforos. Jornal. Mesa, cadeiras, xícaras e pires, prato, bule, talheres, guardanapo. Quadros. Pasta, carro. Cigarro, fósforo. Mesa e poltrona, cadeira, cinzeiro, papéis, telefone, agenda, copo com lápis, canetas, bloco de notas, espátula, pastas, caixas de entrada, de saída, vaso com plantas, quadros, papéis, cigarro, fósforo. [....]

2

Dentes, cabelos, um pouco do ouvido esquerdo e da visão. A memória intermediária, não a de muito longe nem a de ontem. Parentes, amigos, por morte, distância, desvio. Livros, de empréstimo, esquecimento e mudança. Mulheres também, como os seus temas. Móveis, imóveis, roupas, terrenos, relógios, paisagens, os bens da infância, do caminho, do entendimento. Flores e frutos, a cada ano, chegando e se despedindo, quem sabe não virão mais, como o jasmim no muro, as romãs encarnadas, os pés de pau. [....]

3

Muito prazer. Por favor, quer ver meu saldo? Acho que sim. Que bom telefonar, foi ótimo, agora mesmo estava pensando em você. Puro com gelo. Passe mais tarde, ainda não fiz, não está pronto. Amanhã eu ligo, e digo alguma coisa. Guarde o troco. Penso que sim. Este mês, não, fica para o outro. [....]

4

Ter, haver. Uma sombra no chão, um seguro que se desvalorizou, uma gaiola de passarinhos. Uma cicatriz de operação na barriga e mais cinco invisíveis, que doem quando chove. Uma lâmpada de cabeceira, um cachorro vermelho, uma colcha e seus retalhos. Um envelope com fotografias, não aquele álbum. Um canto de sala e o livro marcado. Um talento para as coisas avulsas, que não duram nem rendem. Uma janela sobre o quintal, depois a rua e os telhados, tudo sem horizonte. [....]

Mesmo transcrito em fragmentos, o texto permite que o leitor lhe atribua uma interpretação temporal coerente. A ausência de marcas convencionais de temporalidade, como o são as formas verbais em português e alguns advérbios, não impede o leitor de compreender como coerente temporalmente a seqüência de nomes que compõem a primeira parte; nem os sintagmas nominais mais complexos da segunda parte. Mesmo os verbos aí empregados, na última sentença transcrita, não têm a função de marcar a temporalidade do texto, pois integram o próprio sintagma. Isso também acontece com as demais ocorrências verbais nas partes seguintes. Aí os verbos assumem muito mais seu papel de afirmar algo - como defendia a GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL - do que de marcar temporalmente a proposição. Ou seja, representam *scripts*, "fórmulas prontas que pronunciamos [...] em situações bem determinadas" (KOCH & TRAVAGLIA, 1990:62). Mesmo assim, o leitor é capaz de atribuir uma interpretação temporal ao texto: baseia-se em seu conhecimento de mundo e atribui aos "fatos" mostrados uma temporalidade que acompanha a temporalidade da construção textual. De acordo com categorias propostas pela Lingüística Textual, compreendemos que se trata claramente da descrição de um dia na vida de um homem de negócios "porque temos arquivado na memória o *esquema* relativo a essas situações. As palavras do texto vão ativar tal *esquema*, que será posto em funcionamento para permitir-nos a compreensão do texto." (KOCH & TRAVAGLIA, 1990:62).

Assim, não havendo marcas ostensivamente temporais, o interlocutor, cooperativo[4] , "entende" a temporalidade de um enunciado iconicamente, como acompanhando o desenvolvimento da própria temporalidade da

produção textual porque tem desenvolvido também um *esquema* temporal, a idéia de que os eventos se desenvolvem no tempo. Na terminologia de SCHIFFRIN (1987), diríamos que, no TEXTO 2, o tempo do discurso marca o tempo dos eventos apenas pela justaposição e, por isso, o reproduz iconicamente.

O mais comum, no entanto, é que um esquema temporal seja ativado por marcas específicas, como, por exemplo, advérbios e tempos verbais. Mesmo que nem todos os textos que tratam de acontecimentos predominantemente identificados como anteriores, simultâneos ou posteriores ao tempo de sua enunciação, marquem isso explicitamente por meio de expressões de datação cronológica, sua temporalidade costuma ser claramente indicada, especialmente com relação ao momento de sua enunciação. Isso porque a língua portuguesa dispõe de marcas de temporalização que norteiam o leitor/ouvinte quanto à maneira em que a organização temporal do texto deve ser entendida.

De OS SENHORES DAS GERAIS (1986:190), de Heloísa M. M. STARLING, destacamos o seguinte parágrafo para exemplificar como isso costuma acontecer:

TEXTO 3

> Ora, com a deposição de Goulart **alteram-se**, substantivamente, as funções da LIMDE e dos demais grupos femininos de pressão. É certo que a luta anticomunista **continuava** a vigorar no horizonte dessas mulheres, que **trataram** de apoiar as punições realizadas pelo novo regime contra todos aqueles que se **alinharam**, de uma forma ou de outra, ao bloco nacional-populista, e que **eram** por elas genericamente designados como "comunistas". No entanto, sua principal função agora **consistia**

[4] Grice(1982, i.a.) já mostrou ser essa uma das características dos parceiros da comunicação.

em apoiar a implantação do novo regime, pleiteando e apoiando publicamente e de forma ostensiva as medidas tomadas pelo governo nas mais diversas áreas da administração pública. Aos olhos dos novos detentores do poder, os grupos femininos de pressão **serviriam** como fonte segura de legitimidade no interior da sociedade civil para implementação das diretrizes básicas do novo governo.

Tomando apenas os verbos finitos como "pistas" indicadoras da construção da coerência temporal desse fragmento - que aqui tratamos como texto -, pode-se perceber como se cria o "mundo textual" anterior ao momento em que o texto é produzido, ou lido, e como o interlocutor é "convidado" a se afastar de uma perspectiva de tempo atual e "olhar" para os acontecimentos como se estivesse acompanhando seu desenvolvimento.

Iniciado com uma forma verbal no presente, o texto estabelece a simultaneidade entre os três construtos temporais, ME,MF,MR. Pelo que já vimos ser característico do emprego do presente histórico, no capítulo 4, podemos considerar que o texto cria, assim, um "clima" de proximidade entre os eventos narrados e o momento de sua narração [escrita ou lida]. O MR é marcado, logo na primeira expressão lingüística que por ele se define, como significando um quadro de referência temporal com uma certa elasticidade, abrangendo um tempo cronológico obviamente anterior ao MF. A expressão **É certo** também mostra um significado ligado à enunciação: *ainda hoje é certo, por muito tempo ainda será certo; independe dos eventos narrados essa certeza.* Mesmo que essa *certeza* incida sobre eventos passados, seus efeitos persistem até o momento da enunciação. Esse "toque" de atemporalidade, como já vimos, é um dos significados do tempo verbal de presente, que se deve à elasticidade do sistema de referência temporal, MR. A partir do emprego desses verbos, o MR se desloca, no

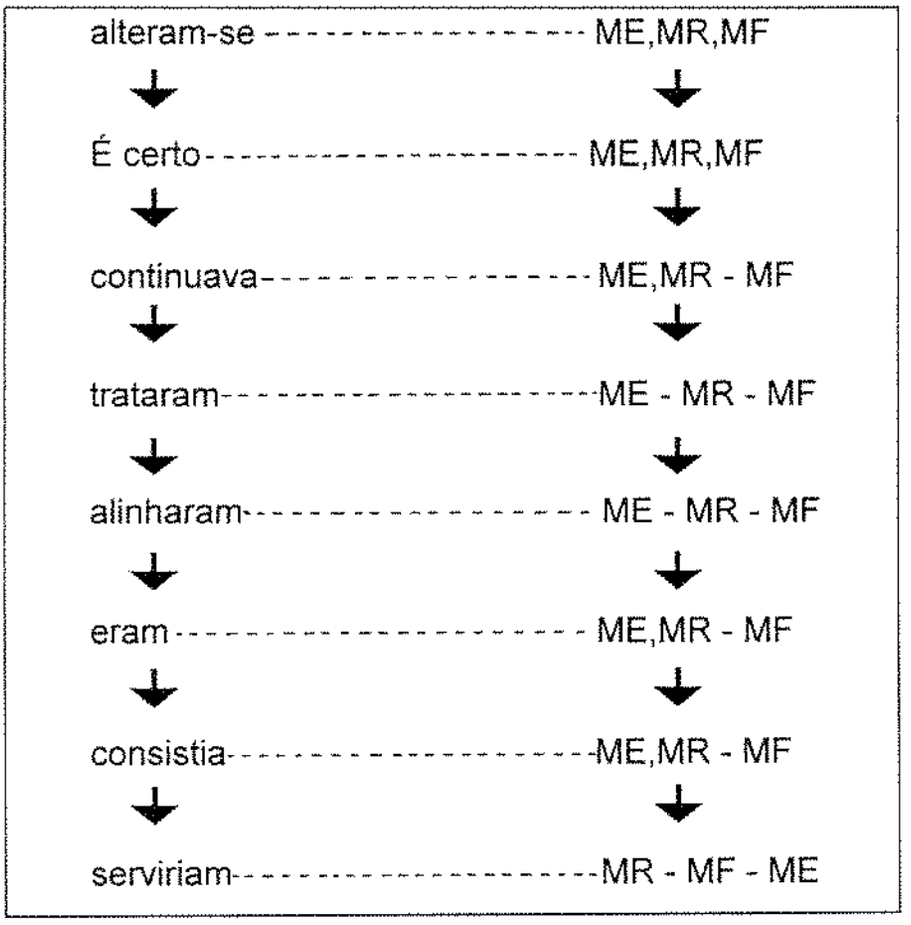
texto, para anterior ao MF, mas mantém-se ligado ao ME. Ou seja, o MF passa a ser considerado posterior a ambos, o que confere aos eventos do texto não apenas a característica de serem anteriores à sua enunciação, mas também de serem contemplados a partir de um sistema de referência com eles simultâneo. O advérbio *agora* junto ao verbo **consistia** se liga, inequivocamente, a um tempo anterior ao MF, e nem por isso causa estranheza, porque situa-se, idealmente, a interlocução nesse tempo. E essa perspectiva temporal anterior ao MF se mantém até o final do texto, pois também um evento futuro é visto a partir dessa perspectiva: ***serviria*** *como fonte segura de legitimidade.*

As formas verbais **trataram** e **alinharam**, que tanto podem significar pretérito perfeito como mais-que-perfeito, empregadas, aqui, em um fragmento cujo sistema de referência temporal (MR) já está situado, por outras formas verbais, como anterior ao MF, parecem tender para uma interpretação de mais-que-perfeito. Talvez seja por ambigüidades assim que o emprego do mais-que-perfeito em português se torna cada vez mais raro, sendo substituído por uma forma de significado inequívoco, como **tinha tratado**. De qualquer maneira, mesmo que se decida que a interpretação dessas duas formas verbais seja a de perfeito, o fragmento, aqui tomado como texto, revela, tipicamente, uma atitude comunicativa de mundo narrado, na tipologia de WEINRICH (1968): é um relato distenso, "situado além da temporalidade do mundo comentado" (KOCH, 1987:38). Esse plano temporal - além da temporalidade do tempo da enunciação - se deve ao fato de que o eventos são narrados em uma perspectiva temporal a eles simultânea; ou seja, não só os eventos ocorrem antes de sua enunciação, como também são considerados a partir de uma perspectiva temporal anterior à temporalidade de sua enunciação.

No TEXTO 3, preserva-se uma certa "continuidade" temporal ao se manter o MR associado ao ME, tanto nas orações de presente como nas de imperfeito; e ao se "olhar" para um evento futuro a partir de uma perspectiva anterior ao MF. É uma "continuidade" na perspectiva temporal que se apoia na capacidade de mobilidade do MR no decorrer do texto.

Propomos em (a) uma visualização dos "caminhos" do MR nos empregos verbais do TEXTO 3:

(a)



Também essa mobilidade do MR na construção da coerência textual é mostrada no fragmento a seguir, repleto de marcações cronológicas, retirado do livro HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA, de Serafim da SILVA NETO(1986:385):

TEXTO 4

> Facilitado pela situação geográfica, tão grande **foi** o desenvolvimento de Lisboa que ela **passou** a ser, nos tempos de D. Afonso III (1250) a capital do Reino. Já nessa época (1259), como nos diz o citado historiador, "**havia** na cidade 23 igrejas paroquiais, sendo 8 intra-muros e 15 da cerca moura".
>
> Em 1290, quando se **funda** a Universidade, é em Lisboa que a **fixam**; e se é verdade que em 1308, por motivos ainda não bem sabidos, a **transferem** para Coimbra, logo em 1338 **volta** para a capital. **Torna** a Coimbra em 1354, mas em 1377 já **está** em Lisboa, onde **permanece** pelo substancial tempo de cinqüenta anos.

A estratégia de indicação dos marcos temporais relevantes - na expressão das datas - na construção deste fragmento vem no sentido contrário ao anterior: estabelece-se primeiramente um "quadro de eventos" como anteriores ao MF, para, depois, dar relevo a fatos passados pelo uso de formas do presente. Além das datas, expressões adverbiais, como **nos tempos de D. Afonso**, visam garantir que a interpretação dos tempos eventos os situe como anteriores à enunciação. O primeiro parágrafo do TEXTO 4 é, por isso, veemente quanto à criação de uma perspectiva temporal associada ao MF e posterior ao ME, porque faz com que o leitor/interlocutor "olhe" agora para "fatos" passados. A forma verbal de imperfeito, que se define por associar o MR ao ME, foi empregada na única

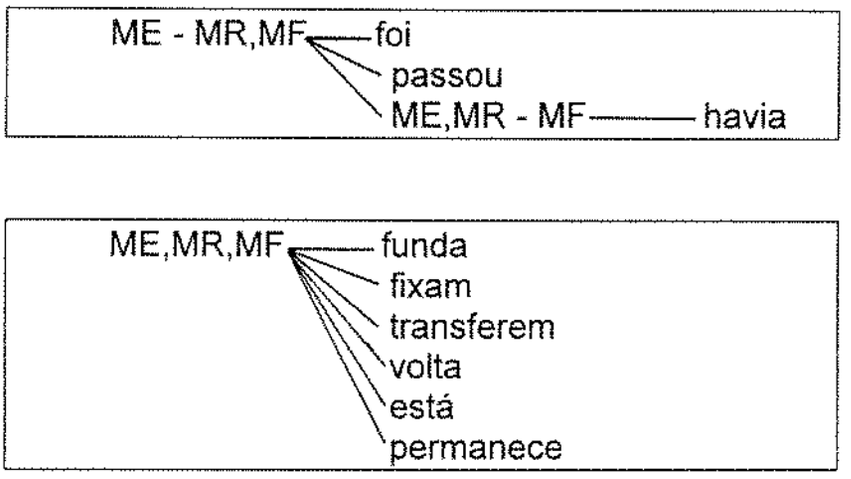
sentença que "pinta" um quadro descritivo da cidade, e serve de "pano de fundo" para os acontecimentos referidos pelos verbos no perfeito.

O segundo parágrafo, no entanto, faz uso do chamado presente histórico e "aproxima" esses acontecimentos passados da interlocução - no caso, do leitor - mesmo que cronologicamente continuem muito mais próximos dos acontecimentos do primeiro parágrafo. As datas, nesse parágrafo, já não vêm entre parênteses pois são aí mais do que coadjuvantes no estabelecimento do sistema de referência temporal; praticamente "neutralizam" a (exagerada) aproximação entre ME e MF.

É interessante observar que a mudança de direção temporal na construção do texto, do passado para o presente, se apoia no emprego do pretérito perfeito, forma verbal definida pela ligação do MR ao MF. Ou seja, Como o sistema de referência temporal já foi estabelecido no primeiro parágrafo como sendo posterior ao ME, estar este agora simultâneo ao MF, no segundo parágrafo, faz com que lhe seja atribuída a interpretação de um MR extremamente elástico, que é simultâneo ao MF, mas que se estende para um tempo já (muito) passado. Bastaria isso para indicar que, desde o início do fragmento, independente da forma verbal escolhida, o MR se associa ao MF e reforça a perspectiva de "se olhar para trás" ao produzir/ler o texto. As datas apenas reforçam as relações que, de qualquer maneira, se manteriam, mesmo sem tais indicações de calendário.

Se nos restringirmos apenas aos verbos finitos como "pistas" para a construção da temporalidade do "mundo textual" do TEXTO 4, podemos interpretar seus dois parágrafos como dois "blocos" de organização temporal. Propondo o esquema (b) para representar essa temporalidade, verificaremos que a associação de MR com MF é comum aos dois blocos:

(b)



Como uma conclusão parcial, podemos também subverter o direcionamento temporal deste texto e voltar ao seu início: as relações que se dão na superfície textual, conectando palavras em seqüências, apoiando-se em interdependências gramaticais podem ser vistas como mecanismos de temporalização que revelam relações subjacentes à superfície lingüística, relações estas que formam a configuração de conceitos mutuamente acessíveis e relevantes para a consistência temporal do texto, a temporalidade. Mas tanto quanto acontece com o sujeito da linguagem (visto no capítulo 2), a tensão que se estabelece entre temporalidade e temporalização permite um afrouxamento apenas parcial: mesmo para fins metodológicos, não se pode falar de uma sem perder de vista a outra, sob pena de desintegrar o próprio tempo de sustentação que faz de um texto uma instância do discurso. Reconhecendo esta limitação, propomos, no próximo capítulo, uma análise de alguns mecanismos de coesão temporal que marcam a construção temporal de um texto e servem de apoio para a sua coerência.

CAPÍTULO 8

COESÃO TEMPORAL

Pela sinalização textual, que fornece aos interlocutores - ou leitores - as "pistas", ou "instruções", para a construção de um quadro de referência temporal coerente, também se realiza outro fenômeno fundamental na criação do "mundo textual": a coesão temporal. Segundo KOCH (1997:35),

> podemos conceituar coesão como o fenômeno que diz respeito ao modo como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se encontram interligados, por meio de recursos também lingüísticos, formando seqüências veiculadoras de sentidos.

Por essa conceituação, infere-se que os mecanismos de coesão existem porque um texto tem a necessidade de ser composto por sentenças que vêm umas depois das outras; é um mecanismo que se assenta sobre o caráter linear da expressão textual. Mas é, ao mesmo tempo, um mecanismo que remete para a existência de "camadas" mais profundas na significação textual.

Do ponto de vista da temporalidade, isso significa que, além de criar um esquema[1] temporal segundo o qual lhe cabe uma interpretação, o texto também apresenta índices localizados, passíveis de uma ligação lingüística com outros índices, segundo os quais noções temporais se ligam no texto. E tais índices estão tão intimamente relacionados à coerência que muitos autores, como VAN DIJK (1992), por exemplo, os consideram como uma *coerência local*, por oposição à *coerência global*. Ou seja, a

[1] Já definimos, no capítulo anterior, *esquema* como um tipo de modelo cognitivo que representa conjuntos de conhecimentos armazenados pela experiência dos usuários da língua.Cf. a esse respeito, Van Dijk (1992) e Koch & Travaglia (1990), por exemplo.

interpretação/construção de um texto se dá tanto a partir de uma estrutura semântica global, ou macroestrutura - vista no capítulo anterior -, como a partir de uma estrutura semântica local, ou microestrutura. Assim, se a significação global de um texto pode ser função de um tópico [discursivo], a coerência local é função das propriedades da superfície do discurso.

Não há consenso, entre os estudiosos do assunto, sobre qual dessas características textuais - coesão ou coerência - tem a primazia na constituição do texto. No entanto, para os propósitos deste estudo, tal discussão não se mostra aqui relevante. Importa considerar, por ora, que, ao se construir em um quadro de referência temporal que lhe confere coerência nesse âmbito, um texto deixa na sua superfície sinais, ou marcas, que servem de orientação para que o ouvinte/leitor o compreenda, ou interprete.

Para focalizar algumas dessas instruções quanto à categoria de TEMPO, no nível semântico, apoiemo-nos no que já disseram alguns autores.

Para HALLIDAY & HASAN (1995), coesão é um conceito semântico que se refere às relações de significados no texto, e que o definem como tal. Esses autores arrolam vários tipos de relações de coesão[2] e, entre eles, os marcadores de conjunção, que têm a função de especificar a maneira pela qual o que segue está sistematicamente ligado com o que veio antes (id.ib.:227). E uma dessas maneiras é pela relação de tempo [time] que uma sentença tem com outra. Como uma sucessão de eventos no tempo pode vir expressa por uma ordem de sucessão diferente nas sentenças do texto, elementos coesivos de conjunção têm, assim, a função de restabelecer a sucessão dos eventos na sucessão das sentenças lingüísticas. Mesmo que

[2] As outras formas de estabelecer coesão são, segundo eles, pela coesão gramatical (referência, substituição e elipse) e pela coesão lexical (reiteração e colocação). Entre as duas, situa-se a coesão por conjunção.

HALLIDAY & HASAN não tenham explicitamente mencionado os tempos verbais [tenses] como mecanismos de conjunção[3], reconhecemos, com facilidade neste, pela sua função, uma das funções dos tempos verbais

Assim considerados, como todos os outros tipos de marcadores conjuntivos, os marcadores temporais podem ser externos ou internos, segundo HALLIDAY & HASAN (1995). São externos quando a relação se estabelece entre eventos referidos, seguindo ou não o mesmo sentido da seqüenciação textual. São internos quando a sucessividade não está nos eventos relatados, mas no processo comunicativo. Para esses autores, os marcadores internos podem expressar seqüencialização, culminância ou resumo; enquanto os marcadores externos podem marcar lingüisticamente a antecedência ou simultaneidade dos eventos, além de sua duração, repetição e localização cronológica. Desse modo, há marcadores que podem expressar a ordem segundo a qual se teve percepção ou conhecimento do estado de coisas "no mundo" - os externos - e há marcadores que mostram a ordem segundo a qual são apresentados ou desenvolvidos os assuntos - os internos.

MIRA MATEUS (1983:197) e suas colaboradoras explicitam a temporalidade entre as relações semânticas de coesão ao registrarem que qualquer seqüência textual

só é coesa e coerente se a seqüencialização entre enunciados satisfizer as condições conceptuais sobre localização temporal e ordenação relativa que sabemos ser características do estado de coisas no mundo selecionado pela referida seqüência textual.

[3] Halliday & Hasan mencionam o tempo verbal apenas quando tratam da elipse. Uma análise sobre a abordagem de Halliday & Hasan, e sua aplicação ao português, encontramos em Longo, B.(1987): "O valor coesivo do tempo verbal".

KOCH (1989) postula duas grandes modalidades de coesão: a coesão referencial (ou referenciação) e a coesão seqüencial (ou seqüenciação). Esta última obtém-se por duas formas de procedimentos: por mecanismos de recorrência e por mecanismos de progressão; entre os primeiros coloca aspectos e tempos verbais. Além disso, KOCH (1987) classifica em dois tipos os conectores interfrásicos: os do tipo lógico - que apontam para a relação lógica entre o conteúdo de duas proposições num ato da fala único -, e os do tipo discursivo - que encadeiam sucessivos enunciados constitutivos do texto. Entre os do primeiro tipo, coloca as marcas de temporalidade, por meio das quais ações, eventos e estados de coisas do mundo real se localizam no tempo, uns relativamente aos outros. Entre as relações do tipo discursivo, apresenta os operadores de seqüenciação: (a) seqüenciação temporal - a ordem segundo a qual o locutor teve percepção ou conhecimento de um dado estado de coisas; e (b) seqüenciação textual - a ordem segundo a qual os assuntos abordados no texto são apresentados.

Em todas essas propostas de classificação das marcas que no texto assinalam relações temporais está implicitamente presente a intermediação da subjetividade dos usuários da língua na relação entre o texto e os eventos de que este trata. CHAROLLES (1985) é mais explícito ao definir coerência textual como a "representação do mundo do texto" e a ela atribuir o fornecimento de um quadro [picture] do mundo no qual os complexos estados de coisas são representados de acordo com seu interpretador, que, por sua vez, deixa disso marcas no texto.

Nas classificações acima reconhecem-se, também, vários planos na expressão de relações temporais no texto, que assim podem ser resumidos: a sucessão dos eventos do "mundo real", tomados como referentes para a expressão lingüística, embora mediada pela percepção

dos interlocutores, não é arbitrária e mantém explícitas certas correlações. Assim, não há relação temporal apenas entre os eventos referidos, mas também entre estes e o próprio universo criado textualmente. Este universo textual, por sua vez, tomado como ocorrência comunicativa, também tem sua própria temporalidade, quer no tempo de sua própria atualização, quer na construção de uma dimensão temporal para o "universo" que cria.

SCHIFFRIN (1987: 228), como já vimos, sistematiza esses planos de relações temporais como, (a) tempo de referência[4], (b) tempo do evento, e (c) tempo do discurso. O primeiro, (a), é a indexação temporal de uma proposição a um enunciado: dêitico, portanto, já que se estabelece na relação entre o tempo da ocorrência de um determinado evento e o aqui-agora do enunciador. As marcas temporais dos verbos e os advérbios dêiticos temporais, como hoje, agora, etc, são marcas típicas desse primeiro plano de relações temporais. O segundo plano, (b) indica a relação de simultaneidade ou sucessividade entre os eventos referidos. O terceiro, (c), indica as relações temporais entre os enunciados de um texto, a ordem em que um tema, ou assunto é exposto ou desenvolvido. (cf. operadores de seqüenciação textual de KOCH, 1987). Alguns elementos deste terceiro plano apontam para uma progressão do discurso, outros, para a retomada do "já dito" (cf. conjuntivos, de HALLIDAY & HASAN, 1995).

Desse modo, o tempo do discurso, ou do texto, emerge porque o falante, preso à linearidade lingüística, diz o que diz seguindo determinada ordem; o tempo do evento, porque os eventos no mundo ocorrem em determinada ordem; e o tempo da referência, porque nem sempre o falante seqüencializa seu discurso na mesma ordem em que os eventos que relata

[4] Este termo é desnorteador, pois o tempo de referência em Schiffrin não representa o mesmo sistema de referência temporal que utilizamos para definir o MR. Para ela, trata-se apenas da relação dêitica que se estabelece quando um discurso refere eventos.

ocorrem "no mundo"... Quando o tempo do evento coincide com o tempo do discurso, pouco exigidas são as marcas do tempo da referência; quando esse correlação é quebrada, marcadores temporais a (re)estabelecem.

De forma artificialmente simplificadora, poderíamos dizer que SCHIFFRIN (1987) propõe considerar que um texto apresenta, então, marcas integradas e integradoras do tempo do discurso - que se cria na sucessividade dos enunciados -, do tempo dos eventos - que se percebe "no mundo" - e do tempo da referência - que se estabelece na correlação entre os dois primeiros.

Como ilustração, sem pretender exaurir as relações de coesão temporal, apliquemos a um texto uma interpretação simplificada de como os verbos flexionados funcionam como elementos de coesão temporal; examinemos de que modo, na prática, a compreensão, ou interpretação, de um texto reconhece tais relações, e tracemos, posteriormente, um paralelo com a interpretação já proposta para os tempos verbais do português na Parte II.

Pela complexidade das relações temporais que apresenta foi escolhido o artigo ***Magia Egípcia em Roma***, da revista VEJA, de 17 de maio de 1989, reproduzido, na íntegra, nos anexos.

Com o objetivo de facilitar a análise, recortamos o texto em fragmentos que, a princípio, consideramos marcados pela temporalidade a partir do emprego de formas verbais flexionadas temporalmente, e os identificamos por letras. Ao conjunto das maiúsculas associamos os fragmentos que tratam de eventos mais ligados à atualidade; às minúsculas associamos os eventos cronologicamente mais antigos. Uma segunda leitura nos levou a desconsiderar verbos que, apesar de flexionados

temporalmente, expressam mais atitudes comunicativas do que temporalidade propriamente: caracterizam-se, grosso modo, por estarem todas no presente do indicativo e representarem uma certa avaliação da proposição a que se referem[5]. Expressões como **é certo que, acredita-se, garante o arquiteto**, formalmente ligadas ao momento da enunciação, foram consideradas, por isso, integrantes da temporalidade da oração que apresentam.

Magia Egípcia em Roma

(1) Governo italiano abre ao
público a misteriosa pirâmide Céstia,
construída no ano 12 a.C.

(F)
Após o sucesso da pirâmide de aço e vidro construída em Paris para abrigar novas salas de exposição do Museu do Louvre, outra pirâmide se transforma em atração na Europa - desta vez, em Roma.

(h)
Toda em blocos de mármore branco e medindo 36,4 metros de altura por 29,5 metros de lado, a pirâmide Céstia foi mandada construir no distante ano de 12 antes de Cristo pelo tribuno Caio Céstio, amigo e colaborador de Augusto, o primeiro imperador romano.

(A)
Situada junto à porta São Paulo, uma das entradas da antiga muralha de Roma, no bairro popular de Tastaccio, a construção fascina e intriga os romanos e os turistas há quase 2000 anos.

(C)
Correm lendas a seu respeito,

(D)
e as visitas a seu interior eram um raro privilégio de poucos, munidos de convites especiais emitidos pelo ministério para os bens culturais e ambientais da Itália.

[5] Não é difícil perceber aqui uma semelhança com o conceito de mundo comentado, de Weinrich (1968:): aos tempos do mundo comentado Weinrich atribui, (a), a característica de comprometer falante e ouvinte naquilo que está sendo dito; e, (b), a característica de não mencionar um momento no tempo, de não ser propriamente tempo.

(G)
Para os cidadãos comuns e os turistas, o mistério se desfez no feriado de 25 de abril,
(H)
data em que o país comemora a derrota do fascismo na II Guerra Mundial.
(I)
Pela primeira vez o local foi aberto à visitação pública.
(M)
"Isso nunca tinha acontecido em dois milênios", garante o arquiteto Cesare Esposito, do Ministério dos Bens Culturais e responsável pela iniciativa
(J)
No dia da abertura da pirâmide ao público, uma fila de 8 quilômetros se formou diante do monumento desde as primeiras horas da manhã
(L)
e mais de 20 000 pessoas conseguiram conhecer o interior da construção.
(N)
O sucesso foi tanto e os pedidos tão insistentes para se repetir a oportunidade que
(P)
o governo italiano decidiu de agora em diante reabrir o local em outros feriados.
(O)
O interesse da população também motivou as autoridades a antecipar o projeto de restauração do monumento, para ser incluído no roteiro turístico de Roma.
(E)
"Acho que aquela porta, por tantos anos proibida, abre-se para a fantasia", exulta Esposito.
(c)
Exotismo - "Na época em que a pirâmide foi construída,
(d)
havia um verdadeiro culto ao estilo egípcio", explica a arqueóloga Laura Venditteli, também do Ministério para os Bens Culturais e Ambientais.
(B)
Ela afirma que a obra de Caio Céstio "é a única no gênero na Europa".
(a)
No Egito e no mundo clássico, a pirâmide romana tinha função de tumba e não de templo,
(b)
como as que os colonizadores espanhóis encontraram no México e no Peru.
(i)
Céstio mandou construí-la, pouco antes de morrer, para ser o seu sepulcro.
(e)
O imperador Augusto tinha acabado de conquistar o Egito.
(f)
e a fantasia do tribuno deve ter se incendiado com as maravilhas
(g)
que os romanos encontraram por lá.

(j)
Também é certo que Céstio, sobre o qual existem escassos registros históricos, chegou a morar na pirâmide, no final da vida.

(l)
Acredita-se que tenha realizado exercícios de magia em seu interior.

(t)
Quando o papa Alexandre VII, em 1663, mandou abrir a pirâmide para restaurá-la,

(u)
não foram encontrados nem os restos de Céstio nem a urna em que foram depositados.

(r)
Acredita-se que, como no Egito, ladrões profissionais se encarregaram de saquear a tumba, atraídos pelas jóias e objetos preciosos lá depositados.

(v)
Mesmo após o saque, uma das principais riquezas da pirâmide romana continua em seu lugar: a série de afrescos e pinturas decorativas, comparadas em qualidade a alguns dos melhores exemplares do gênero encontrados em Pompéia.

(x)
Cobrindo as paredes da câmara mortuária, de 5,9 metros por 4,1 metros, os afrescos coloridos estão em razoável estado de conservação.

(m)
A suntuosa decoração foi organizada em quadros separados por elementos ornamentais (candelabros pintados).

(n)
No espaço entre eles, alternam-se os afrescos diversos.

(o)
Quatro vitórias aladas, medindo 38 centímetros de altura, são os mais valiosos afrescos da pirâmide

(p)
e acredita-se que emolduravam um medalhão central

(q)
onde deveria estar o retrato do tribuno Céstio.

(s)
Essa obra já não era mais visível na época da restauração de 1663, segundo registros da época.

(y)
Mesmo assim, o conjunto de afrescos se constitui em raro exemplo do terceiro estilo romano, surgido por volta do ano 10 a.C.

(z)
Nele, os elementos arquitetônicos estão subordinados à decoração e enquadram as composições, de influência egípcia.

A complexidade das inter-relações temporais, como aparecem no texto, fica evidenciada quando se confronta a ordem de provável ocorrência dos eventos narrados em relação à ordem em que surgem no texto. Para que isso ficasse mais visível, os fragmentos foram rotulados segundo a cronologia dos eventos, identificado o de data mais antiga com o início do alfabeto minúsculo, e assim sucessivamente, até o fragmento que inicia o relato dos eventos contemporâneos com a letra A (maiúscula) em uma seqüência linear progressiva, que corresponde à seqüência das letras do alfabeto. Se o tempo do discurso mantivesse correlação estrita com o tempo dos eventos, os fragmentos apareceriam no texto em rigorosa ordem alfabética, de (a) a (z), e de (A) a (P). Assim, por exemplo, o texto seria iniciado por "No Egito e no mundo clássico, a pirâmide romana tinha função de tumba e não de templo..." e terminaria pelo fragmento "O governo italiano decidiu de agora em diante reabrir o local em outros feriados". Mas não é o que acontece, pois a ordem de apresentação dos eventos no texto corresponde à seguinte seqüência:

F h A C D G H I M J L N P O E c d B a b i e f g j l t u r v x m n o p q s y z

Essa ordenação aparentemente aleatória - até mesmo caótica - das informações no texto, no entanto, não impede que o leitor (re)estabeleça, cronologicamente, o tempo dos eventos, apesar de o tempo do discurso não o fazer diretamente. Isso é possível porque o texto, para progredir no seu tempo próprio e dar, também, as "pistas" para a compreensão coerente do tempo em que os eventos ocorrem, se apoia em certas marcas lingüísticas que possibilitam a recuperação dessas duas seqüenciações temporais; do ponto de vista de sua relação com o momento em que o texto é produzido/compreendido, o MF.

Mas antes de examinarmos alguns desses procedimentos, observemos mais de perto como o próprio tempo dos eventos se organiza dentro do quadro de temporalidade construído no texto.

Uma primeira leitura do texto, antes da fragmentação, nos levaria a considerar que se trata de um texto em retrospectiva, que se inicia por eventos atuais e "recua" no tempo para relatar eventos antigos - procedimento muito comum, por exemplo, em textos literários. Estaríamos, no entanto, com isso, considerando apenas uma predominância, não a complexidade da organização que, de fato, ocorre. É certo que o grupo de eventos que inicia o texto representa acontecimentos mais recentes, como mostra concentração de letras maiúsculas, mas a seqüência de tais acontecimentos está muito longe de corresponder à mesma seqüência das sentenças. Como também os eventos em retrospectiva não são apresentados na mesma sucessão das sentenças.

Isso não significa que alguns fragmentos não aparecem na mesma seqüência, tanto como eventos quanto como sentenças. Temos, aí, casos de iconicidade temporal, como vimos ao tratar da coerência temporal, no capítulo anterior. Percebem-se, nesse caso, enfatizadas suas direções opostas: ou laços temporais fortemente marcados, como os que se estabelecem entre (G), (H) e (I): três eventos que apontam para a mesma data de calendário, explicitada no primeiro deles; ou a completa irrelevância de uma ordenação temporal, como é o caso de (m), (n), (o), (p), (q), em que o forte caráter descritivo[6] dos fragmentos mostra que uma inversão na ordem das sentenças em (quase) nada mudaria a ordem dos eventos. Para WEINRICH (1968), por exemplo, uma descrição se situa além da temporalidade. Esses fragmentos, acrescentados de (v), (x), (y) e (z),

[6] Tratamos mais detalhadamente de como se caracteriza temporalmente um texto, ou fragmento, descritivo no próximo capítulo.

formam um conjunto que se destaca dos demais fragmentos por não apresentar uma ordenação temporal necessária dos eventos. Assim, a ordenação das sentenças no texto acaba correspondendo à ordem de observação dos fatos descritos: não há neles um princípio de temporalidade que os vincule uns aos outros. Esse grupo de fragmentos não forma uma série, propriamente dita, como veremos.

Já indicados no subtítulo, podemos identificar dois períodos de relações temporais em que os eventos se desenvolvem, mas a leitura do texto nos aponta ainda para um terceiro. Podemos utilizar, para esses períodos, a noção de série, como uma relação que se caracteriza por ser conectada, transitiva e assimétrica (LACEY, 1996). Ou seja, os membros de uma série são ordenados uns em relação aos outros. A idéia de série não evoca apenas a de multiplicidade, mas a de seqüenciação motivada. Por se tratar aqui de séries temporais, a motivação para essa seqüenciação é temporal. Os eventos compõem, assim, uma série temporal se estão alinhados, um após o outro, segundo a noção de tempo.

A mais remota dessas séries, considerando como atual o tempo de produção do texto, sua escrita/leitura, designaremos por (i): Associa-se cronologicamente ao ano 12 a.C.: é o tempo que, no texto, vem a ser identificado com a construção da pirâmide. Por (ii) designaremos uma série de eventos ainda anteriores à produção do texto, no entanto, mais recentes porque posteriores ao tempo da construção. Esta série não só está explicitamente ligada, cronologicamente, ao ano 1663 d.C. como também contém informações - fornecidas por significações outras que não as estritamente temporais - que fazem pressupor a série de eventos (i). Designaremos por (iii) a série de eventos ligados ao tempo presente, quase simultâneo com a produção [escrita/leitura] do texto, ou seja, os eventos que

motivaram o artigo, aqueles relativos à abertura da pirâmide ao público. Também esta série está, no texto, identificada com uma data: **25 de abril**.

Em cada série, por sua vez, os eventos são rearticulados, uns anteriores aos outros, do ponto de vista - digamos, interno - de cada série. As datas, ou identificações cronológicas, se tornam um recurso útil mas não são, de maneira nenhuma, imprescindíveis para o (re-)estabelecimento da sucessividade entre as séries. Poderiam estas constituir um quarto plano de relações temporais: as medidas convencionadas pela civilização cristã ocidental, de acordo com certos movimentos do Sol e da Terra, tendo como ponto de referência inicial o nascimento de Jesus Cristo. Assim, medidas como 12 a.C., 25 de abril, são recursos lingüísticos que economizam designações temporais dêiticas e servem de balizamento para as demais relações temporais que se constituem no texto, com as quais mais detalhadamente nos preocuparemos.

Resumimos, assim, nos três quadros seguintes, o modo como se organizam as três séries que compõem o tempo dos eventos, segundo a terminologia de SCHIFFRIN (1987), ou tal como as marcas lingüísticas no texto nos instruem a interpretá-los, na concepção de MEYER-HERMANN (1986)

Cada uma dessas séries se compõe de um conjunto ordenado de eventos que pressupõe outro conjunto, ordenado ou não, de eventos que lhe serve, digamos, de "pano de fundo": são eventos que criam uma situação, ou um contexto, de características temporais - entre outras - em que os eventos da série ocorrem. Esses eventos, de acordo com WEINRICH (1968: 206) compõem o segundo plano do relato e têm a função fundamental de dar

a conocer el mundo que va a narrarse invitando al lector o al oyente a encaminarse a él.

No segundo plano ficam as circunstâncias secundárias, ou a "atmosfera" na qual a história se conta. Eventos de segundo plano podem ser considerados aqueles "que por sí solo no movería a nadie". (id.ib.:208)

Por oposição, o primeiro plano se compõe dos eventos que representam "aquilo por que a história se conta" (id. ib.:208), o que deve constar de um resumo.

. Cada quadro corresponde a uma série, onde a coluna α apresenta os eventos de segundo plano, os eventos temporalmente pressupostos aos da coluna β, eventos estes de primeiro plano. As letras remetem aos fragmentos já identificados no texto.

Série (i): construção

α	β
(a) função de tumba no Egito (b) função de templo no México (c) época em que a pirâmide foi construída (d) culto ao estilo egípcio (e) Augusto tinha conquistado o Egito (f) fantasia do tribuno incendiada (g) descobertas dos romanos no Egito (h) Céstia construída junto à porta São Paulo sepulcro	(i) Céstio mandou construí-la para (j) Céstio morou na pirâmide (l) Céstio realizou magias *(m) decoração foi organizada em quadros *(n) afrescos diversos *(o) vitórias aladas *(p) emolduravam medalhão *(q)retrato de Céstio

Série (ii): restauração

α	β
(r) ladrões saquearam a tumba Céstio	(s) retrato de Céstio não mais visível (t) papa mandou abrir a pirâmide (u) não foram encontrados restos de *(v) afrescos continuam *(x) afrescos conservados *(y) afrescos são raro exemplo *(z) arquitetura subordinada à decoração

Série (iii): abertura ao público

α	β
(A) construção fascina há 2000 anos (C) correm lendas a respeito (D) visitas eram raro privilégio (H) data comemorativa (M) Isso nunca tinha acontecido.	(B) L.V. afirma: é a única no gênero (E) E. afirma: porta abre-se para a fantasia (F) pirâmide se transforma em atração (G) mistério se desfez (I) local aberto à visitação (J) filas na abertura (L) 20 000 pessoas conhecem interior (N) sucesso e pedidos (O) antecipação da restauração (P) governo decidiu abrir em outros feriados

Marcados por asteriscos, os fragmentos de caráter considerado descritivo não se restringem às séries em que foram colocados; transcendem tal divisão, não integram propriamente cada uma das séries

porque não atendem à exigência da ordenação temporal. Foi, no entanto, respeitada sua associação aos eventos que motivaram seu registro lingüístico, ou sua percepção, e em cada série listados como no primeiro plano. Não é por acaso que (n), (o), (p), (q), (v), (x), (y) e (z) são orações que empregam o presente do indicativo: para descrever ou um estado de coisas: o sistema de referência temporal, segundo o qual se considera esse estado de coisas um evento, está associado ao momento da enunciação e ao tempo de vigência dos eventos descritos. Apenas a organização textual sugere a inserção dos fragmentos descritivos em uma série, ou outra. Por isso, diz WEINRICH (1968), que o tempo [tense] presente nada tem a ver com tempo, pois designa mais uma atitude comunicativa do que uma marcação temporal. Sugerimos aqui que isso é possível justamente por que a definição do presente do indicativo coloca em simultaneidade os três construtos temporais: como os limites do sistema de referência temporal não são relevantes no presente, o que vale como atual hoje pode ser o mesmo que valia como atual 2000 anos atrás ou como atual daqui a 2000 anos... Por isso, não é de estranhar que os fragmentos de transição de uma para outra série sejam justamente esses de caráter descritivo: no presente, por definição, as relações de temporalidade são menos marcadas porque há simultaneidade entre os três construtos temporais.

Comparando os três quadros acima com o texto na sua totalidade, vemos um tempo dos acontecimentos composto por três séries: de (a) até (q) a série de eventos mais remotos, identificada com a época da construção da pirâmide; de (r) a (z), a série cronologicamente intermediária, a da restauração por volta de 1663; e de (A) a (P) os eventos mais recentes, associados à abertura da pirâmide ao público. Imediatamente se observa que o texto não começa pelo primeiro fragmento de nenhuma das séries.

Além disso, já no segundo fragmento há um recuo histórico: logo no início, o texto estabelece uma articulação entre o tempo de hoje [abertura] e o tempo da construção. E o faz tomando como fio condutor a descrição da pirâmide, como mostram o segundo e o terceiro fragmentos, (h) e (A).

Cada quadro, por sua vez, apresenta dois planos de eventos. Como já foi dito, dentro de cada série, os eventos também são considerados uns anteriores aos outros. No entanto, tal anterioridade, mais do que marcar uma relação puramente temporal, é usada para por em relevo, ou colocar em primeiro plano os eventos do (β) em relação aos do plano (α). Para WEINRICH (1968:207), os tempos do imperfeito e do mais-que-perfeito seriam os responsáveis pela criação desse segundo plano. Não é exatamente o que ocorre neste texto. Na série (i), o segundo plano, que cria a "atmosfera", o cenário para os acontecimentos que culminaram com a construção da pirâmide, também aparece em fragmentos, como (b), (c) e (g), no pretérito perfeito, tempo identificado por WEINRICH (1968:207) como responsável pelos eventos de primeiro plano. Mas acontecimentos marcadamente anteriores a outros (mais-que-perfeito) aparecem como segundo plano, em (e) e (f), nas formas verbais de **tinha acabado de conquistar** e **deve ter se incendiado**. Na série (ii), o pano de fundo é marcadamente anterior aos eventos de relevo: é apresentado pela locução verbal **se encarregaram de saquear**, em subordinação a **acredita-se que**. Na série (iii), há predominância do segundo plano construído com verbos no presente do indicativo, como ((A), (C), (H). Mas ocorrem também, como previa WEINRICH (1968), o imperfeito, (D), e mais-que-perfeito, (M).

Sem aprofundar a reflexão a respeito, pelo que se verifica nos quadros acima, podemos considerar que, ao menos em português, o que caracteriza a constituição de um segundo plano é o *emprego* que se faz das formas verbais, em articulação com outras significações temporais, não as

categorias temporais *a priori*. Formas de perfeito, presente e imperfeito se misturam na constituição dos quadros temporais que se constróem no texto, sejam eles tomados em relevo ou não.

Uma comparação das séries temporais esquematizadas nos quadros com a seqüência (não-alfabética) com que identificamos o texto anteriormente, torna possível perceber também o princípio de organização das relações temporais subjazendo à superfície textual e assomando à superfície de maneira irregular. Em algumas seqüências se intercalam fragmentos de outras séries; outras representam uma ordenação de eventos seguindo a mesma ordenação das sentenças que os descrevem. O mais interessante, do ponto de vista da coesão temporal, ocorre, no entanto, quando os fragmentos rompem a seqüência esperada, a seqüência dos acontecimentos. Isso porque a recuperação das relações de temporalidade entre os eventos fica a cargo das marcas lingüísticas que integram os três construtos temporais na superfície textual. Verifiquemos apenas alguns exemplos de como isso se dá.

Já no subtítulo, identificado como (1), a forma de presente do indicativo - relação dêitica - estabelece a interdependência entre o tempo dos eventos relatados e o tempo em que o texto se constituiu como ocorrência da língua: o presente do indicativo em **abre** aproxima temporalmente os eventos ligados a esse verbo ao momento em que o texto é [está sendo] produzido; o particípio passado em **construída** afasta os eventos ligados a esse verbo do tempo da produção do texto, mas também os relaciona com um tempo anterior a **abrir**, no subtítulo, ou a **transforma**, no fragmento (F), que começa o texto e logo se segue ao subtítulo. Temos, como que "amalgamadas" no subtítulo, as relações temporais entre os

eventos correlacionados aos fatos lingüísticos, configurados em **abre** e em **construída**; as relações temporais dêiticas, que associam esses dois grupos de eventos ao tempo da produção do texto, e as relações temporais do texto, que neste caso se estabelecem na ordenação das duas partes do enunciado separadas por vírgulas.

A ordenação dos primeiros fragmentos da série (iii), que inicia o texto, corresponde a eventos em ordenação cronológica bem diferente daquela em que são apresentados. O texto se inicia por fragmentos que preparam um cenário para o que se relatará - ou lhe fornecem uma "atmosfera", segundo WEINRICH (1968). Os acontecimentos que "se contam, se transformam" - ou primeiro plano - surgem em (G), (H), (I), (J), (L). Entre estes dois, se insere (M), que volta para a função de segundo plano, mas desta vez em forma de comentário. Seguem (N), (P) e (O), novamente em relevo: a ordem destes dois últimos se inverte por apontar (P) para um tempo futuro expresso, não pela forma verbal, que expressa um evento no passado, mas pelo adjunto **de agora em diante**.

Se considerarmos as definições propostas para os tempos do indicativo nos capítulos da Parte I deste estudo, veremos que as transições, entre séries ou entre fragmentos, são menos aleatórias do que a mera seqüência alfabética dos fragmentos pode sugerir.

A inserção de um fragmento da série (i), logo no início do texto, se faz pelo fio condutor da descrição. Pelo emprego do presente do indicativo, no fragmento anterior, o MR está simultâneo ao MF e ao ME. A passagem para o fragmento (h) aproveita essa simultaneidade pressuposta - por se tratar de descrição - e conduz o "olhar" para acontecimentos passados segundo uma perspectiva que ainda liga o MR ao MF. A voz passiva do verbo no fragmento (h) não lhe tira a definição de ME - MR,MF. O retorno para a série

(iii), no fragmento (A), também explora o caráter descritivo de verbos no presente; como também o faz (C), descrevendo um estado de coisas atual. No fragmento (D), pelo emprego do imperfeito, o evento é contemplado a partir de uma perspectiva também de passado, ambos anteriores ao MF. A simultaneidade entre tempo da enunciação e tempo da referência se mantém nos fragmentos seguintes, (G), (I), (J), (L), (N), (P), (O), com o emprego do perfeito: ME - MR,MF. Aí os eventos são considerados a partir de um tempo de referência atual, o que ressalta a idéia de transformação, de "coisas acontecendo", de "avanço" na narrativa, pois já são visíveis os resultados dos eventos no momento de seu relato[7]. A inserção de (M), na forma de mais-que-perfeito, antes de (J), desloca a posição do MR para anterior ao MF e o associa aos eventos que estão sendo narrados; o evento de (M) é, então, anterior a eles, que se identificam como esse novo MR. Esse movimento de recuo, tanto do MR como do ME, mostra-se, assim, bem adequado para criar um segundo plano na narrativa apoiado em relações temporais. A retomada da continuidade dos eventos de primeiro plano com (J) é marcada apenas pela forma verbal - que aqui volta a associar o MF ao MR para considerar o ME como anterior a eles -, reforçada pelo adjunto **no dia da abertura.** O que nos leva, mais uma vez, a considerar não serem os tempos os responsáveis *a priori* pelo estabelecimento de planos de relevância, mas o uso que se faz deles no texto.

Os fragmentos (B) e (E), da série (iii) inseridos no grupo de fragmentos da série (i), são a retomada das mesmas idéias de (H) e (I), respectivamente. Não acrescentam nada de temporal, mas reforçam, no meio de eventos de uma série temporal cronologicamente anterior, fragmentos de relevo da série (iii), como se funcionassem como um

[7] No capitulo dedicado ao passado, foi possível mostrar essa característica do perfeito com o auxílio a noção de implicação lógica.

lembrete do motivo para a série (i) estar ali... Por isso, não é por acaso, do ponto de vista da construção textual, que aparecem em forma de comentário, lembrando que comentário é, para WEINRICH (1968:76), um emprego tenso do discurso, que exige uma determinada postura, uma opinião, uma valoração. O emprego do presente do indicativo, nesses fragmentos, volta a "afrouxar" as relações de temporalidade entre os eventos, como acontece com a descrição, para ressaltar o valor de comentário. O recurso à citação do discurso alheio - além de típico da revista[8] que publicou o texto -, de certa forma também autoriza a redundância da informação dada nos fragmentos anteriores.

Os fragmentos (c) e (d), que iniciam a segunda parte do texto marcada pelo subtítulo **Exotismo**, remetem a um passado mais remoto, associado à série (i). Usou-se para essa remissão, a expressão **na época em que foi construída**. Esses fragmentos, juntamente com (a), (b), (e), (f), (g) formam o segundo plano para os eventos de relevo dessa série, que são representados por (h), (l), (j), (l). Por essa razão, os dois grupos, (a)/(b) e (c)/(d), poderiam ser invertidos quanto à sua ordenação temporal, sem grandes conseqüências para a construção da temporalidade, quer desta série, quer do texto.

Depois da inserção, em meio a eventos da série (i), do fragmento (E), da série (iii), também com forma e valor de comentário, com verbos no presente, o fragmento (c), da série (i), retorna à perspectiva de passado. E o faz com o emprego do perfeito, tempo que associa o MR ao MF, como para orientar os interlocutores a "olharem" para os eventos no passado, mesmo que se situem no presente. No grupo (a)/(b), também o verbo de (b) no

[8] O leitor acostumado à revista VEJA reconhece aí a recorrência de um hábito comum nas reportagens dessa revista.

perfeito cumpre essa retomada depois da presentidade de (B). Mas tanto (a)/(b) como (c)/(d) mesclam perfeito com imperfeito, perspectiva de MF e perspectiva de ME associadas a MR. Isso porque aí a temporalidade torna-se menos relevante do que o fato de constituírem um contexto, pano de fundo para o relato.

O fragmento (i), que inicia os eventos de relevo na série (i), retoma parcialmente a informação de (h), distante textualmente dos fragmentos do grupo - no início do texto -, que ali tinha outra função de relevância: ajudar a construir o cenário para os eventos que seriam narrados. O fragmento (m), que introduz a parte descritiva, ainda preserva a perspectiva temporal de (i): associa MR ao MF e os coloca posteriores ao ME. Os fragmentos (n), (o) e (p) trazem o ME também para uma perspectiva atual e (q) contempla o evento em uma perspectiva anterior a ele - e ao MF -, com o emprego do futuro do pretérito. Mas são todos fragmentos que compõem uma descrição; ou seja, neles os traços de temporalidade se tornam menos relevantes, tanto que podem ser considerados ainda no presente.

Ao grupo de eventos ligados à série (ii) o texto não atribui papel tão relevante quanto aos das outras séries - estes prenunciados, inclusive, no subtítulo; mas nem por isso é linear: os eventos intercalam-se entre si e aparecem, mesmo, entre eventos de outras séries.

Embora (r), pela natureza da ação, deva ser anterior a (t) e (u), as marcas lingüísticas colocam (r) e (t) praticamente como simultâneos, com a conjunção **quando** ligando os empregos de pretérito perfeito. A colocação de (r) como evento de segundo plano, apoia-se em informações dadas pelo contexto, não pela forma verbal apenas. Como o evento do fragmento (s) é considerado pelo resultado em (t), cronologicamente situa-se antes dele. Mas como o tempo da série (ii) é visto de maneira mais restrita, e superficial, do que das outras séries, as relações temporais mais fortes aí são aquelas

que distinguem os acontecimentos da descrição, aqueles expressos por verbos no perfeito e estas por verbos no presente.

Novamente, é pelos fragmentos descritivos se passa de uma série a outra. O fragmento (s), responsável pela transição da série (i) para a série (ii), constitui-se sobre a descrição de (q), da série anterior. E os fragmentos (y) e (z), da série (ii) têm continuidade no fragmento descritivo (A), que inicia a série (iii). Voltamos, assim, à parte inicial do texto: à predominância da série (iii)..

Os fragmentos (N), (P), (O) e (E) fecham a primeira parte do texto, e chegam a neutralizar a perspectiva temporal de eventos contemplados a partir do MF, como são os eventos de primeiro plano da série (iii). O fragmento (E) encerra essa primeira parte, retomando e resumindo informações já dadas, na forma de um comentário citado.

Como a segunda parte se inicia pela constituição de um pano de fundo para acontecimentos que serão narrados pela série (i), surge aí uma fronteira textual; é como se colocássemos, para a par, dois textos distintos, que formam, no entanto, uma unidade. Daí a importância da inserção do fragmento de comentário (B), que estabelece, nesta segunda parte, a presentidade do texto: identifica-se a "obra de Caio Céstio" por referência à primeira parte do texto. Paralelamente, essa função foi desempenhada também pelo fragmento (h) que, inserido na seqüência de fragmentos da série (iii), aponta para eventos de **construção. Ou seja,** (h) "anunciava" , na primeira parte, os eventos desta segunda.

Em uma perspectiva de significação mais global do texto, extrapolando a fragmentação - que é um mero artifício de análise -, verificamos que esta segunda parte se constitui em um segundo plano textual, para o relevo da narração que se dá na primeira parte. Isso está bem de acordo com uma das principais características da estrutura do texto

jornalístico, que é, justamente, trazer para o início as informações relevantes e deixar para a parte final informações que possam ser tomadas como digressões, ou desdobramentos. Todavia, mesmo se considerada como digressão, a segunda parte compõe, pelos laços coesivos, um todo com a primeira: recupera-se a unidade significativa, definidora de texto.

Além de considerar o relevo, primeiro e segundo planos, como função dos verbos, WEINRICH (1968) propõe ainda outras distinções no sistema verbal. Apoiada estritamente na estrutura lingüística[9], propõe a classificação dos verbos em dois grupos, que citamos como em KOCH (1987:37):

Grupo I - indicativo: presente, pret. perf. composto, fut.do presente, fut. do pres. composto, além das locuções verbais formadas com esses tempos.

Grupo II - Indicativo: pret. perf. simples, pret. imperfeito, pret. mais-que-perfeito, fut.do pretérito e locuções verbais formadas com tais tempos.

Para WEINRICH (1968:61),

En cada uno de los grupos está comprendido todo el Tiempo del Mundo, desde el passado más remoto hasta el futuro más lejano. [...] La frontera estructural entre el grupo I y el grupo II no és una frontera temporal.

Segundo ele, essa fronteira se faz entre *situações comunicativas*: empregam-se os tempos do grupo I para *comentar* e os do grupo II para *narrar*, ou *relatar*. Na primeira situação, o falante está comprometido com aquilo que diz; mais do que tempo, a forma verbal é sinaliza um movimento de ação.que modifica o mundo. Ou seja, para WEINRICH (1968: 69),

[9] Weinrich (1968:52) ressalta o que considera a grande vantegem dessa classificação: não depender de marcos extra-lingüísticos, mas ser, verdadeiramente, uma estrutura lingüística, lida e ouvida na própria linguagem.

En ella el hablante está en tensión y su discurso és dramático porque se trata de cosas que o afectan directamente.

Na situação de narrar, ou relatar, o falante tem uma atitude relaxada por que, segundo WEINRICH (1968:67),

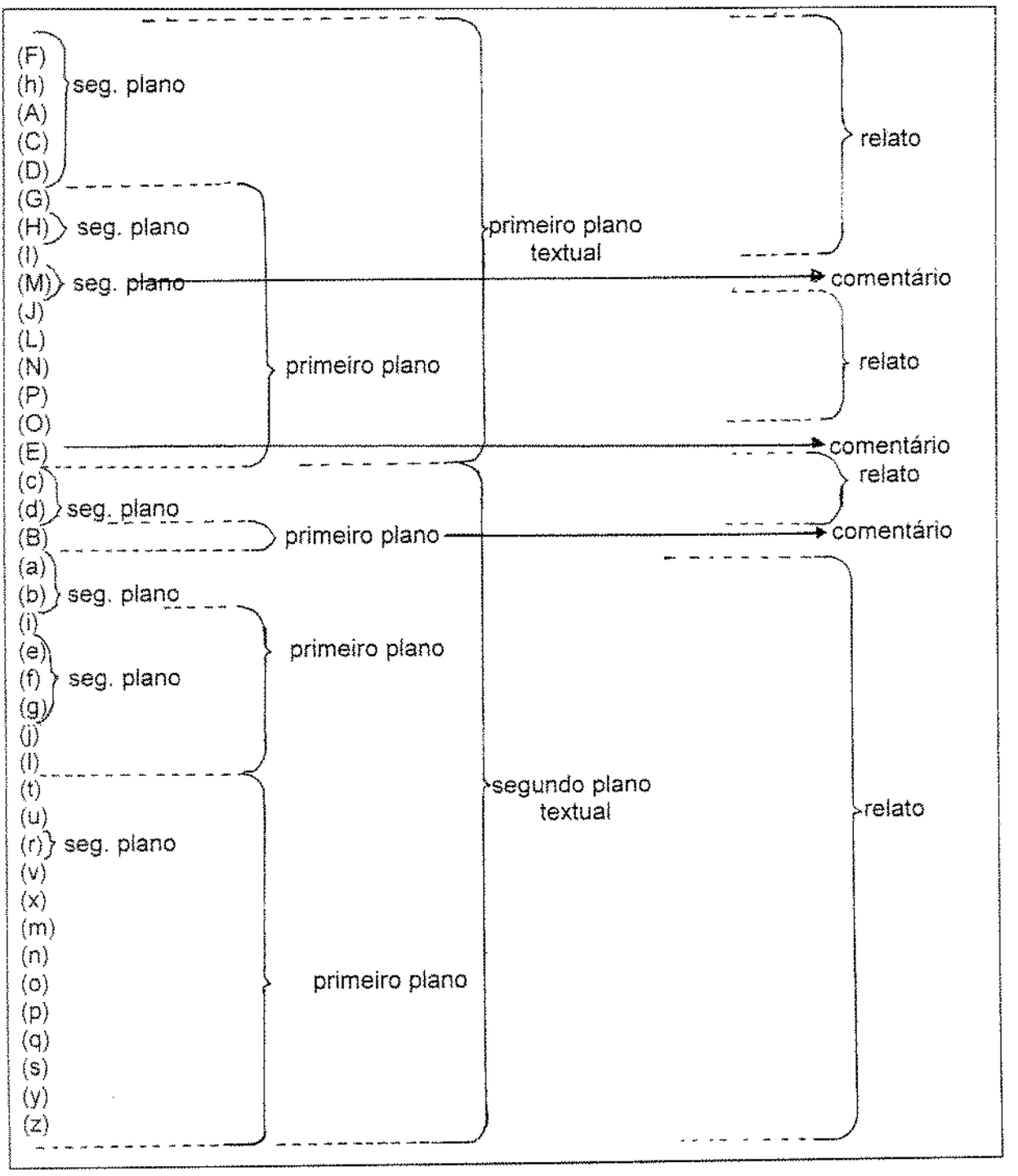
hay que entender los tiempos del mundo relatado como señales lingüísticas según las cuales el contenido de la comunicaciín lingüística que lleva consigo ha de ser entendido como relato

Por *mundo*, entende WEINRICH (1968:67), "o possível conteúdo de uma comunicação lingüística". Situações características de *mundo comentado* seriam os ensaios, as conferências, as críticas literárias, o comentários políticos; pela afinidade, a elas acrescentamos os artigos de periódicos, como o que ora analisamos. Verificamos, no entanto, que, nesse artigo, os tempos verbais do grupo I, mesclados aos do grupo II, nem sempre traduzem uma atitude tensa, de comprometimento, do produtor do texto: trechos de relato, de atitude distensa, predominam especialmente na segunda parte. Talvez uma solução intuitiva seja dizer que, a se classificar previamente um artigo de revista como um texto de mundo comentado, eventuais trechos de relato aí servem como argumentos do comentário; do mesmo modo que novelas e romances fazem uso de trechos de mundo comentado para ressaltar a narração.

Além disso, devemos ainda acrescentar que para WEINRICH (1968), na situação de comentário, todos os eventos ocupam posição de relevo, o segundo plano é fornecido pela situação em que a manifestação lingüística ocorre. Por isso, arrolamos na coluna β todos os fragmentos de descritivos.

Assim conceituados, os tempos do sistema verbal de uma língua se põem a serviço de situações comunicativas e de funções de relevo. A temporalidade, ou o *Tiempo*, como diz WEINRICH (1968), pouco tem a ver com tais tempos. Não é o que aqui propomos. Servir a significações de natureza comunicativa ou de relevo não é algo conflitante com suas definições temporais, principalmente quando se verifica que essas outras significações estão, em português, muito mais ligadas ao uso que se faz dos verbos do que às suas definições. Que tempos [tenses] o falante vai utilizar para realizar uma ou outra situação comunicativa, ou imprimir maior ou menor relevo àquilo que diz, não é, assim, previsível, calculável. A mescla de tempos e de funções do texto em análise serve de exemplo.

Esquematizando as funções dos fragmentos quanto à sua relevância na constituição do texto e quanto à atitudes comunicativas que representam, podemos visualizar o seguinte resumo:



O exame destes poucos pontos está longe de ser completo mas parece ser suficiente para ilustrar a imbricada rede de relações temporais

que constróem a temporalidade de um texto e se revelam na temporalização. Além disso, outras noções que têm a ver com temporalidade, como aspecto, relações de duração, intercalação, repetição ou interrupção não foram contempladas e muito teriam ainda acrescentar a respeito dos empregos dos tempos verbais na construção da temporalidade de um texto. O objetivo desta análise, no entanto, foi apenas o de fazer, a partir de um ponto de vista textual, um primeiro reconhecimento das complexas operações temporais que processamos cognitivamente quando produzimos, ou "compreendemos", trechos lingüísticos para associá-las à nossa proposta de interpretação semântica dos tempos verbais..

Lembrando que se trata de um evento comunicativo dêitico, a construção temporal do texto se faz a partir do momento de sua enunciação. Isto é: os tempos verbais empregados são organizados temporalmente a partir de MF.

Assim, a ênfase no uso do presente do indicativo nos trechos de descrição da pirâmide confere-lhe um caráter de certa permanência. Mesmo a identificação da série (iii) com o momento da enunciação [produção/leitura] do texto apoia-se nessa característica, pois, a rigor, o fato de alguns dos eventos serem passíveis de relato ao tempo da produção do texto já os coloca, necessariamente, como anteriores a este; apenas a flexibilidade do MR quando do emprego das formas de presente, como vimos no Capítulo 4, assim o permite.

A maneira como alguns adjuntos temporais e algumas formas verbais finitas podem compor com os tempos verbais a rede de mecanismos de coesão que sustenta a temporalidade do texto já aparece em uma verificação apenas superficial, como mostram alguns exemplos.

O fragmento, da série (i), a iniciar a segunda parte do texto, o (c), é a oração adverbial **Na época em que a pirâmide foi construída,** que tem a

tarefa de deslocar para o tempo anunciado no fragmento (h) - ano 12 a.C. -, os acontecimentos que seguem. Quando uma descrição se insere nesse tempo passado, por exemplo, o verbo é empregado no imperfeito, temo que se define por considerar o evento passado a partir de uma perspectiva também de passado, como **emolduravam,** no fragmento (p).

Como acontece com a série (i), também o primeiro fragmento da série (ii) a surgir no texto é iniciada por uma circunstância temporal que explicita a perspectiva temporal sob a qual deve-se interpretar os verbos a ela associados: **Quando o papa Alexandre VII**. Desta vez há ainda um reforço cronológico, **em 1663**. É a partir dessa referência que os eventos seguintes são considerados "já passados".

Também por meio de verbos que revelam uma certa opinião a respeito dos acontecimentos, como **acredita-se,** em emprego de presente, nos fragmentos (l), (p) e (r), faz-se a ligação de eventos distantes no passado com a atualidade do relato; ou a articulação entre as série. Além disso, a inserção de tópicos de comentário, de posicionamento do falante, em um texto tipicamente narrativo funciona como reforço quanto à veracidade do que se diz.

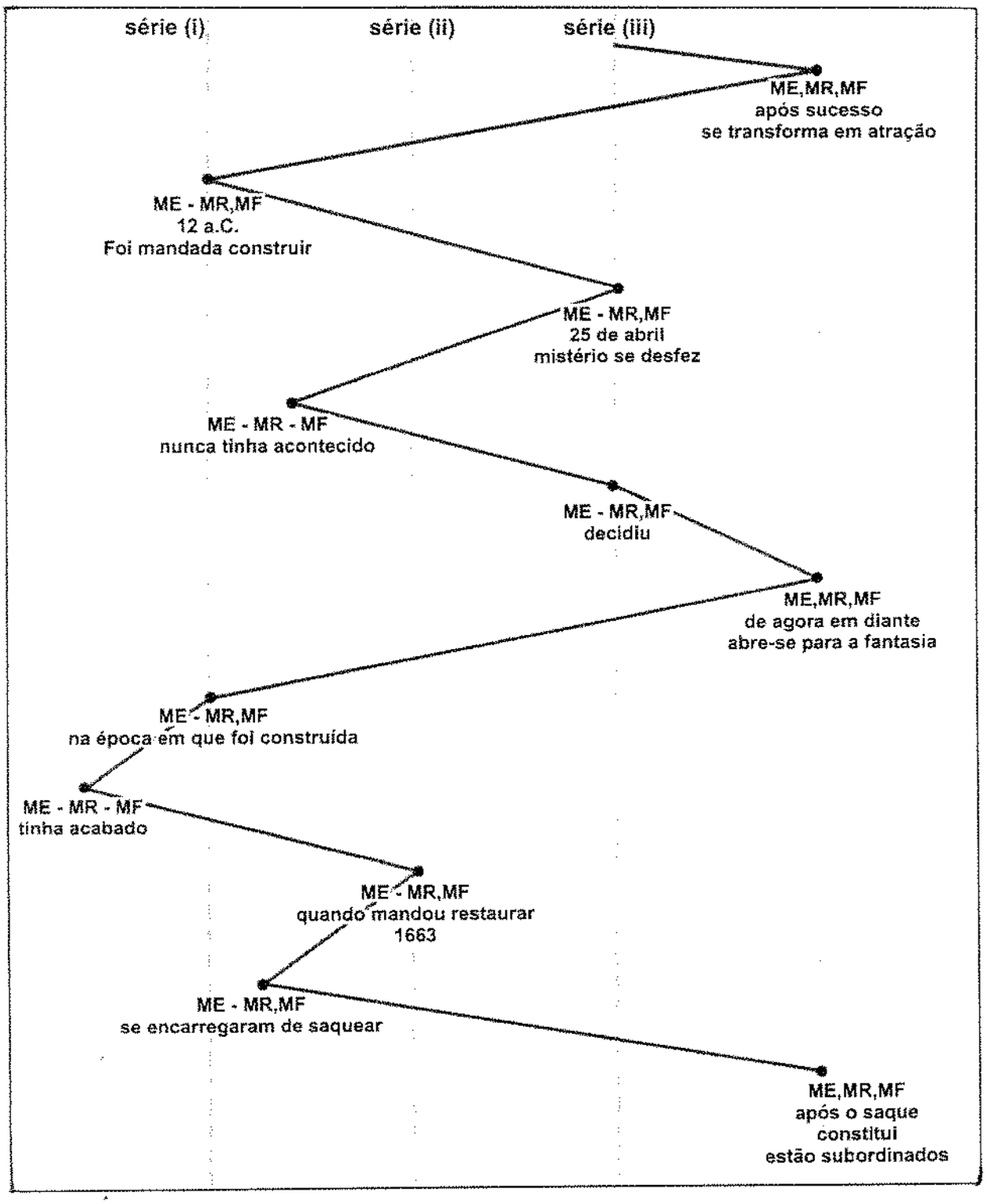
A circunstância temporal **após o saque**, no fragmento (v), série (ii), retoma a "pista" temporal de (r) e aponta para a série seguinte, não só por meio do tempo verbal empregado, presente, como pela própria significação do verbo: **continua.**

E os procedimentos de sinalização temporal se multiplicam: a série (iii) se inicia - e inicia o texto - pela explicitação do MR: **Após o sucesso da pirâmide de aço e vidro construída em Paris.** Assim, fica sabendo o interlocutor a partir de que referência temporal deve considerar a presentidade dos eventos que passam a ser narrados. Por isso os quatro

primeiros fragmentos do texto são, sintomaticamente, trechos de apresentação, em que o emprego do presente do indicativo estabelece o vínculo entre o acontecimento narrado (ME) - a abertura da pirâmide ao público - e o momento em que este se transforma em texto (MF). Assim, a simultaneidade entre os três construtos temporais, que define o presente e se mostra nos adjuntos, favorece o teor descritivo. Por isso, o fragmento (D), que introduz a narrativa propriamente dita, ainda é uma forma de descrição de um estado de coisas passado: aí se emprega o imperfeito, que, como vimos, pode servir para descrever um hábito no passado.

Os marcos temporais explicitados em (G) e (H), **25 de abril**, situam temporalmente o fragmento (I), quando se deu a abertura da pirâmide, fato gerador da notícia. O fato, ao ser tratado como pretérito perfeito, se distancia do MF e também do sistema de referência temporal pelo qual deve ser considerado, que a este se associa. Isso imprime um caráter de transformação, de mudança no estado de coisas, caracterizador do relato ou da narração, segundo WEINRICH (1968); conduz o interlocutor a ver como primeiro plano os eventos que se sucedem, em um crescendo, daí até (E). E, mesmo empregada com verbos no perfeito, a expressão **de agora em diante** faz o fragmento apontar para um tempo futuro. Os fragmentos finais da primeira parte do texto, (P), (O) e (E), representam, assim, um clímax, tanto que, depois deles, os eventos constituem, textualmente, um segundo plano.

Considerando algumas expressões lingüísticas como marcos referenciais das principais mudanças na temporalização textual, podemos visualizar um "percurso temporal" dos eventos como o esquema a seguir:



Como se vê, nesse "mapa" da temporalidade, os eventos considerados responsáveis pelo relevo no relato - os eventos que fazem o

texto "avançar" como narrativa -, recebem dois tipos de definição, mas o sistema de referência temporal segundo o qual são "vistos" no tempo, MR, é sempre simultâneo ao momento de sua enunciação, MF: são os tempos de presente e perfeito. Quando o MR se torna anterior ao MF, como vimos na análise, estabelece-se o segundo plano, como acontece com o imperfeito e o mais-que-perfeito. Exemplos de segundo plano que fazem uso de perfeito, como o fragmento (r), apontam para a necessidade de análise mais profunda sobre da relação entre tempos verbais e funções de relevo ou de atitude comunicativa, considerando, especialmente, a contribuição dos adjuntos, que em português não é pequena. Também o valor conferido pelo modo de ser da ação à perífrase verbal parece aí ter interessante papel na construção de um segundo plano na narrativa.

O recorte que foi imposto ao texto, pela seleção de apenas alguns dos eventos, considerou as principais marcas de mudança temporal. Mesmo com tal redução, é possível perceber alguns traços recorrentes: quando o ME se desloca da simultaneidade com o MR e o MF para anterior a eles, cria-se um primeiro plano na narrativa; quando o MR também se desloca para anterior ao MF, cria-se um segundo plano. Ou seja: contemplar os eventos passados a partir de uma perspectiva a eles posterior confere um "movimento de avanço" aos acontecimentos e os faz parecerem relevantes; contemplá-los a partir de uma perspectiva a eles simultânea, relegá-os a um plano secundário no quadro da temporalidade.

A distinção de pertinência - primeiro e segundo planos - de WEINRICH (1968), incorporada, assim, à análise da coesão textual tem a vantagem adicional de apontar também para a solução de um problema de coesão temporal apontado por LONGO (1987:105):

O esquema tríplice dos tempos verbais, embora interessante do ponto de vista teórico, não pode ser mantido se desejarmos explicar os eles coesivos estabelecidos pelos tempos verbais.

O quadro acima, em que se simula o percurso dos tempos verbais na construção da temporalidade do texto ***Magia Egípcia em Roma,*** mostra, por exemplo, que a mudança de MR, a perspectiva segundo a qual se contempla os eventos, provoca mudança de plano de relevo na narrativa. Ou seja: provoca-se não apenas uma mudança de relações temporais, mas também uma nova maneira de considerar os acontecimentos formadores do significado do texto quando se desloca o MR de uma posição para outra. Assim, mudança na temporalidade das sentenças cria mudança no relevo dos sentidos textuais de uma forma sistemática. Os eventos que, intuitivamente, sentimos como responsáveis pelo "avanço" do relato - a que WEINRICH (1968) atribui relevo - são expressos, preferencialmente, por formas verbais em que ME não se associa ao MR. As sentenças que mostram a situação, ou o contexto, em que tais eventos ocorrem, em geral, associam ME e MR. Passa-se de um plano a outro, gradativamente, alterando as relações de temporalidade nas formas verbais, e reforçando-as com adjuntos.

Embora reconhecendo a importância das distinções propostas por WEINRICH (1968) na explicação da construção da temporalidade de um texto, devemos admitir que uma classificação automática das funções de relevo e de atitude comunicativa baseada apenas nas categorias dos tempos verbais teria que, forçosamente, deixar a cargo de interpretações *ad hoc* muitas de suas significações em português. Por ora, parece-nos haver, no máximo, uma *predisposição* de certos tempos para certas funções - predisposição esta que se realizaria ou não no uso lingüístico.

A análise dos mecanismos de coesão temporal do texto, mais uma vez, nos mostra os fortes laços de interpenetrabilidade entre coerência e coesão. Por isso, é importante voltarmos à ressalva de que se trata de uma separação artificial, que visam a objetivos de análise, de pesquisa, nunca de uma oposição ou dicotomia. Coesão e coerência sustentam-se mutuamente.

Responsáveis pelas indicações de leitura do "roteiro" temporal do texto, as marcas de coesão temporal não apenas permitem que o leitor tenha acesso à construção da temporalidade de um texto - ao seu *esquema* temporal -, como também lhe permitem deslindás-la da rede de marcas temporais que constróem o próprio texto: permitem-lhe, também, compreender com que atitude os eventos narrados devem ser entendidos. Considerar que os tempos verbais, além de sua função temporal, têm outras funções não lhes subtrai, necessariamente, o caráter temporal, apenas acrescenta-lhes complexidade significativa. O artigo ***Magia Egípcia em Roma*** mostra que, por mais complexa que seja a malha de relações relativas à temporalidade, a língua dispõe de mecanismos eficientes para torná-la clara e revelá-la coerente como suporte da significação do texto.

CAPÍTULO 9
RELAÇÕES TEMPORAIS EM UMA TIPOLOGIA DE TEXTO

Por várias vezes, no capítulo anterior, foi mencionada uma caracterização de fragmento descritivo para orações em que o MR se associa ao ME, como no presente e no imperfeito do indicativo. Também vimos que WEINRICH (1968) menciona a descrição como um cenário, um pano de fundo para o relato. Para ele, tempos verbais que "descrevem" não têm a função de marcar tempo, mas de estabelecer um vínculo de comprometimento do falante com relação àquilo que diz, por isso o presente verbal representaria mais uma atitude comunicativa do que temporalidade. Ao atribuir ao imperfeito a capacidade de criar "clima", uma "atmosfera" para a narrativa, diz WEINRICH (1968:210):

el imperfecto sirve de tiempo de la descripción, pero sólo, como es lógico, dentro del relato. Por lo demás, los tiempos del mundo comentado son los tiempos de la descripción.

Isso porque (id.ib.:208-209):

El lenguaje pone a disposición del mundo del relato más tiempos porque es más difícil situarse en el mundo narrado que en el mundo comentado en el que nos movemos con toda confianza. [...] El lenguaje casi nunca necesita tiempos para darlo a entender . La situación por sí mesma habla con lenguaje inequívoco.

Assim, o reconhecimento de que maneiras diferentes de tratar, ou realizar, a temporalidade têm a ver com o tipo de texto produzido torna inevitável refletir sobre o papel dos tempos verbais na caracterização dos

textos. Neste capítulo, procuramos exemplificar como uma definição temporal para alguns membros do sistema verbal do português - como foi proposto na Parte II - pode servir de base para uma classificação de tipos textuais.

A preocupação com uma tipologia de textos tem acompanhado os estudos lingüísticos que tomam como unidade de análise o texto, sejam quais forem as tendências teóricas ou os propósitos de análise. O campo de especulação é vasto: desde processos de textualização a competências textuais; desde a inserção da unidade "texto" em um referencial teórico, no campo da pragmática, da semiótica ou da teoria literária, ao arrolamento dos processos de cognição operados na produção/leitura do texto; e, especialmente, até a articulação do texto com suas condições de produção - sociais ou ideológicas. Muitos caminhos têm sido percorridos na busca de uma tipologia que (cor)responda ao intuitivo reconhecimento de que a organização textual, correspondente a cada propósito comunicativo, tem maneiras próprias de se apresentar. Uma idéia, entretanto, se mantém constante na variedade: sejam quais forem os critérios tomados para se construir uma tipologia textual, a contribuição fundamental de uma Lingüística de Texto para o estudo e análise do fenômeno da linguagem está em desenvolver uma comparação/diferenciação sistemática de textos (A esse respeito, ver RANDQUIST, 1987; RUCK,1980; KOCH & FÁVERO,1987; e ORLANDI, 1987, para citar alguns autores).

Mas a existência de tantos caminhos diferentes longe está de se constituir em argumento sobre a impossibilidade de tal tipologia: é, principalmente, o reconhecimento de sua complexidade e um indicador de que uma tipologia não se faz "em abstrato", mas deriva dos objetivos da

análise proposta tanto quanto do arcabouço teórico que lhe serve de referência (KOCH & FÁVERO:1987, ORLANDI ,1987).

Reconhece-se, assim, que uma tipologia de textos, além de norteada por uma tipologia de discurso, vincula também seus critérios às concepções de linguagem e de texto a que se filia o analista.

Decide-se este estudo por uma perspectiva discursiva em que texto é tomado como o conceito analítico correspondente ao conceito teórico e metodológico que é o discurso. Definindo-se texto como uma unidade complexa de significação, consideradas as condições de sua realização, toma-se, como discurso, a linguagem em interação. Assim, a interação lingüística, estabelecida pelos interlocutores, assim como o contexto dessa interação são constitutivos daquilo que se diz (ORLANDI: 1987 e VERÓN:1980). Texto não é, portanto, uma estrutura acabada, completa, fechada em si mesma, mesmo em se tratando de unidade semântica em uso: como o centro comum em que se faz o processo de interação, é um cruzamento de intertextos e interdiscursos. Por isso, diz VERÓN (1980), que não se analisa jamais um texto apenas: analisam-se ao menos dois, quer este segundo texto seja explicitado na comparação, quer se trate de um texto implícito, virtual muitas vezes "introduzido" pelo analista. O que caracteriza o texto, nesta perspectiva de linguagem e de discurso, são suas diferenças relativamente a outros textos. Este princípio de multiplicidade inerente ao texto e ao discurso manifesta a condição mesma da linguagem em sua incompletude (ORLANDI:1987). Portanto, uma classificação tipológica - de discurso ou de texto - que se pretenda dentro da ótica desta multiciplidade, ou incompletude, será, necessariamente, de diferente natureza das taxionomias segmentais usadas, por exemplo, em fonologia ou morfologia.

Para ORLANDI (1987:230),

as tipologias são elaboradas a partir de categorias heterogêneas sobre o texto e são da ordem do discurso, ou seja, representam construção teórica.

E é através do conceito de funcionamento que o texto e o discurso se determinam mutuamente.

Por isso, somente uma tipologia não-segmental pode respeitar que as estratégias envolvidas na organização de um texto não se distinguem por oposições binárias, nem por uma seleção de itens dentro de um conjunto fechado de opções, como faz o sistema fonológico de uma língua. A seleção ocorre, sim, mas as decisões se dão em um sistema virtual de opções que permitem caracterizar um texto, relativamente a outros textos, penas *a posteriori*. Isso significa dizer que é pelo próprio ato de produção de um texto que se estabelece o conjunto virtual de possibilidades de comparação/distinção. Embora a textualidade se teça sobre opções, apenas depois de produzido pode um texto ser contrastado com outro texto - realizado ou virtual. Concebe-se, então, um texto como portador de vestígios de suas condições de produção - históricas, sociais, espácio-temporais, etc. - e como uma "parada temporária" no processo discursivo. A esse respeito, ressalta ORLANDI (1987) que o texto, embora promova a unidade na interlocução não está nunca completo: é um espaço simbólico onde se constrói o sentido da linguagem. Sentido este que, longe de ser, por isso, imanente ao próprio texto, é uma variável dependente de diferentes articulações do produto textual - com suas condições de produção. (VERÓN:1980).

Dessa maneira, o texto reflete também outra duplicidade da sua constituição: enquanto objeto teórico é não-acabado, enquanto objeto empírico, este texto tem começo, meio e fim. Remetendo-se a produção do sentido para o discurso e para o social, ultrapassam-se limites como

frase/texto, fronteiras teóricas como sintaxe/semântica, dicotomias como denotação/conotação. Torna-se, também, impossível conceber qualquer fenômeno de sentido à margem de uma cultura, de uma sociedade determinada. VERÓN (1980:199) cita como lição de MARX que, sabendo-se olhar bem, todo produto traz os traços do sistema produtivo que o engendrou. Tais traços tornam-se mais visíveis em uma análise que considere a natureza de um produto inteligível sempre com relação às regras sociais de seu engendramento.

A par disso, ORLANDI (1987) mostra que os discursos se sustentam mutuamente pelos traços que partilham, e distingue os traços em marcas - que dizem respeito à organização do discurso em uma linearidade textual - e propriedades - que estabelecem a relação entre o discurso e sua exterioridade. As marcas podem ser indícios relevantes para a descoberta da(s) propriedade(s), mas só pelo cruzamento entre marcas e propriedades pode ser caracterizado um tipo de discurso, ou de texto. Conseqüentemente, ORLANDI (1987:237) diz que as

> diferentes tipologias se definem como diferentes formas de discurso, ou de incorporar, as diferentes noções de contexto em suas diversidades.

Nesse sentido, o tipo recorta o contexto de situação, estabelecendo o domínio de significação do que se diz; e uma tipologia representa os pontos de encontro entre o singular e o geral. Imprimir, pois, uma classificação tipológica é privilegiar um determinado recorte discursivo e textual com uma finalidade determinada. O tipo não é inerente ao texto, mas fruto de um "olhar" - ou da interseção de vários "olhares" - que tem determinações históricas e fortes implicações teóricas; e a tipologia é um "dispositivo" que não se aplica automaticamente, sob pena de violar a

própria natureza do texto. Tal como o texto traz em si os traços das condições de sua produção também, toda tipologia traz em si os traços da teoria e dos propósitos da análise que a geraram.

Caracterizados, assim, texto e discurso, tipo e tipologia dentro de uma perspectiva de linguagem como atividade humana, como interação, reconhecemos, com KOCH & FÁVERO (1987), que o problema de uma tipologia de texto se encontra ainda em fase de controvérsias. Mas explicitar a relatividade de um modelo tipológico é justamente realçar sua utilidade para uma análise de texto.

Para investigar de que maneira as relações de coesão e de coerência temporais, como marcas textuais, como temporalização, podem contribuir para classificar uma variedade de textos, escolhemos um modelo que parece promissor pelas possibilidades de utilização que apresenta. É a proposta de KOCH & FÁVERO (1987), que toma como básicas três dimensões independentes: (i) dimensão pragmática; (ii) dimensão esquemática global e (iii) dimensão lingüística. Em (i) se incluem macroatos e atitudes comunicativas, em (ii) categorias e tipo de ordenação, e em (iii) as marcas lingüísticas predominantes. À luz destes critérios, caracterizam as autoras seis tipos de textos. Resumindo a classificação das autoras, elaboramos o QUADRO II e, a partir daí, selecionamos seis exemplares de textos - transcritos nos ANEXOS - que nos servirão de ilustração na análise a seguir.

QUADRO II

	DIMENSÃO PRAGMÁTICA	DIMENSÃO ESQUEMÁTICA GLOBAL	DIMENSÃO LINGÜÍSTICA
Narrativo	MACROATO: asserção de enunciados de ação ATITUDE COMUNICATIVA: fazer saber	CATEGORIAS: orientação, complicação ou avaliação, resolução e moral ORDENAÇÃO cronológica dos eventos	predominância de tempos do passado; discurso relatado; articuladores de causa e conseqüência; forte ordenação temporal
Descritivo	MACROATO: asserção de enunciados de estado ou situação ATITUDE COMUNICATIVA: fazer saber	CATEGORIAS: entrada e expansão ORDENAÇÃO espácio-temporal	predominância de verbos de estado/situação; tempos de associação ME,MR; indicadores de propriedades e função; coesão lexical
Expositivo	MACROATO: asserção de enunciados conceptuais ATITUDE COMUNICATIVA: fazer saber	CATEGORIAS: generalização e especificação (em diferentes combinações) ORDENAÇÃO lógica	predominância de tempos de associação MR,MF; interdiscurso; conectores de causalidade, condicionalidade, inclusão;
Argumentativo	MACROATO: argumentação ATITUDE COMUNICATIVA: fazer crer	CATEGORIAS: premissas, argumentos e conclusão ORDENAÇÃO ideológica de argumentos	predominância de verbos de opinião; tempos de associação MR,MF; recurso à autoridade; operadores argumentativos;
Injuntivo	MACROATO: conselho, orientação ou imposição ATITUDE COMUNICATIVA: fazer fazer	CATEGORIAS: prescrição, comportamento ORDENAÇÃO seqüencial de ações	predominância de tempos verbais de futuro e dos modos imperativo e infinitivo; articuladores de seqüenciamento;
Preditivo	MACROATO: asserção sobre futuro ATITUDE COMUNICATIVA: fazer crer	CATEGORIAS: prenúncios de eventos baseados, geralmente, em deduções ORDENAÇÃO projetiva	predominância de tempos de futuro; estruturas nominalizadas; ausência de conectores

A observação que, de imediato, se faz é que a tradicional distinção utilizada nos meios escolares - descrição, narração e dissertação - sofre,

aqui, uma forma de "especificação": distingue-se o texto descritivo e o texto narrativo do texto expositivo e do texto argumentativo *stricto senso,* e acrescentam-se mais dois tipos, geralmente pouco considerados, o tipo injuntivo (instrucional) e o tipo preditivo.

Mais interessante, entretanto, parece ser a força da dimensão pragmática que, por si só, abre para a possibilidade de se caracterizar os textos apenas pelo cruzamento dos critérios pragmáticos: macroatos e atitudes comunicativas. Mas a coexistência com outras duas dimensões, além de reforçar as características dos textos, permite apreender a "verticalidade" do discurso. Outro aspecto interessante é, ainda, a aproximação dos tipos 1, 2 e 3 pelas marcas de macroato de asserção e de atitude comunicativa de *fazer saber.* Distinguem-se os três, na dimensão pragmática, pelo teor da asserção. A eles se opõe o tipo 4 - argumentativo - tanto pelo macroato de argumentação como pela atitude comunicativa *de fazer crer.* Percebe-se, aí, como a tradição escolar impõe uma certa superficialização quando engloba os tipos expositivo e argumentativo sob a mesma rotulação de dissertativo...

Os traços da dimensão pragmática colocam o tipo 5 - preditivo - em interessante posição frente aos outros: partilha com os primeiros três o macroato de asserção e com o tipo argumentativo a atitude comunicativa da *fazer crer.* Segundo este ponto de vista, é o tipo injuntivo o que mais se distancia dos outros na tipologia. Reforça-se essa distância se analisamos as demais dimensões. Embora o uso de tempos verbais no futuro o aproxime do tipo 5 - injuntivo - na dimensão lingüística, a articulação de seqüenciamento fortemente exigida no tipo 5 é irrelevante no tipo 6. Uma leitura dos exemplares dos tipos 5 e 6 - nos Anexos - nos permite verificar a existência de uma mescla de categorias de generalização/especificação -

características do tipo expositivo - e de entrada/expansão - característica do tipo descritivo - na dimensão esquemática. Muitos dos usos temporais de verbos no futuro, caracterizadores do tipo preditivo, funcionam como prescrição de comportamentos no tipo injuntivo.

Mas esse "transitar" de categorias e fatores de caracterização entre vários tipos de um texto na realização de um exemplar lingüístico é inerente à própria constituição textual. KOCH & FÁVERO (1987:9), de quem tomamos esta tipologia, ressaltam que

> qualquer tipificação só pode ser feita em termos de dominância, já que dificilmente se apresentam tipos textuais puros. Comumente combinam-se, num mesmo texto, seqüências narrativas, descritivas, expositivas, etc, mais ou menos extensas e homogêneas.

ORLANDI (1987:234) acrescenta que, além da relação de dominância, os tipos não se definem em si, mas em sua tendência. Daí a interpretação de uma tipologia não poder ser feita de forma automática:

> os resultados da aplicação de uma tipologia devem ser referidos ao contexto sócio-histórico do texto que foi objeto de análise, pois esses resultados não são evidentes por si.

Portanto, é a maneira pela qual cada marca ou traço lingüístico se liga às suas condições de produção que nos permite reconhecer a dominância de um ou de outro tipo. Dentre as marcas que nos autorizam a classificar o exemplar 6 como do tipo preditivo está, sem dúvida, o título, que manifesta mais de imediato o contexto de sua produção. Mas é pela relação com tempos verbais em prospectiva e com a asserção relativa ao futuro que o título fixa a coerência temporal e o tipo de texto.

O tipo injuntivo, juntamente com o tipo preditivo, parece se "anunciar" pela disposição física de suas partes, na modalidade escrita. Esta forma de contextualização não raro predispõe o leitor a compreender o texto como prescrição de comportamentos, embora grande parte dele se apresente como descrição, caracterizada por verbos de estado, indicadores de propriedades e funções, coesão lexical forte e ordenação espacial das propriedades do objeto. Neste particular exemplar, a presença de subtítulos tenta distinguir a parte descritiva - que não pode ser omitida por pertinente ao funcionamento e, conseqüentemente, ao comportamento - da parte de instruções propriamente dita. As formas verbais distribuem-se, assim, de maneira pertinente nas várias seções do texto, recuperando o que se pretende descritivo e o que se pretende instrucional. Além da presença de verbos no imperativo e da forte articulação de seqüenciamento, também sua condição de acesso, parte de suas condições de produção, serve para classificar este exemplar: acompanha o aparelho em questão.

Estes dois último tipos de texto - injuntivo e preditivo - poucas vezes aparecem em uma tipologia de textos. Embora reconhecendo que sem a inclusão dos dois não se pode pretender uma tipologia completa que exemplifique nosso estudo, são os quatro primeiros tipos que mais têm desafiado a análise e as teorias propostas, talvez por suas fortes ligações com o domínio do saber...

Tratemos primeiramente os tipos 1, narrativo, e 2, descritivo.

A literatura especializada tem, de certa forma, privilegiado a dimensão esquemática na distinção destes dois tipos. Categorias para o texto têm sido propostas tanto em lingüística como em literatura, com maior ou menor grau de refinamento mas, grosso modo, correspondentes. O texto descritivo não

tem merecido tanta atenção mas é, sem dúvida, o tipo que mais freqüentemente se postula como termo de comparação/diferenciação para o tipo narrativo. Embora o estatuto da descrição seja mais impreciso que o da narração, parece ser aquela elemento imprescindível desta. NEIS (1986) considera ser institucionalizada essa submissão, tanto que a descrição não é consagrada dentre os gêneros literários. Devido ao que se poderia chamar onipresença dos textos descritivos, e ao fato de o leitor saber distinguir intuitivamente passagens descritivas, NEIS (9186) postula, ao lado de uma competência narrativa, uma competência descritiva. Sem pretender aprofundamento nas caracterizações de narração e descrição, analisemos, no quadro que se apoia em KOCH & FÁVERO (1987), alguns aspectos das dimensões esquemática e lingüística desses dois tipos e verifiquemos como se mostram nos exemplares 1 e 2.

É fácil aceitar a primeira distinção corrente: diz-se que, no tipo 1, narrativo, a ordenação cronológica de eventos se opõe à ordenação espácio-temporal, no tipo 2, descritivo. Com efeito, os eventos no texto "A Mulher Vestida" apresentam uma ordenação cronológica quando se articulam em categorias propostas para a narrativa: orientação, complicação, resolução e moral. No exemplar 2, aliás não por acaso abertura do primeiro capítulo de um conhecido romance, tempo e espaço se colocam lado a lado para formar o cenário da descrição, sobre o qual se criará a narrativa. Pequenos trechos que podem ser considerados narrativos pelo critério da ordenação cronológica e da presença de articuladores de causa e conseqüência estão aqui a serviço de uma descrição. A predominância de verbos de estado e de situação, de grande número de itens lexicais indicadores de propriedades e funções, além de uma asserção

inequívoca de enunciado de situação, permitem, no entanto, classificar o exemplar 2 como do tipo descritivo.

Quando WEINRICH (1968:209-212) analisa o papel dos tempos verbais na narrativa, reconhece a importância de uma introdução que dê a conhecer em que contexto, ou mundo, se vai narrar. É o "prelúdio" como base para um ato incidental. O imperfeito é encarregado dessa função. Também o final de uma narração costuma ser no imperfeito, porque

Lo que ocurre es que el imperfecto de la conclusión remata el relato conduciendo al mundo comentado.

E os tempos do mundo comentado, têm para WEINRICH (1968:70) função mais fundamental do que a de marcar o evento como temporal, servem

Como señal para que el oyente advierta que se trata de algo que le afecta directamente y que el discurso exige su respuesta, hablada o no hablada. [...] Su función no consiste en mencionar un Tiempo. [...] Para ello dispone el lenguaje de medios más adecuados

Por isso, caracteriza WEINRICH (1968) o mundo comentado como tenso, de comprometimento do falante com aquilo que diz. Conseqüentemente, para ressaltar essa atitude comunicativa, as relações temporais ficam relaxadas nos tempos empregados no comentário.

As categorias de dimensão esquemática são, por isso, fundamentais na distinção entre descrição e narração: enquanto o texto narrativo "avança" necessariamente num processo temporal, o texto descritivo parece manter

em suspensão[1] as relações temporais. Em vez disso, "avança" em um processo espacial. Como vimos no capítulo sobre a coesão temporal, sempre que o MR é simultâneo ao ME, ou seja, contempla-se o evento a partir de uma perspectiva temporal a ele simultânea, percebe-se a temporalidade menos marcada. Por outro lado, quando o MR não coincide com o ME, os eventos são considerados como se sucedendo, cria-se a impressão de "avanço" dos acontecimentos.

Voltaremos a este ponto mais adiante.

A tipologia proposta por KOCH & FÁVERO (1987) deixa bem clara a distinção entre os tipos 3, expositivo, e 4, argumentativo, freqüentemente indissociados. Embora, em sentido amplo, o texto predominantemente expositivo, como qualquer outro tipo de texto, também seja portador de argumentatividade[2], é no tipo 4 que ela se manifesta explicitamente; daí a ele ser atribuído o macroato de argumentação. Talvez se deva às categorias que tendem para a lógica a aproximação entre estes dois tipos. Com efeito, por oposição a uma cronologia de eventos ligados por causa e conseqüência, ou por sucessividade temporal, típica da narração, e a uma ordenação predominantemente espacial com expansão lexical, típica da descrição, um texto dissertativo firma nitidamente seu estatuto de ordenação lógica de enunciados conceptuais, em que argumentos e contra-argumentos se alternam. Ou seja: características do tipo expositivo convivem com características do tipo argumentativo naquilo a que a tradição convencionou

[1] Suspensão corresponde aqui ao conceito de Aufhebung, na tradição da Fonologia da Escola de Praga.
[2] Como estamos considerando, neste estudo, a linguagem como uma forma de ação sobre o mundo, consideramos também que "A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor [...] e tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões." (Koch, 1987:19)

chamar texto dissertativo. Entretanto, como bem mostra o QUADRO II, e ilustram os exemplares 3 e 4, a distinção entre esses tipos não só é possível como altamente desejável neste contexto teórico.

Reconhecendo que uma ordenação ideológica preside a organização de qualquer tipo de texto, mais ainda quando se transveste de ordenação lógica, o texto argumentativo tem compromisso explícito com uma tomada de posição, com um ideologia. Comparando os exemplares 3 e 4, percebemos no primeiro a preocupação com uma "neutralidade" muito típica de uma certa facção científica e do discurso pedagógico. Claro está que a opção do autor por esses conceitos, no exemplar 3, pôs em funcionamento seu crivo pessoal e teórico sobre o conhecimento. Mas no exemplar 4, os verbos de opinião, os depoimentos pessoais e o recurso a pequenos blocos descritivos e narrativos, que se apõem ou contradizem, fazem do texto uma "declaração de argumentatividade". Categorias de outros tipos, como as relações de inclusão - descritivo -, de causa e conseqüência - narrativo -, de generalização e especificação - expositivo -, estão presentes no exemplar de texto 4 - argumentativo -, mas todas a serviço de categorias predominantemente argumentativas, como encadeamento de premissas, argumentos e conclusão.

Reconhecendo, como já vimos, que a aplicação de uma tipologia já é, por si, um princípio de intervenção, reconhecemos também a arbitrariedade na escolha dos exemplares aqui anexados: são por demais típicos da tipologia selecionada para que não se olhe com desconfiança suas marcas tão características ... São, no entanto, bem representativos e por isso convenientes para a análise que tentamos seguir.

Embora longe de exaurir as caracterizações dos tipos de textos selecionados segundo as três dimensões propostas por KOCH & FÁVERO (1987), consideremos o que foi dito até agora como suficiente - e necessário - para uma tipologia assim desenhada. Seguimos, então, em direção a um aprofundamento na dimensão lingüística.

Sabemos, intuitivamente, que não é por acaso que tempos e modos verbais constituem forte ponto de referência na caracterização de um texto. Como é nossa opção caminhar mais próximo de uma perspectiva da Lingüística Textual - que propõe como básicas da textualidade as relações de coerência e coesão, que já vimos -, devemos considerar que não cabe apenas à disposição linear e seqüencial do texto a responsabilidade pela produção de sentido(s). Cabe, principalmente, à relação linguagem-e-situação. Daí decorre que a noção de recorte é mais pertinente na investigação das relações textuais do que a noção de segmento. E como entre as relações textuais se situam as de temporalidade, como já vimos, em uma perspectiva discursiva, que analise o texto em recortes, compreender e classificar um texto inclui também ser capaz de operar conceitos temporais que o texto acionou e aciona na sua produção.

Na dinâmica da interlocução, o implícito e o explícito fazem o encadeamento do texto. Assim, toda "localização temporal" do discurso, e dos interlocutores, faz parte da constituição da temporalidade do texto, tanto quanto as coordenadas espácio-temporais sobre as quais se estabelecem o presente, o pretérito e o futuro lingüísticos.

Em uma perspectiva de temporalidade como aquilo que é perceptível na dimensão temporal, como uma ação sobre outra(s) ação (ações), acessível apenas pelos efeitos que produz, a idéia de tempo, como vimos, amplia-se para uma concepção de duplo efeito: uma temporalidade histórica

do sujeito e do seu discurso interagindo com a temporalização lingüística do mesmo sujeito nessa mesma manifestação desse mesmo discurso. Ou seja, cruzam-se no texto duas forças de natureza temporal que estabelecem uma tensão: a ordenação temporal do texto a partir de um eixo que coincide sempre com o presente da instância do discurso - a temporalização - e a determinação histórico-cultural que revela o lugar da interlocução e dos interlocutores em referências temporais constitutivas do sujeito histórico - a temporalidade[3]. Postulamos, então, que os tempos verbais, assim como outras marcas lingüísticas de temporalização como advérbios e preposições, impõem recortes tais ao texto que não se pode falar de relações temporais recorrendo apenas a uma ordenação superficial, seja ligada à seqüenciação textual, seja ligada à seqüenciação dos eventos referidos. Um texto traz sempre as marcas dessa tensão, realizada por meio de várias classes gramaticais, mas os elementos lingüísticos tradicionalmente ligados à ela, como os verbos ou os dêiticos, são os que a explicitam mais claramente. Uma visão "vertical" dessa tensão, visão que ultrapasse a linearidade da disposição textual, permite-nos destacar três grupos dessas relações entre temporalidade e temporalização: (i) as dependências temporais entre duas ou mais proposições, tratadas como eventos, mais especificamente, a relação temporal entre dois ou mais objetos que podem até prescindir de manifestação lingüística; (ii) a ordenação que se dá entre as partes de um texto porque o falante segue enunciados em determinada seqüencialização, em que alguns elementos lingüísticos apontam para uma progressão do discurso e outros, para a retomada do "já dito"; (iii) as ligações temporais entre o que denominamos evento e sua "transposição" para o texto, caso em que a manifestação lingüística de um evento pode aqui ser simultânea,

[3] Ver, a esse respeito, os capítulos iniciais deste estudo, especialmente os dois primeiros.

anterior ou posterior a ele. Embora os enunciados não tenham nenhuma propriedade particular que leve a uma seqüência linearmente correspondente aos eventos, é muito comum haver uma correspondência entre o tempo de ocorrência dos eventos e o tempo de produção do texto, tanto que a língua desenvolve múltiplos mecanismos para (re)estabelecer tal correspondência, quando isso se torna necessário. Neste plano de temporalidade, marca-se a relação entre duas ordens de sucessividade: a dos enunciados e aquela em que os eventos se percebem no "mundo extra-lingüístico". Reconhecemos aqui as relações temporais tomadas como construtos com os quais definimos os tempos verbais em português: essas ordens de sucessividade se associam, respectivamente, ao MF e ao ME; ambos considerados sob a perspectiva do MR.

O exemplar do tipo 1 - narrativo - ilustra um caso em que a correspondência entre o "tempo" em que se desenvolve o texto, MF, e o tempo de ocorrência dos eventos, ME, é considerada a partir de um MR associado ao primeiro: a criação do mundo textual vai se dando na mesma direção do desenrolar dos acontecimentos narrados, mas é considerado a partir de um MR simultâneo ao momento de construção textual. É claro que essa correspondência não chega - e não precisa chegar - ao requinte de ter a mesma medida cronológica: basta que os dois conjuntos de relações mantenham constantes suas correspondências segundo o MR, como já vimos no capítulo 4. O sistema inerte de referência temporal, ou MR, permite aqui não apenas situar os eventos relatados como anteriores ao tempo da produção do texto que recebe o título de "A mulher vestida", como também permite fazer distinções mais sutis quanto às relações de ocorrência entre os vários eventos que compõem o ME e o relevo em que se

colocam ações sobre situações; aquelas no primeiro plano, estas no segundo.

É essa associação do MR ao tempo de atualização dos textos que nos permite compreender a impressão de avanço: no tipo narrativo, a perspectiva temporal que transita na interlocução faz com que os eventos sejam considerados não só anteriores ao momento da fala como também vistos por suas conseqüências, seus resultados. Já no tipo descritivo, há a predominância de que essa perspectiva de MR seja simultânea à transposição dos eventos para formas lingüísticas, o que lhes confere uma "presentidade" a partir de sua própria ocorrência: são vistos como que surpreendidos em sua própria ocorrência no passado, independentemente de suas conseqüências ou resultados, no momento da enunciação.

Também neste tempo de referência, no MR, podem ser incluídas distinções aspectuais, já que fazem parte da perspectiva temporal que o produtor do texto impõe - ou tenta impor - aos seus leitores. Assim, os tempos de perfeito e imperfeito tanto situam a simultaneidade ou anterioridade dos eventos narrados como revelam a pertinência de sua conclusão ou não. Por isso, mesmo que caracterizadores de tipos textuais diferentes, podem, na narrativa, caminhar paralelamente, construindo a temporalidade do texto, sem o descaracterizar como tal.

No exemplar 2, descritivo, também o tempo de desenvolvimento do texto, MF, e o tempo dos eventos, ME, aparecem correlacionados. Mais importante que essa relação, porém, é que o texto é organizado de maneira tal que o tempo da referência, MR, também parece partilhar dessa correspondência. Na descrição o tempo dos eventos é considerado a partir de uma perspectiva a eles simultânea; tanto que se considera apropriados para descrever tanto o presente quanto o imperfeito, tempos definidos pela

simultaneidade entre ME e MR. Por isso, quando é empregada a forma de passado, os limites finais do evento não são relevantes e ele é visto como acontecendo próximo ao momento de sua enunciação; reforça-se o caráter descritivo pelo aspecto imperfectivo[4] que se acopla à temporalidade do imperfeito.

Dessa forma, tomando os exemplos 1 e 2 como representativos dos tipos narrativo e descritivo, respectivamente, podemos verificar, nos dois, a coexistência de tempos que WEINRICH (1968) propôs suficientes para distingui-los. Por causa dessa mescla de tempos, postulamos que a distinção se dá, não como previsão dos tempos, mas como conseqüência do emprego que deles se faz, em uma construção textual, que extrapola seu uso na sentença.

Assim, no que diz respeito às relações temporais, o texto de tipo descritivo mantém em suspensão [Aufhebung] a distinção entre os três planos temporais, enquanto que o tipo narrativo explora essa distinção de maneira variada. Ou seja, quando, na dimensão esquemática, se opõe a ordenação cronológica dos eventos - no tipo narrativo - à ordenação espácio-temporal - no tipo descritivo - pode-se estar falando, respectivamente, de uma pertinência da distinção dos três planos *versus* uma suspensão dessa distinção. Ao tomar o texto como um ocorrência comunicativa (BEAUGRANDE & DRESSLER, 1981), que cria seu próprio mundo textual, admitimos que esse "mundo textual" pode facilmente mesclar-se ao "mundo da enunciação" - ou extra-textual - no tipo descritivo, mas que é necessária, e portanto, constitutiva da tipologia, a distinção entre o mundo textual e o mundo extra-textual no tipo narrativo. Neste caso, mecanismos lingüísticos típicos da coesão têm a função de minimizar ou de

[4] Delineamos o que aqui entendemos por aspecto na Parte II, especialmente no capítulo 5.

enfatizar esse distanciamento. A esse respeito, lembremos que WEINRICH (1968) postulava um segundo plano para o mundo narrado, justamente porque, como na narrativa se dá o deslocamento da situação comunicativa para outro plano, há necessidade de explicitar a maneira como esse "mundo", onde se vai narrar, está organizado. Por outro lado, um comentário prescinde de um segundo plano explicitado lingüisticamente porque a situação o fornece na prática. Para uso prático, podemos dizer que é temporalmente adequado que um texto do tipo descritivo ocorra à vista daquilo que descreve, enquanto que essa concomitância no tipo narrativo é, no mínimo, estranha. Lembremos aqui o conhecido exemplo de narração de uma partida de futebol. À vista do jogo em pleno desenvolvimento, um locutor descreve os lances, à medida em que estes vão ocorrendo - e faz comentários. Apesar do nome por que é conhecida, pela predominância de verbos de estado, dos indicadores de propriedades e da simultaneidade entre ME e MR, essa situação é muito mais uma descrição de eventos do que uma narração.

Assim, a coerência, como continuidade dos sentidos, em um texto narrativo apoia-se fortemente nos laços de coesão temporal estabelecidos, principalmente, a partir das várias possibilidades de associação do MR. Isto se evidencia mais facilmente quando o texto não apresenta iconicidade entre os planos temporais. Como vimos no capítulo anterior, a língua dispõe de inúmeros recursos para que a coesão temporal se estabeleça mesmo havendo alto grau de complexidade - rupturas, descontinuidades, retomadas, etc. - na relação entre a organização dos eventos e a organização textual. Mesmo nos casos em que, na superfície lingüística, a coesão se torna, digamos, mais "frouxa", os quadros conceituais que se estabelecem na interlocução, e nos quais a projeção dos enunciados

adquire sentido (ZAMBONI, 1991), reforçam os marcos de referência temporal do texto. Desse modo, a articulação entre as relações de coerência - construção dos esquemas temporais - e as relações de coesão permitem que a narração tenha um nítido desenho temporal; ou seja, esquemas temporais diferentes da temporalidade da temporalidade da enunciação são constitutivos da narração. Não o são da descrição.

No tipo descritivo, os tempos verbais característicos são o presente e o imperfeito[5], tempos em que em que a oposição entre os planos temporais está em suspenso, por serem vistos, todos, a partir de um referencial com eles simultâneo, [MR,ME]. Neste caso, a coesão lexical corresponde muito melhor às noções de propriedades e funções. As relações temporais de superfície assumem aqui uma função quase auxiliar de facilitar a progressão textual, que se apoia, agora, mais no léxico. Isto porque, na língua portuguesa, muitos mecanismos gramaticais - obrigatórios - que estruturam sintaticamente um texto têm íntimas relações com a temporalidade: a quebra de tais mecanismos pode colocar em perigo a unidade do texto. Como a justaposição de cenas, a enumeração de propriedades ou a seqüencialização tabular de imagens obedecem freqüentemente, no texto de tipo descritivo, a uma necessidade linear da realização lingüística, uma ordenação temporal torna-se irrelevante. A constituição de um esquema temporal que oriente a consistência temporal entre o texto e o que é descrito só interfere na construção do texto na medida em que a enunciação, forçosamente, se constitui em uma determinada dimensão temporal. Daí, percebermos, intuitivamente, que o texto narrativo é mais impregnado de temporalidade do que o texto

[5] Diz Weinrich (1968) que a descrição no mundo narrado se dá pelo imperfeito e no mundo comentado pelo, presente; a esses tempos cabe a tarefa de criar o pano de fundo para os acontecimentos.

descritivo; e que as relações de coesão e de coerência temporais são mais fortes naquele do que neste.

Em situação paralela se encontram os tipos expositivo e argumentativo. Guardadas as devidas peculiaridades, um texto expositivo pode até ser considerado uma descrição de conceitos, enquanto que o argumentativo exige o encadeamento fortemente articulado desses conceitos. Ou seja, embora o texto expositivo tenha um compromisso lógico com a verdade - característica dos textos que transitam por áreas do conhecimento prestigiadas como "científicas" -, essa veracidade é mais baseada em uma ordenação de conceitos - ou, quando muito, em relações de condicionalidade entre esses conceitos - do que nas relações de coesão e coerência temporais apoiadas em encadeamentos lógicos. O esquema temporal que um texto expositivo estabelece na interlocução é o mais atemporal possível, já que o texto se pretende neutro e "eterno" tanto quanto possível, porque se considera porta-voz do conhecimento científico. Em contraposição, um texto argumentativo, mesmo que partilhando com o texto expositivo o compromisso com a verdade e a "científica" pretensão de atemporalidade, se estrutura sobre fortes laços coesivos no plano do tempo de construção textual. Quando se estabelece um quadro conceitual que permite a atribuição de coerência - ou de falta de coerência - a um determinado texto argumenativo, acionam-se crenças e conhecimentos culturalmente adquiridos que não se desvinculam da temporalidade historicamente constitutiva do sujeito, da enunciação e, conseqüentemente, do texto produzido. Blocos descritivos e narrativos funcionam, então, no texto argumentativo, como marcos de conhecimentos - ou de crenças - que permitem a construção de parâmetros que norteiam a coerência - e a veracidade - do texto.

Assim calcado em relações coesivas que emergem fortemente no plano do tempo textual, e em relações de coerência que se estabelecem na articulação entre o tempo da referência e o tempo dos eventos - que neste caso são eventos de natureza conceitual -, o texto argumentativo se aproxima do tipo narrativo por se apoiar em marcos de referência temporal bem concatenados. As metáforas temporais, mencionadas no quadro I como caracterizadoras do tipo argumentativo, se revelam, na verdade, como as próprias relações temporais do texto que, ao transcender a gramaticalização apenas nos tempos verbais, se mesclam com a exigência de uma temporalidade bem articulada. Mais do que metáforas, no sentido convencional da palavra, essas marcas lingüísticas são sinal do reconhecimento das fortes dependências temporais do tipo de texto que realiza a atitude comunicativa de *fazer crer*. Por isso, segundo a caracterização proposta por WEINRICH (1968), os textos dos tipos expositivo e argumentativo revelam uma atitude tensa do falante, comprometido que está com aquilo que diz. São textos de mundo comentado, em que o discurso é um fragmento de ação que modifica o mundo.

A definição proposta para as formas verbais de presente , no capítulo 4, encontra nesses exemplares utilização plena e coerente: as declarações consideradas como verdades universais e atemporais - mesmo que a ciência as prove eternas apenas durante um curto da humanidade - tomam a forma de simultaneidade entre os três construtos temporais. Tanto em 3, tipo expositivo, como em 4, tipo argumentativo, os eventos são considerados a partir de um MR com eles simultâneo e simultâneo ao MF, a produção do texto.

Os dois últimos tipos de texto, o injuntivo e o preditivo, são tão facilmente caracterizados por formas verbais específicas que, por explícitos demais, quase chegam a esgotar seu interesse nessa área. No plano do tempo de desenvolvimento do texto, o tipo injuntivo, por seu caráter instrucional, exige ordenação temporal bem definida, que corresponda a um plano do tempo dos eventos de maneira clara e objetiva. E nessa forte correspondência, o tempo da referência acaba por ter poucas possibilidades de variação e reproduzir rigidamente o encadeamento dos eventos e do texto. A clareza, a objetividade e, portanto, a eficácia do texto injuntivo depende de uma justa correspondência entre os três planos temporais. Em um texto deste tipo, deixar um instrução implícita ou alterar a ordem das ações pode prejudicar o uso do texto e comprometer a realização da atitude comunicativa de *fazer fazer*.

O tipo preditivo, que pretende *fazer crer*, apoia-se fortemente em blocos descritivos que servem de base para as deduções de caráter lógico, características deste tipo. Mas são deduções lógicas sem conectores lingüísticos e esta ausência não é acidental: o plano temporal do texto é criado em prospectiva, de maneira tal que a seqüencialização dos enunciados é totalmente orientada pelo tempo da referência. E tanto quanto na Lógica, predicar a futuridade pode dar origem à modalização, o texto do tipo preditivo dilui sua temporalidade numa modalização de enunciados fortemente impregnados de futuridade. Não apenas este tipo de texto emprega, predominantemente, as formas verbais de futuro como é construído totalmente na perspectiva caracterizadora de futuro, como MR associado ao MF, considerando os eventos em projeção, com o ME posterior a eles.

Pelas atitudes comunicativas, os tipos 5 e 6 revelam um forte compromisso do falante com aquilo que diz: são um comentário e não um relato. Prescrições, conselhos ou previsões podem, como vemos aqui, tomar uma forma de descrição - como parece, especialmente, o texto 6, quando lido sentença a sentença. Além disso, já que ambos privilegiam o futuro do presente, a atitude comunicativa torna-se crucial para sua distinção.

Em uma perspectiva discursiva, que considera o texto como uma "parada", uma "cristalização" momentânea do processo discursivo, uma tipologia de textos, como já disse ORLANDI (1987), faz parte, ela mesma, das condições de produção de qualquer análise. Além disso, segundo VERÓN (1980:171), a história social dos textos é um tecido de diferenças, um reticulado praticamente infinito de imbricamentos, sendo que, por razões sempre historicamente determinadas, alguns desses imbricamentos se tornam mais pronunciados que outros. A escolha de uma determinada tipologia faz parte dessas razões históricas e, por isso, está fadada a pôr em realce a gama de relações que sustentam seus critérios. Reconhecendo esta ausência de ingenuidade, este direcionamento *a priori*, a escolha da tipologia que serviu de base a este estudo produziu as condições lingüísticas necessárias a uma caracterização dos tipos textuais quanto às relações de coesão e coerência temporais. Esta caracterização não pretendeu descer a minúcias, apenas mostrar, mesmo que superficialmente, como esse modelo encontra reforço nas relações de temporalidade definidas, nos capítulos anteriores, com o auxílio dos construtos temporais, MF, ME e MR.

CONCLUSÃO

> Cronos, um dos titãs, era filho de Urano, o Céu, e Géia, a Terra. Tendo Géia desejado se furtar aos violentos abraços do marido, foi auxiliada pelo filho Cronos, que lançou seu pai ao mar e tomou seu lugar. Urano e Géia, depositários do conhecimento do futuro e da sabedoria, predisseram-lhe que ele seria destronado por um dos seus filhos. Tendo desposado Réia, Cronos passou, então, a devorar seus filhos à medida em que iam nascendo. Quando grávida de Zeus, Réia enganou-o e deu à luz às escondidas. Crescido, Zeus declarou guerra ao pai e aprisionou-o.
>
> Edith Hamilton[1]

LAKOFF & JOHNSON (1980:7), radicais na defesa da idéia de que a metáfora não é uma mera figura de linguagem, dizem, logo na abertura de sua obra:

The concepts that govern our thought are not just matters of the intellect. They also govern our everyday functioning, down to the most mundane details.

Se assim considerarmos o mito de Cronos [o Tempo], tantos séculos e tantas "civilizações" depois, ainda vivemos, no nosso senso comum, o conflito da metáfora de um tempo amigo e devorador, cruel e solidário, senhor e prisioneiro...

[1] Fragmento resumido do DICIONÁRIO DE MITOLOGIA GREGA, São Paulo, Martins Fontes, 1995.

Mesmo a racionalidade da história do conhecimento científico e filosófico tem nos apresentado várias *personas* do tempo. Nenhuma, no entanto, é desprovida de mistério; nem mesmo aquela que despertou com o século XX. A partir de 1905, com as idéias revolucionárias de um jovem físico, Albert EINSTEIN, novas formulações a respeito do tempo apresentaram ao mundo a indissolubilidade entre tempo e espaço. A Teoria da Relatividade Especial, que trata dos movimentos em velocidade elevada, foi "o primeiro indício forte de que os físicos teriam que abandonar a velha noção do tempo absoluto tiquetaqueando em qualquer parte com a mesma freqüência" (CALDER, 1994:105).

Foi a partir daí que se admitiu não haver contradição quando "alguns acontecimentos se desenvolvem mais devagar aos olhos de um observador, do que aos de outro, inclusive viver, envelhecer, e a morte de alguém". (id.ib.:102). EINSTEIN nos mostrou que o registro do tempo era uma questão particular e convencional; habituou-nos a ver o mundo como uma relação quadrimensional, entre espaço e tempo, em que ora um, ora outro assume a direção.

Mas, apesar de termos, hoje, instrumental para reconhecer uma certa independência entre os dois, ainda parece difícil discutir idéias sobre tempo, e sobre a direção do tempo, sem referência tanto à mudança quanto à causalidade do mundo material.

Os códigos lingüísticos, contudo, já incorporavam, desde antes de EINSTEIN, essas possibilidades de uma expressão do tempo relativo, de um tempo "construído" pelo raciocínio e não pela observação. Se pensarmos em termos dos conceitos básicos "mais cedo" e "mais tarde", parece ser possível discutir a direção do tempo de maneira que, se não totalmente independente dos objetos, assim mesmo, de maneira a compreender as fundamentais propriedades do tempo. (Cf. RAY, 1991:208)

Segundo RAY (1991), a Teoria da Relatividade é um monumento à diversidade intelectual: mesmo que nos sintamos frustrados pela incapacidade de a teoria dar respostas claras a todas as perguntas, há coesão suficiente dentro de um contexto teórico para permitir uma explicação razoavelmente clara de muitos problemas.

Hans REICHENBACH, contemporâneo e amigo de EINSTEIN, levou para a Lógica - e daí para as línguas naturais - as idéias revolucionárias que ambos discutiam em longos passeios nas noites de Viena, segundo nos dá a conhecer a viúva de REICHENBACH (cf. REICHENBACH, 1965).

REICHENBACH (1948) também encontrou na interpretação dos tempos verbais do inglês a evidência empírica de que o conhecimento científico extrapola as fronteiras de cada disciplina teórica. Para ele, que considerava a simplicidade de uma descrição o critério mais persuasivo na escolha de uma teoria (cf. RAY,1991), a TRE forneceu não só as bases para compreender o mundo de uma maneira mais consistente, como também forneceu o arcabouço teórico para explicar certos empregos lingüísticos de maneira mais simples e coerente - os tempos verbais, por exemplo.

Até então, a idéia de localizar as situações (eventos) no tempo podia ser considerada puramente conceitual e, como tal, potencialmente independente das distinções feitas em línguas diferentes. A aparente arbitrariedade com que as diferentes línguas organizam sua temporalidade revela-se muito pouco arbitrária, à luz da TRE.

Adotou-se, neste estudo, o termo *temporalização* para referir as expressões gramaticalizadas ou lexicalizadas da localização no tempo. Assim, dizer que a língua *temporaliza* a noção de *tempo* significa dizer que há categorias sistematicamente estabelecidas cujo significado é temporal. Com a sistematização, abstraem-se características não pertinentes à categoria e ressaltam-se as distinções entre os termos sistematizados. O

que é, sempre, uma redução, nunca um retrato completo do comportamento lingüístico...

Outra redução foi privilegiar o verbo como baluarte da temporalização; e nele as flexões e algumas locuções verbais. Isso foi, no entanto, uma opção para a delimitação deste estudo. O paradigma considerado não foi o dos tempos verbais como a gramática o delimita, mas o das definições temporais que são, ou não, temporalizadas no português.. Mas, em mais de uma oportunidade, registrou-se o reconhecimento de que outras expressões de cunho temporal são também responsáveis pela atualização da temporalidade: é um trabalho solidário da língua.

Para discutir as definições e explicações propostas, lançamos mão de metáforas de várias naturezas, tanto lingüísticas quanto visuais. Mas ressalvamos, como WITTGENSTEIN (1996) e LAKOFF & JOHNSON (1980), que, mesmo as metáforas sendo o caminho mais curto para se falar sobre assuntos ainda desconhecidos, devem, no entanto, ser encaradas apenas como uma simbologia, não como a *coisa mesma*. Usá-las pode ser conveniente, mas também perigoso. Daí a necessidade de estarmos sempre atentos para que os "labirintos" da linguagem não nos conduzam a acreditar apenas nos símbolos...

Considerando que os envolvidos na interlocução ocupam mais ou menos o mesmo tempo relativo (COMRIE, 1993) - ou estão no vértice das mesmas coordenadas temporais quando temporalizam seu discurso, no dizer de BENVENISTE, foi proposto no Capítulo 2, QUADRO I, um paradigma teórico para os tempos verbais que foram discutidos nos capítulos seguintes. Uma exemplificação prática desse paradigma é proposta agora no QUADRO III, em que as casas vazias de exemplos indicam não haver forma gramaticalizada para aquela definição.

QUADRO III

passado: base:ME - MF	presente base:ME,MF	futuro base:MF - ME
possibilidades	possibilidades	possibilidades
ME - MR - MF escrevera tinha escrito	ME,MF,MR escrevo	MF - MR - ME terei escrito
MR - ME - MF	MR - ME,MF	MR - MF - ME escreveria
ME - MR,MF escrevi	ME,MF - MR	MF,MR - ME escreverei vou escrever
ME,MR - MF escrevia		MF - MR,ME estarei escrevendo
ME - MF - MR		MF - ME - MR

Uma rápida leitura desse quadro nos indica a assimetria como caracterizadora da realização do paradigma teórico. O que não é de estranhar, pois a língua "sedimenta" histórico-culturalmente as distinções que se tornam relevantes, e nem todas as possibilidades combinatórias precisam ser realizadas; muito menos realizadas pelas mesmas categorias

lingüísticas ou gramaticais. A grande diversidade das línguas nesse campo serve de comprovação.

Por outro lado, definir gramaticalmente os tempos verbais não significa que eles não integram unidades semânticas ou discursivas. Da mesma forma que o texto não consiste de sentenças, mas é formado por elas (Cf. HALLIDAY & HASAN, 1995), um esquema temporal que se constrói no texto - pela interlocução - não consiste de tempos verbais mas é formado por eles[2]. Por isso, analisar um texto segundo categorias da Lingüística Textual, como coesão e coerência, inclui considerar o "desenho" temporal que se forma textualmente a partir dos diferentes empregos dos tempos verbais.

Isso não quer dizer, no entanto, que se possa determinar, prever ou calcular, a partir dos tempos do paradigma verbal, que tipo de texto tais formas vão construir. A grande mescla de marcas de temporalização de que o português normalmente faz uso - como os tempos verbais - desloca para o emprego, e não para a forma, a tarefa de indicar, juntamente com o emprego de outras formas, a caracterização ou a tipologia de um texto[3]. É pela combinação de categorias de várias naturezas - como atitudes comunicativas, macroatos de fala, tipos de ordenação de eventos, predominância de expressões lingüísticas, por exemplo - que diferentes tipos de textos podem ser classificados. Os tempos verbais apontam, no máximo, para uma tendência. Mas, qualquer que seja a classificação funcional, haverá, sempre, uma definição de caráter temporal subjacente a ela.

[2] E não só tempos verbais formam o esquema temporal do texto: como vimos no capítulo 8, outras expressões temporais, como adjuntos ou mesmo orações de cunho temporal contribuem para essa construção.
[3] Esta é uma posição que incorpora a proposta de Weinrich (1968), mas se distingue dela, como foi exposto, sobretudo, nos capítulos 7 e 8.

Por último há que se ressaltar que, como qualquer atividade simbólica, a língua nos mostra apenas o que queremos ver. Ou seja, de acordo com KUHN (1970), nossos relatórios sobre aquilo que vemos dependem de nossa formação, de nosso contexto social, e, especialmente, de nossas teorias. Tratar de um objeto como o **tempo**, que não se vê, apenas se experiencia[4] - principalmente pela língua - e se define[5], é inevitavelmente um exercício teórico e, muitas vezes, controverso. Por isso, RAY (1991:302) nos recomenda

> adotar uma atitude cética diante de qualquer defesa da primazia das leis de uma teoria. As leis têm um papel na ciência, mas um papel situado no contexto da ciência como um todo. Tal contexto é um processo histórico em evolução, e quaisquer conclusões a respeito das teorias devem levar isso em consideração.

[4] Segundo Heidegger (1991), o tempo na expressão lingüística é experimentado, e não referido, mencionado, assinalado ou mesmo representado; é a experiência de um estado de coisas que não é pensar; é posterior ao pensamento, mas se ensaia nele.

[5] Esta é a posição da TRE, que adotamos neste estudo e explicitamos, principalmente, na primeira e segunda partes.

SUMMARY

It is assumed in this paper that *time* as a category - called here *temporality* - can be expressed by a wide range of linguistic expressions, but as a methodological reduction, our approach selects verbal tenses of the indicative mode as the most obvious and clear representatives of *temporality* in Portuguese. Therefore, we focus on them, defining tense as a grammaticalized expression of location in time.

Although consequences of time can be seen through human experience, *temporality* is no object that offers itself to direct observation. That's the reazon why, according to the Special Theory of Relativity (STR), it should be defined, not identified.

Following REICHENBACH's model for the interpretation of tenses in natural language, three theoretical constructs are used in tense definition: point of speech, point of event, point of reference. Keeping to traditional nomenclature en Portuguese, we call them *moments*.

As REICHENBACH took from the STR the foundations for his model, a discussion about what is understood by point of reference, or observer, in EINSTEIN's theory, provides a conception of time that is not linear, as our tradition has methaphorically shown us. Upon a non-linear conception of time a paradigm for the definitions of tenses can be built. And these definitions turn out to be consistent with textual interpretations for temporality.

Considering that communication is always realized by units larger than words or sentences, also textual categories – such as cohesion and coherence - take *temporality* as part of a textual network and reveal that the different designs tenses compose in a text are systematic; they can even be used as criteria in a typology.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADMONI, W. (1970). ***Der Deutsche Sprachbau***. Munique: C.H.Beck Verlag.

ARNAULD, A. & LANCELOT, C. (1992) ***Gramática de Port-Royal***. São Paulo: Martins Fontes [original francês: ***Grammaire générale et raisonnée***, 1660]

ARRAIS, T. (1980) "Semântica das Expressões Temporais em Português". IN: ***Estudos de filologia e lingüística***. São Paulo: T.A. Queiroz e EDUSP.(pp.195-205).

BAR-HILLEL, Y. (1982) "Expressões indiciais". In: DASCAL, M. (org.) ***Fundamentos metodológicos da lingüística.*** Vol. IV Pragmática. Campinas: Unicamp. (pp.23-49).

BARTSCH, W. (1969)." Über ein System des Verbformen". In ***Wirkends Wort*** , Beiheft 20. Düsseldorf. pp. 90-110.

BAUMGÄRTNER, K. & WUNDERLICH, D. "Ansatz zu einer Semantik des Deutschen Tempussystem". IN: ***Wirkends Wort***, Beiheft 20. Düsseldorf. pp. 23-49.

BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W. (1981). ***Introduction to textlinguistics***. London: Longman.

BECHARA, E. (1987). ***Moderna gramática portuguesa.*** São Paulo: Companhia Editora Nacional.

BENVENISTE, E. (1988). ***Problemas de lingüística geral***, vol.I. Campinas, Pontes. [Original francês: ***Problèmes de linguistique générale***, 1966]

BENVENISTE, E. (1989) ***Problemas de lingüística geral***, vol. II. Campinas: Pontes. [Original francês: ***Problèmes de linguistique générale***, 1974]

BROWN, G. & YULE, G. (1983). ***Discourse analysis***. Cambridge: Cambridge University Press.

BULL, W. (1971) ***Time, tense and the verb***. Los Angeles: UCLA Press. [1968]

CALDER, N. (1994). ***O universo de Einstein***. Brasília, Editora da UnB.

CASTILHO, A.T. de (1968) "Introdução ao estudo do aspecto verbal na língua portuguesa." ***ALFA. Revista do Departamento de Letras da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Marília,*** 12, pp.7-135.

CHAROLLES, M. (1985). "Text Connexity, Text Coherence and Text Interpretation Processing". IN: E. Soyer (ed).***Text connexity and text coherence.*** Hamburg: Burke.

COMRIE, B. (1984). "Tense and Time Reference: from Meaning to Interpretation in the Chronological Structure of a Text". IN: ***Journal of literary semantics***. pp.12-22

COMRIE, B. (1993). ***Tense***. Cambridge: Cambridge University Press. [1985]

COMRIE, B.(1989) ***Aspect***. Cambridge: Cambridge University Press.

CORÔA, M.L.. (1985). ***O tempo nos verbos do português***. Brasília, Thesaurus.

CORÔA, M.L. (1985a) "Uma definição temporal para as formas do pretérito'. In:***Anais de seminário do GEL, X***. Bauru: Faculdades do Sagrado Coração, pp.22-26.

CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985). ***Nova gramática do português contemporâneo.*** Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

DASCAL, M. (org.) (1982) ***Fundamentos metodológicos da lingüística***. Vol.III - ***Semântica*** e vol.IV - ***Pragmática***. Campinas:Unicamp

DUCROT, O. (1977) ***Princípios de semântica lingüística***. São Paulo: Cultrix. [1972]

EINSTEIN, A. (1923A). "On the electrodynamics of moving bodies" [Original alemão: "Zur Elektrodynamik bewegter Körper", Annalen der Physik, 17, 1905]. Lorentz, H.A. et alii (ed.) ***The principle of relativity.*** Dover Publications, Inc., pp.37-65.

EINSTEIN, A. (1923b). "The Foundation of the General Theory of Relativity" [Original alemão: "Die Grundlage der allgemainen Relativitätstheorie", Annalen der Physik, 49, 1916]. In: Lorentz, H.A. et alii (ed.). ***The principle of relativity***. Dover Publications, Inc., pp.111-164.

FÁVERO, L. & KOCH, I. (1983) ***Lingüística textual***. São Paulo: Cortez Editora.

FIORIN, J.L. (1996). **As astúcias da enunciação**. São Paulo: Ática.

FRANCHI, C.(1992). "Linguagem: atividade constitutiva". IN:***Cadernos Lingüísticos 22***. Unicamp. p.9-27[Originalmente publicado em ***Almanaque, 5***, São Paulo, Brasiliense],.

FREGE,g.(1978). ***Lógica e filosofia da linguagem***. São Paulo: Cultrix.

GIORA, R. (1985) "Notes towards a theory of text coherence". In: ***Poetics today*** 6 (4). pp. 699-715.

Godoi, H. (1992) ***Aspectos do aspecto***. Campinas: Unicamp. Tese de Doutorado (inédita).

GOLDSMITH, J. & WOISETSCHLAEGER, E. (1982). "The Logic of the English Progressive". In: ***Linguistic Inquiry***, vol. 13.

GRAMÁTICA DE PORT-ROYAL (1995): vide ARNAULD & LANCELOT.

GRANGER,G.G. (1960). "Língua e sistemas formais", IN: STUMPF et al., ***Filosofia da Linguagem***. Coimbra, Almedina, p. 139-171.

GRICE, H.P.. (1982) "Lógica e conversação". In:Dascal, M. (org.) ***Problemas, criticas, perspectivas da lingüística.*** Campinas : Unicamp. PP.81-103

GUILLAUME, G.(1965). ***Temps et verbe.*** Paris: Champion [1929]

GUIMARÃES, E. (1995) ***Os limites do sentido***. Campinas: Pontes.

GUIMARÃES, R. (1995) ***Dicionário de mitologia grega***. São Paulo: Cultrix.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. (1995) ***Cohesion in English***. Londres: Longman. [1976]

HAMILTON, E. (1995) ***Mitologia***. São paulo: Martins Fontes. [original: ***Mythology***, 1942]

HEIDEGGER, M. (1991) "Tempo e ser". Conferência proferida no Studium Generale da Universidade de Freiburg im Breisgau, 1962, publicada em tradução de Ernildo Stein, na série Os pensadores, da Nocva Cultural.

HORNSTEIN, N. (1977) "Towards a Theory of Tense". In: ***Linguistic inquiry***, Vol. 8, pp.521-557.

ILARI, R. (1981). "Alguns recursos gramaticais para a expressão do tempo em português - notas de um projeto de pesquisa". IN: ***Estudos de filosofia e lingüística***. São Paulo, T. A. Queiroz e EDUSP, p. 181-194.

ILARI, R. (1986). ***Perspectiva funcional da frase portuguesa***. Campinas: Editora da Unicamp.

ILARI, R.(1997). ***A expressão do tempo em português.*** São Paulo: Contexto.

ILARI, R. (1997a). "Notas para uma Semântica do Passado Composto em Português". A sair nos ***Anais do Seminário comemorativo dos 20 anos de estudos de português no ensino superior húngaro - Budapeste, outubro de 1997***

IMBS, P. (1960). ***L'emplois des temps verbaux en français moderne: essai de gramaire descriptive.*** Paris: Klincksieck.

JAKOBSON, R. (1969)."A concepção de significação gramatical segundo BOAS". In: ***Lingüística e comunicação***. São Paulo, Cultrix, p. 87-97.

JESPERSEN, O. (1958). ***The phylosophy of grammar***. London: George Allen & Unwin. [1924]

KLEIN, H. (1974). ***Tempus, Aspekt, Aktionsart***. Tübingen: Max Niemeyer Verlag.

KLUM, A. (1961). ***Verbe et adverbe***. Acta Universitatis Upsaliensis, Studia Romanica Upsaliensia. Stockoholm: Almqvist & Wiksell.

KOCH, I. & FÁVERO, L. (1987). "Contribuição a uma Tipologia Textual". In ***Letras & Letras.*** Uberlândia.

KOCH, I. (1987). ***Argumentação e linguagem***. São Paulo: Cortez.

KOCH, I. & TRAVAGLIA, L. C. (1989) ***Texto e coerência***. São Paulo: Cortez Editora.

KOCH, I. & TRAVAGLIA, L.C. (1990). ***A coerência textual***. São Paulo: Contexto.

KOCH, I. (1990). ***A coesão textual***. São Paulo: Contexto.

KOCH, I. (1992). ***A inter-ação pela linguagem.*** São Paulo: Contexto.

KOCH, I. (1997). ***O texto e a construção dos sentidos.*** Coleção Caminhos da Lingüística. São Paulo: Contexto.

LACEY, A.R. (1972). ***a linguagem do tempo e do espaço***. São Paulo: ed. Perspectiva.

LACEY, A. R. (1996). ***A dictionary of philosophy***. London: Routledge & Kegan Paul Ltd. [1976]

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1980) ***Metaphors we live by***. Chicago and London: The University of Chiacago Press.

LEECH, G. (1971). ***Meaning and the English verb***. London: Longman.

LONGO, B. (1987) "O valor coesivo do tempo verbal". In: Fiorin, J.L. & Neves, M.H.M. (org.) ***Texto, discurso, enunciação.*** Boletim do Programa de Pós-graduação em Lingüística e Língua Portuguesa, ano III, n. 3, Araraquara: Unesp.

LONGO, B. (1990). ***A auxiliaridade e a expressão do tempo em português***. Tese de Doutorado UNESP (inédita).

LYONS, J. (1977). ***Semantics,*** Cambridge, Cambridge University Press.

MARTIN, R & NEF, F.(1981)."Le Futur Linguistique: Temps Linéaire ou Temps Ramifié?" In: ***Langages: le temps gramatical*** (pp.81-92).

MARTIN, R. & NEF, F. (1981). "Temps Linguistique et Temps Logique". In: ***Langages. le temps gramatical.*** (pp.7-20)

McCAWLEY, J. (1971) "Tense and Time Reference in English". IN: Fillmore & Langendoen (ed.) ***Studies in linguistics semantics***. New York: Holt, Rinehart & Winston. (p.97-113).

MEYER-HERMANN, I. (1986) "Some Remarks on Nominals in Portuguese". Mimeo.

MINKOWSKI, H. (1923) "Space and Time" [1908]. In Lorentz, et alii (ed.) ***The principle of relativity.*** Dover Publications, Inc. pp.75-91.

MIRA MATEUS, M.H., BRITO, A.M., DUARTE, I.S. & FARIA, I.H. (1983). ***Gramática da língua portuguesa.*** Coimbra: Livraria Almedina.

NEIS, I.A. (1984)."Elementos de Tipologia do Texto Descritivo". In: ***Cadernos PUC***, N.22. São Paulo: Educ e Editora PUC-São Paulo.

NEVES, M. H. M. (1987). ***A vertente grega na gramática tradicional***. São Paulo, Hucitec e Editora da UNB.

NOVAES, A. (org) (1996). ***Tempo e história***. São Paulo: Companhia das Letras.

ORLANDI, E. (1984). "Segmentar ou Recortar?" In: ***Lingüística:questões e controvérsias***. Série Estudo 10, Uberaba.

ORLANDI, E. (1987) ***A linguagem e seu funcionamento***. Campinas: Pontes.

ORLANDI, E. (1978). "A Natureza do Verbo e sua Descrição na Língua Portuguesa". In: ***Estudos lingüísticos I. Anais do GEL***. (pp.187-218)

PARRET, H. (1988). ***Enunciação e pragmática***. Campinas: Editora da Unicamp.

PONTES, E. (1992) ***Espaço e tempo na língua portuguesa.*** Campinas: Pontes.

POSSENTI, S. (1988). ***Discurso, estilo e subjetividade***. São Paulo, Martins Fontes.

POSSENTI, S. (1992). "Gramática e Análise do Discurso". In: ***Cadernos de estudos lingüísticos 22.*** Campinas: Unicamp

PRIOR, A. N. (1967) ***Past, present and future***. Oxford: At the Claredon Press.

PRIOR, A. N. (1968). ***Time and modality***. Oxford: At the Claredon Press.

PROKHOVNIK, S.J. (1967). ***The logic of special relativity.*** Cambridge: At the University Press.

RANDQUIST, M. (1987). "TT-Schemata, some notes on text typology". In: L.S.Evensck (ed.) ***Nordic research in textlinguistics & discourse analysis.***

RAY, C. (1991) ***Tempo, espaço e filosofia***. Campinas: Papirus.

REICHENBACH, H. (1948). ***Elements of symbolic logic***. New York, The MacMillan Company.[1947]

REICHENBACH, H.(1965). ***The theory of relativity and a priori knowledge***. Berkeley: The University of California Press.

REICHENBACH, H. (1969). ***Axiomatization of the theory of relativity***. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. [Original alemão: ***Axiomatik der relativistischen raum-zeit-lehre,*** 1965]

REICHENBACH, H. (1980). ***From Copernicus to Einstein***. New York: Dover Publications, Inc.[1942];[original alemão: ***Von Kopernikus bis Einstein***, 1927]

ROBIN, R. (1975). ***História e lingüística.*** São Paulo, Cultrix

RUCK, H. (1980) ***Linguistique textuelle et enseignement du français***. Besançon: Hatier-Crédif.

SABRSULA, J. (1961) "Le locutions semelfactives et l'aspect perfective en français". ***Acta Universitatis Carolinae, Romanistica Pragensia***. Praha, II (pp. 99-111).

SCHIFFRIN, D. (1987). ***Discourse markers.*** Cambridge: Cambridge University Press.

SCHWARTZ, H. (1968) ***Introduction to special relativity***. New York: McGraw-Hill Book Company.

SILVA, A. da (1997) ***A expressão da futuridade na língua falada***. Tese DE doutorado, Unicamp. Inédita.

SOARES, M.A.B.P. (1987) ***A semântica do aspecto verbal em russo e em português***. Rio de Janeiro: PROED, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

STALNAKER, r.c. (1982). "Pragmática". In: DASCAL, M. (org.) ***Fundamentos metodológicos da lingüística - vol. IV - Pragmática***. Campinas: Unicamp (pp.59-80)

SOARES, M.A.B.P. (1987) ***A semântica do aspecto verbal em russo e português.*** Série Teses. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

TRAVAGLIA, L.C. (1981). ***O aspecto verbal no português***. Universidade Federal de Uberlândia.

TRAVAGLIA, L.C. (1987) "O Discurso no Uso do Pretérito Imperfeito do Indicativo no Português". In: ***Cadernos de estudos lingüísticos, N. 12*** (Campinas).

VAN DIJK, T. (1981). ***Studies in the pragmatics of discourse***. Berlim/New York: Mouton.

VAN DIJK, T. (1981). ***Studies in the pragmatics of discourse***. Paris: Mouton.

VAN DIJK, T. (1992). ***Cognição,discurso e interação***. São Paulo: Contexto.

VENDLER, Z. (1967). "Verbs and times". ***Linguistics in philosophy***. New York: Cornell University Press.[1957]

VERKUYL, H. (1996) ***A theory of aspectuality***, Cambridge: Cambridge University Press. [1993]

VERÓN, E. (1980). ***A produção do sentido***. São Paulo: Cultrix/Ed. da USP.

VIGNER, G. (1986). ***Lire: su text au sens***. Paris: CLE Internacional.

WEINRICH, H.(1968) ***Estructura y función de los tiempos en el lenguaje***. Madrid: Editorial Gredos. [Original alemão, ***Tempus - besprochene und erzälte welt***. Stuttgart: Verlag W. Kohlhammer, 1964]

WITTGENSTEIN, L (1996). ***Investigações filosóficas.*** Série Os Penasadores. São Paulo: Editora Nova CulturaL.[Original alemão. ***Philosophische Untersuchungen,*** 1953; tradução inglesa: ***Philosophical investigations***. Oxford: Blackwell. 1953]

WOISETSCHLAEGER, E. (1976). ***A semantic theory of the english auxiliary system.*** Princeton University.

ZAMBONI, L. (1991). "A coerência no senso comum". ***Anais do GEL***.

REFERÊNCIAS DOS TEXTOS ANALISADOS

DRUMMOND de ANDRADE, C. (1994) "A salvação da alma". In: ***Contos de Aprendiz***. (pp.13-21) Rio de Janeiro: Editora Record [1951]

RAMOS, R. (1974). "Circuito fechado". In: ***Os melhores contos brasileiros de 1973***. Porto Alegre: Globo.

SILVA NETO, S. da. (1986) ***História da língua portuguesa***. Rio de Janeiro: Presença [1957]

STARLING, H.M.M. (1986) ***Os senhores das Gerais. Os novos inconfidentes e o golpe de 1964***. Petrópolis: Vozes.

ANEXOS

MAGIA EGÍPCIA EM ROMA.

O governo italiano abre ao público a misteriosa pirâmide Céstia, construída no ano 12 a.C.

Após o sucesso da pirâmide de aço e vidro construída em Paris para abrigar novas salas de exposição do Museu do Louvre, outra pirâmide se transforma em atração na Europa - desta vez, em Roma. Toda em blocos de mármore branco e medindo 36,4 metros de altura por 29,5 metros de lado, a pirâmide Céstia foi mandada construir no distante ano de 12 antes de Cristo pelo tribuno Caio Céstio, amigo e colaborador de Augusto, o primeiro imperador romano. Situada junto à porta São Paulo, uma das entradas da antiga muralha de Roma, no bairro popular de Tastaccio, a construção fascina e intriga os romanos e os turistas há quase 2 000 anos. Correm lendas a seu respeito, e as visitas a seu interior eram um raro privilégio de poucos, munidos de convites especiais emitidos pelo ministério para os bens culturais e ambientais da Itália. Para os cidadãos comuns e os turistas, o mistério se desfez no feriado de 25 de abril, data em que o país comemora a derrota do fascismo na II Guerra Mundial. Pela primeira vez o local foi aberto à visitação pública.

"Isso nunca tinha acontecido em dois milênios", garante o arquiteto Cesare Esposito, do Ministério dos Bens Culturais e responsável pela iniciativa. No dia da abertura da pirâmide ao público, uma fila de 8 quilômetros se formou diante do monumento desde as primeiras horas da manhã e mais de 20 000 pessoas conseguiram conhecer o interior da construção. O sucesso foi tanto e os pedidos tão insistentes para se repetir a oportunidade que o governo italiano decidiu de agora em diante reabrir o local em outros feriados. O interesse da população também motivou as autoridades a antecipar o projeto de restauração do monumento, para ser incluído no roteiro turístico de Roma. "Acho que aquela porta, por tantos anos proibida, abre-se para a fantasia", exulta Esposito.

Exotismo - "Na época em que a pirâmide foi construída, havia um verdadeiro culto ao estilo egípcio", explica a arqueóloga Laura Vendittelli, também do Ministério para os Bens Culturais e Ambientais. Ela afirma que a obra de Caio Céstio "é a única no gênero na Europa".

No Egito e no mundo clássico, a pirâmide romana tinha função de tumba e não de templo, como as que os colonizadores espanhóis encontraram no México e no Peru. Céstio mandou construí-la, pouco antes de morrer, para ser o seu sepulcro. O imperador Augusto tinha acabado de conquistar o Egito e a fantasia do tribuno deve ter se incendiado com as maravilhas que os romanos encontraram por lá. Também é certo que Céstio, sobre o qual existem escassos registros históricos, chegou a morar na pirâmide, no final da vida. Acredita-se que tenha realizado exercícios de magia em seu interior. Quando o papa Alexandre VII, em 1663, mandou abrir a pirâmide para restaurá-la, não foram encontrados nem os restos de Céstio nem a urna em que foram depositados. Acredita-se que, como no Egito, ladrões profissionais se encarregaram de saquear a tumba, atraídos pelas jóias e objetos preciosos lá depositados.

Mesmo após o saque, uma das principais riquezas da pirâmide romana continua em seu lugar: a série de afrescos e pinturas decorativas, comparadas em qualidade a alguns dos melhores exemplares do gênero encontrados em Pompéia. Cobrindo as paredes da câmara mortuária, de 5,9 metros por 4,1 metros, os afrescos coloridos estão em razoável estado de conservação. A suntuosa decoração foi organizada em quadros separados por elementos ornamentais (candelabros pintados). No espaço entre eles, alternam-se os afrescos diversos.

Quatro vitórias aladas, medindo 38 centímetros de altura, são os mais valiosos afrescos da pirâmide e acredita-se que emolduravam um medalhão central onde deveria estar o retrato do tribuno Céstio. Essa obra já não era mais visível na época da restauração de 1663, segundo registros da época. Mesmo assim, o conjunto de afrescos se constitui em raro exemplo do terceiro estilo romano, surgido por volta do ano 10 a.C. Nele, os elementos arquitetônicos estão subordinados à decoração e enquadram as composições, de influência egípcia.

TIPO 1: NARRATIVO

A MULHER VESTIDA

Eu estava num centro comercial de Copacabana e era sábado, pouco depois do meio-dia. Às tantas, comecei a ouvir uma martelacão de ensurdecer. O dono da lojinha de sapatos para senhoras chegou-se à porta, assustado:

- Que será isso?

E saiu pelo corredor a investigar. Caminhávamos na mesma direção e logo descobrimos que o ruído vinha de uma sala fechada, um curso de ginástica. Batiam desesperadamente na porta, lá dentro - com um haltere, no mínimo.

- Que está acontecendo? - o sapateiro gritou do lado de cá.

Uma voz chorosa de mulher explicou que a porta estava trancada, ela não podia sair.

- Quede a chave? - berrou o homem.

- O professor levou - respondeu a voz.

- Que professor?

- O professor de ginástica.

- Espere, que eu vou chamar o zelador - arrematou o homem, solícito.

E se voltou para mim:

- O senhor podia fazer o favor de procurar o zelador para soltar a mulher? Não posso abandonar a minha loja sem ninguém.

Assim, ele ia tirar a castanha com a mão do gato. Não tive outro jeito senão sair à procura do zelador.

Encontrei-o à porta do prédio chupando tangerina. Era um pau-de-arara delicado e solícito, mas infelizmente não podia fazer nada: não tinha a chave da sala.

Voltei ao corredor, vencendo a tentação de cair fora de uma vez, deixar que a mulher se arranjasse. A bateçào recomeçara, ela parecia disposta a botar a porta abaixo:

- Abre essa porta! Pelo amor de Deus!

- Calma, minha senhora - berrei do lado de cá: - Vamos ver se agente dá um jeito.

No corredor ia-se juntando gente, e várias sugestões eram aventadas: abrir um buraco na parede, chamar o Corpo de Bombeiros, retirá-la pela janela.

- Deve ser uma mulher forte pra chuchu.

- Eu se fosse ela aproveitava e quebrava tudo lá dentro.

Pensei em transferir a alguém a tarefa que o sapateiro me confiara, não encontrei ninguém que parecesse disposto a aceitar a responsabilidade: todos se limitavam a fazer comentários jocosos, estavam é se divertindo com o incidente. De súbito me ocorreu perguntar à mulher o número do telefone do professor. Foi um custo fazê-la cantar de lá a resposta, algarismo por algarismo. Saí para a rua à procura de um telefone - tive de andar um quarteirão inteiro até uma farmácia, onde fiquei aguardando na fila. Chegou afinal a minha vez. Atendeu-me uma voz de criança, certamente filha do professor. Que ainda não havia chegado em casa, pelo que pude entender:

- Escuta, meu benzinho, diga para o papai que tem uma mulher trancada na sala lá do curso dele, está me entendendo? Repete comigo: uma mulher trancada...

Não havendo mais nada a fazer, resolvi tomar o caminho de casa - mas a curiosidade me arrastou mais uma vez até o centro comercial, para uma última olhada sem compromisso.

O interesse conquistara todo o andar, espalhava-se aos demais, ganhava a rua: gente se acotovelava diante do prédio, agora era uma multidão de verdade que acompanhava os acontecimentos:

- Por que não arrombaram a porta de uma vez?

- O que é que a mulher está fazendo lá dentro?

- Dizem que ela está nua.

A palavra mágica correu logo entre a multidão: nua, uma mulher nua! e cada vez juntava mais gente, ameaçando interromper o tráfego:

- Mulher nua! Mulher! - gritavam os moleques.

Dois soldados da polícia militar passaram correndo, cassetete em riste, sem saber para onde ir. A multidão se abriu, precavidamente. Um homem de ar decidido pedia licença e ia entrando pelo centro comercial adentro, como quem vai resolver o problema. Devia ser algum comissário de polícia.

Era o professor, que comparecia com a chave, não sei se mercê do meu recado. Em pouco a porta do curso de ginástica se abriu e a mulher saiu, ressabiada - completamente vestida. Era baixinha e meio gorda, estava mesmo precisando de ginástica.

(Fernando Sabino, PARA GOSTAR DE LER, VOL.4)

TIPO 2: DESCRITIVO

Sol já meio de esguelha, sol das três horas. A areia, um borralho de quente. A caatinga, um mundo perdido. Tudo, tudo parado: parado e morto.

Mas alguém cruza aquelas lonjuras. E cruza sòzinho, a mala nas costas. Quem será?

O sol o conhece. A areia é sua velha amiga, a caatinga também. Não há mina-d'água que não o chame pelo nome, com arrulhos de namorada. Não há porteira de curral que não se ria para êle, com risadinha asmática de velha regateira. E nenhum cachorro de fazenda lhe nega lambidas de intimidade, quando êle chega.

Lá vem êle. E ganjento, pilantra: roupinha de brim amarelo, vincada a ferro; chapéu tombado de banda, lenço e caneta no bolsinho do jaquetão abotoado; relógio-de-pulso, pegador de monograma na gravata chumbadinha de vermelho.

Fazenda nenhuma lhe cobra pouso; e merece comer na cozinha, com a dona da casa e as môças solteiras. É que em todo o Sertão dos Confins — e olhem que é um mundão largado de não acabar mais — não há mesmo quem não o conheça e não lhe queira muitíssimo bem.

Passinho miúdo, apressado. Botina chienta na areia que ringe também. Lá vem êle!

Quem viaja sòzinho e a pé por essas largas das estradas boiadeiras cultiva distrações. O chão é muito, dilatadas são as horas. O andarilho inventa modas para poder matar o tempo e a distância: bota a cabeça a funcionar, imaginativa, e assim consegue vencer a canseira e a sem-graceza da pernada.

Xixi Piriá tinha lá também as suas manias: a predileta era brincar com a própria sombra, vigiar o espicha-encolhe provocado pelo sol a subir e a descer. Divertido a gente se ver crescendo, crescendo, até acabar num caboclão apaideguado, dono de tôda a largura e compridеza da estrada!

E vinha de cara boa, o Xixi Piriá. Pudera!: Da. Mariana andava com noivado em casa, enxoval da menina caçula. Mutirão de mulher costurando e bordando, quando o mascate chegou à fazenda da Terra Preta. Pessoão, o Seu Chagas: "— Bote tudo na mesa, Xixi."

Xixi Piriá é caprichoso: estica, primeiro, o oleado na mesona de uma tábua só de cabriúva; começa, depois, a enfileirar as meadas de lã e de sêda: "— Olhem: perpétua, turquesa, pavão; jacinto, laranja, celeste..."

* * *

(MÁRIO PALMÉRIO.

VILA DOS CONFINS)

TIPO 3: EXPOSITIVO

Introdução

Que é uma língua

Entende-se por língua ou idioma o sistema de símbolos vocais arbitrários com que um grupo social se entende.

Uma língua pode ser instrumento particular de um povo único, como acontece com o chinês, o romeno, ou comum a mais de uma nação. Este é o caso do português, que serve a Portugal, ao Brasil e colônias ultramarinas lusas.

Este fato se explica historicamente pelos capítulos de expansão e colonização dos povos. Falamos o português como língua oficial porque, ao lado de outras instituições culturais, os portugueses no-la deixaram como traço da civilização que aqui fundaram depois de 1500.

A língua é um fenômeno cultural

A língua não existe em si mesma: fora do homem é uma abstração, e no homem é o resultado de um patrimônio cultural que a sociedade a que pertence lhe transmite. "É evidente — ensina-nos Sapir — que, até certo ponto, o indivíduo humano está predestinado a falar, mas em virtude da circunstância de não ter nascido meramente na natureza, e sim no regaço de uma sociedade, cujo escopo racional é chamá-lo para as suas tradições" (¹).

(EVANILDO BECHARA.

MODERNA GRAMÁTICA PORTUGUESA)

Tanta normalidade ainda acaba conosco

16 de abril, 1997 veja

Roberto Pompeu de Toledo Ensaio

De Diadema e Cidade de Deus aos infernínhos infantis de Manaus, triunfa a banalidade do mal

Nossa normalidade é assombrosa. Outros países podem se espantar com o que não é normal: uma tragédia, um escândalo. O acontecimento que fere a rotina como uma lâmina fria e faz a vida escapar do controle, como se o mundo balançasse e tudo saísse do lugar. No Brasil, não. O que fere é a normalidade, o que sucede no sossego da vida inabalável de cada dia.

Proponha-se o leitor a um exercício singelo: assistir aos filmes que mostram as pancadarias promovidas por PMs, ou recordar-se deles, tal qual foram mostrados na TV, abstraindo das cenas principais. Ignorem-se as pancadarias propriamente ditas, ou o tiro que causou uma morte em São Paulo, e fixe-se a atenção no que acontece entre uma pancadaria e outra, ou paralelamente a elas. Há um momento, no filme feito na Cidade de Deus, no Rio, em que um grupo de soldados conversa e ri. Em outro momento, também no filme do Rio, um soldado faz para outro um gesto de golpear o ar, como se lhe contasse uma façanha esportiva e ilustrasse com o gesto a narração. São signos da normalidade de que se revestia o evento. Entre uma pancadaria e outra, encenavam-se atos de camaradagem despreocupada, como num escritório, no intervalo entre um despacho e outro, ou entre os balconistas de uma loja, entre um cliente e outro.

É a isso, ou mais ou menos isso, que, ao analisar a história do criminoso nazista Adolf Eichmann, a filósofa alemã Hannah Arendt chamou de "a banalidade do mal". Eichmann era muito bom funcionário, cumpridor da lei, das ordens e dos horários, e bom sujeito. Sua vida resplandecia de normalidade enquanto, num escritório como outro qualquer, planejava os deslocamentos de massas de judeus para os campos de extermínio. Eichmann contou em seu julgamento, em Jerusalém, que, quando os chefes da SS, a polícia nazista, foram convocados para acertar os ponteiros na implementação da "solução final" — a execução dos judeus —, mantiveram uma reunião de trabalho de uma hora e meia, ao fim da qual se serviram aperitivos e um almoço. Foi, nas palavras de Eichmann, "uma pequena e íntima reunião social". Pode haver maior normalidade?

Recorra-se à ficção, para imaginar a volta à casa dos PMs da favela Naval e da Cidade de Deus. Um deles chega e a mulher pergunta: "Como foi o trabalho?" Ele responde: "Nada de novo", e vai dormir o sono dos justos. Outro, antes de deitar, brinca com o filho pequeno, que acordou ouvindo o pai empurrar a porta. Outro passa na padaria, aberta àquela hora mesma da madrugada, compra um pão quentinho e o vai mordiscando no caminho. Se não foi assim, não terá sido muito diferente, em matéria de normalidade, o fim daquela noite de trabalho em Diadema, ou daquela outra no Rio, uma noite como as outras.

Agora contemple o leitor a foto que ilustra esta página. Ela diz respeito a outra brasileiríssima atividade, tão nossa quanto a pancadaria da polícia contra os pobres — a prostituição infantil. Foi tirada em Manaus, pelo fotógrafo Luiz Carlos Santos, e ilustra uma reportagem do jornal *O Globo* (23 de março), de autoria do repórter Amaury Ribeiro Jr. Na foto, um senhor cinqüentão, de nome Benício dos Santos, corretor de seguros, beija a barriga de uma menina de 13 anos, num dos estabelecimentos da capital do Amazonas que, às claras, favorecem o encontro entre as crianças e seus clientes. Abstraia agora o leitor da cena principal, tal qual no exercício anterior, e observe o que se passa nos lados e no fundo da foto. Conversa, garrafa de cerveja em cima da mesa, um senhor de óculos escuros voltado para a câmara — ninguém se abala. Nem se digna a olhar em direção ao entrevero entre o corretor de imóveis e sua tenra presa, de tão banal. De certa forma, o que acontece em volta é mais chocante do que o que acontece no centro da foto. É o signo da normalidade reinante no ambiente.

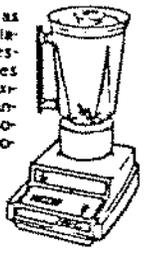
MOREIRA CAVALCANTI

É insuportável a normalidade brasileira. Algo de anormal precisa acontecer neste país.

TIPO 5: INJUNTIVO

MODELO ARNO LINHA E SUPER

Com 5 velocidades controladas por botões que permitem regulagem isoladamente, sem necessidade de se atingir velocidades medias para se chegar à maxima. É equipado com botão pulsante, que aciona o aparelho somente enquanto estiver pressionado.



ATENÇÃO: Não utilize o botão pulsante quando o aparelho estiver funcionando em qualquer das cinco velocidades.

FIO EMBUTIDO

Os liquidicadores Linha E vêm com o fio embutido na base. Puxe-o para ligar. Depois de usar o aparelho, empurre-o novamente para o interior da base.

INSTRUÇÕES PARA USO

Para montar o seu liquidicador encaixe a base, que vem embalada separadamente, no fundo do jarro, rosqueando-a até sentir que esta firme. Antes de ligar qualquer modelo de liquidificador, certifique-se de que o jarro esta bem encaixado no corpo do aparelho, ou seja, apoiado por igual e até o fundo no encaixe. Só então ligue a chave. Nunca coloque ou tire o jarro com o liquidificador ligado. Os ingredientes podem ser postos no jarro com o liquidificador parado ou funcionando, através da sobretampa. SUBSTÂNCIAS SOLIDAS DURAS devem ser adicionadas POUCO a POUCO e com o liquidificador funcionando na velocidade maxima. As velocidades mais altas devem ser usadas, de preferência, para que se obtenha maior rendimento em menos tempo. Principalmente quando o jarro estiver cheio, antes de desligar, diminua gradualmente a velocidade de seu aparelho, a fim de evitar respingos. Para limpar o jarro, ponha um pouco de agua, adicionando sabão ou detergente, se necessário. Ligue o liquidificador na 1.ª velocidade por alguns momentos, desligue-o e tire o jarro do corpo, desenrosque o fundo do jarro, enxague-os bem, enxugue-os ou deixe-os simplesmente secar. Nunca submerja na água o fundo do jarro, mas lave-o sob a torneira. Para recolocar o jarro, enrosque-o bem no fundo, tendo o cuidado de verificar se o anel de borracha esta no seu lugar, com o lado plano para cima.

MUITO IMPORTANTE

Para limpar o corpo do Liquidificador use apenas um pano úmido. Nunca o submerja na agua. Se isto acontecer, você vai danificar seriamente o motor de seu aparelho.

Obedeça bem a estas regras e seu Liquidificador vai funcionar perfeitamente por anos e anos.

TIPO 6: PREDITIVO

Astrologia do Amanhã

CLAUDIA, FEVEREIRO/94

AQUÁRIO 21/1 a 19/2

As aquarianas estavam vivendo um momento relativamente difícil. No mês de fevereiro, inicia-se uma nova fase. Sua capacidade de dimensionar a realidade estará de volta, oferecendo segurança e conforto. As nascidas nesse signo parecem muitas vezes ser impessoais. Dão a impressão de viver mais em função dos problemas dos amigos do que de si mesmas. Não é bem assim. A aquariana pensa muito em si mesma; possui um instinto de sobrevivência social extraordinário. Raramente faz alguma coisa da qual saia prejudicada, seja em termos de prestígio, seja emocionalmente. É bom salientar que isso não corresponde a uma atitude egoísta e mesquinha, pois ninguém que pertence ao grande círculo de relacionamento de uma aquariana sai perdendo com sua amizade. Ela não faz nada que prejudique. Na pior das hipóteses, deixa de fazer. Este mês, você terá uma lucidez ilimitada, além de uma grande força interior e determinação. É exatamente disso que você precisa para dar ordem a seu mundo subjetivo e objetivo. Certas preocupações sociais que talvez tenham consumido um pouco de sua paz poderão ser trabalhadas e você conseguirá viver um pouco mais voltada para si mesma e seus projetos pessoais. Experiências ocultas, atividades duvidosas que possam depreciar sua imagem frente a seus amigos e familiares são absolutamente contra-indicadas durante este mês. Pense bem antes de agir. Cuide de si e proceda em seus empreendimentos da forma mais simples e correta possível.